

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ricardo Gervasio Bastos Visser

Para uma sociologia do dinheiro: investigações sobre o habitus econômico de classe

Juiz de Fora
2015

Ricardo Gervasio Bastos Visser

Para uma sociologia do dinheiro: investigações sobre o habitus econômico de classe

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, linha de pesquisa: Cultura, democracia e instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com estadia de sanduíche de um ano na Humboldt Universität zu Berlin, Alemanha, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

Juiz de Fora

2015

Was die Soziologie gegen die Realität der Klassen verbirgt, ist nichts anders als das Prinzip der Klassengesellschaft: die Allgemeinheit der Vergesellschaftung ist die Form, unter der Herrschaft historisch sich durchsetzt. (Adorno).

O que a sociologia encobre contra a realidade das classes nada mais é do que o princípio da sociedade de classes: a generalidade desta sociação é a forma pela qual a dominação se impõe historicamente. (Adorno)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente à minha família pelo apoio e carinho em todos esses anos: Sandra Gervasio Bastos Visser, Koenraad Visser, Rose Gervasio Bastos, Fernarndo Gervasio Bastos Visser e à minha cunhada Thais Macieira.

Agradeço especialmente à minha companheira Laura Wössner por cuidar de mim e me manter motivado nos momentos de dificuldade.

Ao meu orientador e aos meus inestimáveis colegas de pesquisa pelos anos de aprendizado coletivo: Jessé José Freire de Souza, Fabrício Barbosa Maciel, Roberto Dutra Torres Junior, Brand Arenari, Carlos Sávio Gomes Teixeira e Gustavo Siqueira.

Aos amigos Pedro e Ivo Marinho Seixas pelos anos de amizade.

Sumário

Introdução – A justificação de uma investigação diferencial da socialização com o capital econômico_____ 8

Capítulo 1 - O diagnóstico simmeliano da modernidade

1.1) As pré-condições sociais da forma de capital do dinheiro_____ 15
1.2) A aliança primordial entre diferenciação e divisão do trabalho social_____
_____ 33

1.3) A tragédia e a forma de capital da cultura_____ 55

1.4) O lugar da gênese dos valores culturais na ação social_____ 63

Capítulo 2- Os estudos de Pierre Bourdieu sobre o campo e as disposições econômicas

2.1) O campo econômico como campo social_____ 81

2.2) Para uma sociologia de classes do campo econômico_____ 87

2.3) Um campo sem violência simbólica?_____ 91

Capítulo 3 - Da tensão entre trabalho e estudo à conversão do estudo em trabalho: a conversão dos capitais culturais/escolares em trabalho especializado no campo econômico

3.1) Para uma categoria socialmente diferenciada de tempo: cultura escolar e ação estratégica na família_____ 101

3.2) Da tensão entre trabalho estudo à conversão do estudo em trabalho_____
_____ 107

3.3) Da reconversão do trabalho novamente em estudo especializado_136

3.4) Para uma tipologia diferencial do capital cultural_____ 139

Capítulo 4- A diferenciação das práticas econômicas e racionalização temporal da conduta econômica

4.1) Disposições econômicas sob perspectiva da teoria da diferenciação social_____	155
4.2) O empreendedor popular e o empresário burguês_____	161
4.3) As urgências materiais como violência simbólica primária do campo econômico_____	168
4.4) Um caso da função de capital da renda_____	181
4.5) O capital cultural do campo econômico: percepção dedutiva e a indutiva do campo econômico_____	185
4.6) A poupança sistemática como condição de possibilidade da diferenciação interna das disposições econômicas_____	191
4.7) A percepção estética do consumo_____	202
Conclusão_____	208
Bibliografia_____	210

Resumo

O objetivo desta tese é reconectar uma sociologia econômica aos seus fatores culturais e simbólicos. Em vista deste pressuposto, tomam-se as práticas econômicas como o centro teórico-empírico da pesquisa, que galga contribuir para uma teoria da diferenciação interna de tais práticas em classes sociais constituintes de um comportamento planejado e racionalizado com o capital econômico. Em complementação a esta perspectiva, arrola-se a investigação do trabalho como atividade social constituintes de condições socioeconômicas qualitativas experimentadas no tempo na medida em que constroem ou permitem a repartição de planos de ação econômicos. Tal empreendimento intelectual se apoia em dois autores centrais: Pierre Bourdieu e Georg Simmel. Bourdieu permite reconstruir as estruturas temporais do agente econômico concreto, enquanto Simmel abre o campo de averiguação sobre o papel do dinheiro na modernidade.

Palavras-chave: Classes sociais, disposições econômicas, trabalho, modernidade.

The main goal of this thesis is to reconnect economic sociology to its cultural and symbolic factors. In consonance to this hypothesis, economic practices are taken as the main theoretical and empirical tool in order to contribute to a theory internal differentiation of these practices, whilst some social classes develop a rational and planned behavior with economic capital. In addition to that, the concept of labor is taken as social activity that constitutes qualitative socioeconomic conditions experienced on time in the sense that they both permit and constrain the repartition of different levels of the economic action. Two authors were very important: Pierre Bourdieu and Georg Simmel. Pierre Bourdieu enables the investigation on time structures of the economic agent, whereas Simmel scrutinizes the roll of money in modernity.

Keywords: Social classes, economic dispositions, labor, modernity.

Introdução: A justificação de uma investigação diferencial da socialização com o capital econômico

Uma sociologia crítica das disposições econômicas não pode se furtar de tomar o comportamento com o dinheiro como uma ação enquadrada dentro de um panorama cultural. Isto configura o fio condutor de nossa investigação, que procura pelo elo entre condições e a ação econômica, inserido na dinâmica comportamental e nas condições sociais objetivas. Elas não exibem uma fórmula geral, mas devem ser tomadas em seu enclave relacional e, por vezes, conflituoso. Apropriamo-nos, então, de dois argumentos centrais de Geog Simmel (2009) sobre as sociedades modernas: a) o dinheiro se torna o elemento, impregnado em quase todas as trocas sociais na modernidade; b) ele transforma todo arcabouço psicossocial dos indivíduos, impondo novas tendências e costumes: ele se arraiga nas categorias de percepção e pensamento da agência social moderna. Para tanto, é não devemos buscar pelos aspectos imediatamente econômicos do dinheiro, ocultados na “teoria da classe de renda”. Partimos de sua crítica no esforço de reconstruir uma sociologia que dê conta da ação social e econômica; a teoria da classe de renda reduz e obscurece o vínculo propriamente qualitativo com o dinheiro, para readquirir uma estratificação unilateral dos indivíduos. Sob este espectro, ela não penetra nos tipos diferenciais das práticas econômicas, consolidados nas trajetórias e origens desiguais de classe.

No que tange à metodologia deste trabalho doutoral, o intuito central foi construir e contribuir para a atualização de um debate teórico sobre a ética econômica e suas formas de comportamento, segundo distintos padrões socializadores de classe. Contudo, o esforço teórico foi informado por uma pesquisa empírica comparativa entre países (no Brasil e na Alemanha) bem como uma comparação de entrevistas realizadas com públicos de classes sociais distintas. No Brasil, investigamos, de um lado, os beneficiários e pequenos comerciantes beneficiários de políticas sociais federais de microcrédito, de outro, profissionais liberais e empresários pertencentes à classe média estabelecida. Como critério de distinção, buscamos rearticular aspectos multidimensionais do pertencimento social, colocando em relação diferentes esferas sociais como formação familiar, escolar, trajetória profissional e, sobretudo, as práticas econômicas junto aos condicionamentos advindos do trabalho desempenhado. Inserido neste escopo, pudemos nos referir a traços mais gerais de cada conjunto de trajetórias sociais em que algumas constantes foram decisivas para reconectar origens sociais

singulares a um espectro explicativo mais geral. Metodologicamente, entendemos que estas “histórias de vida” não ocorrem de modo desconexo e nem se encontram num estado isolado ou espontâneo, já que cada entrevistado não só pertence, mas ao mesmo tempo constrói a objetividade social através de seus atos. Portanto, os casos apresentados não remontam a casos fragmentados entre si, num estilo documental, ao contrário: entendemos que uma sociologia em escala individual necessita não mais tratar o conjunto de disposições sociais, formadoras de uma determinada trajetória social, como circunscrita em uma gama de atributos individuais. Caso recorrêssemos a esta chave interpretativa, recaíramos numa simples documentação descritiva dos casos apresentados. A pesquisa empírica conduzida como base dessa tese contou com diferentes fases de confecção e públicos, sempre respeitando o pano de fundo temático geral.

Na primeira fase, na cidade de Campina Grande, foram conduzidas entrevistas com 20 beneficiários do programa de microcrédito CrediAmigo, filiado ao Banco do Nordeste. Em função do estabelecimento no local, foi possível aprofundar a relação com alguns entrevistados, o que rendeu profundidade na apreensão dos diversos aspectos de suas trajetórias sociais. Entender a forma pela qual o acesso ao microcrédito transformou, mas também reproduziu disposições econômicas latentes, foi o nosso foco principal. De igual relevância foi procurar pelos fatores que unem, ainda que de modo relativamente heterogêneo, um espaço comum de posições, limites e possibilidades dentre o público pesquisado. De todo modo, é-nos permitido dar conta das diferenças e simultaneamente ambicionar a algum nível de generalização. No caso dos pequenos comerciantes, isso se deixa transparecer na forma desigual em que alguns foram atingidos por outras políticas locais como a redistribuição do espaço das feiras locais, podendo alguns serem contemplados com uma pequena loja ou um armarinho. A oposição, aqui, quase sempre se punha entre vender a céu aberto (ser o camelô da rua) ou dentro destas pequenas galerias. Este público se caracteriza, em sua maioria, por pessoas que aprenderam os ofícios que desempenham no ambiente familiar, sendo sua trajetória escolar praticamente insignificante para a conversão de competências sociais no mundo do trabalho.

Numa segunda fase, na oportunidade de me instalar em Berlin, na Alemanha, houve a chance, em parceria com o pesquisador Fabrício Maciel, de conduzir 40 entrevistas com indivíduos com origens sociais diversas. No entanto, via de regra, o

público se centrou basicamente na classe média alemã, suas frações e seus subgrupos internos. Alguns dos entrevistados apresentados neste trabalho são frutos desta incursão. Durante o período de estágio da bolsa sanduíche foi, de igual maneira, possível entrevistar algumas pessoas em situação de precariedade naquele país, como sem-teto e imigrantes. Outra bateria de entrevistas (10) em profundidade no Rio de Janeiro foi conduzida no período imediatamente anterior à partida para o estágio sanduíche. O público investigado compõe o que podemos chamar de classe média estabelecida. Isto se deve geralmente por causa da forma pela qual a dinâmica entre tendências para ação, contextos da ação e sua trajetória se desdobra. Há, aqui, tanto no caso brasileiro quanto no alemão, padrões globais, mas também locais de reprodução desta condição de classe. No Brasil, um traço marca, talvez, uma diferença estrutural, levando em consideração nossa temática, entre as classes médias estabelecidas (há mais de duas gerações) e as populares: as primeiras têm uma forma de inserção particular no mundo do trabalho, de modo a converter um conjunto de competências culturais e escolares incorporados em profissões material- e simbolicamente reconhecidas pela divisão do trabalho. Esta propriedade central marca de sobremaneira como esta classe e boa parte de suas frações internas constroem suas estratégias sociais. As análises teórico-empíricas dos capítulos 3 e 4 baseiam-se neste material.

Procuramos no primeiro capítulo a sociologia e a filosofia de Georg Simmel. Sua análise sobre o *significado* das relações monetárias é o tema mais candente em seu conceito de modernidade. Sua questão principal é o sentido cultural e psicológico das trocas monetárias. Deste modo, ele não almeja simploriamente negar o materialismo histórico, mas complementá-lo de modo a compreender na esfera da circulação os entrelaçamentos psicológicos do dinheiro na cultura moderna ocidental. A função deste nas sociedades modernas tende a esvaziar, sobretudo, uma postura estético-contemplativa diante do mundo objetivo em prol de uma pragmático-utilitarista. A leitura da obra simmeliana se faz num esforço de atualização de suas teses, buscando entrelaçá-las com os temas centrais aqui apresentados.

Na primeira seção, houve a tentativa de buscar recolocar a questão das pré-condições culturais e econômicas da forma de capital do dinheiro. Ou seja: quais os parâmetros definidores do capital econômico como fim da ação econômica e de toda atividade laboral moderna. Um ganho importante desta perspectiva foi aliar, em nossa pesquisa empírica, a relação interna entre condições de trabalho e o desenvolvimento de

práticas econômicas específicas. Este aporte nos deu a chance de entender as disposições econômicas de classe não apenas como fruto de suas próprias determinações e aparências, mas estando em interdependência com as condições de trabalho, ainda que resguarde sua singularidade própria. O elo propriamente não discutido sistematicamente por Simmel sobre a questão do dinheiro se refere a não apenas como o dinheiro funda uma relação distanciada com o mundo objetivo, mas que a dinâmica do capital e das disposições econômicas imputa uma dimensão temporal da ação. Sobre isso, ele discute apenas ocasionalmente como o dinheiro impõe a diferentes classes - à burguesia e à classe trabalhadora da virada do século XX - finalidades imediatas ou não, incorrendo no surgimento de um espaço relativamente independente e especulativo da ação com o dinheiro.

A apreciação dos textos de Pierre Bourdieu no capítulo 2 intenciona lançar luz às suas análises sobre o campo e o habitus econômico. Sua grande vantagem é não recorrer ao economicismo (partindo da teoria atomista do agente social) para explicar as trocas monetárias, explicitando seu ancoramento cultural. Isto fica claro nos estudos sobre o sub proletariado argelino nos quais ele enfatiza o caráter aprendido e não natural das disposições econômicas. Esta classe que, por ter passado por um processo de desenraizamento social, isto é, de ser arrancada da tradição da vida camponesa, não foi capaz de aprender os imperativos categóricos do habitus econômico burguês, ou até mesmo da classe trabalhadora europeia. Por outro lado, esta classe social se encontra sob a égide de uma constante insegurança econômica estrutural, ao passo que permanecem determinadas por estas. Dito de outro modo: as necessidades materiais estruturam todo um universo simbólico próprio, enquanto estas também não são produto de um estado “natural” ou de “equilíbrio” do campo econômico, mas refletem um estado contingente, simbólico e histórico deste. A lacuna da sociologia bourdieuasiana em não reconectar um ponto de vista global da luta de classes na particularidade do campo econômico é o que procuramos suprir. Nesta alçada, a produção das necessidades econômicas imediatas se atém à inconstância das estruturas temporais. Entretanto, Bourdieu não reconstrói como esta desclassificação primária do trabalho social constitui uma das formas de *violência simbólica* inerentes um estado histórico da organização do campo econômico. Por sua vez, seu vínculo com a ideologia do mérito opera na construção da legitimidade qualitativa do valor do trabalho social. Assim, almejamos prolongar esta temática ainda latente.

No capítulo 3 analisamos como famílias de classes que conseguem agir de modo mais previsível com o dinheiro também são capazes de desenvolver mais facilmente estratégias incorporação do capital cultural. Por um lado, a presença de uma cultura escolar prévia no seio familiar é absolutamente central na constituição da percepção do tempo social enquanto urgência escolar. Por outro, esta não seria possível sem que seja minimamente possível criar condições econômicas favoráveis, escapando da tensão da inserção no mercado de trabalho desqualificado ou precariamente qualificado. Este dilema é patente nas trajetórias da classe que chamamos de Batalhadores ou nova classe trabalhadora. Aqui, foi primordial a compreensão o entrecruzamento entre práticas econômicas e a chance de incorporar disposições educacionais. Em vista disso, a investigação das estratégias sociais com o dinheiro não se reduz à construção das condições econômicas para auferir o lucro econômico, mas também na garantia de condições prévias confortáveis para a incorporação de outros capitais, como o cultural ou o escolar. A educação burguesa ganha aqui um contorno absolutamente central aliada ao uso particular do capital econômico convertido em tempo social fora do mundo do trabalho desqualificado ou precariamente qualificado. Isto subjaz à racionalização da trajetória profissional da classe média estabelecida. Com o escape da inserção no trabalho precário, o estudo pode se tornar uma prática diferenciada e destacada das demais enquanto o agente social as incorpora sob a forma de disposições duráveis.

Não que os Batalhadores não incorporem disposições educacionais, mas estas encontram um horizonte limitado, referente a uma finalidade visível. Isto acontece porque o mundo do trabalho quase sempre se coloca como horizonte psicológico e social iminente, mesmo em sua ausência imediata. Em decorrência disso, não afirmamos que a simples presença, num determinado ponto da trajetória social de um entrevistado, de trabalho e estudo incorram necessariamente numa tensão. No entanto, a questão se concentra na sua dedicação temporal e no nível de rigorismo que ela impõe às classes em ascensão. Em meio à classe média estabelecida, verificamos algo distinto: a trajetória profissional vem quase sempre precedida de uma trajetória escolar sem que estas entre numa tensão na qual uma será preterida. Quando observamos a margem entre as classes populares e as médias burguesas, isto geralmente salta aos olhos do pesquisador, ao passo que o trabalho especializado exige a conversão de um capital cultural, seja em estado incorporado, seja este chancelado pelo sistema de ensino. Suas

ocupações carregam consigo em regra a chance de reinvestimento social. O tipo de trabalho desempenhado principalmente pelos pequenos comerciantes cristaliza características por vezes contrárias nas quais suas competências intelectuais quase nunca envolvem a consagração do sistema de ensino.

Um segundo uso da obra de Simmel, presente no capítulo 4, dá seguimento ao tratamento da pesquisa empírica conduzida. Ele se preocupou em desenhar uma teoria da diferenciação do comportamento social individualizado, estando o pertencimento de classe, mesmo que implicitamente, elencado às chances de desenvolver um “arsenal” de ações sociais capazes de se realizarem em diversos “campos” e “áreas” da sociedade. É o que buscamos com nosso conceito de “disposições econômicas diferenciadas” no qual o uso racionalizado do dinheiro anda de mãos dadas com a capacidade de agir em planos interdependentes; conjuntos sem que a retaguarda financeira entre em risco. Portanto, as chances de agir de modo racionalizado com o dinheiro, de ter um controle temporal sobre este, é fortemente dependente tanto da rentabilidade imediata quanto da ligada à estabilidade mínima deste, erigindo as pré-condições do entesouramento contínuo de parte da recompensa em monetária do trabalho ou o que estamos chamando de função de capital da renda. Ela pré-condiciona a diferenciação básica das práticas econômicas porque tanto o trabalho social desempenhado quanto uma gama de disposições aprendidas permitem a interdependência entre consumo imediato e poupança constante. Este pressuposto teórico se alinha na apreciação da pesquisa empírica, sobretudo, com a pesquisa realizada com a classe média estabelecida e as frações inferiores do que estamos chamando de “nova classe trabalhadora brasileira”. Foi principalmente relevante compreender como condições desiguais de classe estruturam condições de racionalidade das ações e do desenvolvimento de práticas econômicas, bem como ações efetivam condições, possibilidades e constrangimentos futuros. O material empírico surge a título de ilustração, tendo um papel primordial na construção infra estrutural dos conceitos. Assim, procuramos reconstruir uma análise das práticas econômicas não nos atendo unilateralmente ao estado institucionalizado e já acabado ou realizado das relações monetárias: seja como mercadoria ou enquanto renda. O postulado central desta investigação se centrou na ideia de que *a temporalidade com o capital econômico depende de um arranjo interno e tendencial da dinâmica entre as práticas econômicas*: estabilidade da renda e condições econômicas, como isso se relaciona com as condições de trabalho e a trajetória profissional, disposições de gasto

com bens básicos, endividamento, formação de disposições para poupança e investimento (retaguarda financeira). A configuração, nunca completamente confortável, destas práticas econômicas contribui para o florescimento de uma experiência temporal e de suas estruturas.

Conclusivamente, cremos poder contribuir, ainda que de maneira inicial, para uma investigação e uma teoria da socialização diferencial (segundo trajetórias de classe) com o dinheiro. Desta maneira, temos a chance de elaborar uma dimensão cultural e simbólica das práticas econômicas e, por conseguinte, da luta de classes. Buscamos igualmente aprofundar uma teoria da ação sociológica ao propor uma abordagem sob a perspectiva da teoria da diferenciação social na qual, dadas algumas condições iniciais, diversas tendências podem conviver de modo interdependente. Então, não nos afinamos nem com uma postura “sistêmica” da formação do habitus e muito menos com uma “pluralista”, tendencialmente fragmentadora do elo “subterrâneo” entre os diferentes planos de ação. Com isso, tentamos captar as transformações da luta social e econômica na dominação financeira do capitalismo.

Capítulo 1: O diagnóstico simmeliano da modernidade:

1.1 As pré-condições sociais da forma de capital do dinheiro

O dinheiro é a categoria mais importante na sociologia e filosofia de Georg Simmel (1890; 1896; 1897; 1899; 1901; 1906; 1907; 1908; 1909; 1915; 1923; 1989; 1990; 1992a). Ele reúne todas as características essenciais da modernidade. Todavia, o dinheiro é, sobretudo, uma perspectiva, uma espécie de “lente compreensiva” a partir da qual se enxergam as interações sociais. Então, sua preocupação primeira não é investigar o “capital econômico” e nem em que medida o valor do trabalho social se acumula em capital, com apoio do modo de produção, mas: por que antes de tudo, o dinheiro tende a dominar - na economia capitalista moderna - o valor de todos os objetos, e também é capaz de se entrelaçar intimamente em todas as relações sociais, contornando-as a seu modo?

Para adentrarmos este questionamento é preciso recorrer ao seu pressuposto antropológico de agência humana: ela é composta por uma sensibilidade distintiva (*Unterschiedsempfindlichkeit*). Na medida em que se distinguem, conferimos valor aos objetos, aos outros enquanto erigimos uma cultura. O valor não é nem uma propriedade aderente e nem isolada de um objeto, mas uma capacidade de atribuição qualitativa e relacional. Este é o seu pressuposto inicial. Esta faculdade “classificatória” não é determinada por nenhuma estrutura objetiva abstrata prévia, mas é a forma mesma pela qual os sujeitos se diferenciam dos objetos. O valor é não, para Simmel, uma unidade constante pré-determinada pelo tempo médio de trabalho cristalizado em uma mercadoria, mas uma atividade, ou seja, um modo e um princípio qualitativo de hierarquização do mundo. A redução dos valores à sua propriedade quantitativa é um *efeito* operado pela economia monetária madura (FRISBY, 1984). Inclusive, a própria natureza é objeto de valorações e classificações. Os valores não são atividades neutras, mas refletem a formação e o estado da própria *cultura*. O nascimento do valor tem o seu correlato na diferenciação entre sujeito e objeto, concomitante ao surgimento do desejo entreposto aos dois. Contudo, o desejo é, ele mesmo, fruto de expectativas cuja condição de possibilidade é sua insatisfação imediata, instaurando um intervalo temporal mediado pelo anseio (*Begehren*). Valores não são propriedades inerentes a objetos, mas dependem do sentido intersubjetivamente construído deles, estando este no plano da experiência cotidiana. A diferenciação entre sujeito e objeto é fruto tanto de

uma faculdade classificatória racional da realidade quanto do desejo e do interesse que nos liga primordialmente a este.

De antemão chamamos atenção para o fato de que o conceito de “sociedade” não é algo que existe fora da ação individual, mas apenas enquanto resultado desta. A sociedade não está “fora” dos indivíduos. Ao contrário do ponto de vista durkheimiano¹, por exemplo, no qual a sociedade é tratada como objeto, um fato social externo, isto é, como “coisa”, para Simmel a sociedade só existe como uma categoria realizada, pela ação social, mas não como ponto de partida prévio a esta. É por este motivo que a sociologia não tem para ele um objeto próprio e nem recebe o estatuto de ciência no sentido clássico cunhado no século XVIII. Ela constitui muito mais um princípio de pesquisa ou um estilo de análise, no qual se coloca desde o princípio a impossibilidade de se estabelecer um observador neutro, em terceira pessoa e fora de teias de relações sociais (2012, p. 15-17). De acordo com David Frisby (1986) a rejeição de Simmel a um conceito reificado de sociedade (ou seja, como objeto externo, “coisificada”) se deixa transparecer primeiramente em seu método de pensamento: não partir de uma totalidade dedutivo-abstrata às partes, mas das interações intersubjetivas que a moldam. O problema de um conceito abstrato e objetivista de sociedade é o de dilacerar sua conexão interna com a aparência (*Erscheinung*), produzindo, por conseguinte, um conceito artificial. A sociologia como método de análise só pode funcionar se partir do mundo fenomênico, observando suas interações (*Wechselwirkung*) intersubjetivas; estas últimas constituem a unidade social básica de análise. Isso não quer dizer que não haja uma “totalidade”, mas esta é apenas galgada como esquema reconstruído da realidade social, em suma como eterno esforço de objetivação e não como ponto de partida da teoria. A “totalidade” padece, todavia, de perfeição e completude, pois jamais poderá ser condensada numa “teoria final” da sociedade: ela permanece sempre em estado potencial enquanto tentativa do pensamento. Tal faculdade especulativa de origem metafísica não deve ser, de modo algum excluída. Para ele, a sociologia deve reconstruir os elos de sentido dos fenômenos, almejando uma unidade formal entre eles ao esclarecer suas características comuns. Distinta da filosofia, a sociologia permanece,

¹ A discórdia com Durkheim neste ponto é patente na maneira pela qual este explora a problemática do individualismo moderno. Ao contrário de Simmel, para ele o indivíduo é o resultado de um novo tipo de solidariedade decorrente da divisão social do trabalho, traço dominante das sociedades complexas e, portanto, modernas. Contudo, este não constitui centro heurístico em sua sociologia, procurando um distanciamento da psicologia enquanto Simmel procurou se aproximar desta para entender como o indivíduo moderno se torna portador de conteúdos ideais e culturais (*Kulturträger*).

para ele, uma ciência experimental e, portanto, especializada. Levando em conta esta predileção teórica, não encontramos nele, por exemplo, nem uma história social e econômica do dinheiro e nem uma análise sistemática das instituições fundantes da economia monetária moderna, como bancos e indústria. Aqui, importa mais a interação, estruturada por apetites, satisfações, interesses e motivações ideais e sacrifícios.

O segundo motivo pela eleição da aparência e do plano fenomênico “micro-sociológico” como ponto epistemológico inicial aponta para seu diagnóstico da modernidade. Ela tem como característica principal o “passageiro”, o “novo” e o “transitório”, renegando qualquer fixismo ou engessamento dos conteúdos. Eles se aderem, assim, à vivência cotidiana. A transitoriedade é a marca da experiência moderna. Em seu famoso ensaio *Die Großstadt und das Geistesleben* (2006), esta acepção geral sobre a experiência social do indivíduo moderno ganha sua expressão máxima: na cidade somos elevados a níveis de inervações sensoriais múltiplas e originárias de várias direções. A investigação mais interessante do texto aponta para o fato de que a vida cultural e simbólica não se separa da psíquica, perceptiva, psicológica, e corporal. A vivência (*Erlebnis*) urbana corresponde a uma aceleração e a uma irritação constante da vida psíquica: somos continuamente bombardeados por mercadorias (sobretudo), propagandas, sons, aromas e sensações, que não têm qualquer elo aparente umas com as outras. Nossa experiência e percepção individuais se fragmentam, de modo que perdemos nossa orientação com relação a um elo de sentido contínuo. Como contrapeso desta experiência pública neurótica e nervosa, tendemos a constituir uma atitude blasé, isto é, distanciamento indiferente com relação à nossa capacidade de sensibilidade e empatia com os objetos e os outros. As trocas monetárias representam o traço fugidio da modernidade enquanto esta, ao reduzir interesses qualitativamente diversos e contrários a um denominador comum (o preço – um símbolo abstrato puro figurado por um número), coordena as ações sociais entre indivíduos impessoalizados sob a forma de “cliente”. Tudo tende a ser trocado, comprado ou vendido.

Portanto, o advento do capitalismo moderno coloca a investigação do Homem na cultura em primeiro plano bem como sua forma de sentir e pensar. Talvez Simmel tenha sido o pensador que levou mais à risca a questão levantada por Karl Löwith (1988) ao articular a condição humana em toda sua potência metafísica a partir do sentido da ação e da vivência do indivíduo na cultura moderna. Não mais o Homem metafísico da religião, mas o destino humano na sociedade capitalista. Nesta última, o indivíduo se vê

encurralado diante de um mundo objetivo no qual ele não se reconhece como produtor; as coisas (os objetos transformados em mercadoria) o dominam. Por essa razão, todo questionamento sobre a economia capitalista almeja a compreensão do sentido da modernidade. O projeto de reconstruir toda a teia de significados intrincados no fenômeno social se torna assim em uma tarefa realizada por um modo de pensamento metafísico e especulativo. Seu pensamento não segue, contudo, um direcionamento propriamente científico ao tratar o fenômeno ou o conteúdo como mero caso, a partir do qual se pode deduzir “leis” sociais exteriores a este. O que me parece interessá-lo é muito mais, em congruência com as algumas vanguardas artísticas no início do século XX: A) o projeto da metafísica dos eventos particulares através do mergulho vertical em seu sentido profundo (*Tiefesinn*). Entretanto, este plano de pesquisa não pretende igualmente descobrir outro plano explicativo subterrâneo mais “real” como o inconsciente, mas reconduzi-lo tanto à sua teia significativa com outras vivências, quanto ao seu lugar dentro de um escopo cultural mais amplo. Seu projeto é captar o sentido profundo do passageiro e do momentâneo; B) Os eventos e as aparências guardam uma relação intrínseca entre si, mas não como encadeamento de causa e efeito produtor de um sistema formal de princípios abstratos. Não há a primazia determinista de uma esfera de valor sobre a outra, já que a realidade social é inesgotável. Esta ideia rompe de uma vez por todas com o esquema de pensamento das ciências naturais modernas e com o essencialismo filosófico, que tratavam a natureza como objeto neutro e externo, contraposto a um sujeito extirpado de suas relações sociais. Doravante, a aceção do evento como ponto de encontro de diferentes redes de interações é um dos motivos principais por Simmel adotar uma perspectiva “relativista”² ou relacionista. Não por acaso, Siegfried Kracauer (1977) caracteriza sua predileção pela analogia como método analítico, procurando não o significado isoladamente, já que o evento empírico não adquire valor por si mesmo, mas apenas quando é tratado tipologicamente, não almejando a essência eterna do sentido, mas sua trama multicausal, ao entrelaçar os fenômenos sociais mutuamente.

Tanto a intenção de que o significado adquire a forma de uma “teia” ou de uma rede interativa quanto à concepção de que ele é atingível apenas por um mergulho profundo já aparece em poetas como Rainer Maria Rilke. Em Simmel, a forma inter-relacionada do significado aparece ligada à necessidade de apreensão do caráter próprio

² O conceito de „relativismo“ nutre pouca relação com aquele fundado pelo culturalismo de Franz Boas e se refere a um modo de pensamento relacional e a um perspectivismo.

das interações sociais em sociedades diferenciadas e modernas em que os pontos de contato entre os indivíduos se multiplicam e os círculos sociais se tornam cada vez mais abrangentes, se distribuindo entre as esferas de valor.

Aliás, em seu *Stundenbuch* (2007) o tema da modernidade não poderia ter mais em comum com diagnóstico simmeliano: partindo da destruição do sentido religioso, estético e metafísico da vida no capitalismo moderno, Rilke reconstrói a experiência individual do “eu” singular por meio da procura do sentido profundo da existência³. Ele certamente representaria, para Simmel (1918), um autor tipicamente moderno, já que o seu ponto de vista principal é o conceito de vida (*Lebensbegriff*). Esta experiência pulsante e vital é a fonte e o objeto pela interioridade, do lado obscuro e pouco conhecido da própria identidade. A experiência moderna é, então, a experiência que funda a noção de interioridade. Como pano de fundo deste processo, o sentido não é mais conferido por uma força exterior à existência mundana. Além disso, o ele não é uma coisa ou um objeto e tem muito menos um sentido teleológico, mas se desdobra na própria busca incessante. Não há um destino final, uma meta, o que envolve quase sempre embate com afetos geralmente reprimidos como angústia, medo e solidão. Isto confere um comum à estética moderna cuja ruptura com a aceção ingênua de interioridade psicológica, postula uma subjetividade perpassada por sentimentos contraditórios e por conflitos existenciais. Este sujeito dilacerado é reconduzido dentro de sua própria experiência vital à hermenêutica de si no mundo através desta procura pelo sentido profundo de sua existência secular. Não à toa o tema da peregrinação é essencial na construção da poética. A procura incessante pelas raízes e fins (do porquê a vida ser deste modo específico e ter se tornado o que se tornou) últimos da existência individual nas sociedades modernas se afina com uma ressignificação do sentido religioso e estético, perdido em uma sociedade para a qual cultura material se sobrepujou à cultivacão espiritual. Aqui, a mistura de dois temas centrais na literatura moderna aparece novamente: o diagnóstico e a narrativa da decadência levada pelo projeto moderno, que nos conduziu principalmente ao atomismo individualista, à construção do interesse individual contra o dos outros e à procura por uma reconstrução de seus destroços.

³ “*Ich liebe meines Wesens Dunkelstunden/ in welchen meine Sinne sich vertiefen (...) Du Dunkelheit, aus der ich stamme/ ich liebe dich mehr als die Flamme, welche die Welt begrenzt*“ (*Eu amo as horas obscuras de minha essência/ nas quais os meus sentidos se aprofundam. (...) Tu escuridão da qual eu origino/ eu te amo mais do que a chama que delimita o mundo*). (Ibidem, p.12-13).

Encontramos a este ponto, a primeira similaridade entre Georg Simmel e Pierre Bourdieu: o plano de reconduzir as interações sociais a uma totalidade tipológica subjaz a tentativa de superar o dualismo entre uma análise fragmentada de acontecimentos cotidianos passageiros e um conceito reificado de sociedade no qual esta se realiza para além da ação social. Entretanto, este esforço de generalização permanece distinto entre os dois autores: para Bourdieu, este esforço deve buscar a sistematicidade das interações na medida em que formam um plano mais abstrato: o campo ou o espaço social. Para Simmel, o sociólogo deve buscar pelas *formas* abstratas de interação, enquanto estas congregam tipicamente seus casos historicamente relacionados: os conteúdos. Forma e conteúdo são, na ótica simmeliana, distinções analíticas e conceituais, mas que não deve jamais ser separadas. Há ainda uma segunda acepção: a de que a objetividade se realiza nas inúmeras maneiras em que os fenômenos se relacionam. Ela montaria uma espécie de “perspectivismo”; uma trama objetiva complexa e variada entre as aparências fenomênicas. Trata-se, conclusivamente, de uma constelação entrelaçada de casos paradigmáticos analisados em suas contradições constitutivas. O ponto fraco de seu “perspectivismo”, ao adentrar os múltiplos modos de sociação nos círculos, é não trazer à tona que, em determinados momentos históricos da constituição social, algumas esferas podem ser mais decisivas para o pertencimento de um indivíduo do que outras. Outra questão problemática se refere ao caráter um tanto “fixo” e até “mecânico” da recondução dos conteúdos às formas, visto que não são remanejados aos seus processos históricos particulares.

Em contraste com Marx, Simmel não parte do sistema produtivo para analisar a produção do valor econômico no capitalismo moderno. Todavia, ele não nega a produção de mercadorias como uma dimensão essencial para se compreender o funcionamento das sociedades capitalistas. Seu intuito se caracteriza muito mais num esforço complementar do que numa oposição, visando apreender os aspectos culturais e psicológicos do capitalismo através da circulação do dinheiro e mercadorias. O motivo desta eleição se encontra no pressuposto de que a troca representa a forma mesma das interações sociais na economia moderna. Ela carrega em seu bojo uma dinâmica dos afetos, das emoções e do desejo: satisfação, sacrifício e renúncia se encontram em conflito e constroem a base mesma do valor econômico. Deste modo, sua definição não tem sua raiz no campo econômico, mas na gênese social dos valores econômicos.

A dinâmica afetiva relacional que outorga o nascimento de todo e qualquer valor econômico é a mesma que estrutura a forma pela qual se canalizam as energias psíquicas e físicas no trabalho moderno, fazendo com que este tenha no sofrimento e no sacrifício o seu correlato, já que o trabalho produtivo envolve a aplicação de uma força humana destinada a um fim singular, não podendo ser utilizada tendo em vista outro fim. A análise genética dos valores econômicos pode ser mais bem compreendida, por exemplo, na ideia de que lucro ou ganho não se definem por si, mas adquirem seu valor material na medida em que o objeto correlato desejado (ou a sustentação estilo de vida referente ao um ganho em dinheiro) lhes é contraposto. A noção de que a troca monetária e a circulação de mercadorias supõem uma economia emocional já elenca como pano de fundo um apaziguamento destes afetos e a adesão da sociedade como um todo às regras deste “jogo”. Os impulsos agressivos são no mínimo reprimidos na autolegitimação de quem sofre com o lado negativo da competição social. Desta forma, o anseio e o desejo só podem surgir incorporados em seu valor econômico e social à medida que não são realizados no momento imediato em que são sentidos, exigindo uma recanalização dos afetos e da energia intelectual em direção à satisfação. Assim, o valor na economia surge com a renúncia e o sacrifício da satisfação imediata, em razão desta circulação de valores fundar uma diferenciação e o distanciamento entre sujeito e objeto. Por conseguinte, ela impõe uma expectativa (que é uma forma de juízo social) com relação a um intervalo temporal. O lucro econômico não se furta a este padrão afetivo em função de supor a renúncia de um uso do dinheiro que se esgota em seu presente imediato, impondo assim uma distinção temporal entre investimento, ciclo produtivo e por fim o lucro. É o que está pressuposto também no que estamos chamando no capítulo 4 de consumo estético cujo uso do dinheiro necessita de um planejamento maior e uma espera. A viagem a passeio foi o exemplo tomado, já que esta envolve em alguma medida presença de uma poupança ou algum acúmulo de capital econômico anterior. Este processo de acúmulo e renúncia a um consumo imediato, por exemplo, ao comprar com a mesma quantia em dinheiro uma maior quantidade de mercadorias sem valor simbólico, é o correlato próprio do consumo estético e de sua promessa – a de uma mercadoria “personalizada”. O consumo estético impõe uma transmutação de capital econômico em cultural, ressoando no “charme” próprio da mercadoria. O exemplo da viagem parece envolver em maior ou menor grau um processo de incorporação de disposições ligadas ao capital cultural através de uma socialização cosmopolita. Não por acaso, são mercadorias e serviços de valor unitário

alto, pois a propaganda de “singularização” e “individualização” do cliente se realiza em negação e desprezo aos produtos de massa cuja expressão máxima é sua redução simbólica à necessidade e ao preço barato. Walter Benjamin (BENJAMIN apud FRISBY, idem) acreditava que este aspecto crescente de descolamento do valor de uso da mercadoria de sua utilização imediata e simplória, isto é, do refinamento de sua dimensão simbólica, conduziria o indivíduo moderno, reduzido ao papel consumidor, a um mundo de fantasias.

Se, para Simmel, a troca (*Tausch*) constitui a tessitura própria das relações sociais, ela ganha este protagonismo em função de a economia ser seu caso especial de interação e sociação (*Vergesellschaftung*). Todavia, a troca imaginada por Simmel não se assemelha à pragmático-utilitária, mas abarca um conjunto muito mais de interações. Na verdade, a troca no sentido utilitarista na qual os dois ou mais lados de uma interação se relacionam através de meros interesses instrumentais corresponde apenas um caso desta forma mais geral da vida intersubjetiva:

(...) de tudo resulta: a troca é uma composição *sui generis*, uma forma originária e uma função da vida interindividual que não resulta de um arranjo quantitativo das coisas e nem de sua consequência lógica, que se convencionou chamar de utilidade ou raridade. (SIMMEL, 2009, p. 99).

De modo geral, este conceito é responsável por conferir uma possível sucessão de ações individuais isoladas seu elo propriamente social, permitindo contextualizar o sentido da vida social:

Nem a fome, nem o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou os resultados da inteligência significam, assim como elas imediatamente são, e de acordo com o seu sentido dado, sociação; (...) emprestam uma forma definida ao “ao-lado-do-outro” (*Nebeneinander*) isolado dos indivíduos para formar um estado “com-o-outro” (*Miteinander*) ou “por-outro” (*Füreinander*), que pertencem ao conceito geral de interação (...). (SIMMEL, 1992a, p. 18-19)

Ela é o fim principal da investigação sociológica, que visa a partir da combinação dos conteúdos e interações particulares, reconduzindo-as à sua forma típica geral. A justificação da troca como conceito-chave na investigação se concretiza porque ela constitui a forma e a função *sui generis* da vida interindividual, uma vez que nela se originam todos os outros tipos de interação sociais. Assim, a troca monetária ganha um significado singular no capitalismo moderno, correspondendo à forma de sociação primária da economia moderna, sendo “utilidade” e “raridade” resultados posteriores.

Segundo esta acepção, a base da economia moderna não se deixa entrever na sua base pragmático-utilitária. Ela contorna decisivamente a forma tomada pelas interações intersubjetivas e simultaneamente constitui o significado dos objetos e das interações, embora nunca se reduza meramente à sua forma já objetivada. É notório que a troca envolva outro conceito: a renúncia (*Verzicht*), já que o valor de algo se constitui precisamente relativamente a outro elemento rejeitado. Somado a isso, o valor e a troca são quesitos centrais na economia monetária porque são revestidos da distância entre sujeito e objeto, isto é: algo só adquire valor em função de haver um intervalo temporal entre a produção e o consumo, introduzindo a expectativa entre um e o outro. Não obstante, este estado intermediário outorga a diferenciação entre sujeito e objeto. Por sua vez, os processos de socialização (*Sozialisierungsprozesse*) coadunam diversas formas de “estados de ser” (*Seinszustände*), emergidos de processos práticos (Ibidem, p. 47). Portanto, a socialização é relativa à interação intersubjetiva num determinado contexto, enquanto a socialização caracteriza-se pelo passado social e pelas condições prévias.

A forma de socialização do conflito (*Streit*) é provavelmente um dos mais importantes modos de interação. Todavia, o conflito não constitui um momento negativo ou simplesmente contraposto à ordem social, mas existe nele uma qualidade sintética e intrínseca elencada à objetividade das relações sociais. Ela exige do agente social um grau de adesão (uma “libido”) e “investimento” nada desprezível. Em decorrência disso, a construção, por exemplo, do pertencimento e da identidade social num círculo social envolve necessariamente a eleição de alguns traços elementares bem como simultaneamente a expurgação de todas as características estrangeiras a um grupo social⁴. Dito de outro modo: a positividade na construção de um pertencimento social carrega consigo a estipulação dos critérios que não outorgam o acesso ao grupo. Certamente, este postulado não pode ser tomado em sua “pureza categórica”, sem que sua dinâmica seja averiguada. Semelhantemente, a luta (*Kampf*) e o conflito não envolvem apenas motivações encerradas em si próprias: elas não raramente congregam interesses objetivos e impulsos que não se esgotam no momento belicoso, construindo uma ponte entre esta forma de interação com outras.

⁴ Integração, reconhecimento e aceitação se articulam com estigmatização e exclusão. Adorno (2003, p. 47) havia mencionado num prolongamento a Freud, que precisamente este campo de forças ativo configura uma das principais bases sociais do medo. Este se arraiga nos mecanismos objetivos de desclassificação social, embora seu canal de expressão ocorra comumente no nível da “experiência psicológica”.

Aliás, é preciso notar que toda sua investigação sobre as formas e os conteúdos das sociações é permeada por uma questão de fundo nodal: sua crescente impessoalização através do desenvolvimento da cultura moderna. A concorrência (*Konkurrenz*) e troca são operantes principalmente na moderna economia monetária na medida em que a primeira é uma forma *indireta* do conflito. Por isso, exclui-se a eliminação direta e violenta de outrem através do estabelecimento de uma meta exterior, se colocando valor “terceiro”, objetivo e independente aos concorrentes. Graças a isso, ela funda uma consciência com relação a fins (Ibidem, p. 309). Seu caráter *impessoal* enfraquece o atributo propriamente violento e brutal da interação entre grupos estranhos. Neste sentido, a iminência da guerra era a forma comum de relação entre castas diferentes antes, por exemplo, da instauração do comércio internacional (Ibidem, p. 302). No caso da economia, dois comerciantes não concorrem diretamente entre, mas pelo nicho e, portanto, pelo lucro provável em dinheiro. O mérito individual adquire em sua tonalidade (quando surge discursivamente) invariavelmente uma espécie de resignação “ativa”, pois a falha é legitimada como falta de vontade e empenho alheio em buscar o mesmo fim. Ela é ativa, pois também busca justificar o próprio sucesso, já que o lucro econômico tem, ao contrário do que creem as teorias econômicas liberais, uma estrutura relacional: para quem lucre é necessário que outros não. A raridade do lucro como tipo da ação social tem seu espectro complementar na restrição limitadora dos meios realmente rentáveis de concorrência às classes dominantes (Ibidem, p. 337-341).

O mesmo estado atitudinal pode ser observado na aversão ou distinção entre as classes e camadas sociais antagônicas no jogo social da distinção. Segundo Simmel, este ódio ou aversão tem sua raiz não na pessoa do objeto odiado, mas no fato de que estes sentimentos de abjeção, dissonância ou identificação surgem quando alguém representa e incorpora um pertencimento social específico. O membro oponente de um grupo social suscita sentimentos de repulsa, em razão de representar uma ameaça à unidade significativa de uma camada, milieu, fração ou classe social. Por fim, quando sentimos inveja e ciúmes de outrem, estes sentimentos só podem ser concebidos, no mundo moderno, como resultado de seu caráter objetivo e não essencial. O significado de “inveja” e “ciúme” não adere em seu objeto de projeção em e por si, mas no conteúdo representado e simbolizado como fracasso na competição social. Por fim,

Simmel avança afirmando que o apanágio propriamente impessoal do conflito, proporciona-lhe seu estado cotidianamente *latente* e velado.

No que tange ao poder e suas formas de sobre (*Überordnung*) e subordinação (*Unterordnung*), a temática de como estas estruturas se tornam gradativamente impessoais perdura. O primeiro passo de Simmel almeja romper com uma categoria substancial e essencial de hierarquização: a subordinação, na forma abstrata da dominação, não corresponde à simples imposição de uma vontade unívoca contra outrem, ou seja, um exercício solipsista de poder, mas à sua dinâmica relacional. Há, de acordo com Simmel, sempre um espaço, mesmo que mínimo, para a liberdade pessoal quando a dominação não incorre na aniquilação física do dominado (*Ibidem*, p. 161). Logo, o predicado mais importante à análise social da subordinação é: “*esclarecer para si para a espontaneidade e a complacência do sujeito subordinado, contraposta aos diversos disfarces nos modos superficiais de projeção (Ibidem, p. 162)*”. Isto posto, as relações de poder e subordinação raramente se apresentam nas interações intersubjetivas enquanto tal, pois se tornam distorcidas.

Aproximamo-nos de um dos pontos altos da obra simmeliana: sua investigação sobre o dinheiro. Por um lado, ele é, e por isso sua eleição como categoria central de análise, a unidade galvanizadora e catalisadora de todas as interações nas sociedades capitalistas, por outro, seu interesse pela finalidade do dinheiro na cultura moderna se inclina para a compreensão de sua ligação com a vida interior (*Innenleben*). Assim, ele não tem nem um ponto de partida histórico e muito menos um “econômico”. Este posicionamento de Simmel tem, a meu ver, um ponto forte e um fraco. Primeiramente o ponto forte é o de permitir uma imersão nos fatores constantes, “gerais” e “universais” que condicionam a experiência moderna em todas as classes sociais. O ponto fraco é o de secundarizar uma analítica diferencial dos processos de socialização do dinheiro, elencando-os a uma sociologia de classe globalizante. Esta variante, que em nada se assemelha a teoria economicista da classe de renda, mas a uma teoria simbólica e relacional do capital econômico é objeto principal de nossa presente análise. Em contraste com Simmel, partimos não de uma concepção geral de “vida interior”, mas da ideia de que esta, bem como seu campo de forças pulsional, é estruturada diferencialmente de acordo com trajetórias de classe.

Se o foco da argumentação se centra na forma pela qual a vida psíquica se conforma à moderna economia monetária, o passo seguinte em *Philosophie des Geldes*

se caracteriza pela procura do fio condutor na genealogia dos valores. Sua estrutura interna corrobora duas propriedades. O valor não é uma substância, ou seja, é relacional uma vez que se funda e se arranja na distinção (*Unterschied*):

“(…) A indistinção total é rompida na qual a elevação mais alta de um ponto figura ao lado do naufrágio decisivo do outro, e sua essência não é a unidade, mas a distinção: o ordenamento segundo valores”. (Ibidem, p. 21).

O dado propriamente valorativo da vida psíquica é irredutivelmente qualitativo, não podendo este prescindir de hierarquizações. Porém, o valor é, antes de tudo, um evento psicológico, mesmo que seja intersubjetivamente compartilhado. Concomitante a isto, sujeito e objeto nascem logicamente quando um conteúdo material se torna tanto presente na projeção psíquica quanto no ponto em que este encontra seu correspondente na realidade objetiva. Deste modo, o estado plenamente indiferenciado entre sujeito e objeto não pressupõe nem o corte entre imaginação e realidade e muito menos a presença de um anseio. Por conseguinte, a discrepância entre sociedades modernas e pré-modernas se dá menos por uma “ausência de valores”, do que pela extensão do encadeamento e do intervalo temporal entre um anseio e sua possível satisfação. Esta última se associa primariamente com expectativas. Seguramente, a predileção de Simmel por fundamentar a arquitetura inicial dos valores na vida pulsional, ao invés da chave “racional”, exhibe tanto uma opção teórica, mas igualmente um diagnóstico de que o capitalismo moderno obtinha crescente sucesso em mobilizar as motivações inconscientes e subterrâneas para seus próprios fins. Na verdade, isto é apenas possível numa fase tardia na qual seus imperativos não mais dependem de um esforço cotidiano consciente; eles já se tornam quase como uma “segunda natureza”, encontrando pouca ou quase nenhuma resistência de inclinações contrárias. Não é, por exemplo, arbitrário que um dos efeitos mais patentes da tragédia da cultura seja a dificuldade monstruosa do indivíduo moderno tornar consciente o traço convencional das razões finais para as quais vive.

A passagem do valor de substância (*Substanzwert*) para o valor de função (*Funktionwert*) do dinheiro ocupa, na teoria simmeliana do valor, um lugar central. O pano de fundo no qual este processo acontece corresponde à separação entre duas classes de objetos: A) os que exibem uma finalidade de uso concreto (mercadorias); B) os que cumprem um papel funcional, isto é, o dinheiro; simbolizando o valor

quantitativo dos demais objetos. Portanto, isto ocorre quando a função de permuta do dinheiro sobrepuja sua utilização imediata como outro objeto. Em sociedades pré-modernas, os meios de troca assumiam, em alguns contextos, um uso imediato, podendo se esgotar em algum momento. O sal era um caso famoso, ou mesmo temperos exóticos trazidos do oriente. Mesmo em sociedades europeias, até a virada do século XIX é possível notar que a economia monetária e o estabelecimento do dinheiro (assim como conhecemos hoje) ainda não havia inteiramente se desdobrado. Em seu valor de função, o dinheiro se torna um meio de troca puro e seu valor abstrato quantitativo puro rege de modo absoluto sobre qualquer uso qualitativo deste objeto. Ele não carrega consigo qualquer tipo de conteúdo qualitativo imanente ou adjacente. Dito isso, o dinheiro na cultura moderna não detém em si qualquer uso imediato: ele apenas simboliza o valor abstrato calcado em um compromisso social prévio através de um número. Ele galga ter, então, o monopólio da representação dos valores – ele é um símbolo numeral puro. Por fim, passagem do valor de substância para o de função traz o dinheiro a um novo patamar na sociedade: ele se torna o símbolo geral máximo ditador de todos os outros valores particulares, condensando-os em si – ele se torna, por conseguinte, dinheiro simbólico (*Zeichengeld*).

Com a transmutação do seu valor de substância para o de função, abre-se um campo de ação próprio e singular com o dinheiro. Ele impõe cada vez mais um tipo de comportamento específico ao indivíduo moderno, pois seu universo é o cálculo, se espraiando como atividade cotidiana e faculdade principal exigida para agir com o dinheiro: taxa de juros, financiamento, preço, leasing, taxa de rendimentos e etc., são apenas alguns exemplos. Esta esfera de ação do dinheiro que todos os indivíduos invariavelmente no capitalismo moderno têm que desenvolver, seja de modo primário e incipiente ou de modo desenvolvido e diferenciado. Todas as classes têm que desenvolver algum tipo de ação com o dinheiro. O fato de que os bancos e os grandes investidores financeiros dominam direta ou indiretamente o tempo e a direção de circulação do capital econômico em escala mundial, tendo o poder de impingir sua ação sobre outras no campo econômico também determina as classes sociais premiadas e as que vivem sob a espada das urgências econômicas primárias, que, por sua vez, se relaciona a um tipo de violência simbólica socialmente acordada sobre o desempenho impessoal do trabalho social.

O advento do valor de função do dinheiro o transforma num meio de troca universal definidor do valor dos objetos e das pessoas, destruindo por inteiro a experiência religiosa e metafísica em sociedade. Este argumento baseia-se na noção de que a vida social não mais se apoia em conteúdos estáveis e eternos, pois a economia monetária madura não apenas reduz as qualidades à sua forma valorativa quantitativa como os coloca em constante relação e movimento. Ora, se as sociedades pré-modernas acimentam sua orientação valorativa no passado; nas modernas, ela se constitui em projeção a um futuro abstrato. À proporção que o valor qualitativo dos objetos e das relações sociais se torna reduzido ao seu valor econômico numérico, estas mostram o seu lado apenas abstrato, tendo como resultante sua completa *relatividade*. Desta maneira, o dinheiro adere à qualidade dos objetos ao passo que esta qualidade não é mais por si própria senão exprimível através do seu valor quantitativo, abstrato e de permuta. Esta abstração operada pelas relações monetárias impede o desenvolvimento de uma sensibilidade valorativa (*Wertgefühl*) do plano verdadeiramente qualitativo dos objetos e dos outros. Isto nos distancia da Grécia helênica. A noção na filosofia grega clássica, de que cada substância material correspondia à sua forma abstrata fixa (Ideia), imutável e transcendental esboçava e estruturava propriamente o valor do mundo objetivo, não encontra maior espaço na cultura moderna. As formas eternas eram a extensão e a realização complementar mundo empírico no abstrato (o seu outro), mas que deveriam ser apreendidas a partir do distanciamento contemplativo da realidade objetiva, ao mesmo tempo em que o apego apaixonado a esta tinha como consequência a destruição do espírito (da “alma”) no caráter transitório da natureza empírica. Psiquicamente, as coisas e os eventos tendem a se impregnar apenas de modo passageiro e transitório.

Na economia capitalista, esta forma qualitativa eterna passa a ser dominada por uma forma abstrata quantitativa, impondo um valor relacional aos objetos por meio da circulação global de mercadorias. Se tudo tende a ser trocado ou se entrosa facilmente com seu valor monetariamente expresso, as coisas tendem a perder seu valor de genuinidade. Psicologicamente, o novo contexto instaura uma angústia estrutural; uma espécie de “mal-estar”, pois o indivíduo moderno não é capaz mais de perceber o valor dos objetos para além do seu valor intercambiável. Eis aí a derrocada da valorização contemplativa do mundo objetivo e dos objetos transformadas em mercadorias. A faculdade de estabelecer hierarquias qualitativas entre os objetos independentemente do

seu valor no sistema de troca mútua. Assim sendo, a completa relatividade do valor das coisas impede com que nossos anseios e desejos encontrem um ponto de repouso. Complementarmente, o dinheiro, enquanto mediador valorativo e denominador comum de toda expressão qualitativa de valor, não oferece um conteúdo próprio ao qual a personalidade pode se ater. Em resposta a isso, Charles Taylor (1989) provavelmente reivindicaria que a sedimentação da economia monetária moderna obscurece e oblitera a possibilidade de transformar as hierarquias morais de valor, que orientam a vida do *self* moderno, em ato consciente e passível de reflexão contínua. Seríamos, então, reduzidos às avaliações fracas (pragmático-utilitárias) em detrimento da atividade profunda de articulação das fontes morais últimas.

O dinheiro como representação abstrata do valor, definido pela sua quantidade, exibe sua adesão crescente nos objetos quanto mais a expressão de seu valor quantitativo se espalha para as unidades monetárias baixas. Ele se torna equivalente geral de todas as qualidades, pois já tendo se tornado instrumento (*Werkzeug*). Ele não tem nenhuma finalidade outra além de ser um meio de troca absoluto, não encontrando um fim pré-determinado. Além disso, a forma completamente instrumental do dinheiro carrega em sua esteira uma nova condição que se impõe aos modernos: a satisfação de desejos e apetites tende a agregar, em algum nível, o dinheiro. A posse de uma mercadoria é precedida pela chance de trocá-la por dinheiro. Nesta ótica, o conceito de valor de função - assim como o caráter instrumental do dinheiro - é correlato do fato de que este não detém um conteúdo (*Inhalt*) próprio: ele é uma pura abstração. O valor de função do dinheiro confirma a crescente impessoalização das interações e regras trazidas pelo capitalismo moderno, enquanto o dinheiro independe das qualidades pessoais de seu portador.

Este traço puramente instrumental do dinheiro e, seu coroamento como fim, contém em seu escopo uma preocupação essencial: as pré-condições psicossociais da sua forma de capital na cultura moderna. Enquanto mediador, o dinheiro ainda se encontra subordinado à troca de objetos e à recompensa de outras atividades que obstruem sua autonomia. O papel de meio de troca puro, ou seja, como representante do valor abstrato quantitativo das mercadorias, encontra o seu ponto de partida no processo de diferenciação trazido pela divisão do trabalho, dificultando as chances do indivíduo moderno conseguir satisfazer independentemente todas as finalidades de sua vida. Em sociedades pré-capitalistas em que a divisão do trabalho social ainda se encontrava em

seu estágio mais simples, o exemplar individual era capaz sobreviver de modo mais ou menos autossuficiente. Por exemplo, um índio em idade madura era de tal modo socializado em sua tribo a conseguir suprir autonomamente suas necessidades. Ele sabia construir suas armas, um acampamento no caso de pernoite ou conhecia a mistura específica de ervas para o veneno a ser utilizado na ponta de uma lança ou flecha. Nas sociedades modernas, isto encontra um fim. A tendência cada vez mais abrangente de o dinheiro se tornar a forma de recompensa monetária pelo desempenho e, por outro, a necessidade intrínseca deste operar como meio de sustentação da existência humana imediata, sedimenta esta tese. Em sociedades diferenciadas, o trabalho especializado esvazia esta autonomia individual frente às necessidades que enfrenta. Deste modo, o trabalhador assalariado tem como seu inverso especular o consumidor (comprador de mercadorias e serviços) e em seu epicentro o dinheiro como meio de troca universal, denominador comum do valor de todas as mercadorias.

O desdobramento da ação econômica como “meio” é encontrado recorrentemente em nossos entrevistados das classes situadas nas posições inferiores nas sociedades nacionais. Assim, o dinheiro preso às funções ainda primárias do habitus econômico de classe ainda é subjugado - na grande maioria dos casos - à sua função de meio para, por exemplo, suprir consumos imediatos. Ele não se torna um excedente monetário do trabalho, assumindo um papel acumulativo senão de modo “marginal”, residual e até ocasional, endossando um comportamento rigorista. O dinheiro assim circula e possui um campo de aplicabilidades mais limitado. Suas possibilidades de uso se esgotam em um intervalo temporal curto. Esta é a marca do habitus econômico das classes subjugadas, enquanto estas ficam presas à unidade monista e centrípeta de elementos primários e reprodutivos deste. Eis o seu caráter indiferenciado. O acabamento final de seu valor de função e sua elevação como fim máximo da ação econômica constitui a forma de capital do dinheiro (*Geldkapital*). O dinheiro adquire aqui um movimento circular cujo ponto final é o seu próprio excedente – “mais-dinheiro”. No coroamento do dinheiro em fim, ele já realiza as pré-condições sociais e psicológicas de sua forma como capital. A ação com o dinheiro visa, então, à acumulação de uma quantia superior à inicial:

“(...) (o dinheiro) aumenta o seu valor como meio e, de fato, tanto, que este vale simplesmente como valor e a consciência com relação a fins repousa neste. A polaridade interior na essência do dinheiro: ser o meio absoluto e justamente por causa disso se tornar para a maioria dos homens o fim absoluto (...)” (SIMMEL, 2009, p. 341-342) (tradução minha).

Assim, o dinheiro toma seu acabamento último: de um mero meio de troca, sem qualidades e conteúdos intrínsecos à sua função ao fim absoluto e supremo da ação econômica, visando o acúmulo de seu excedente. O fundamental desta gênese social das trocas monetárias é que o capital econômico propriamente não é senão uma forma particular do dinheiro, cujas disposições correspondentes se encontram com mais frequência nas classes dominantes, pois: “(...) *um patrimônio tem maiores chances de crescer, quanto mais a parte majoritária deste, não estiver comprometido com a existência econômica de seu proprietário, podendo se tornar especulativa*” (Ibidem, p. 393-394) (tradução minha).

Simmel define, nesta passagem, as disposições econômicas dominantes. Entretanto, o dinheiro como fim em si, isto, é, sob forma de capital não permanece como ação social residual. Ao contrário, ele se torna uma espécie e “imperativo categórico”, penetrando na dinâmica e nas motivações mais profundas de nossos desejos na cultura moderna. O dinheiro como um fim em si (*Selbstzweck*) já supõe que almejá-lo enquanto tal tem como base a aceção de que suas condições de origem se tornaram inquestionáveis e automatizadas. A dominância da expressão monetária dos valores se impõe a toda outra forma riqueza no capitalismo moderno. Assim, a riqueza perde – que nas sociedades pré-modernas tinha um caráter primariamente de ostentação e de apresentação dos signos de pertencimento ao estamento dominante – o seu caráter fixista e imóvel. O caráter exclusivamente tradicional da ostentação pré-moderna agora adquire, nas sociedades modernas, outra tarefa: o que importa não é imediatamente o que se tem, mas o que este desempenha ou o seu “poder” (*das Können*)⁵. Temos, aqui, a emergência de uma *zona especulativa* com dinheiro contraposta ao seu uso pré-determinado por condições impostas. O dinheiro como fim em si, como capital econômico e como dominação do tempo social com relação às necessidades de existência primárias, adquire uma esfera de ação própria destacada das outras, caracterizada pela sua potencialidade, seu campo abstrato e provável de ação. O capital toma o seu significado não imediatamente através de sua posse, mas apenas na medida em que ele *desempenha* algo (potencialmente ou realmente) (Ibidem, p. 252). No capítulo quatro, buscamos um prolongamento conceitual sob o nome de *função de*

⁵ No alemão, a palavra é usada como substantivo do verbo, que Simmel provavelmente priorizou para enfatizar a ação e não o objeto. Seria este o caso se ele tivesse empregado a palavra “Macht”. A posse (*Besitz*) se conecta, então, com “poder-dispor” (*Verfügenkönnen*) sobre objetos mediados através do dinheiro (ibidem, p. 617).

capital da renda tomando como base a maneira pela qual as classes sociais, no desenrolar dinâmico de sua trajetória social, se colocam perante a este postulado teórico.

A forma de capital do dinheiro como fim longo prazista da ação carrega consigo um tipo de ação social particular com relação a fins. Ela tem necessariamente a intenção da garantia da posição social no futuro ou de constituir uma base para uma ascensão concomitante. Este tipo de ação ocorre apenas quando projeções e expectativas subjetivas encontram terreno e condições sociais férteis para o seu desdobramento. Quando isto tem lugar, as expectativas pessoais ganham força e potência, canalizando a energia corporal, libidinal e intelectual para um fim em específico. Elas encontram assim suportes sociais concretos e reais. Do contrário, elas permaneceriam sob forma de imaginação ou ideal distante à proporção que a força impulsionadora destes ideais se esgota em seu contexto imediato. Em contraste, a ação planejada sob bases seguras não se extingue em seus efeitos imediatos.

A penetração do dinheiro em praticamente (em maior ou menor grau) em todas as esferas da vida social tende a conferir-lhe o poder de expressar valores pessoais na mesma proporção que algumas interações intersubjetivas podem ser reduzidas ao procedimento da troca monetária: o desenvolvimento da penalidade em dinheiro é um exemplo disso. Simultaneamente, sua indefinição qualitativa permite trazer a diversidade dos valores pessoais - incomensuráveis entre si – a um patamar comum. Assim, no direito civil, por exemplo, a maioria dos conflitos jurídicos pode ser resolvida através de uma soma em dinheiro, como a indenização. No entanto, é na prostituição que Simmel encontra o dilema mais pesado da dominação do dinheiro na cultura moderna, talvez porque ele penetra num contexto que constitui o conteúdo oposto à mera concretude utilitária própria das trocas monetárias. Tratam-se das relações íntimas e eróticas. Primeiramente, é preciso ressaltar que a construção da posição feminina no jogo erótico se estabelece através de sua entrega (*Hingabe*). Este momento, que muitas vezes não se esgota apenas no ato sexual, inclui não apenas mera entrega corporal, mas doação pessoal total. A questão é o significado da entrega erótica feminina, exigindo da mulher a entrega do seu “eu” juntamente com a totalidade de seu valor social. À vista disso, o dilema da prostituta é que este momento irredutivelmente pessoal é, por meio da troca monetária de dinheiro por sexo, tornado impessoal e, por conta disso, “desencantado”. Assim, sua personalidade é transformada em “meio”, ao passo que o ato erótico se transmuta numa satisfação meramente sensível, além de descontínua.

Se a raiz do valor é a distinção relacional de duas qualidades, a regência da forma abstrata e quantitativa incute na vida interior a indiferença (*Gleichgültigkeit*) passiva como postura atitudinal principal. Simmel, então, procede na compreensão de como alguns “traços caracterológicos” se desenrolam a partir daí. Certamente, o cínico é um dos principais. Na antiguidade, ele tinha ideal vital positivo: o cínico tinha como proposta a liberdade moral ética por meio de sua força intelectual incondicional. O moderno se coloca, todavia, em distinção com seu predecessor, contra qualquer ênfase distintiva com relação a valores. Sua atitude põe-se a nivelar resignadamente qualquer ambição à grandeza, anestesiando a clareza trazida pelo fato de uma construção valorativa ser primariamente criada através da distinção relacional entre duas ou mais atribuições qualitativas. Aliado a isso, a postura blasé e indiferente dos abastados se desdobra como decorrência deste fenômeno porque a penetração capilar do dinheiro como mediador da maioria de suas interações intersubjetivas nas esferas sociais os requisita a não se perguntar pelo o significado do valor, mas pela expressão monetária deste.

1.2 A aliança primordial entre diferenciação e divisão do trabalho social

Para iniciar esta secção gostaria de articular dois autores que nos ajudam a enxergar a gênese social do capitalismo financeiro atual e que se colocam num patamar complementar ao de Simmel (1989). Começaremos com Rudolf Hilferding (1955) e sua análise das transformações que levaram à nova configuração do capitalismo moderno – a financeira. Em seguida, apreciaremos conjuntamente a teoria da diferenciação social de Durkheim (2008) e Simmel. O intuito de analisar estes autores nesta parte da tese tem como motivação principal enxergar como diferenciação social entre empreendimento burguês e capital financeiro. O núcleo deste modo de dominação narrado por Hilferding implicou em um papel até então inédito do capital financeiro no sistema produtivo. De algum modo, ele supre uma lacuna sociológica de Simmel. Se o dinheiro se transforma em um fim em si, permitindo o florescimento de sua função acumulativa, quais são as condições sociais e históricas por trás deste processo? Além disso, o enfoque simmeliano na esfera da circulação (a troca) o cega igualmente para o novo domínio do dinheiro na produção e sua crescente dependência com relação ao capital financeiro. Assim, a apresentação de alguns dos argumentos principais de

Hilferding visa complementar e colocar a investigação simmeliana em perspectiva, revelando seus aspectos “estruturais” das interações entre esfera produtiva e de circulação.

Hilferding tem um diagnóstico do capitalismo financeiro que nos ajuda a entender o estágio e os constrangimentos das sociedades contemporâneas. Ele nos auxilia, sobretudo, a contextualizar as mudanças no sistema produtivo que iluminam a situação de nossos entrevistados da classe dominante, ou seja, a ideia de que a empresa capitalista não mais age isoladamente produzindo suas mercadorias autonomamente, mas em conglomerados, constituindo verdadeiras redes de atuação. Ainda que para ele isso incorra em monopólios, trustes, cartéis (muitas vezes de fato controlado) e necessariamente no imperialismo, questão crucial dos anos 20-30 do século XX, o capitalismo financeiro impõe um novo fato: o processo de acumulação e circulação do capital econômico se torna relativamente independente a um modo de produção em particular e único. A possibilidade de se tornar um investidor ou um capitalista financeiro (*Geldkapitalist*) também desencadeou um processo de diferenciação da divisão do trabalho social através da busca por formas inéditas de exploração do lucro e nichos do campo econômico. Uma questão de importância capital não articulada por Hilferding versa sobre como a organização coletiva dos grandes empreendimentos se conecta com o desenvolvimento da dimensão administrativa empresarial, responsável pela dimensão estratégica da empresa no campo econômico, tanto internamente, ou seja, racionalizando os procedimentos produtivos (custos, por exemplo), técnicos e administrativos internos.

Para Hilferding o dinheiro compõe a forma última do capital e é elemento vital tanto nos estágios iniciais quanto finais do processo produtivo capitalista. A troca tem, para ele, ao contrário da escola marxista tradicional, um poder explicativo das relações sociais e econômicas. Ela se realiza socialmente enquanto “comunidade produtiva” (*Produktionsgemeinschaft*) na qual a divisão do trabalho e propriedade privada se entrelaçam completamente, já que a consciência burguesa se reduz ao mercado (Ibidem p. 10-18). Deste modo, o dinheiro corresponde na esfera da circulação ao “nó” que une todas as trocas de mercadorias à medida que, numa economia estável, a soma de preços de todas as mercadorias produzidas exibe uma proporção com a quantidade impressa de dinheiro. É um ponto de vista similar ao de Simmel.

A dominação financeira do capitalismo carrega consigo uma mudança essencial: a produção de mercadorias é dependente de crédito. O valor de função do dinheiro, isto é, sua capacidade de reduzir todos os valores qualitativos ao quantitativo também penetra capilarmente em todos os ramos da produção. Capital fixo (maquinário) e capital variável (na exploração da força de trabalho através do seu assalariamento) passam a ser avaliados em dinheiro. Este aspecto se alinha com a racionalização de ações prospectivas do empreendimento capitalista, projetando suas próprias taxas de crescimento em intervalos temporais mais extensos. O crédito em dinheiro domina todos os estágios da economia tanto na circulação quanto na produção, incutindo na mais-valia a forma final do dinheiro. Este pano de fundo é o que estrutura sua distinção conceitual básica. O crédito de circulação (*Zirkulationskredit/ Kreditgeld*) é emitido de modo privado pelos capitalistas entre si e cuja finalidade é a compensação mútua de dívidas, poupando assim na emissão de dinheiro em espécie. Ele se separa pagamento e venda e se torna um meio de pagamento. Em face disso, ele não tem uma função produtiva, já que apenas empresta às mercadorias seu valor em dinheiro a serem pagas, por exemplo, pelo grande comerciante a um fornecedor.

O crédito de capital (*Kreditkapital*), seu conceito mais importante, se origina do entesouramento sistemático e contínuo do capital em dinheiro. Ele é o estágio final do processo produtivo que se completa depois do acúmulo em dinheiro da venda das mercadorias produzidas. Se Marx narra no processo produtivo, como tendo o estágio final o dinheiro sob forma de capital, este encontra em seu entesourando nos bancos o começo de outra fase⁶. Estes assumem, assim, um papel protagonista, pois são as instituições sociais responsáveis pela concentração e acumulação de D¹. Eles reúnem a contribuição dos capitalistas industriais organizados individualmente, introduzindo aqui a maturação do capital em dinheiro em juros. Este estágio de maturação do capital econômico resultante do processo produtivo acontece por meio da acumulação sistemática e da contribuição da classe capitalista industrial a ser, assim, reinvestido dentro de um novo ciclo produtivo. Contudo, este capital inerte (*brachliegendes Kapital*) precisa assim permanecer entesourado nos bancos até atingir uma soma tal, para assim ser taxado em juros. Doravante, o crédito de capital em dinheiro assume uma

⁶ Sob o postulado D (capital inicial) - M (mercadoria) - D¹ (lucro), Marx buscou compreender o processo investimento e geração do excedente econômico - o lucro - no modo de produção capitalista.

função produtiva na medida em que domina a esfera produtiva, subordinando a produção de mercadorias ao crédito.

Os bancos são, então, o elo entre os grandes capitalistas organizados individualmente em diferentes ramos da produção industrial. Incumbindo-se de um poder relativamente centralizador, eles mediam tanto o processo final da produção capitalista de mercadorias, ou seja, concentrando a contribuição da mais-valia sob forma de capital em dinheiro da classe capitalista bem como o modo pelo qual o dinheiro, transformado em capital portador de juros (*zinstragendes Kapital*), será taxado. Esta é sua categoria principal para compreender a dinâmica do capitalismo financeiro. Eis aí o novo vetor do capital. Ao mesmo tempo em que este capital latente e inerte é colocado à disposição dos capitalistas e dos investidores, toda injeção de capital portador de juros no mercado corresponde à sua possibilidade de aplicação por meio do crédito em outros fins produtivos, ou seja, em outras áreas do campo econômico. Os bancos canalizam todo o capital econômico não imediatamente aplicado, substituindo cada vez mais o crédito comercial, emitido e compensado privadamente. Ao invés de os capitalistas serem individualmente responsáveis pelo próprio crédito, os bancos passam a centralizar esta função. Outra tarefa essencial é concentrar o salário de classes sociais que não detém meios de produção, seja na classe trabalhadora estabelecida, seja a pequena burguesia urbana (o pequeno comerciante), seja agora a classe média – esta definida na troca de altos salários pelo seu capital cultural raro. O salário não cumpre mais, neste caso, apenas uma função reprodutiva, mas é susceptível a ser reinvestido através de produtos financeiros oferecidos por bancos de investimento. Portanto, o surgimento da possibilidade de rentabilidade do salário carrega consigo o nascedouro da zona especulativa com o dinheiro, primeiramente tematizada por Simmel. Todavia, a chance de desenvolver tais comportamentos e condições econômicas se elenca diretamente à integração mais ou menos estável e duradoura no mundo do trabalho.

A possibilidade de desenvolver ações acumulativas com o salário e com a renda em dinheiro, ou seja, o que estamos chamando de função de capital da renda corresponde paralelamente a este movimento estrutural e que se reflete no desenvolvimento dos planos secundários das disposições econômicas. É também o que autoriza a poupança sistemática se converter finalmente em investimento financeiro em sua diversa gama de possibilidades. Os Batalhadores Brasileiros, a Ralé Estrutural e as classes sociais europeias marginalizadas estão em boa parte fora desta possibilidade de

ganho de capital por estarem ainda presos à instabilidade temporal das necessidades econômicas primárias e assim não conseguirem reconverter o fruto de seu trabalho e desempenho em poupança sistemática, tornando-a, em seguida, em investimento financeiro. O lado perverso do microcrédito pode ser compreendido nesta limitação e por outro a própria definição de classe trabalhadora brasileira: se o crédito é uma forma de dinamizar o empreendimento sob forma de capital inicial e de giro (uma dívida), este não engloba o florescimento de disposições econômicas ligadas à constituição de uma retaguarda financeira sistemática, prospectiva e robusta, também dependente da incorporação de disposições e comportamentos econômicos relativamente autônomos às condições propriamente econômicas. Nestas classes dominadas, raramente se identifica o desencadeamento de um processo de acumulação primitiva e contínua do capital econômico.

Se o crédito em dinheiro é responsável pela compensação e pela sua resultante substituição de moeda, o capital inerte se transforma, após um processo de maturação, em capital portador de juros, taxado pelos bancos. O capitalista industrial tem, portanto, a chance de se tornar um capitalista financeiro, de um empreendedor individual a um investidor ou financista. O seu capital pode assim ser (através do banco) emprestado a outros capitalistas ao passo que este é portador de juros. O fato de que o dinheiro e as formas de renda em dinheiro ganham um novo papel, significa também que as classes burguesas são aquelas que conseguem operar com o dinheiro de modo a torná-lo “capital econômico”. Como nota Hilferding a afinidade intrínseca entre lucro e juros:

„Na medida em que o proprietário do dinheiro empresta o seu dinheiro, este dinheiro se transforma em capital para ele, pois após algum tempo este retorna para ele como montante em dinheiro acrescido. O capital se valoriza apenas no processo produtivo através da exploração da força de trabalho; por meio da apropriação de trabalho não pago. (...) Pois o juro sob condições normais é uma parte do lucro, então, é o lucro o limite superior do juro. Esta é a única relação entre lucro e juro. Por outro lado, o juro não é uma parte fixa do lucro. O aumento dos juros depende da demanda e da oferta de empréstimos e de capitais. (...) Se todos os capitalistas produtivos dispusessem de dinheiro simultaneamente, não haveria necessidade de juros”. (Ibidem, p.124) (tradução minha).

O mesmo processo pode ser compreendido tomando o caso dos Batalhadores como ponto de partida, já que a dinamização a partir do microcrédito os transforma exclusivamente em tomadores. Muitos percebiam isto de modo intuitivo e viam no crédito uma solução curto prazista, como modo inicial de capitalização. Contudo, o fato de o microcrédito não os transformarem em investidores revela uma carência na

tentativa desta política pública de intervir e fomentar outras áreas mais sedimentadas das disposições econômicas.

A sociedade de ações é um exemplo sintomático deste processo, já que o seu nascimento é concomitante ao do mercado financeiro. Para tanto, é preciso que as empresas também se tornem burocracias autônomas com relação ao empresário individual. Esta diferenciação entre empreendedor e burocracia econômica, depende essencialmente de uma estrutura administrativa empregando trabalho especializado aplicado à racionalização da produção, do controle de custos e administrativos, dimensão estratégica da empresa no campo econômico com relação aos concorrentes e etc. Trata-se, portanto, da constituição de uma camada assalariada dos altos escalões empresariais. Por outro lado, o capitalista financeiro ou o investidor se organiza sob a forma de sociedade de ações, fracionando o lucro que antes era individual ou familiar. Esta é passagem comum do capitalismo em sua fase inicial para tardia em que empresas inicialmente familiares se metamorfoseiam em grandes negócios com uma grande estrutura burocrática interna enquanto diferenciam internamente suas funções, estabilizando a relação entre oferta, demanda e posição no campo econômico. Esta última incute uma continuidade expansiva na acumulação do excedente econômico passível de se tornar alvo racionalizável de especulações prospectivas (meta de lucros e rendimento projetados anualmente). A diferenciação entre empreendimento e capital parece estar na ponta deste desenvolvimento, encontrando o seu inverso especular no Batalhador pequeno comerciante, conformando caso. Sua posição no campo econômico e sua subárea do mercado local são perpassadas por uma oferta *inflacionada* com relação a uma demanda *instável*.

A diferenciação entre empreendimento e capital permite ao capitalista financeiro investir em mais de um negócio simultaneamente não ficando restrito a uma subárea do campo econômico. Sob este prisma nos encontramos diante daquilo que Simmel descreveu como efeito à distância (*Fernwirkung*) do dinheiro. Ele liberta o empresário da estrutura produtiva e burocrática local e restrita. Neste sentido, o mercado financeiro “liberta” o capital econômico das amarras imediatas da propriedade privada. Em contraste, Hilferding analisa o grande capital industrial como dependente do capitalista financeiro, ocorrendo então, uma metamorfose desta classe ou pelos menos em uma parcela desta. O sentido de sua assertiva vai de encontro ao tema central do capítulo 4: a de que o verdadeiro lucro capitalista dependente de um conhecimento abstrato-espacial

especializado do mercado de investimentos (combinando aqui tanto uma percepção conjuntural às vezes intuitiva do campo econômico quanto uma estrutural) uma vez que o capital econômico pode ser aplicado em nichos dos mais variados. Trata-se de um *saber estratégico* do campo econômico. Isto confere mobilidade ao empresário burguês, enquanto o Batalhador se vê tanto economicamente limitado quanto culturalmente, já que não domina esta perspectiva estrutural, encerrado no mercado local e na percepção mais ou menos eventual e conjuntural deste, limitado pela clientela diária. Esta se depara igualmente com a principal distinção entre o capitalista emprestador de dinheiro e do industrial: enquanto o capital do primeiro está distribuído pelo mercado, o do segundo está exclusivamente aplicado numa unidade produtiva. A oferta quase infinita de “produtos” e de formas de investimento é o que permite com que não só o grande capitalista financeiro se torne um investidor, mas toda e qualquer classe social que consiga exercer minimamente aquilo que estamos chamando de função de capital da renda resultante de uma poupança sistemática. Ele se destaca por ser capaz de diferenciar suas disposições de retaguarda financeira, combinando e distribuindo seus investimentos ao agir “em rede” com o seu capital econômico. Sendo assim, ele pode compor um investimento lucrativo de alto risco (“venture capitals”) com um em longo prazo, em ações, títulos de dívida pública, opções, renda fixa, seguros, derivativos, e etc. As estratégias financeiras de classes sociais mais fracas em capital econômico se legitimam culturalmente no investimento econômico de longo prazo e baixa taxa de rendimento. Não à toa, o *ethos* econômico destas frações de classe se retraduz na procura pela segurança financeira, em proteger o pequeno patrimônio em dinheiro no longo prazo.

No capitalismo financeiro, o lucro individual é seccionado e organizado coletivamente em ações, convertendo-os em dividendos. Os últimos são o lucro em decorrência do investimento financeiro, que Hilferding enxerga exclusivamente ligado à compra e venda de ações, precificadas de modo equiparável aos frutos de seus juros. Os ganhos de capital têm como base a conversão do capital inerte em capital portador de juros na medida em que se fixam em ações, mas igualmente em outros investimentos financeiros, injetado no ciclo produtivo. Os bancos e as agências financeiras são aqui mediadores importantes, reaplicando e emprestando estes excedentes econômicos taxando-os em diferentes subáreas do campo econômico, isto, é retomando a sua forma

de capital produtivo⁷. Deste modo, o grande acionista é também o grande prestador e o tamanho do próprio capital corresponde ao do seu crédito.

Se a dominação financeira do capital não exige mais com que o lucro esteja diretamente subordinado à posse da propriedade privada dos meios de produção, mas às condições monetárias facilitadoras da ação econômica lucrativa, esta também cria a ilusão de independência dos pequenos comerciantes com seus negócios não lucrativos e de baixo rendimento, obliterando o reinvestimento e a função de capital com dinheiro.

Esta parece ser uma mudança relevante na estrutura do lucro econômico e da luta de classes. A pesquisa empírica aponta para ideia de que estes dois elementos se tornaram, com a dominação financeira do capital, mais diferenciados e complexos, sendo o lucro não mais exclusivo da grande burguesia, ainda que esta leve larga vantagem nas possibilidades de manter ou aumentar magnitude deste. A estrutura do lucro se diferenciou socialmente; espalhou-se. O capitalismo financeiro exige, na acumulação contínua e real do excedente econômico, disposições econômicas e financeiras particulares. De acordo com Hilferding, os pequenos negócios estão em *dependência indireta* (conceito de Sombart) com o grande capital, são mero anexo no campo econômico, sendo invisíveis os fios que os entrelaçam. Isto nos coloca diante de uma questão tocante aos Batalhadores Brasileiros pequenos comerciantes, desenvolvendo traços mais ou menos “empreendedores”, já que a expansão do grande capital nem leva exatamente à monopolização e nem necessariamente à proletarização ou exército de reserva. Dois motivos contribuem nesta direção: a) o progresso tecnológico e a automatização da grande produção capitalista eliminadora do trabalho vivo em massa na fábrica, restando apenas trabalhadores com qualificação técnica; b) a possibilidade de explorar o trabalho através do sistema financeiro por meio dos juros – a mais-valia do dinheiro. Se o microcrédito operou de modo a capitalizar o pequeno “empreendedor”, este último paga os juros do empréstimo com parte de sua jornada de trabalho. Em última instância, o pequeno comerciante tomador exclusivo de crédito trabalha para o banco que lhe oferece microcrédito.

⁷ Hilferding (Ibidem, p. 148) introduz então uma fórmula geral de circulação do ganho básico de capital, decorrente da metamorfose do capital em dinheiro fruto do ciclo produtivo em capital portador de juros: Lucro básico = capital em dinheiro da produção industrial (rendimentos)/ Dividendos (ou seja, pelos acionistas) – rendimentos/ lucro médio. Aqui, o curso do capital segue a distinção entre empreendimento e capital ou mais precisamente ganhos de capital, apropriados e divididos pela sociedade de ações. Esta autonomia relativa é igualmente aquela que permite com que a forma de capital do dinheiro não esteja necessariamente ou diretamente ligada à propriedade privada dos meios de produção.

Gostaria de analisar como o advento do crédito de capital, ou seja, do capital portador de juros, influiu no aprofundamento da expansão e diferenciação da divisão do trabalho social. Mesmo que não se possa reduzir a diferenciação da divisão do trabalho ao interesse puramente econômico, o que incorreria em imputar-lhe uma causalidade, os dois formam um par observável durante vários pontos da história moderna. Não há a precedência de uma necessidade social, já que o campo econômico é calcado em interações construídas e legitimadas por organizações e instituições. A busca inicial pelo enriquecimento individual da classe burguesa encontrou recorrentemente a reivindicação pela redistribuição da riqueza econômica e social sob a forma de lucro em dinheiro, bem como de garantias e compromissos sociais garantidores da rentabilidade mais profunda do trabalho (segurança social no posto), costurando novos vínculos de solidariedade orgânica ao incluir, mas também ao criar outras formas de trabalho social. Além disso, o dinheiro assume uma função produtiva atuando tanto no ponto final da acumulação do capital quanto no início sob a forma de capital inicial (crédito de capital). Ele domina todas as fases da produção e acumulação do capital econômico, diferenciando qualitativamente a oferta de mercadorias e concomitantemente a demanda ao fomentar a diversidade do consumo.

Segundo Hilferding, este processo tem, por um lado, como efeito o aumento do capital fixo, ou seja, das bases produtivas. As empresas organizadas em “rede”, e muitas vezes não mais concorrendo diretamente entre si, procuram reaplicar o excedente diretamente no desenvolvimento de maquinário e de outros meios de produção, incluindo os meios de produção culturais como propaganda, design, moda e etc. A diferenciação entre capital e empreendimento transforma o primeiro numa força relativamente independente e, portanto, espalhado por diversos empreendimentos, atuando em cooperação. O reinvestimento no progresso técnico do capital fixo é a maneira pela qual o capital financeiro tem de acelerar a velocidade do processo produtivo e de sua circulação. Ao mesmo tempo, a complexificação dos estágios produtivos leva à desaceleração da circulação do crédito de capital e sua aferição final como dividendo. De qualquer modo, aumento e o progresso técnico da produção capitalista estão afinados com a necessidade de empregar, no empreendimento burguês, uma força de trabalho especializada na administração destes recursos. O valor de função do dinheiro tem aqui um papel especial, pois pode reduzir absolutamente todo o capital fixo e variável em um denominador comum abstrato. Em razão de o lucro ser realizado

na circulação, capital fixo e variável são reduzidos ao seu valor monetário (Ibidem, p. 86-87).

O capitalismo financeiro renova a função social do dinheiro, pois este penetra e se converte na base de estados do capital econômico: como propriedade privada dos meios de produção, patrimônios de modo geral (imóveis, carros, joias e etc.). Desta forma, o dinheiro se torna o modo universal de reconhecimento social no campo econômico através do trabalho. O desempenho é vínculo primordial entre trabalho e dinheiro. Recorremos às considerações de Simmel sobre o trabalho moderno. À esta altura, dois processos são complementares: a objetivação do desempenho impessoal e a especialização do trabalho. A apropriação do desempenho agrega não apenas o produto do trabalho, mas também a subordinação de uma força de trabalho, o que envolve o esforço muitas vezes condensado em gerações passadas. Sua distinção primordial entre trabalho pré-moderno e moderno repousa sobre a ideia geral de que na primeira configuração, a personalidade da força de trabalho em questão pertencia como um todo ao empregador. Além de não haver a liberdade pessoal, em muitos casos como nas guildas pré-modernas, o ambiente de trabalho constituía igualmente uma comunidade de interesses compartilhados, encerrando nela outras esferas da vida. Em outras formas de trabalho pré-moderno, por exemplo, o escravo é, em última instância, propriedade de seu senhor. Na segunda forma de labor, ao contrário, há uma *delimitação temporal* dos serviços prestados (SIMMEL, 2009, p. 431). Com o advento do trabalho assalariado livre, é desencadeado um processo de diferenciação temporal interna, seccionando o tempo dedicado ao mundo do trabalho e o aplicado em outras esferas da vida social. A relativa liberdade da personalidade individual se realiza em vista desta não estar reduzida a uma única forma de compromisso, podendo dedicar seu tempo em outras áreas da vida social. Portanto, a própria ideia de jornada de trabalho já pressupõe uma delimitação temporal e psicológica entre o tempo e o esforço dedicado ao trabalho. Esta argumentação vai de encontro, por exemplo, à categoria simmeliana de liberdade, entendida sempre relativamente aos compromissos e constrangimentos objetivos cambiantes, se contrapondo à associação solipsista de que a liberdade significa o desprendimento desengajado.

A partir do momento em que é exigido um produto laboral definido, abre-se um espaço psíquico e cognitivo inédito, pois já não é mais necessária o encerramento integral da personalidade na comunidade produtiva. Com isso, abre-se uma zona para

uma liberdade pessoal, quesito nodal da dominação impessoal moderna. Contudo, este novo espaço da liberdade pessoal incorre na crescente impossibilidade desta se realizar na esfera do trabalho. Ou seja, se por um lado ela se fortalece enquanto conjunto de práticas e expectativas alheias ao mundo do trabalho, este último tende a excluí-la como parâmetro de suas atividades. Inserido na economia monetária moderna, o trabalho permite, por um lado, o aprofundamento de seu caráter racionalizado e objetivado, enquanto o trabalhador especializado troca o produto qualitativo de seu esforço laboral por uma quantia em dinheiro:

“(…) Para que ele (o trabalho) se transponha em trabalho real, não se requiere obviamente novamente trabalho, não tendo em si nenhum valor intrínseco. Este valor se atém anteriormente nos produtos determinados do trabalho. Deste modo, o empresário não compra simplesmente o trabalho do trabalhador, mas sua força de trabalho e, de fato, em geral por aquele mesmo valor que satisfaz a reprodução de si mesma”. (SIMMEL, 1992a, p. 422).

Nesta passagem, entendemos que a atividade laboral, enquanto ação social, não se desliga do valor coletivamente atribuído ao seu produto. Concomitante a isto, avança-se no ideal de que as competências sociais envolvidas na realização do trabalho produtivo moderno se tornam impessoais, dado que um trabalhador pode ser facilmente substituído por outro, caso esteja igualmente capacitado. Portanto, não se trata de “qualquer trabalho” enquanto uma ocupação qualquer, mas aquelas atividades e funções socialmente pré-estabelecidas pelo contratante. Em geral, o trabalhador não é quem define o produto e os meios através dos quais desenvolverá o seu trabalho. Ao contrário, é o contratante que estabelece as condições de trabalho e o que deve ser considerado como fruto do desempenho. Sob este registro, a extensão de seu compromisso pessoal se encontra no limite do resultado impessoal de seu trabalho. Este nivelamento da atividade laboral produzido pela emergência do dinheiro como expressão do valor econômico do trabalho inaugura um dos elementos centrais que permitem a especialização e a equiparação quantitativa de um gama qualitativamente incomensurável de formas de ocupação profissional. Uma das consequências mais claras deste processo social se deixa transparecer na tendência segundo a qual o trabalho, enquanto atividade social cotidiana que exige a dedicação constante do esforço psíquico e física se transforma numa realização transmutável em dinheiro.

Em decorrência disso, sua função propriamente “ética” e de compromisso no trabalho, interligada com as possibilidades de expressão pessoal singular, se torna

enfraquecida. Na modernidade, o caráter *técnico* do trabalho se exacerba, pois a produção se torna um processo social objetivado e padronizado. Embora o caráter impessoal e substituível do desempenho profissional se expanda como critério fundamental para a maioria das categorias ocupacionais, principalmente para trabalhos precariamente qualificados ou desqualificados, não se pode assegurar que o reconhecimento pessoal e qualitativo para além da troca de dinheiro por desempenho seja por inteiro extinto:

“Onde dinheiro e desempenhos se tornam trocados, o pagador reivindica apenas o objeto fixado, o desempenho concreto e circunscrito. O portador do desempenho necessita, ou pelo menos deseja para si, em muitos casos, algo para além do dinheiro. (...) O artista não está satisfeito com o dinheiro, ele requer também o aplauso. (...) Em suma, muitos portadores de desempenho ambicionam além do dinheiro (...), que eles sejam objetivamente reconhecidos, algum tipo de reverência do pagador, repousando para além do valor monetário do desempenho fixado (...)”. (Simmel, 2009, p. 645)

Complementar esta assertiva, podemos verificar que esta reivindicação por um reconhecimento envolvendo a “admiração” (*Bewunderung*) (VOSWINKEL, 2013) se deixa compor não como um elemento exterior ou antagônico ao reconhecimento econômico, como na integração no consumo e na previsibilidade temporal das práticas econômicas dominantes, mas como concomitante a este. Entretanto, este tipo de reconhecimento relativo à singularidade pessoal do desempenho parece cada vez menos possível de se realizar em formas de trabalho nas quais não apenas seus instrumentos não são dominados pelo trabalhador, mas também a força de trabalho se tornou uma mercadoria, sendo o trabalhador rapidamente substituível. Sem dúvida, Simmel imagina o trabalho estranhado na fábrica. Onde o trabalhador ainda cria, com seus materiais e dominando seus próprios instrumentos produtivos, o fruto de seu trabalho, este permanece circunscrito à sua personalidade (SIMMEL, 2009, p. 733). Em formas de trabalho com alto grau de investimento pessoal e cognitivo do trabalhador e, principalmente, naqueles em que o trabalhador é obrigado a constantemente reinvestir competências adquiridas, prevalece a reivindicação pelo reconhecimento da singularidade genuína do desempenho realizado. Do mesmo modo, trabalhos nos quais prevalecem competências intelectuais são aqueles nos quais a conversão do esforço corporal em trabalho exige a canalização da energia psíquica para uma finalidade específica, coagindo o trabalhador à concentração mais profunda de suas energias emocionais e cognitivas, além do mero movimento corporal maquinal. Contudo, isto

não quer dizer que o trabalho muscular não envolva faculdades intelectuais, já que toda prática envolve a aplicação de competências mentais.

Em contraste com esta construção valorativa do trabalho, Simmel censurava o materialismo histórico por tomar a forma econômica do valor como ponto de partida na construção de sua categoria de trabalho. Portanto, a teoria valor-trabalho arrogaria para si a existência de uma categoria fundamental e abstrata de trabalho, podendo esta corresponder à expressão do tempo produtivo mediano. Em congruência com esta consideração, um conceito unificado de trabalho o limitaria a uma categoria abstratamente uniforme, desconsiderando os fatores contextuais qualitativos na sua construção. Aqui, um estado social particular, no qual o valor utilitário do trabalho em relação ao tempo de aplicado consolida uma *constante*. O conceito de trabalho abstrato pressupõe que a criação do valor econômico produtivo de um trabalho (isto é, sua “utilidade”) ocorre em seu estado objetivado e, por conseguinte, cristalizado numa mercadoria. Neste sentido, o materialismo histórico parte igualmente de uma matriz igualmente utilitarista e uniforme na apreciação da produtividade sócio econômica do trabalho.

O conceito de diferenciação social em Simmel e em Durkheim (2008) traz em seu bojo uma tentativa de explicação de um processo social singular nas sociedades modernas. Em Simmel, a problemática acerca da singularidade da vida moderna aparece enfaticamente. Contudo, os autores trabalham a afinidade eletiva entre diferenciação e divisão do trabalho social há uma discordância central: o tema em Durkheim surge através da preocupação de desvelar as causas sociais, ou seja, uma mudança essencialmente no tipo de solidariedade, passando da primazia da mecânica (baseada em laços de similaridade) para a orgânica diferenciada, em que prevalece a complementaridade entre os pares. Ela tem a ver com o florescimento das variações individuais, em razão de os traços de similaridade, padronização e semelhança permanecerem secundarizados. Na primeira, o “todo” precede as partes, enquanto que na segunda a parte conquista uma autonomia relativa com relação à consciência coletiva. Sua investigação de fundo se concentra nas condições sociais de possibilidade ao invés de tomar o indivíduo, e conseqüentemente a ação social, como ponto de partir epistemológico para análise. Já em Simmel a questão da diferenciação social surge sob o tema de uma nova forma de pensamento em contraposição ao metafísico, que, buscando pelas bases fundamentais, essenciais e transcendentais do conhecimento,

tende a considerar qualquer individualização e distinção como aparência distorcida de uma realidade mais primeira.

O conceito de *coesão moral* em Durkheim é a ideia central que amarra tanto sua análise sobre a sociedade quanto sua categoria de trabalho. Ela conforma o conjunto de consensos valorativos, compromissos e obrigações numa sociedade. Todavia, a moral não é para ele um grupo de princípios abstratos ou formais, mas é histórica, social e regulando efetivamente tanto as ações quanto as representações sociais, em outras palavras, tanto a ação quanto o pensamento. Ela se ancora no que a sociedade é, pois ela é “(...) *um sistema de fatos realizados ligado ao sistema total do mundo*”. (Ibidem, p. XLVII). O tratamento sociológico dos fatos sociais deve visar uma ciência da moral e não uma ciência moral. Deste modo, ele não se apega a um ponto de vista teleológico em que a crítica da sociedade já aponta para um caminho de uma nova configuração profunda desta. Por outro lado, à sociologia é autorizada o diagnóstico de patologias sociais, dada a falta de *reciprocidade* nas relações sociais. A moral é concebida relacionalmente, encontrando sua antípoda na categoria de anomia. Na ótica durkheimiana o normal e o patológico são dois polos relacionais e não devem ser isolados da análise, pois uma sociedade sadia é coesa. Como consequência, o reconhecimento objetivo entre as partes, das funções entre si, e a objetividade social é aquele cujos laços sociais produzidos impõem uma dependência mútua. Então, não se deve naturalizar o crime ao imputar uma conotação de puro erro ou patologia. É preciso, ao contrário, conceber o crime como uma ruptura com os códigos morais de solidariedade de uma sociedade construídos historicamente.

O conceito de trabalho em Durkheim não é derivado de suas bases econômicas. O efeito da divisão social do trabalho não é criar necessariamente mais lucro e riqueza, mas desdobrar novas formas de solidariedade. Para ele, o trabalho especializado sedimenta as bases da solidariedade orgânica na qual o produto a atividade laboral segue um padrão complementar. Em sociedades simples, as funções sociais responsáveis pela manutenção material se assemelhavam entre si. Assim como para Simmel, diferenciação e especialização são categorias relacionadas. A evolução promovida pelo processo de diferenciação e especialização mitiga a competição mais cruel e direta. Embora Durkheim entenda a moral como um conjunto de obrigações práticas socialmente enraizadas, ele não investiga os pressupostos valorativos que hierarquizam, ou seja, que desclassificam ou classificam negativa ou positivamente uma

forma do trabalho. Quais os parâmetros morais que enobrecem algumas formas de trabalho e degradam outras? Com o surgimento de elos coletivos complementares, as sociedades se inclinam à admissão de uma pluralidade relativa de estilos de vida. Tal processo social desemboca no fortalecimento de um espaço psíquico individual.

Para Durkheim, os dois conceitos de solidariedade não são opostos um ao outro. Não se trata de classificar sociedades primitivas como sociedades de solidariedade exclusivamente mecânica e nem taxar sociedades complexas e diferenciadas como sociedades de solidariedade orgânica. O exército moderno é uma organização social em que prevalece a solidariedade mecânica. O direito penal também encontra sua expressão em tipo de solidariedade mecânica, já que implica na ênfase nos traços que assemelham os indivíduos, ao passo que a personalidade individual é absorvida pela coletiva (Ibidem, p. 108). As duas noções não são delineadas de modo estanque. O que interessa é muito mais um processo de preponderância progressiva de uma sobre a outra. Contudo, ele observa que nas sociedades modernas há o surgimento de um novo tipo de solidariedade social calcada na divisão do trabalho especializado. Esta autoriza com que a consciência e a personalidade individual se tornem relativamente independentes da consciência coletiva. Este procedimento na busca pelas origens sociais do aparecimento de um modo de vida é também a crítica à teoria clássica que essencializa a experiência individual como algo natural e eterno. Ele inverte o ponto de vista epistemológico do liberalismo: não partir da justaposição ou da soma de indivíduos atomizados e isolados, mas como um determinado estado da objetividade social abre o espaço para a experiência e percepção do mundo do ponto de vista individual.

A divisão do trabalho social é condição de possibilidade para o adensamento social. Quando as funções; os organismos membros do corpo social exibem baixo grau de especialização, não se desencadeia um processo de engrossamento do volume social, o que resultaria, por exemplo, na diferenciação interna das camadas e classes sociais. Deste modo, o conflito social tange não mais os polos longínquos do espaço social, mas em atividades próximas e regidas por princípios semelhantes. A busca por uma meta coletiva comum não incorre necessariamente em uma luta conflituosa entre as partes individuais. A tese defendida pelos dois sociólogos nos leva pensar em como o trabalho envolve a aquisição de disposições sociais e mais ainda; ela estrutura e condiciona um modo particular de existência social. Ele percebe, por exemplo, que a divisão do

trabalho social segue, através do desenvolvimento da família, um padrão de hereditariedade. Contudo, esta herança não é advinda de motivações naturais ou genéticas, mas sociais. A família garante não apenas a transmissão, mas igualmente as condições desta e de suas possíveis reconversões e rupturas.

A recepção de Simmel do conceito de diferenciação destoa da durkheimiana em alguns pontos. Primeiramente, o rumo da análise não tem um tema fixo, mas visa à ideia de diferenciação social – na qual unidade social desenvolve papéis complementares e especializados entre si - a vários fenômenos. Em seguida, seu interesse se concentra no nascimento do indivíduo moderno, mas, sobretudo, como fonte de experiências e afetos particulares. A questão principal é: o que caracteriza e distingue as sociedades modernas de outros tipos de sociedade? Quais as mudanças na configuração afetiva e perceptiva desta? O indivíduo moderno cultivado, que em nada tem a ver com o indivíduo liberal atomizado da teoria subjetivista e intelectualista da ação, ganha o foco, pois a experiência moderna se define, na ótica simmeliana, pela experiência individual. Entende-se a objetividade social na medida em que nos concentramos na análise relacional comportamento individual. Ao chamar atenção para este quesito individual da experiência social moderna ele atenta para as nuances afetivas e comportamentais. Isto concentra o cerne da sua crítica à psicologia clássica que tende enquadrar os sentimentos descontextualizadamente, sem levar em conta suas nuances. A “escala individual” (para nos valermos do termo de Bernard Lahire) é também para Simmel uma forma de compreender a diversidade individual de comportamentos sociais. A ideia de que a diferenciação social se conecta com multiplicidade de experiências individuais bem como jogos de força entre disposições e afetos estruturantes da existência moderna (Ibidem, p. 127).

Neste caso, a unidade sistêmica da personalidade como uma substância unitária só pode ser definida de modo muito limitado e relativo⁸. Essa unidade comportamental prévia é o pressuposto do sujeito transcendental em Immanuel Kant, e que não encontra mais lugar nas sociedades modernas contemporâneas, principalmente no capitalismo na

⁸ Este é um ponto delicado por causa da possibilidade de ser confundida com o ponto de vista pós-moderno da fragmentação do sujeito. Simmel argumenta muito mais no sentido sociológico, pois a unidade da personalidade se conforma relativamente no desenvolvimento em diversos planos da ação que se concretizam e se realizam. A unidade da personalidade não é um fundamento abstrato da essência humana, mas uma *consequência prática* de modo a padronizar um conjunto de condutas sociais cotidianas repetidamente. Ele galga com esta assertiva, sobretudo, uma teoria do desenvolvimento da personalidade e ação social, não a engessando num esquema lógico pré-fixado (Ibidem p. 152).

virada do século. A “causa” contrastada com fatores multicausais representa uma boa ilustração do argumento simmeliano, já que a unidade absoluta desta e seu consequente “efeito”, tem como raiz heurística a univocidade e unilateralidade de seu esclarecimento, ao invés de procurar compreender o “jogo de forças” afetivo e cognitivo entre inclinações diversas e contraditórias. A aceção de uma substância unitária e de um sistema deve ser enquadrada historicamente com a metafísica e sua forte tendência anti-sociológica, reconduzindo todas as aparências a uma matriz essencial. A contradição é parte constitutiva e relacional de toda ação social, pois toda força só pode existir enquanto o seu movimento contrário também entra em jogo – mesmo que potencialmente (Ibidem p. 130). Há nesta ótica, em oposição com Bourdieu (1979), que centraliza sua visão de *habitus* num sistema estruturado e estruturante de ações e princípios de classificações de mundo, a construção de um plano teórico diferenciado da ação social, visando dar conta da agência não de modo puramente abstrato.

O princípio simmeliano é similar ao de Durkheim: em sociedades simples e pouco diferenciadas, há uma fusão primária entre a totalidade social (consciência coletiva) e o indivíduo empírico (o exemplar individual de uma sociedade). Não existe, aqui, uma autonomia relativa da vida individual em contraposição à objetividade social. Em decorrência disso, o indivíduo não se sedimenta como fonte moral de suas próprias ações, não havendo a presença de um individualismo ético. Assim, a densidade social também pode compreendida em seu caráter dinâmico e não estático, enriquecendo a diversidade de interações e o cruzamento variado entre círculos sociais frequentados por um único indivíduo social. Não estando mais integralmente a serviço de seu grupo social, este é conferido por uma realidade e uma esfera afetiva, cognitiva e de ação relativamente independente. O desempenho laboral transmutado em mercadoria também acentua esta passagem, pois livra o “eu” do sujeito produtor da dominação e objetivação integral do trabalho escravo ou da guilda, que por sua vez congregava a maioria das áreas de interesse de seus membros, legando pouco espaço ao desdobramento de um universo psicológico relativamente independente. Finalmente, o aparecimento da vida individual é acompanhado pela ruptura com as hierarquias valorativas tradicionais, que se definiam pela eterna reprodução estática de padrões culturais historicamente estabelecidos. O indivíduo adquire através da constituição de uma vida afetiva e cognitiva interior (a intimidade), uma esfera de valor que lhe é própria ainda que ancorada intersubjetivamente. Aí se concentra igualmente o interesse de Simmel pela

psicologia porque a cultura moderna inaugura o experiência de interioridade na vida cotidiana. Assim, emoções e pensamentos são sentidos individual e interiormente.

O princípio diferenciador da sociedade é transferido por Simmel para o plano do comportamento individual, encontrando neste uma validade objetiva. Quanto mais cultivada é a personalidade, mais diversa será sua capacidade imaginativa, mas também a direção do desenvolvimento de seus impulsos (*libido*). Por outro lado, ela estará menos susceptível às intemperes da raiva momentânea, tomando distância do evento imediato. Esta ideia corrobora o conceito de diferenciação interna de disposições sociais de maneira que o indivíduo é capaz de desenvolver planos interdependentes e distintos da ação. Ela é a condição de possibilidade daquilo que Bernard Lahire (2001) chama de variações individuais, ao mesmo tempo em que ocorre aqui a diferenciação dos interesses e competências. A culpa e a falha numa destas esferas se torna igualmente distribuída não colocando a personalidade em xeque por completo sob um juízo socialmente desclassificador⁹. Este tipo de juízo social inconsciente é o princípio por trás do conceito de estigma, em que a subjetividade é desclassificada por completo e não por acaso ligado com a produção de uma subjetividade maligna criminosa. Simmel (Ibidem, p. 155-156) ainda percebe como a diferenciação interna da personalidade individual opera no aprendizado, não exibindo mais este mais um conteúdo taxativo e proibidor, sendo paulatinamente substituído por uma forma mais sutil disciplinarização e internalização do controle social. A educação familiar burguesa, por exemplo, almeja menos uma *repreensão direta* dos afetos primários, do que uma re-canalização, em suma, uma cooptação das forças e impulsos “improdutivos” “ameaçadores”, “perigosos” e potencialmente “destrutivos” (ao pertencimento social) para fins úteis¹⁰. Esta internalização do autocontrole supõe uma adesão subjetiva e a assunção da culpa individual no caso de fracasso, conduzindo o indivíduo a um comportamento autocorretivo em razão deste poder controlar ativamente o tempo social. A educação familiar das classes dominantes consegue converter ímpetos ameaçadores ao pertencimento social em comportamentos positivos mais facilmente, reintegrando impulsos concorrentes e potencialmente conflituosos em seu patrimônio de disposições.

⁹ É um ponto que esclarece, por exemplo por que os indivíduos das classes burguesas dominantes podem afirmar em seus círculos sociais que gostam de algum tipo musical ilegítimo sem que isto incorra em uma desclassificação total de seu gosto. Tal prática cultural geralmente percebida como “mau gosto” é geralmente contra balanceada por alguma prática cultural legítima, mesmo que não esta não se refira ao mesmo âmbito.

¹⁰ Ver a passagem de Denise sobre se tornar “mais adulta” no capítulo 3.

Nela, a delimitação racional do tempo, de separar uma “hora” particular para desempenhar alguma atividade lúdica ou hedonista corresponde a este ponto. Simmel (Ibidem, p. 213) introduz então, uma distinção: quanto mais baixo é o nível das competências intelectuais exigidas, mais confusas e embaçadas são as fronteiras entre os conteúdos projetados (*Vorstellungsinhalte*) e, deste modo, as expressões pulsionais se tornam mais diretamente irritáveis ao passo que o espírito como um todo se torna incomodado por esta e não apenas de sua parte circunscrita. A conduta com o dinheiro não se furta a esta chave explicativa, pois carrega em sua esteira um componente cognitivo e libidinal. Então, a “pobreza” se relaciona ao uso descontínuo do dinheiro, dado que a condição de incerteza econômica do futuro é um dos principais fatores para um uso desregrado do dinheiro. Este ponto toca veementemente a rentabilidade temporal do trabalho como atividade social recompensada em dinheiro num intervalo temporal médio-longo prazista. Os Batalhadores entrevistados não gozam deste tipo de rentabilidade temporal cuja renda pode variar em torno de 50-100% dependendo do mês. Esta variação na renda gera crescente imprevisibilidade econômica futura à medida que descemos na hierarquia da renda, em que quantidades cada vez menores de dinheiro adquirem um significado crucial. Este aspecto qualitativo do dinheiro contraposto a condições concretas de vida condiciona todo patrimônio de disposições econômicas de classe, configurando uma óbice à hierarquização minimamente planejada das necessidades.

Não é arbitrário ele chamar atenção para elo que une a personalidade diferenciada e à socialização cosmopolita (Ibidem, p. 178), em que a expansão e a diversidade dos círculos sociais frequentados se sobressaem às fronteiras locais. A experiência familiar em culturas desenvolvidas nos é de valia, cuja característica mais proeminente é a ruptura com o pertencimento univocamente indiferenciado com sua estrutura rígida de funções sociais oferecidas, admitindo, de modo adjacente, a possibilidade de desenvolver uma individualidade própria:

“A família, cujo significado é primeiramente político e real, tende, com o crescimento da cultura, a assumir um psicológico-ideal. Ela oferece ao seu membro enquanto indivíduo coletivo, de um lado, uma diferenciação provisória não no sentido da individualidade absoluta e, de outro, a proteção, sob a qual a individualidade pode se desenvolver, até que ela se contraponha de modo viável à generalidade. O pertencimento à família em culturas desenvolvidas representa, onde ao mesmo tempo o direito à individualidade (...) se mostra de valia, uma mistura do significado característico de grupos simultaneamente extensos e estreitos”. (SIMMEL, 1989, p. 176).

A realidade política da família em culturas com uma divisão do trabalho pouco diferenciada se elenca à sua função guerreira na manutenção e na transformação das

estruturas sociais. Não é por acaso, seu sentido “territorialista” e ainda fortemente ancorada na vida local.

A mesma lógica se aplica à grande produção capitalista (Ibidem, p. 186). Se na de outros círculos sociais o poder de conciliação de interesses aparece como um aspecto central de seu desenvolvimento, no âmbito da economia prevalece o contrário. Quanto mais um empreendimento capitalista estende e expande sua produção, conquistando novos mercados e nichos, mais impessoalizada e objetiva se torna sua relação com o produto e com os clientes. O público consumidor se transforma numa estatística sem qualidade e o produto como mera fonte de percentuais de lucro ou custos. Em nosso público investigado, o mesmo aspecto pode ser encontrado na oposição no pertencimento acimentado e limitado ao mercado local dos empreendimentos populares (a decorrente oferta inflacionada e sua demanda instável, incorrendo na inconstância do fluxo de capital econômico interno ao empreendimento) e o empreendimento burguês diferenciado em que a oferta e demanda já encontra um balanço relativamente seguro, autorizando a diferenciação entre patrimônio pessoal/familiar e o da empresa. Junto à diferenciação básica entre capital econômico do empreendimento e o do empreendedor, a expansão da cobertura da demanda coberta por uma burocracia capitalista se constitui como quesito central que permite o assalariamento da força de trabalho interna. Deste modo, esta configuração introduz uma divisão internacional do trabalho à medida que o trabalho e seu capital cultural tornam mais especializados em seu conteúdo, em vista da expansão do mercado e o surgimento de novas subáreas. O grande capital, no qual o empreendimento está diferenciado do capital, é, no capitalismo financeiro, primeiramente aquele que explora mercados internacionais. Esta parece ser uma dinâmica fundamental do campo econômico.

Segundo Simmel, o processo social por trás da diferenciação não traz consigo uma necessária atomização e fragmentação da sociedade porque um fortalecimento do *nível social* se encontra concomitantemente na sua base. A pluralidade de estilos de vida e a diversidade cada vez maior da divisão do trabalho são dependentes do aumento do nível médio de vida. Esta coesão social produzida pela diferenciação social bem sucedida evita a potencial fragmentação conflituosa da sociedade. Assim, todo o conceito de diferenciação recai sobre uma noção de segurança e integração social, de comunhão com uma objetividade social. Seja como pressuposto seu, seja como condição de possibilidade. A ideia de nível social pressupõe a integração social no que

tange à igualdade essencial entre os indivíduos de modo que estes sejam capazes de gozar de uma previsibilidade mínima de suas existências e trajetórias sociais. Ela instaura um compromisso entre os pares, fundadora da possibilidade de uma convivência moral, ética e jurídica da pluralidade na maneira de conduzir a vida. Uma das formas de estabelecer este compromisso passa pela recompensa monetária estruturante das condições econômicas de um indivíduo na sociedade. O nível social médio sólido tem como pano de fundo o reconhecimento objetivo da igualdade universal. Na perspectiva simmeliana, o socialismo maximizou esta noção, o que significou, por outro lado, a padronização da vida individual, através da centralização estatal da economia.

Ele tem um posicionamento duplo: ele percebia o aumento do nível social pela instituição de um compromisso social como algo positivo, mas discordava do ponto de vista socialista, sobretudo do seu humanismo essencialista, produtor de uma homologia entre a universalidade humana e a pretensão à igualdade social. No caso do compromisso, ele percebia que a vantagem tendencial do socialismo repousava em instaurar um balanço entre ter e *dever ser*, que no capitalismo se via em decadência, pois a posse não é contrabalanceada por um acordo público coletivo. Em contrapartida, a standardização das diferenças individuais trazida pelo socialismo e seu conseqüente sobrepeso de igualdade coletiva sobre a diversidade individual é igualmente resultante da tentativa prévia dos homens se diferenciarem e se destacarem uns dos outros. Como fundamento analítico, o humanismo se apoia numa categoria abstrata de agência humana, buscando pela sua substância que organiza seu modo de vida, que, para Marx, se centrava no trabalho – por oposição à consciência - e no seu caráter ontológico, constituindo a base produtiva de uma sociedade em geral. Desta forma, os problemas vitais da coletividade seriam limitados aos da necessidade econômica e ao mínimo existencial. Neste sentido, o calcanhar de Aquiles do materialismo histórico é justamente não fazer a gênese qualitativa dos valores econômicos. Contudo, há uma nuance: a concepção dialética e histórica rompe, por outro lado, com a inclinação humanista de tratar a agência humana como substância final ao invés de encará-la em seu processo de formação, em suma, em sua dinâmica temporal.

A diferenciação social também concerne ao princípio de poupança de forças (*Prinzip der Kraftersparnis*). O reconhecimento mútuo do desempenho de partes especializadas contribui para evitar o atrito e o conflito entre as mesmas. Ela é uma forma social atenuante do conflito gerado pela competição social mais primário e brutal.

Apresenta-se aqui o interesse de Simmel em construir uma teoria da ação social ao transplantar o tema da diferenciação para o plano da constituição pulsional e psicológico-afetiva do comportamento individual. Levando em conta esta temática, ele analisa como a diferenciação ou a indiferenciação de planos de ação e regiões do interesse afetam a dinâmica pulsional dos indivíduos. Desta forma, para um conjunto de indivíduos encerrados em condições sociais que impõem uma lógica imediatista do “querer” (*das Wollen*), se fixam de modo já pré-determinado às regiões do interesse prático. Ele complementa com a tese de que a luta pela sobrevivência imediata é perpassada por esta aparente “passividade”, pois aqueles localizados sob sua égide encontram um campo de força na direção contrária. Dentro deste esquema explicativo, toda pulsão empreendedora encontra um atrito repulsivo na direção contrária. Com efeito, as urgências materiais imediatas compõem este campo de forças centrípeto, dificultando o desdobramento em diretrizes variadas da ação econômica concomitante a sua previsibilidade temporal. Sob este prisma, a ação é dependente de um conjunto limitado de objetivos econômicos similares num curto intervalo temporal. Em oposição a este desenvolvimento disposicional, as disposições diferenciadas operam sob o princípio da economia de forças, pois há uma partição pacífica entre os planos da ação social no campo econômico na medida em que estas entretêm um “parentesco sadio” entre si. O caso do grande rentista investidor serve de exemplo. Ele diferencia o uso do dinheiro não apenas em um intervalo temporal mais extenso, mas na penetração e na capilaridade de seu capital econômico, distribuindo-o entre patrimônios, consumo personalizado e investimentos financeiros dos mais diversos. As disposições econômicas diferenciadas introduzem distinções tanto temporalmente sequenciais (*Nacheinander*) quanto laterais (*Nebeneinander*). Acerca deste tema, Simmel ainda penetra na maneira como o dinheiro emergiu de um desencadeamento de um processo de diferenciação social ao reduzir o valor qualitativo dos objetos ao seu valor de troca. Com esta autonomia relativa do valor de troca sobre as qualidades intrínsecas dos objetos, as inúmeras e incomensuráveis características portadas por eles podem ser reconduzidas, no mercado, a um denominador simbólico comum passível de ser monetariamente expresso.

De modo geral, o princípio de poupança de forças se compõe juntamente com o alívio do atrito interno e da resistência oposta, presente em qualquer interação. Seu arranjo é, portanto, coletivo: “*Primeiramente, a crescente diferenciação pode eliminar*

os atritos emergidos da estipulação de metas semelhantes, dirimindo, por sua vez, o ímpeto de derrotar pessoalmente seu competidor” (SIMMEL, 1989, p. 289). Em ações diferenciadas prevalece seu caráter de superação e insistência, pois, por ela transcender seu contexto imediato de seus interesses, ela necessita se projetar para além das forças ativas contrárias a ela. Existe, nas disposições diferenciadas, tanto a interdependência pacífica entre os planos quanto diversas direções nas quais as competências individuais podem se desdobrar.

O argumento simmeliano da diferenciação das disposições contém forte teor evolucionista, ainda que este termo não possa ser empregado em seu sentido tradicional, ou seja, a partir do entendimento de um acúmulo sucessivo de etapas, mas como desdobramento de diversas facetas do comportamento individual. Sua influência, aqui, é Goethe para o qual: *O desenvolvimento do Homem não é o progresso na medida em que os diversos modos de atividade e convencimento representam os lados igualmente legítimos da essência humana”* (Ibidem, p. 280). O vocabulário conceitual de Simmel se aproxima claramente de uma tentativa de construir uma “física psicossocial” a partir de sua dinâmica pulsional e cognitiva. Poderíamos, conclusivamente, nos questionar como a diferenciação das disposições se conecta com aquilo que foi cunhado como ação estratégica na sociologia de Pierre Bourdieu. Dentro desta problemática, a distinção simmeliana aparenta obter a vantagem, em vista de Bourdieu não distinguir entre tipos de ação, sua decorrente dinâmica afetivo-intelectual e temporal. Se todos estão inseridos num campo, nem todos poderão constituir as condições sociais adequadas para agir, a rigor, estrategicamente.

1.3. A tragédia e a forma de capital da cultura

O conceito de tragédia da cultura almeja compreender a maneira pela qual a experiência social do indivíduo moderno não mais o permite reconstruir laços contínuos de significado. Por conseguinte, a experiência moderna assume um caráter fragmentado e quebradiço. Contudo, antes de adentrarmos as raízes deste processo, nos é de valia compreender o conceito de cultura. O desenvolvimento de um arranjo cultural conforma a constante interação positiva entre a cultura subjetiva e objetiva, integrando-se sadiamente mutuamente (SIMMEL, 1919, p. 254). Assim, a objetivação do espírito estimula e fomenta novas intervenções da personalidade individual na criação de novos

valores objetivos. A apropriação de conteúdos culturais criados no passado impulsiona a invenção de novos. Prevalecem, aqui, as faculdades criativas e inovadoras da cultura subjetiva e dos indivíduos. Esta assertiva poderia ser tomada como a definição simmeliana geral do conceito de cultura.

A *cultivação* pessoal reforça este elo positivo, incrementando o significado simbólico dos objetos e dos Homens para além de sua mera utilidade especializada imediata. Ela coaduna a síntese entre matéria e espírito, conferindo à primeira um significado simbólico:

“Na medida em que cultivamos coisas, isto é, quando sua medida valorativa, através da qual se eleva para além do seu mecanismo natural por nós desempenhado, cultivamos a nós mesmos: este é o mesmo processo de elevação valorativa que simultaneamente parte e retorna a nós. Ele captura a natureza fora de nós e a que está dentro nós. (...) Ne medida em que o Homem cultiva os objetos, ele os cria para si próprio enquanto imagem” (SIMMEL, 1992b, p. 560-563).

A *cultivação* tem, então, como ponto inicial a ruptura com o estado natural e pré-determinado do mundo objetivo, ao passo que, através de sua atividade, empresta-lhe um universo simbólico próprio. A cultura é menos um objeto do que um processo de valoração, dentro do qual a cultura subjetiva é capaz de se apropriar autenticamente da objetiva. Verificamos, a esta altura, que adentrar a maneira pela qual o valor objetivo do mundo exterior se forma na interação entre atribuições subjetivas e sua influência já objetivada sobre a primeira, conforma o ponto nodal da teoria simmeliana do valor. Na ruptura com o naturalismo primitivo, o desenvolvimento das culturas avançadas tende a seguir sua própria diferenciação, formando a validade própria (*Eigenwerthigkeit*) de cada esfera social em particular. A *cultivação* pessoal é uma espécie de *objetivação do espírito*, pois envolve a ressignificação do passado social e cultural através do trabalho e da apropriação da cultura produzida pelas gerações anteriores. Através desta tomada de posição, observamos como o conceito de cultura ganha uma direção normativa, reconduzindo-a aos seus processos vitais e totalizantes. Logo, o conceito de *cultivação* introduz uma *autonomia relativa* da apropriação subjetiva com relação aos conteúdos culturais objetivados, favorável ao aprendizado crítico e ao esclarecimento.

Neste estágio do desenvolvimento cultural ainda não há o estranhamento produzido pela autonomização dos conteúdos culturais. Os agentes sociais não são mais capazes de reconhecer a origem e a fonte significativa da cultura na sua própria ação. Desta maneira, a tragédia da cultura transforma seus conteúdos numa espécie de

“segunda natureza” tornando opaca a percepção do seu caráter arbitrário, histórico e construído. No tocante à personalidade cultivada, persiste uma diferença essencial entre Simmel e Bourdieu: enquanto primeiro a enxergava através de suas faculdades criativas e inventivas na cultura, o segundo a analisava basicamente como fonte reprodutora da violência simbólica, isto é, já inserido num contexto aprendido de esquemas culturais pré-estabelecidos. Se, para Simmel, a tragédia da cultura é um dos rumos tomados pela cultura moderna, mas não sendo este unívoco, Bourdieu é incapaz de tematizar esta ambiguidade estrutural na gênese da cultura moderna, pois já toma a cultura reificada como objeto de análise.

Porém, a tragédia da cultura também é consequência do processo produtivo moderno em que o trabalhador, em diversas áreas do espaço social, é incapaz de imprimir sua marca pessoal no produto produzido. A especialização do conhecimento é uma das responsáveis por isto, já que produz uma disritmia entre a existência do trabalhador e a do produto de seu trabalho. Em suma, a especialização desengaja o trabalhador da totalidade do processo social no qual ele se insere. Cada um contribui com uma parte para um conjunto cultural global a qual não compreende e muito menos se identifica completamente. A desagregação promulgada pela especialização e pela divisão do trabalho fabril se completa na esfera da circulação, ou seja, no consumo, pois o mesmo trabalhador compra e utiliza produtos, cuja origem ele desconhece¹¹. Falta a ele, portanto, a aderência mental (*Seelenhaftigkeit*) e afetiva aos produtos do trabalho. Com a especialização das funções sociais e a objetivação do desempenho, cada indivíduo contribui parcialmente na construção de um “todo impessoal” (*unpersönliches Ganze*), sem que haja uma identificação entre produtor (cultura subjetiva) e produto (cultura objetiva) ao final deste encadeamento. O fato de que o trabalhador na indústria compra posteriormente o produto de seu próprio trabalho confirma esta hipótese (Ibidem, p. 568). Em consonância com esta assertiva, Simmel (2009, p. 752-753) aponta para o aprofundamento da distância entre mente e espírito. Normalmente, a mente é a forma viva através da qual o conteúdo lógico-formal do pensamento se cristaliza para a nossa subjetividade. Ela reconduz os conteúdos espalhados do espírito à sua ordem unitária mais ou menos homogênea. Esta unidade do pensamento pode ser, então,

¹¹ Na definição de sua categoria de divisão do trabalho, Simmel soma mais um quesito à interpretação durkheimiana: a divisão do trabalho não concerne apenas ao adensamento e à especialização objetiva das funções sociais, mas no modo pelo qual o agente produtor se relaciona com seus instrumentos de trabalho, com o processo social global no qual seu esforço laboral se insere e com o produto final de seu trabalho.

objetivada pela inteligência, tornada, em seguida, espírito objetivo. Contudo, no trabalho industrial moderno, como inúmeras personalidades contribuem parcialmente na produção de um objeto (mercadoria), é rompida esta unidade prévia entre produtor e produto que outorgava a objetivação do espírito.

O sentido total do trabalho não emana mais do sujeito produtor, mas padrões produtivos pré-concebidos; eis aí a coisificação do espírito (*Vergegenständlichung des Geistes*). O mesmo acontece com a divisão do trabalho social dentro de uma burocracia econômica: sua hierarquia não prescinde de uma divisão interna do trabalho, condicionando as chances de reprodução do capital econômico decorrente do valor social do trabalho desempenhado. Com efeito, o dinheiro cumpre um papel essencial fazendo com que os conteúdos culturais mobilizados numa atividade produtiva orbitem apenas na periferia do ego, sem que o conhecimento incorporado incorra no reexame existencial da própria vida ou, como postula Charles Taylor (1989), numa avaliação forte sobre a própria identidade.

Contraposto a esta forma impessoal de relação entre sujeito e mercadoria (objeto), está, para Simmel, a entre sujeito e obra de arte, cujos procedimentos produtivos impede a divisão do trabalho em sua confecção. Sob esta ótica, divisão do trabalho, especialização e desempenho impessoal se afinam minando as chances de expressão pessoal do produtor no produto de seu trabalho. A atitude pragmático-utilitarista pressuposta, por exemplo, num conceito como valor de uso é precedida por esta forma inédita de apreciação com os objetos. Se na simmeliana acepção original, a cultivação pessoal não se deixa desagregar da dotação de sentido pelo sujeito, o desenvolvimento de uma postura pragmático-utilitarista só pode ocorrer enquanto distorção ulterior desta maneira original. Eis mais uma vez a maneira pela qual Simmel empreende a genealogia dos valores econômicos.

De acordo com ele, este processo social nos conduz inevitavelmente a uma *autonomização dos conteúdos culturais* – a saber – o descompasso entre cultura subjetiva e objetiva. A capacidade de intervenção criativa é, na modernidade, extremamente baixa, ou pelo menos: a objetivação dos conteúdos culturais ao impor cânones e procedimentos institucionais pré-concebidos reflete a tragédia da cultura. Sob este prisma, o indivíduo moderno não é mais produtor soberano de sentido sociocultural.

Apenas deste modo a cultura pode assumir uma forma propriamente de “capital” (como uma espécie “moeda de troca” e instrumento de dominação), pois seus conteúdos já se autonomizaram relativamente de suas influências e variações contextuais. A inconstância da variação configura também o espaço da criatividade individual, pois os parâmetros estabelecidos não representam constrangimentos tão rígidos. Ademais, a ruptura com as regras estabelecidas no jogo social da distinção, que Bourdieu atribui às classes dominantes, só é possível com o aprendizado, a automatização e a incorporação profunda das regras deste jogo. A institucionalização objetivante da cultura trazido tanto pelo sistema de ensino¹², pela indústria cultural e pelo advento do consumo de mercadorias estilizadas corresponde a esta objetivação da cultura. Este descolamento relativo das práticas culturais e das categorias de pensamento em seu estado objetivado transcendem as interações imediatas face-a-face, estabelecendo uma relação entre indivíduo e sociedade de outra ordem. A cultura objetiva se torna uma “forma pura”:

„O desenvolvimento substitui agora a imediatez das forças interativas através da criação de formações impessoais, que mediam e conduzem a relação entre os indivíduos entre si. Assim, se formam dos costumes e dos compromissos, que se desenvolvem caso a caso, finalmente se fixando, as leis objetivas da ética, do direito, da moral – gerações ideais dos valores e imaginação humanas, que se colocam para o nosso pensamento para além do “querer” e do “agir” particulares enquanto formas puras descoladas destas. Assim, a lei estatal incorpora este processo no estamento dos juízes e de toda hierarquia administrativa” (RAMMSTEDT, 1993, p. 24-25).

Com esta passagem, voltamos ao questionamento central em *Soziologie*: se a unidade analítica básica da sociologia deve ser as interações intersubjetivas, estas se encarnam em estruturas objetivas impessoais de segunda ordem, que também transformam as interações cotidianas entre indivíduo e sociedade num instante posterior. Logo, se as organizações e instituições sociais se fixam enquanto estruturas impessoais exteriores, elas tendem a exibir um apanágio reificado, ou seja, “coisificado” na medida em que os encadeamento históricos e sociais das interações que estabeleceram aquelas estruturas não são mais passíveis de identificação com a experiência individual em sociedade.

Por conseguinte, o indivíduo moderno se consolida muito mais numa espécie de receptor de padrões culturais pré-estabelecidos. A especialização da produção cultural e do conhecimento, fruto da divisão do trabalho social, constitui no sujeito social a

¹² Três quesitos confirmam este argumento: a) a institucionalização da cultura e a criação de um cânone acadêmico ou aquilo que Bourdieu chamou de cultura legítima; b) o corpo de especialistas responsável pela transmissão deste conjunto de ideias e categorias de pensamento bem como as associações acadêmicas de pesquisa. Por fim; c) a, para usar a terminologia luhmanniana, diferenciação funcional das disciplinas e a combinação de procedimentos e métodos particulares na avaliação e juízo do aluno como provas, trabalhos, seminários, defesas de tese e etc.

incapacidade afetivo-intelectual de uma compreensão imediata do todo social, impedindo-o de reconstruir os laços significativos que condicionam sua percepção, seus sentimentos e seu pensamento na sociedade. O germe desta autonomização foi percebido por Adorno (1980) como a dissociação das características mais brutais, imediatas e violentas da luta de classes. O nivelamento social pelo consumo de massa, principalmente nas sociedades europeias a partir do pós-guerra, também transformou o conflito social. Para ele, uma das principais consequências disso transparece na modificação estrutural do pertencimento de classe, já que este não leva, em decorrência das contradições do capitalismo, necessariamente à tomada de consciência, se mantendo, no entanto, como unidade particular e uma esfera coordenada de realização de interesses. Este panorama se encaixa, por exemplo, com aquilo que Pierre Bourdieu chamou de violência simbólica, ou seja, uma interdição dos costumes socialmente desvalorizados, que apenas opera em sua plenitude, se a gênese social das práticas for ocultada.

Então, a tragédia da cultura se conforma à independência dos esquemas culturais em detrimento da expressão pessoal autêntica seus produtores, em vista de o desempenho moderno da divisão do trabalho social autorizar uma contribuição de conteúdos simbólicos objetivamente especializados entre si. O refinamento da produção moderna e a infinidade de produtos - dito mais precisamente - o progresso da cultura material (*sachliche Kultur*) não foi acompanhado por uma evolução qualitativa da cultura pessoal (*persönliche Kultur*); por uma cultivação. O progresso de um padrão geral da cultura material levou as classes, sobretudo, as dominantes, à procura crescentemente voraz pela estilização da vida, por exemplo, através da moda e da arte decorativa e ornamental (decoração de interiores), que para Simmel, tem um sentido predominantemente superficial, permanecendo em grande parte em sua exterioridade sem penetrar no sentido profundo da personalidade. Elas cumprem muito mais o papel de instaurar um plano estético e distintivo da luta de classes do que para o desdobramento da auto compreensão individual na coletividade e no mundo social; algo sempre presente nas tentativas artísticas sinceras. Sendo assim: “*A completude do objeto mostrou explicitamente a incompletude do sujeito (...) (SIMMEL, 1990, p. 14).* As potencialidades afetivas e a vitalidade intelectual no sentido de uma auto percepção reflexiva na sociedade se tornam embotadas e atrofiadas. Os conteúdos culturais penetram, assim, apenas periféricamente no “eu” do sujeito moderno. Ao se tornar uma

entidade autônoma, com ênfase pesada nas suas propriedades reprodutivas, corre-se o risco de a cultura se tornar mero adorno. O erudito é aqui uma figura, incorporando uma forte disposição blasé, evitando ao máximo um posicionamento claro dentro do campo acadêmico. Ele incorpora a cultura, mas apenas de modo distanciado e, em última instância, indiferente. Não à toa, Simmel chamava atenção para este caráter conciliador das perspectivas científicas ou filosóficas, ao encará-las como meros “estilos”, em razão da atividade intelectual se ver dominada e burocratizada pela carreira profissional e assim, se tornar mero trabalho recompensado em dinheiro. É o que marca a leviandade intelectual. A decadência da vida intelectual significa o enfraquecimento da questão social, já que esta exige explicitação de um posicionamento normativo (Ibidem, p. 18). O culto da reconciliação desemboca tanto no enfraquecimento da crítica social e cultural quanto no distanciamento entre vida pessoal e intelectual. Um dos indícios históricos centrais neste processo foi a passagem do ideal de educação do século XVIII, calcado na formação (*Bildung*) do Homem enquanto cultivador de valores pessoais interiores, para a concepção que reinou no século XIX, segundo a qual o conceito de formação não se conecta mais com a intimidade e a interioridade pessoal, mas com um conjunto de conhecimentos e comportamentos objetivos passíveis de serem, então, apropriados.

Se a standardização cultural na modernidade tolhe a liberdade de expressão individual, o capital cultural é de algum modo a resultante deste fenômeno social. Não é o capital cultural a forma de incorporação de categorias de pensamento, disposições e hierarquias objetivas de modo a exercer um tipo de poder simbólico na sociedade? A forma de capital da cultura já envolve de algum modo a ideia de uma cultura objetiva, sobretudo, por aquela em que o sistema de ensino arrobou o papel de legitimar e oficializá-la. Não apenas o campo econômico transforma a cultura em mercadoria, uma indústria propriamente cultural, mas o Estado (no caso de escolas públicas) também. É o que está por trás do processo de expansão escolar e sua “democratização”. Esta gênese do conceito de capital também nos leva à raiz dos modos de socialização, isto é, as pré-condições sociais do acesso a esta mercadoria intelectual. Pierre Bourdieu (2003, p. 27-30) enxergava a ordem escolar como totalmente alinhada com estas disposições escolásticas, cuja pré-condição de acesso se coloca justamente ao lado deste distanciamento prático em que o indivíduo pode dissecar a atividade escolar de maneira a torná-la exclusiva.

A cultura objetiva mediada pela especialização do trabalho e o capital cultural como realização de um processo de objetivação social, atenua o caráter transitório da cultura à medida que se estabiliza suas hierarquias e distinções internas por meio da imposição institucional em certo sentido arbitrária. Não há neste aspecto qualquer causa para um fenômeno que simbolize uma necessidade social, em razão de uma ordem poder ser composta por outras distinções, categorias de distinção e pensamento. Neste sentido, a tragédia da cultura se combina progressivamente com sua forma em mercadoria e de capital. Se a cultura objetiva, reificada (aparecendo exclusivamente como resultado coisificado), incapacitada de se remeter a um produtor ou emissor identificável, e o capital cultural encontram apoio na estrutura institucional-burocrática escolar, os modos de socialização que permitem se apropriar e incorporar as categorias de pensamento e percepção relativas às mercadorias intelectuais abandona o seu caráter imediato, indiferenciado e curto-prazista. Pierre Bourdieu havia mostrado como a constituição de uma urgência escolar era concomitante não apenas com o rechaço de uma atitude imediatista com relação ao mundo social, mas também com a incorporação de uma apreciação distanciada da cultura. Seu traço reprodutor e mimético, de pertencer exclusivamente a uma tradição e a uma escola, é também patente, reproduzindo esquemas de pensamento pré-moldados.

A canalização das energias corporais e intelectuais, tendo em vista a incorporação de um capital cultural (principalmente nos mais raros e que exigem mais preparo) através dos estudos, é uma ação com relação a fins, assim como a ação econômica racional almejando com o dinheiro em sua forma sua forma de excedente. Simmel a definia na medida em que o sujeito, ao deter o controle social do tempo, pode tornar a incorporação de um conhecimento social num comportamento relativamente autônomo. O impulso ganha assim uma direção definida, ordenada e canalizada, se tomando uma morfologia cotidianamente sistemática e diferenciada das outras. Max Weber (2002) havia percebido como o desenvolvimento cultural junto à religião, sobretudo das mundiais, nas quais a presença de uma doutrina religiosa foi extremamente complexa, culminou na constituição de uma camada social sacerdotal. Com o florescimento desta camada social de estudiosos, exhibe-se uma forte tendência a ruptura mística e individual de classificação religiosa ao mundo enquanto a racionalização desta traz um conjunto de regras impessoais e institucionalizadas em sua esteira, subjungando a religiosidade sensível individual. Como também percebe Bourdieu

(1981, p. 592-593), para o sistema de ensino, estas camadas intelectuais, por estarem integralmente interligadas ao mundo e a doutrina religiosa, tendem a desenvolver uma visão fortemente contemplativa. Esta é a expressão mesma do misticismo racionalizado e intelectualizado, substituindo o êxtase religioso.

Conclusivamente, o capital cultural e o desempenho impessoal distanciam o “Ego” dos conteúdos por ele apropriados, recompensando o emprego do conhecimento em dinheiro, o que confirmam o traço típico da tragédia da cultura, transformando o estudo, por exemplo, não mais em cultivação individual, mas na simples organização racional da trajetória profissional. Nasce, portanto, uma concepção instrumental da cultivação na qual sua aplicabilidade cega se fortalece em detrimento da constante reflexão sobre seus próprios pressupostos. Ao focar sua análise exclusivamente nos mecanismos sociais reprodução a cultura legítima, Bourdieu se exime de uma investigação sobre os processos sociais que conduziram unilateralmente ao enriquecimento do patrimônio objetivado da cultura. Considerando isto, se o conceito de capital cultural visa conferir materialidade à incorporação de determinadas condutas e códigos culturais tornados legítimos, ou seja, servindo como instrumento de poder ou “mercadoria cultural”, ele só pode se realizar enquanto tal quando se toma um estado em particular da cultura. É precisamente neta direção que a categoria de capital cultural e tragédia da cultura pode ser combinados, de modo que até mesmo a ruptura com as regras pré-estabelecidas pressupõem a incorporação prévia das regras sociais canônicas que regem um campo.

1.4 O lugar da gênese dos valores culturais na ação social

Neste tópico podemos melhor sentir as raízes decisivas do pensamento simmeliano. Todavia, seu interesse se concentra em compreender a figura dos pensadores não por si, mas em sua significância na histórico-cultural do espírito bem como na sua atualidade para o pensamento moderno. As investigações sobre os efeitos práticos e psicológicos do dinheiro seguem a tentativa de conferir uma expressão à gênese dos valores sociais. Desta forma, o valor econômico, isto é, o valor de troca veste a construção de atribuições qualitativas de valor. Contestando a acepção original de Karl Marx, ele investiga a gênese simbólico-cultural do valor econômico, mostrando sua propriedade essencial na constituição de seu sentido: a relação, que é baseada na

categoria de troca. O dinheiro constitui na modernidade, abstração das qualidades, inculcando no indivíduo moderno um novo esquema avaliativo tanto dos objetos quanto do comportamento social. Ele equaliza as distinções qualitativas operadas por nós. Eis seu caráter fetichista, reduzindo - através da troca no mercado capitalista - qualidades incomensuráveis entre si a um denominador quantitativo comum: o preço.

Schopenhauer e Nietzsche são, aqui, extremamente importantes. Segundo Simmel (1990), a filosofia dos dois se enquadra num momento histórico da modernidade em que a metafísica cristã, como promessa religiosa de postular um sentido final à vida, se encontra em decadência. A obra dos dois é uma resposta filosófica a esta inquietação, já que a vida não é mais a resultante de uma ordem metafísico-religiosa anterior, constituída por uma entidade abstrata divina e exterior ao mundo secular e empírico. A noção de que o nascimento da experiência moderna traz consigo a destruição da ordem divina da sociedade, cuja característica central é a experiência puramente contemplativa do mundo, encontra seu pano de fundo na filosofia schopenhaueriana do desejo. Se na ordem religiosa do mundo, Deus traz a reconciliação final de todas as contradições autodestrutivas do Homem, a Vontade (*Wille*) não reconduz as incertezas humanas à sua síntese final, mas ao eterno retorno de si própria. A originalidade de Schopenhauer consiste em retirar dos móveis da ação humana tanto a moral divina quanto a razão transcendental, privilegiando uma força pulsional prévia: a consciência cognitivo-racional encontra-se apenas na superfície da experiência sócio individual no mundo. Por conseguinte, dor e sofrimento se tornam o *locus* psicofísico da vivência humana na terra em função da angústia trazida pela perda de substância dos valores, ou seja, a erosão de sua imutabilidade transcendental.

Outro mal-estar da modernidade encontra-se na filosofia de Nietzsche: a incapacidade crescente de o Homem moderno se expressar criativa e pessoalmente. Trata-se do declínio dos valores pessoais, qualitativos, singulares e insubstituíveis. Numa sociedade em que: a) a produção em massa de mercadorias; b) o trabalho especializado baseado no desempenho impessoal e; c) o dinheiro tomam conta praticamente todas as interações sociais, as possibilidades de expressão criativa se atrofiam quase que inteiramente. Ora, os valores medianos (e medíocres) incorrem, então, na degeneração da espécie humana como espécie biológica, mas também como cultura e cultivação individual das potencialidades pessoais, afetivo-expressivas e do vigor intelectual. O conceito nietzschiano de *vida* (*das Leben*) carrega tanto um teor

biológico quanto cultural. Assim, o mediano como projeto valorativo conciliador dos extremos encontra seu ápice no distanciamento frio da técnica e da razão instrumental, esterilizando as potencialidades individuais. Ela arruína, sobretudo, o desenvolvimento de uma atitude estético-contemplativa (contraposta à pragmático-utilitarista) do mundo social e objetivo, enfraquecendo justamente as disposições estéticas autênticas do indivíduo moderno. Neste registro, a existência vital possui antes de tudo um caráter vibrante. Aliás, qualquer elã criativo deve se subjugar à possibilidade de se tornar instrumentalizado ou comercializado.

O contexto social em que se insere a filosofia de Schopenhauer corrobora a queda do cristianismo como a religião capaz de conferir aos Homens um “sistema nervoso central” sobre o sentido metafísico do mundo. As sociedades são marcadas por uma inversão comum: os meios se tornam os fins (Ibidem, p. 42-43). Simmel via no dinheiro e na sua forma de capital, como fim em si, esta tendência psicológica. É instaurada uma contradição profunda na vida moderna: se o dinheiro é primariamente um meio e não o fim social, a conquista deste reenvia necessariamente ao seu início. Assim, o lucro em dinheiro (um excedente monetário), um resultado puramente abstrato e passível de ser trocado por qualquer coisa, reenviando o recomeço de um novo processo acumulativo. No capitalismo moderno, a ação econômica visando o capital tem uma forma repetidamente circular e maximizador sem encontrar um fim último na satisfação de seus apetites. Com isso, as forças religiosas tendem a perder sua validade na determinação dos móveis da ação social. Isto instaura uma profunda angústia existencial e um sentimento desarmônico no homem moderno. O conceito de Vontade em Schopenhauer corresponde a este estado enquanto negação do repouso metafísico último da vida. Suas implicações são éticas, estéticas e epistemológicas: a) ele funda o que se pode chamar de metafísica dos valores negativos ou o pessimismo cultural em que a positividade dos valores é apenas decorrência do sofrimento; b) a busca pela perfeição estética como apaziguamento da angústia gerada pela Vontade; c) a razão não é a causa única de todas as ações humanas inserindo o componente afetivo-emocional como protagonista do comportamento. Esta última assertiva constitui a crítica a Kant e o retorno a uma metafísica do desejo. A razão, as categorias de pensamento, apreciação e a consciência são meros epifenômenos da Vontade. Ora, se apenas as aparências, dada a mutabilidade do mundo e da natureza, são passíveis de serem conhecidas em detrimento do conhecimento das essências, apreendem-se neste plano explicativo

apenas as representações racionais capazes de serem encaixadas em leis científicas transcendentais. Aliás, o ideal kantiano de que o homem é capaz de pensar Deus, mas não conhecê-lo, distinguindo a ciência positiva da construção valorativo-qualitativa do mundo social, isto é, entre ciência e moral, aponta para a diferenciação entre pensamento científico e o moral-religioso. Uma segunda implicação epistemológica poderia ser aqui adicionada: ao invés de a consciência invocar sentido unívoco, unilateral, causal e transcendental dos objetos, para Schopenhauer, estes são apenas conhecíveis em sua interação relacional multilateral. Além disso, não há um sentido único do conhecimento, uma causa fundamental, já que estas relações mantêm afinidades eletivas em diversas direções. O sentido é, então, a busca pela origem das relações qualitativas, já que o real não é primariamente nem um objeto muito menos uma substância, mas é resultado de uma construção intelectual e categórica. Em suma, a diferença fundamental entre os dois se deixa enxergar no conceito de Ser (*Dasein*): para Kant há um princípio de identidade entre “Ser”, no mundo das representações, na consciência; para Schopenhauer a Vontade (uma pulsão não-consciente ou pré-reflexiva), que sempre recorre a si mesma, molda a experiência e as emoções coletiva e individualmente. Bem, se na acepção racionalista kantiana a consciência é o único plano de experiência subjetiva, esta se torna, em Schopenhauer, matizada e cindida entre a Vontade e a representação. Há para este pensador um retorno à metafísica, condenado por Kant, introduzindo uma visão dualista de mundo: a dos fenômenos percebidos racionalmente e o mundo da apreciação dos objetos fora de sua variação empírica: o mundo para-si. Todavia, Simmel critica os dois por seu subjetivismo, isolando e atomizando o agente de sua teia de relações sociais. Projeções subjetivas não acontecem *a priori*, mas ancoradas em um mundo social histórico, empírico e intersubjetivo.

A Vontade não é o simples contraposto da razão, mas constitui um tipo de inervação psíquica. Este ponto nos é caro, pois me parece compor a tentativa sintética de Simmel: opor vida afetiva e intelectual, razão e desejo, sentimentos, percepções imediatas e representações conscientes nos conduz necessariamente ao erro. Substancializá-las ante a um princípio essencial, como faz filosofia social liberal do *homem economicus*, conferindo ao cálculo instrumental da maximização do lucro o um estatuto existente de racionalidade apenas na ação econômica burguesa (capaz de acumulá-lo), é igualmente equivocado. Neste sentido, se a Vontade representa a primazia da inervação psicológico-motivacional e uma constante tensão da psíquica, o

“eu” adquire um fundamento infinito justamente em razão de sentirmos uma necessidade transcendente, alçando “o-que-está-para-além” (*Das Hinauslagende*). Estamos eternamente insatisfeitos com o mundo presente. A tentativa de conferir uma positividade à vida dos afetos origina do reconhecimento de que o encadeamento de nossos conteúdos ideais está ancorado em uma força impulsionadora. O retorno a um conceito metafísico de vontade acontece na afirmação de que a ela é uma força absoluta subjacente das representações conscientes. Schopenhauer não enfatiza a consciência como o racionalismo do século XVIII – ela é apenas um componente acidental e irregular do Ser, cindido por um querer, uma *tendência pulsional autorreferente*. A realização de uma meta imposta pela Vontade incorre em mais Vontade. Conseqüentemente, a individualidade ganha um estatuto metafísico ao constituir uma unidade absoluta se tornando um “ser-para-si”, enquanto sua vida e sua forma são expressões desta essência encerrada primeira. Tendo esta dualidade como começo, dois mundos são construídos: o superficial (imane e relativo às representações conscientes) e um profundo (do além-mundo). Um plano é relativo às aparências e à experiência e o outro à verdade e das coisas-em-si: esta constitui a estrutura do Ser. Estes dois planos não são opostos, já que toda aparência é a expressão concebível da Vontade, movimentando o mundo a partir de uma força latente. O conceito corresponde então, à incongruência (*Unvernünftigkeit*) do Ser expressada simultaneamente na linguagem concreta (da experiência ou da aparência) (Ibidem, p. 117-118). Simmel o critica em razão desta unidade absoluta e abstrata do desejo se sustentar apenas através de atos de vontade realizados no mundo sensível; particulares entre si, se distinguindo em seus conteúdos finais. Esta contestação é extremamente relevante para compreender suas intenções: a Vontade só existe na perspectiva schopenhaueriana, como um componente abstrato da ação se desconectando de seu contexto sócio histórico significativo. Desta maneira, o fenômeno particular no qual se detecta sua manifestação sensível é descartável tão logo o caso particular é reconduzido ao metafísico. Esta censura de Simmel já reveste as pulsões de uma temática sociológica, pois um impulso ou tendência para ação só pode ser compreendido em seu enclave fenomênico. Categorias como sociação, processos de socialização (*Sozialisierungsprozess*) ou interação representam esta linha de raciocínio em função de tendências não-conscientes para ação social serem modeladas segundo as condições sociais nas quais estão inseridas.

A este ponto a Vontade se conecta com sua característica fundamental: o sofrimento. Ele é a substância do Ser e da vida; estruturante de toda vida emocional e intelectual dos homens, inclusive das emoções positivas. Há, portanto, uma precedência dos valores e emoções negativas sobre os positivos, que nada mais são do que a sua suspensão momentânea. O sentido da existência subjetiva se encontra no sofrimento enquanto destruidora do valor da realidade. Ele permite a destruição do valor das coisas através de uma sublime predileção pela crueldade (SIMMEL, 1992b, p. 547). O pessimismo cultural corrobora a perspectiva de que o mundo tende a sua autodestruição e não à sua realização – à sua completude - como fruto da razão. Em contraste com o “otimismo” racionalista na aceção de que a razão constitui um dado transcendental da natureza humana, destinada ao seu progresso civilizacional, ele insere a Vontade como tendência pré-reflexiva infinita, profunda e inegável tanto no cerne da personalidade quanto do mundo objetivo. O interesse do impacto psicológico das ideias sempre presente em Simmel o leva a concluir que o pessimismo conduz o desejo destrutivo do sujeito a se apoderar dos objetos, canalizando sua energia criativa e exibindo um traço fortemente sadomasoquista, combinando forças psíquicas contraditórias e conflituosas. Entretanto, não se trata aqui das coisas em si, ou seja, uma espécie de vandalismo, mas da destruição do valor emocional (simbólico-cultural), isto é, de seu significado. Em suma, a canalização das potências humanas criativas se dá na destruição dos valores ideais dominantes, apoderando-se criativa- e individualmente de seu sentido¹³.

¹³ Este ponto de vista ecoa de modo mais ou menos similar em Dostoievski, sobretudo, numa inversão de perspectiva social. Em “O jogador” e em “Notas do subsolo” o narrador sempre em primeira pessoa se contrapõe à sociedade presente desprezível. Nestes dois livros, com personagens similares e passagens parecidas entre si, o narrador principal procura inverter a percepção das relações sociais burguesas. Ao invés de tomá-las de modo como estas aparecem, ele procura destacar (de modo contra intuitivo) o interesse mesquinho dos personagens, o seu lado perverso e pequeno justamente na medida em que este lado é sistematicamente encoberto nas interações sociais, por exemplo, pelo desinteresse ou pela cortesia burguesa. A ênfase em desmascarar esta “ilusão” nas relações sociais civilizadas esconde o interesse particular e destrutivo da competição social.

Na literatura do autor americano Henry Miller há ao que parece uma separação: o tema do pessimismo - potencialmente misógino - penetra na decadência social e individual representada pelo sonho americano. Seu símbolo máximo se encontra nos ideais liberais da procura pelo enriquecimento pessoal, levando à instrumentalização das relações sociais e concomitantemente à mesquinhez do espírito, apenas interessado em se beneficiar particularmente, reificado pelas relações de troca no mercado. Este esterilizou as competências expressivas e criativas do homem tornando-o um escravo do próprio trabalho reprodutivo sem sentido, do dinheiro e do consumo conspícuo. Aparece então, o que se pode chamar de uma narrativa da decadência e da miséria espiritual e cultural ocidental. A miséria e a decadência são representadas em qualquer tentativa de se encaixar e se adaptar à ordem social existente. Em seguida, a arte se torna o campo pelo qual o Homem pode recuperar sua vitalidade visceral individual intelectual, emotiva e criativa, configurando, como em quase todo escritor moderno, uma forma de salvação secular através da busca incessante pela vida significativa e por seu valor singular (pela boa vida a ser vivida como maneira de modelar esteticamente a personalidade individual). Esta concepção desencantada do

A estética ganha um lugar especial na filosofia pessimista de Schopenhauer. Se o sofrimento é um dado endêmico e crônico no sujeito desejante, apenas a música é capaz de apaziguar momentaneamente seus efeitos imediatos. Ela opera uma espécie de sublimação das pulsões pré-consciente, pois nos permite “escapar” em direção à realidade das formas puras. Em contraste com a perspectiva platônica, segundo a qual, a arte é uma mera representação do mundo empírico, ela adquire, na ótica schopenhauriana, um estatuto de que conferir acesso ao mundo das formas essenciais. Se o mundo das representações é, na verdade, impulsionado pela vontade, a fruição estética corresponde à salvação diante da angústia existencial. Enquanto a essência do intelecto serve à finalidade da vida, a arte o emancipa da Vontade, consagrando-o com uma realidade espaço-temporal própria. A experiência estética, como sublimação do desejo, é o que permite ao sujeito o acesso às formas ideais, elevando o objeto de suas circunstâncias imediatas limitadas do mundo sensível, ao relacioná-los de modo singular. Nesta chave analítica, o estado emocional-psicológico estético não é de modo alguma disposição hedonista, mas acética. O indivíduo capaz de desenvolver esta atitude ante a vida é o mesmo que acessa às formas puras; a Ideia, ou seja, essência abstrata dos objetos destacando-as do mundo sensível, permitindo uma experiência contemplativo-transcendental por meio da estética. Com efeito, aquele capaz entrar neste estado perceptivo-intelectual não se encontra mais circunscrito pelas determinações sensíveis e imediatas de sua existência. A arte não é, portanto, uma mera imitação da realidade, rejeitado por Schopenhauer como uma postura empirista¹⁴. A

estado real dos Homens, em suma, este realismo pessimista é, nele, compensado pela possibilidade que indivíduo moderno dispõe de se reencontrar por inteiro na experiência estético-contemplativa da arte, como via na recuperação da cultura burguesa. Os dois autores se deixam sintetizar no seguinte diagnóstico: não é a natureza humana essencial e imutável do Homem que guarda, em seu germe nodal, a raiz do “mal”, mas este é o reflete uma condição presente. A ênfase não se encontra no que é, mas o naquilo que as interações intersubjetivas se tornaram. *Ver Dostojewski Aufzeichnungen aus dem Kellerloch, Der Spieler e Henry Miller Tropic of cancer e Black spring.*

¹⁴ Em Simmel, a obra de arte aparece em oposição à mercadoria, sobretudo, no que tange o processo produtivo de uma e de outra. Na mercadoria impera o princípio de não-identidade entre sujeito produtor e objeto produzido, e na obra de arte a identidade entre ambos. A impessoalidade da mercadoria culmina na sua inautenticidade, enquanto que a obra de arte preservaria a genuinidade singular da expressão criativa individual. Se a obra de arte é caracterizada por sua unidade interna, ela cumpre o mesmo papel metafísico de reconduzir as formas dispostas em seu espaço estético a uma totalidade significativa. Aliás, esta também uma das críticas de Simmel a Schopenhauer, já que o último não distingue entre o espaço interior à obra de arte seu entorno, não demarcando uma unidade diferenciada e complementar entre as formas estéticas. Ao comparar a completude da obra de arte em contraposição à mercadoria, Simmel aponta para a concepção de que o capitalismo moderno ainda conferiria ao indivíduo a arte como esfera social e moral relativamente independente à produção de mercadorias. O diagnóstico da indústria cultural de Adorno e Horkheimer vai diretamente de encontro a esta posição teórica, já que a mesma organização socioeconômica da produção capitalista transforma o bem cultural numa mercadoria.

música¹⁵ ocupa uma posição mais importante do que qualquer outra expressão artística. Por causa dela, entramos em uma espécie de comunhão primária com a Vontade, ultrapassando mesmo as limitações empíricas mundo sensível, já que estas não estão mais circunscritas à utilidade imediata coordenada pela finalidade própria da vida. Ao contrário das expressões artísticas dependentes da realidade visível, a música não traz à tona uma manifestação particular do fundamento metafísica da vida, mas o expressa imediatamente. Ela permite de fato a canalização enriquecedora dos afetos, contanto que de maneira asceticamente distanciada e sublimada, cultural- e intelectualmente exprimida, não podendo ser mediada pela violência física ou sexual. Por conseguinte, o sexo é reinterpretado pelo erotismo e pela paixão (em ruptura com o naturalismo imediatamente preso às funções sexuais reprodutivas), pela violência num pessimismo crítico, valorizando uma visão contra intuitiva do mundo social. Para Schopenhauer, a arte é uma disposição ascética, diametralmente oposta ao empirismo helênico (a arte como mera imitação da natureza). Ela deve procurar refletir esteticamente as contradições metafísicas da experiência vital ao entrar em sintonia expressiva e significativa com seu elemento primário definidor: a finitude. Por este motivo, o caráter inicialmente trágico e irracional da vida se toma o centro das preocupações: a morte, o amor impossível e a busca pelo autoconhecimento das próprias emoções são temas recorrentes.

Outra consequência psicológica do pessimismo se cristaliza na precedência metafísica dos valores negativos, levando Schopenhauer a necessariamente derivar o desejo do sofrimento, ou seja, de uma tendência autodestrutiva. Segundo Simmel, isto é falso. Basear a volição humana como anseio decorrente do sofrimento, oculta o fato de que este funda, na verdade, um estágio intermediário entre “ter” e o “não ter”. Assim como não há, para o indivíduo, nexos algum na posse para além de seu significado social (econômico, político, jurídico, estético e etc.) na medida em que esta desencadeia um estado afetivo, é um erro em calcar o processo pulsional univocamente no sofrimento em nome do pessimismo, conduzindo forçosamente a seccionar os estados afetivos do modo estanque entre “ter” e “não-ter” o objeto desejado ao invés de relacioná-los,

¹⁵ Certamente não se trata de qualquer estilo musical, mas principalmente o romantismo dando especial atenção à construção melódica da música como expressão de um estado emocional patológico interno, guiado pela inspiração. Prevalece a construção melódica lírica sobre a pura virtuosidade técnica. Na elegia à música, a construção da poética está certamente subordinada ao conceito de sublime (elevação espiritual ao divino), próximo ao da religiosidade ética e contraposto ao êxtase ou o transe das religiões mágicas centradas na primazia do sensível sobre o transcendental.

conferindo importância às expectativas subjetivas culturais como modo de conferir valor aos objetos e práticas sociais. Esta separação simplificadora procede exclusivamente na dimensão aparente, mas não latente. Simmel quer reconciliar a vida psicológico-afetiva a um conflito primário entre polos contraditórios, conferindo uma validade epistemológica às emoções positivas. Sua crítica vai de encontro à questão central do pessimismo: de que o valor da vida possa ser auferido por uma escala medidora global entre sofrimento e felicidade, cujo significado é cunhado por um modelo de pensamento abstrato, como grandezas absolutas e encerradas em si. Ademais, ele parte da ideia de que a constituição do valor e do desejo é apenas possível através das *expectativas construídas* em nossas interações coletivas. Assim, por exemplo, a hierarquia de valores dos objetos e das pessoas surge quando o sujeito e objeto se tornam instâncias temporalmente distintas. Expectativas pressupõem um intervalo temporal para sua realização. Este estágio intermediário entre ter e não-ter, sob o qual nossas expectativas, sonhos e anseios se concretizam, representa, para Simmel, o cerne do desejo. Ora, se as sociedades se tornam mais complexas e o encadeamento de ações na tentativa de atingir um fim se torna gradativamente mais longo, as expectativas acompanham este processo e se alongam temporalmente, dado que a sociedade distribui desigualmente poder e recursos, enquanto as classes dominantes tendem a monopolizá-los.

Se para Schopenhauer vivemos uma vez que queremos, para Nietzsche, queremos porque vivemos. Desta maneira, todas as funções intelectuais se ordenam sob estas duas – cada uma a sua maneira – determinações afetivas. Para Nietzsche, o conflito é o estado primário das relações humanas interindividuais. A vida tem, portanto, um caráter inicialmente competitivo e conseqüentemente cruel ao passo que compaixão só pode, por exemplo, sentida tendo por motivação interna o potencial prejuízo do outro. Ele parte de conceito de vida em que o dado primário e violentamente seletivo desta prevalece sobre seus aspectos solidários. A influência, aqui, é, de acordo com Simmel, decisivamente Darwin e sua teoria da seleção natural em que os fortes e as espécies superiores se impõem. O conceito de Vida é composto por esforço, conflito, dominação e luta entre os indivíduos. A vida também constitui fonte de valores qualitativos e para Nietzsche não mais, como em Schopenhauer, paralisado num plano metafísico, isto é, em um puro “não” com relação à vida, mas inserido na dinâmica própria do desenvolvimento cultural. Esta fonte histórica dos valores culturais não

segue uma linha teleológica e nem tenda necessariamente ao progresso, pois ela contém diversas direções possíveis. Além disso, a História não é uma coleção de acontecimentos, ainda que não haja um “espírito objetivo” subjacente a esta. Ele identifica no cristianismo ascético a principal matriz valorativa ocidental. O conceito de valor como finalidade corrobora o modo de vida superior como ênfase qualitativa na vitalidade intelectual e afetiva no desenvolvimento da sensibilidade estética. O indivíduo como personalidade singular é posto no centro da criação dos valores culturais, mas enquanto exemplar na humanidade e não na sociedade, sendo a humanidade é mais abstrata do que a sociedade, na qual os valores ganham apenas um contorno momentâneo e aparente.

O cristianismo ascético se coloca, portanto, no lócus de críticas duras não por seu conteúdo religioso imediato, mas em vista de sua construção valorativa, que de acordo com Nietzsche, culmina no culto dos valores medianos e conseqüentemente impessoais. O advento das sociedades modernas, a força da personalidade e da marca pessoal inimitável se tornam, através de uma economia monetária madura, do trabalho especializado, a indústria do entretenimento, e da máquina, cada vez mais enfraquecidas. As competências miméticas sobrepujam-se às criativas, representando a decadência cultural do ocidente. Logo, a cultivação da cultura subjetiva e o desdobramento conseqüente de suas camadas diferenciadas se tornam ameaçados por uma crescente impessoalização e quantificação das relações sociais. O empobrecimento valorativo imposto por uma economia monetária madura, cuja pergunta central se reduz à abstração do preço (quanto é?) seria, para a personalidade cultivada, acostumada com uma comunhão contemplativa com os objetos da natureza, absolutamente insuportável. Tal projeto de agência humana se reveste do ideal clássico e aristocrático sob forma de distinção e elevação em contraposição às massas.

O socialismo e capitalismo se encontram no mesmo patamar. Simmel (1896) era bastante influenciado por esta visão do socialismo ao mesmo tempo ele deixa escapar outro ponto que lhe é caro: o plano estético das ideias é fonte de valores culturais. Trata-se de uma crítica do embotamento da percepção estética (na ênfase das diferenças qualitativas entre os objetos) na modernidade e de sua conseqüente padronização e objetivação dos estilos de vida. Esta ideia de que o socialismo contribui para o nivelamento da personalidade individual é a crítica romântica e expressivista da cultivação pessoal. Portanto, o nivelamento a um denominador comum tem como objeto

a redução dos interesses vitais ao materialismo puro, conduzindo-nos ao apagamento das diferenças. Ele leva necessariamente a uma indiferença dos afetos e do pensamento ao procurar pela unidade e pela simetria absoluta destes. O caráter racionalista e instrumental do socialismo, seu culto da maioria e da elevação dos padrões materiais médios, encontraram sua expressão máxima na forma da máquina (o que também é uma representação da organização social ideal), cuja beleza simétrica configura a total ausência de resistência incongruente e conflituosa entre as partes e o todo.

A personalidade autêntica corresponde ao ideal romântico de beleza em que a individualidade singular se afirma ao se isolar do “geral”, do “universalismo das regras impessoais e abstratas”, do “que vale para todos” (Ibidem, p. 8). Este ideal estético é, por exemplo, a fonte moral moderna da autenticidade, e que nos dias atuais compõe a forma e o conteúdo da distinção social. O consumo personalizado também é baseado neste ideal estético, já que constitui esta elevação pessoal e social do consumo de massa. Um aspecto citado por Simmel é de que este ideal diferencial de personalidade só pode ser concebido com uma concomitante individualização produzida por uma divisão do trabalho social na medida em que sua especialização e diferenciação social permitem o florescimento de uma esfera individual privada da ação, do pensamento e das emoções. Há deste modo um aumento na capacidade sensitiva e diferencial dos indivíduos. Em Nietzsche, a personalidade autêntica consubstancia o “valor do ser-aí” (*Daseinswert*), cuja ética da aristocrática da distinção forma o seu ideal ético-estético através do distanciamento das paixões imediatas, impessoalizando o debate por ideias pelos melhores argumentos e de um rechaço do pragmatismo cotidiano, dando primazia a um uso particular do tempo social - a saber – o tempo do “livre pensar”, “improdutivo” e escolástico, por oposição direta ao tempo da produção capitalista, dominado pela pressa e pelo pragmatismo utilitário irreflexivo em decorrência da necessidade de taxas crescentes de produtividade e lucro. Nosso autor introduz uma distinção importante para entender a questão nietzscheana sobre o homem moderno: o elogio de um “personalismo” em detrimento de um “egoísmo”; primeiro almeja ser (Super-Homem) e o segundo ter algo.

O projeto nietzscheano da personalidade singular ganha corpo se materializando na acepção básica de que a vida é um fim em si, ou seja, de que esta deve ter como base a auto realização das competências intelectual-afetivas inventivas individuais. Esta é a chave do processo de autovalorização ontológica. Este influencia Simmel,

principalmente no seu conceito de tragédia da cultura em que os indivíduos socializados parecem cada vez menos capazes de conduzir tal forma de vida, ficando subordinados a padrões culturais-estéticos pré-moldados por instâncias objetivamente legitimadas, como as mídias de massa e o sistema de ensino. Em consequência da especialização e da fragmentação do conhecimento operada pela divisão do trabalho, a redução de todos os valores qualitativos aos quantitativos e abstratos, operados pelo dinheiro, cegam, ensurdecem e esterilizam a sensibilidade criadora.

Contra esta tendência de transformar o conhecimento técnica em aplicação cega é que Nietzsche funda sua ética da auto realização através de um projeto existencial, do elogio das competências criativo-artísticas e da auto compreensão crítica de si, rompendo com o narcisismo primário, egoísta e infantil, sempre prontos a serem mimados e bajulados ao procurar por atenção e reconhecimento imediato e superficial¹⁶. Não por acaso o tema da educação através da dor (Ibidem, p. 30). Este ideal emancipatório não tem um fim último, mas é imaginada como processo constante. A ascepção de desenvolvimento substitui a de teleologia. Doravante, a compreensão autocrítica de si – esta ética da cultivação do espírito livre - instaura assim, uma tensão psicológica ao introduzir no sujeito uma complexidade afetiva produtiva desembocando numa contradição interna e num eterno processo de aprendizado. O indivíduo capaz de inventar seus próprios valores é o mesmo em condições de compreender a beleza profunda da experiência mundana e, portanto, afirmá-la em toda sua força vital. Só assim, apenas com assunção da finitude, da contingência e até em certo sentido arbitrariedade de nossas hierarquias culturais e valorativas, é que pode haver a real emancipação humana.

Segundo Simmel, a ideia de “eterno retorno” (*ewige Wiederkunft*) se assemelha a do imperativo categórico kantiano. Se este último exigia do sujeito almejar algo para além das motivações particularistas na realidade imediata da ação, isto é, agir tendo como um princípio um dever ser, Nietzsche postula que devemos encarar a vida como se ela fosse eterna e infinita, sintetizando a necessidade da finitude, isto é, do caráter construído desta com sua pujança auto realizadora. Isto nos indica seu componente religioso na medida em que o infinito é transposto para o caráter mundano, histórico e contingente da vida. Ainda que ele critique a formação valorativa do cristianismo, há

¹⁶ Tal oposição pode ser encontrada, por exemplo, na arquitetura lógica do senso comum e do pensamento substancialista e fragmentador, procurando sempre por um culpado/a em detrimento de uma compreensão relacional mais abrangente e complexa dos fenômenos sociais.

em sua filosofia uma forte motivação religiosa, agora reinterpretada na vida terrena. Sua crítica do conceito de razão postula que o pensamento deve ser incondicionalmente capaz de estipular seus próprios fins, construindo as fontes morais de seu próprio sentido. Ele não é mais legado à instância heterônoma ou a uma entidade divina. Em decorrência disso, o indivíduo moderno autocrítico, em condições de perceber não só sua condição presente, mas também o seu destino futuro, se coloca em eterna tensão afetiva e intelectual, se afina com a constante exigência de que o mesmo postule as finalidades qualitativas da razão, ou seja, hierarquias de valor, o que também incutem uma maneira de classificar e apreciar o mundo objetivo e os outros. Razão e pensamento ganham cada vez mais uma tonalidade dialética, dialógica, conflituosa e relacional ao perderem pouco a pouco seu caráter transcendental - baseado na certeza absoluta - no eterno, sendo forçados a trazer à tona incansavelmente seus próprios pressupostos subjacentes, sua visão de mundo inerente. Por fim, uma configuração de mundo e de pensamento não se justifica mais sob a base de leis universais e imutáveis, mas conjunturais e momentâneos – por meio de sua dinâmica de desenvolvimento, mas sobretudo, pelos instrumentos simbólicos e materiais que mobiliza para se legitimar.

Em Kant e Goethe (1995), ganha atenção a questão de fundo acerca do cristianismo e seu conceito de Homem como tendo uma essência dual entre espírito e carne (corpo). A partir desta dualidade, se constrói o universo valorativo moderno em que o indivíduo simultaneamente luta por reconhecimento e se subordina às leis e princípios supra pessoais – entre ser devorado pela objetividade impessoal ou pela arbitrariedade e pelo isolamento na sociedade. Ao lado desta contradição se desenvolve o sentido moderno do mecanismo naturalista, da busca pela boa vida e pelo valor das coisas. Esta contradição entre o estado objetivado, a experiência subjetiva individual e pessoal do mundo social, forma, para Simmel, uma contradição própria. Deste modo, a concepção mecanicista das ciências naturais torna a natureza um objeto neutro, já que dela é extirpado seu sentido moral e, concomitantemente, sua qualidade. O subjetivismo kantiano introduz a sua solução para o problema da dualidade entre corpo e mente: ela concerne à consciência e ao conhecimento. O mundo, com todas as suas estranhezas e contingências, seria suportável, se o conhecêssemos através das leis universais, gerais e padronizadoras da ciência. Para ele, o essencial submeter à experiência ao rigor intelectualista da ciência; não as coisas em si, mas o conhecimento sobre as estas. Assim, todas as formas da experiência sensível e ontológica podem ser colocadas sob

uma única forma. A construção da natureza como objeto neutro encontra seu correlato na transcendência das leis, que a regem as ciências naturais (principalmente a mecânica física), estruturando as categorias de apreciação e de pensamento do sujeito. Há aqui a primazia de uma visão cognitiva e racionalista da relação entre sujeito e objeto, subordinando toda e qualquer influência afetiva sobre o pensamento. Aqui, as emoções não devem interferir no pensamento, o que diluiria a unidade formal do sujeito.

Em Kant, “pensar” precede o “sentir” enquanto que para Goethe o “sentir” condiciona o “pensar”. Este último não parte do pensamento abstrato para em seguida objetivar o mundo, mas de uma sensibilidade ontológica em suas conexões ideais: dor e desejo orientam imediatamente a ação e o pensamento humano. O artista (ao invés do cientista) toma o foco principal de sua visão de mundo enquanto se *entrega* totalmente à produção de sua obra. Para ele, a busca filosófica pelas pré-condições do pensamento é irrelevante, em razão do mesmo não se encontrar em suas origens. Goethe rejeita a atitude intelectualista, ou seja, de que o vínculo primário do sujeito com o mundo é mediada pelo pensamento abstrato – pela consciência. Encontramos aqui uma espécie de naturalismo vitalista no qual o elo primário entre homem/espírito e mundo/natureza não é marcado pelo distanciamento prévio um de outro, mas por uma unidade ou um enraizamento original entre os dois. Se para Kant esta relação acontece através de uma exteriorização, em Goethe ela é uma afinidade interior. Enquanto na perspectiva racionalista encontra sua raiz na diferenciação primária entre sujeito do conhecimento e mundo/natureza, no vitalismo este mesmo questionamento se efetiva em uma indiferenciação fundamental, em uma comunhão unitária natural primeira, em um “estar/ser-junto” (*Zusammensein*)¹⁷. Em um há a ênfase na construção impessoal e abstrata do sujeito, no outro na constituição particular afetiva em que as distinções pessoais ganham um timbre expressivo próprio. Na visão goethiana, o racionalismo violenta a natureza em nome da objetividade distanciada e “fria” do conhecimento ao invés de permanecer fiel a esta, destruindo a unidade prévia entre sujeito e objeto (Ibidem, p. 136). Desta maneira, a experiência subjetiva não é apenas uma gravação

¹⁷ Em *Goethes Liebe* (1992c), o tema da comunhão primordial entre sujeito e objeto se dá na esfera erótica. Ao contrário da forte tendência à separação entre erotismo e amor (como na prostituição), no conceito de amor de Goethe, o elemento erótico da vida deve ser compreendido em conjunto com as outras regiões existenciais. Neste sentido, o desenvolvimento das fantasias eróticas trariam consigo um forte componente de abjuração em oposição à multiplicidade arbitrária envolvida em projetar o desejo em inúmeros objetos. Aliás, esta última circunstância incutiria fatalmente no distanciamento entre sujeito desejante e objeto desejado, pois não há uma dedicação minimamente exclusiva a um objeto ou, pelo menos, a um conjunto seletivo destes. O amor comunga primariamente com a vida e não com a ideia (Ibidem, p. 355).

passiva feita pelas impressões sensíveis, mas é ela mesma a formação destas através do entendimento, sintetizando componentes (sujeito/homem e objeto/natureza) inicialmente separados. Para Goethe, o conhecimento é uma função imediata e orgânica da vida na medida em que o sujeito está em comunhão umbilical com o mundo objetivo/natureza: ele é primariamente uma atividade, elencado ao desenvolvimento de disposições estéticas ao resplandecer a diferença particular entre os objetos, e não a sua generalidade e determinação através de leis universais da ciência. Assim, o conhecimento é uma atividade que exige um mergulho vertical no sentido profundo do mundo e da existência humana. O eco no pensamento simmeliano transparece na concepção de que a beleza é então, a materialização concreta de substanciais ideais, dissolvendo oposições valorativas geralmente concebidas de modo intelectualista - eis o seu impacto de admiração imediato em razão de seu caráter sintético.

Por fim, gostaria de introduzir a importância dos autores para Simmel, que ao que parece, procurava estudá-los tendo em vista seu projeto intelectual próprio. Em Schopenhauer e Nietzsche o interesse é claramente uma teoria dos valores culturais modernos em suas contradições internas. Já em Kant e Goethe, o centro das preocupações é a teoria do sujeito. Estes dois níveis estão articulados entre si. Eles contribuíram para a visão de mundo moderna, pois influenciaram fortemente duas formas de pensar o indivíduo, seja através da autonomia de sua vida afetiva e sentimental, seja o lugar particular que as categorias de pensamento conscientes tomam na construção de nossa individualidade. Sob este viés, o indivíduo moderno é formado por duas camadas unificadas, a cognitiva-intelectual relativa às categorias de pensamento e a afetivo-disposicional relativa à ação social imediata. Por conseguinte, ideias e emoções ganham então, uma materialidade contextual, prático-cultural e são de interesse apenas enquanto ajudam a compreender o tipo de sociedade que estas ajudaram a produzir. Mais do que o sentimento em si, o sofrimento, por exemplo, é preciso compreendê-lo na sua teia social e diferencialmente significativa. O significado não está mais preso a uma essência metafísica prévia, mas é apreendido em sua dinâmica interativa e afetiva na coletividade. A procura por uma teoria qualitativa do valor se coloca tanto na lacuna deixada pelo marxismo quanto no interesse em procurar pela gênese cultural do valor econômico. De acordo com esse ponto de vista genético, o valor econômico é apenas uma forma de transformar valores originalmente qualitativos. O dinheiro (em seu valor de função – como meio de troca universal e puramente

abstrato) forma a base do valor econômico como transmutação de valores qualitativos, incomensuráveis entre si. Calcada nesta assertiva, constrói-se sua teoria intersubjetiva da agência cindida entre as representações e o desejo, entre a satisfação e a renúncia. O valor dos objetos e da atividade humana floresce na sociedade em meio à dinâmica sempre conflituosa deste. Deste modo, o desejo impulsivo ou a tendência a uma ação social particular só pode se realizar como tal, tendo em vista as dificuldades, obstáculos e a unidade interrompida do momento de prazer. O desejo nas sociedades modernas tem como pressuposto o distanciamento prévio cada vez maior entre sujeito e objeto - num sentido bem particular - na medida em que os alvos almejados em nossas trajetórias sociais dependem de encadeamentos progressivamente mais complexos e temporalmente mais longos entre nossas ações. Uma consequência desta construção é que, para serem realizadas com sucesso, atividades sociais exigem uma dedicação temporal minimamente especializada (e até exclusiva) arraigando-se, então, no arsenal comportamental do agente social. Este aspecto da ação social se reflete no espectro da pesquisa empírica apresentada em que as disposições dominantes do estudo, cujo resultado é o seu reinvestimento constante, é afinada desde cedo com uma especialização desta atividade no seio familiar a partir do investimento em seu estado incorporado. Outro ponto importante é o fato de que os nossos desejos também se diversificam segundo a especialização do trabalho, da técnica e das máquinas, tornando mais abrangente a oferta de consumo. A crescente diferenciação das necessidades humanas e sociais é concomitante com o enfraquecimento dos meios violentos ligados à força física imediata, mas também da satisfação das pulsões contextuais. O fato de que o dinheiro é usado como meio de satisfação de praticamente todas as necessidades materiais, transmutada, assim em necessidades propriamente “econômicas”, encontra seu reforço na especialização diferenciadora crescente da divisão do trabalho social.

A sociologia psicológica da simmeliana cultura, que poderíamos sem medo encarar como um preâmbulo de uma teoria da ação e das disposições sociais, busca relacionar sinteticamente diferentes camadas da experiência social e individual, superando oposições. O valor é fruto de uma distinção primária - de hierarquias em um ordenamento particular dos objetos. Eis seu berço qualitativo. Por isso, não existe valoração (*Wertung*) - um ato - sem que esta traga consigo uma reação emocional ou estado afetivo em particular. Estes refletem condições sociais da vida individual, carregados de um conteúdo significativo. Objetos não possuem valor por si, mas

segundo o sentido de sua posição no ordenamento de hierarquias ideais. O valor é, sobretudo, uma atribuição e uma ação baseada em uma distinção relacional entre qualidades. Este é precisamente o vínculo nodal entre impulso (*Trieb*), interesse (*Interesse*) e projeção (*Vorstellung*). A partir desta gênese das hierarquias valorativas, o interesse não é senão uma construção da ação social dentro de uma configuração cultural histórica e contingente.

Para Simmel, há em qualquer construção valorativa coletiva a pré-condição o controle dos desejos primários, já que enquanto os homens permanecem violentados por seus apetites imediatos, o mundo objetivo permanece indistinto. Se a dinâmica conflituosa entre as hierarquias ideais não se desenvolve, não há qualquer possibilidade de um aprofundamento e diferenciação mínimos do aparato psicológico afetivo-emocional individual (bem como linguístico, por exemplo). Levando em conta este ponto de vista, qualquer formação cultural, por mais primitiva que seja, já envolve em alguma medida um processo civilizador dos impulsos agressivos e eróticos imediatos, disciplinando-os para estabelecer códigos de condutas socialmente cancelados. Contudo, nas sociedades modernas a diferenciação dialética entre renúncia e satisfação impõe um intervalo de tempo, gerando expectativas subjetivas tão longamente estendidas que a consciência ganha um lugar especial em nossa estrutura psicológica, pois *“Tão logo a personalidade se entrega sem reservas ao afeto momentâneo, e é deste totalmente tomado e preenchido, o “eu” ainda não se destaca. A consciência do “eu” se coloca muito mais para além de sua excitação particular (...)”* (SIMMEL, 2009, p. 44). Por isso, todo interesse bem como as tonalidades emocionais adquirem seu significado na medida em que impõem a renúncia de outros valores, permeados na moderna troca econômica através da ação com dinheiro. Encerrada nesta dinâmica, floresce seu valor econômico. Por exemplo, o preço ou valor de troca não é apenas a transmutação proporcional relativa ao tempo de trabalho social médio na produção de uma mercadoria, mas também a posição relativa que esta tem na hierarquia simbólico-distintiva de uma sociedade. A esfera da circulação de mercadorias também produz valor econômico e não apenas a produtiva.

Na parte inicial sobre a filosofia da moda (1995), fica então claro como Simmel substitui o fundamento metafísico-transcendental essencializante dos valores afetivos por uma dialética baseada na construção contextual, social e cultural dos mesmos. A contradição é a base da ação social, cuja ambiguidade constitutiva envolve, ainda que

potencialmente, sua direção contrária. A ênfase no componente construído e não natural ou essencial de nossas apreciações culturais (por exemplo, “belo/“feio” ou “sofisticado” / “grosseiro”) procura dar voz própria aos valores positivos não os deduzindo de uma matriz significativa pessimista. A ação social não tem, portanto, uma unidade prévia, mas é perpassada estruturalmente por um campo de forças tensional (*Spannkraft*). A imitação se torna, sob o exemplo da moda, a atividade essencialmente de individuação na medida em que padrões e conteúdos sociais estabelecidos são apropriados. A imitação carrega consigo, ao contrário da noção imediata, uma força produtiva e criativa, pois ela envolve a responsabilidade por esta atividade. Então, assim como nas trocas econômicas, o valor das mercadorias surge na dinâmica entre satisfação e renúncia. Na moda, a tendência à assimilação e equalização é complementada pela distinção, se a maneira como se dão seus conteúdos, que se impõem como eternos, mas refletem uma condição passageira. Do mesmo modo, seus conteúdos aparentam ser eternos, mas refletem uma condição passageira. A ação:

(...) nos deixa perceber, em cada ponto da agência, uma miríade de forças, e de fato, que cada uma destas almeja se estender para além da aparência real, sua infinitude se choca com outra e instaura uma pura tensão entre forças, um anseio. O Homem tem de início, uma essência dualista, e isso evita a unidade de sua atividade de tal modo, que sua unidade se mostra enquanto resultante de uma diversidade de elementos. (...) Com isso, as atividades desencadeiam forças profundas, tensões não resolvidas, a luta e a paz de maneira tão mais complexa do que o dado imediato nos transmite”. (SIMMEL, 1995, p. 9).

As interações sociais ganham normalmente a forma de jogo social, não assumindo uma substância própria. Uma crítica muito plausível à teoria da economia emocional e afetiva de Simmel é ausência de uma análise mais sistemática de como tipos de ações mais recorrentes se tornam incorporados. A composição de seu caráter momentâneo com o incorporado, apesar de a ação e a interação jamais serem tratadas exclusivamente em sua superfície. É o ponto forte em Pierre Bourdieu, que, por sua vez, não desenvolve uma tipologia da ação social, o que o leva a encarar interesse e estratégia de modo unívoco sem procurar pelos encadeamentos emocionais e intelectuais assim como pelas condições sociais particulares envolvidas na incorporação dos capitais, dando margem ou simplesmente tolhendo a trajetória social. São comparações produtivas que nos levam a problemáticas e a sínteses teóricas futuras.

Capítulo 2: Os estudos de Pierre Bourdieu sobre o campo e as disposições econômicas

2.1) A economia como campo social

A sociologia sobre o campo, o capital e o habitus econômico ocupa um lugar inconstante na obra de Pierre Bourdieu (2000; 2003; 1977). Tanto em seus trabalhos iniciais quanto nos tardios, percebe-se a preocupação em construir uma teoria do campo e das disposições econômicas. Não obstante, uma questão atravessa seus estudos sobre a economia: toda sociologia “econômica” tem como ponto de partida a crítica da abstração liberal primeira, ou seja, uma crítica da racionalidade econômica da ação enquanto dado natural ou transcendental inerente à agência. A teoria liberal do sujeito essencializa, na categoria de *homo economicus* (ou da *rational choice*), comportamentos e pressupostos não universais da ação econômica. Eles sofrem, deste modo, de uma “amnésia histórica” que:

“(…) consiste em dissociar uma categoria particular de práticas da ordem social na qual toda prática humana está imersa. (...) O mundo social está presente em cada ação “econômica”, é preciso se armar de instrumentos de conhecimento, que longe de colocar em parênteses a multidimensionalidade e a multifuncionalidade das práticas, permitem construir modelos históricos capazes de tornar compreensíveis as ações das instituições econômicas”.

(...) existem condições econômicas e culturais para a conversão da visão de mundo que é exigido daqueles que, dotados de disposições formadas pelo universo pré-capitalista, são jogados em um cosmos econômico importado e imposto pela colonização. Somente uma forma particular de etnocentrismo, que se disfarça em universalismo, pode creditar os universalmente os agentes da atitude necessária a conduta econômica racional, fazendo desaparecer a questão das condições econômicas e culturais de acesso a esta atitude (assim constituída em norma) e, do mesmo modo, tão necessárias se desejamos universalizar estas condições. (BOURDIEU, 2003, p. 11-16).

No outro polo, se coloca o culturalismo, que insiste em imaginar o contato cultural entre o cosmos social pré-capitalistas e o moderno sob a ótica de uma “fusão híbrida”, na qual as relações de poder e assimetria se tornam secundarizadas. O quesito propriamente genealógico e “aprendido” do comportamento econômico se torna sistematicamente ocultado. Em oposição a esta abordagem, Bourdieu propõe partir do sujeito econômico concreto.

O intuito deste esforço parece desembocar numa visão que lhe é extremamente vantajosa: romper com o economicismo; seja o liberal por meio desta abstração primeira do indivíduo, escondendo o sentido prático da ação econômica: seja o marxista, por

meio da determinação unívoca da esfera produtiva. Se a economia e seu campo contam com três níveis básicos: o da produção, a circulação e o financeiro (acumulação do capital econômico e o seu reinvestimento) não há, para ele, qualquer determinismo na medida em que configuram encadeamentos multicausais. Esta ruptura básica o permite enxergar a economia como um campo social culturalmente também condicionado pelo poder simbólico. Não apenas a organização da produção de mercadorias obtém validade histórica, mas igualmente a luta pela construção simbólica, jurídica, de seus mecanismos de consagração ou resistência. A abordagem economicista, principalmente a liberal, tende a denunciar estes aspectos culturais como “heterônomos” no funcionamento do mercado.

Com efeito, o mercado é antes de tudo uma construção social baseada em pressupostos jamais plenamente neutros. Aqui, nos aproximamos de outro ponto de partida caro a Pierre Bourdieu: o mercado é em parte uma construção do próprio Estado agindo tanto direta quanto indiretamente. Separar Estado e mercado, ou seja, separar imediatamente a economia da política é um procedimento “substancialista” e falso, isolando e fragmentando o campo econômico¹⁸ de um esquema analítico multicausal. Uma delas se deixa enxergar que a demanda não é o reflexo de um “estado natural” do interesse por um conjunto de mercadorias, mas também das condições jurídicas permitindo com que esta seja satisfeita (Ibidem, p. 30).

Na abordagem sociológica do campo econômico, ele propõe um conceito espacial de demanda, dependente tanto da construção de um cosmos social relacional entre seu gosto e os meios econômicos, sobre os quais os indivíduos organizados em classes dispõem quanto do estado da oferta de mercadorias disponíveis. *Oferta e demanda obedecem a uma constelação relacional de fatores:*

“As escolhas econômicas em matéria de habitação – tais como comprar ou alugar, comprar uma casa nova ou antiga, uma casa tradicional ou industrial – depende de uma parte das disposições econômicas (socialmente constituídas) dos agentes e em particular de seu gosto e dos meios econômicos que eles podem colocar a seu serviço e, de outra parte, o estado de oferta das moradias.

“(…) como consequência, é preciso pensar a relação entre oferta e demanda sob novos termos. Com efeito, em um momento dado, a oferta se apresenta como um espaço diferenciado de ofertadores concorrentes cujas estratégias dependem dos outros concorrentes (e não apenas da soma agregada dos ofertadores). É em razão de ela ser estruturada (particularmente pela

¹⁸ A reconstrução total do campo econômico é para Bourdieu em certo aspecto empiricamente impossível. Em vista desta limitação ele toma o mercado imobiliário francês como objeto empírico para construir seus conceitos.

intervenção do Estado) que ela pode satisfazer e explorar a demanda, ela igualmente diferenciada e estruturada que ela tem, por uma parte, contribuída a criar”. (Ibidem, p. 30-37).

Na sua reinterpretação da relação entre oferta e demanda, Bourdieu as sedimenta na objetividade social não mais sendo o mero resultado da “livre concorrência”, mas condicionadas pela trajetória e pela posição relativa no campo. Cada estratégia desenvolvida por uma empresa não se realiza isoladamente, mas em relação e em dependência indireta com outras. Amparadas por uma organização espacial objetiva, oferta e demanda se deixam transparecer num contexto no qual se desenrolam os gostos de classe, a oferta de mercadorias, serviços e sua concomitante luta por distinção. Assim, os ofertadores se definem pelos tipos de mercadorias por eles oferecidas, formando um espaço diferenciado. Cada uma corresponde à construção de um ideal de estilo de vida, determinando sua unidade e seu “público alvo” segundo sua posição no espaço social.

Este princípio geral influenciou fortemente o desenvolvimento de nossa pesquisa empírica com comerciantes beneficiários do microcrédito em Campina Grande e de um modo modificado com atendentes de telemarketing e jovens da classe média. A ideia de que oferta e demanda são conceitos relacionais e diferenciais foi fundamental para compreender a dinâmica as trajetórias sociais. Por exemplo, há uma *íntima relação entre oferta inflacionada e demanda instável*. É só andar pelas feiras e observar a baixa diversidade dos ramos entre si. Os vendedores de frutas e vestuário são encontrados em várias feiras e, por vezes, um ao lado do outro. Não há, portanto, uma distinção tão grande entre a forma e a função das mercadorias oferecidas. Por outro lado, isto instaura uma demanda instável, pois os vendedores não desenvolvem – em razão da larga indiferenciação coletiva da oferta– nenhum critério impessoal (sobretudo, um especialização relativa) mais expressivo que os faça se destacarem uns dos outros. Isso acontece, seja na variedade interna de mercadorias, seja entre as mercadorias distintas. Sendo assim, esta é a característica que os distingue de um empreendimento de médio-grande porte) como uma venda, um mercado ou um supermercado ou, no caso do vestuário, de uma loja de departamento. Desta forma, não se deve negar que há um espaço ainda que limitado para a expansão do negócio, observável em vários comerciantes. Contudo, este é dependente da oferta de crédito e das possibilidades de reinvestimento do lucro, não contando nem com um capital inicial e nem, como em

muitos casos averiguados, com a divisão entre capital do empreendimento e orçamento familiar. Este espaço de extensão das disposições é elencado normalmente a uma “quase sistematização” intuitivo-indutiva (como uma generalização dos eventos) dos produtos que “estão saindo mais”, do “que o pessoal tá procurando” e etc. Todavia, os planos de expansão, que não são de modo algum expectativas infundadas, acompanham seus próprios limites refletindo geralmente o seu próprio “ramo” ou “nicho”. Prevalece, assim, uma diferenciação interna da oferta, mas circunscrita dentro do universo prévio já constituído das mercadorias (diferentes tipos de frutas ou de vestuário, pequena expansão com duas ou três máquinas de Xerox). Em suma, a visão de expansão e percepção do fluxo de negócios acompanha um intervalo temporal curto, baseado em eventos diários ou semanais.

O limite das condições econômicas se deixa ilustrar transparentemente em “falas” dos Batalhadores sobre o talento “natural para negociar”, de que o trabalho no comércio “está no sangue” ou de que se “nasceu para o comércio”. Esta percepção naturalizada encontra ressonância na socialização disciplinar do trabalho, realizada no seio familiar, em que o trabalho não é fruto de um aprendizado das instituições de ensino, mas aprendido com os pais. Especialmente, isto é verificável na organização em “feiras” e “arcas” dos empreendimentos. Ela é a maneira mais simples de solidariedade interna (também de classe) entre os empreendimentos, o que é uma forma de distribuir e estabilizar a concorrência impessoal entre os mesmos. Este modo de “sociação” cooperativa também evita a fragmentação dos pequenos comerciantes. O status econômico-simbólico do empreendimento é diretamente ligado à sua inserção em uma feira, arca ou galeria. Aqueles localizados em pequenas galerias cedidas pela prefeitura estão mais bem posicionados. Isto se reflete na capacidade mais aguçada de associação e organização dos comerciantes entre si e nas disposições estéticas de auto representação do comerciante não se vendo mais como um “feirante”, mas como dono de loja. Em algumas entrevistas era comum a associação livre entre a “feira” e a “favela”, o que denota sua estigmatização simbólica, negativamente potencial e real (já que havia de fato várias ocorrências de roubo e referências ao mau cheiro).

Bourdieu chamara atenção para esta dinâmica a partir de um exemplo contrário: o da grande empresa. Ao contrário das micro ou pequenas empresas, as grandes empresas são capazes de determinar a estrutura do campo, mas também o estado real de forças que se exerce num “setor” ou “subárea” particular deste (Ibidem, p. 52). Além

disso, elas conseguem controlar com muito mais rigor o intervalo temporal de suas ações, isto é, desenvolvendo um modo *estratégico* de condução de seus negócios. Esta dimensão aparece de modo pronunciado quando a organização empresarial se diferencia internamente, de maneira a expandir e tornar independente a produção de mercadorias do plano estratégico de negócios. A presença de uma força de trabalho especializada focada no planejamento em longo prazo dos negócios (sejam eles de inovação de produtos ou conservação de subáreas de mercado) reflete esta condição. Bourdieu apontara para a noção de que grupos de empresas concorrentes, situadas num nicho específico do campo econômico, irão estabelecer laços de complementaridade e rivalidade mediadas por suas respectivas estratégias (Ibidem, p. 59). É possível afirmar que no campo econômico a categoria de estratégia toma uma materialidade consciente, movida pelo interesse de enriquecimento pessoal. Consequentemente, a prosperidade de uma visão estratégica e racionalizada é privilégio das empresas dominantes e fruto da concentração de poder relativo no campo, o que lhes confere a chance de dominar sobejamente o tempo social da produção e comercialização.

Seu conceito de empresa exhibe por um lado a vantagem de congregar a dimensão produtivo-industrial e a administrativo-burocrática, mas por outro, parece não atentar para as mudanças trazidas pelo capitalismo financeiro. Este secciona e diferencia o capital e unidade produtiva, redistribuindo as chances de lucro econômico, segundo as chances de reinvestimento financeiro do salário, isto é, a partir da função de capital da renda. A dominação financeira do capital coordena quais são os grupos sociais capazes de especular com o trabalho produtivo. Por conta disso, ela coordena seletivamente quais os grupos e classes sociais capazes de desenvolver uma zona especulativa com o dinheiro, fruto da rentabilidade futura e presente do trabalho social. Este configura um pressuposto incondicional das chances de conservação e das outras espécies de capital. No entanto, as outras espécies de capitais como o cultural, informacional, simbólico (sob a forma de credibilidade e confiança financeira) estão, particularmente no campo econômico, apenas a serviço das chances de acumulação constante e volumosas do capital econômico em dinheiro.

Este é o ponto de toque com relação aos entrevistados das classes médias tradicionais que detinham de algum modo, uma concepção abstrato-espacial do campo econômico ou ligada à grande produção capitalista. A demanda “possível” ou “real” conduz a inserção no campo econômico ou ainda o conhecimento em torno da

construção de uma burocracia econômica de médio-grande porte, em suma, saber “verdadeiramente montar uma empresa capitalista”. O que estamos chamando ao longo desta tese de capital cultural estratégico do campo econômico se constrói relativamente a estas variantes. Ele diz tanto respeito ao conhecimento prévio (por meio de um conhecimento anterior de possíveis áreas exploráveis do campo econômico, mas também através do acesso a informações privilegiadas) da organização interna da empresa capitalista quanto ao dedutivo-relacional externo, relativo à posição e à trajetória da empresa no campo econômico (nacional e internacional).

O empreendimento dominado é aquele, cujas regras do jogo social da economia e do direito não são influenciadas por ele, e muito menos impõe confortavelmente as condições sociais sob as quais se insere no campo econômico. No caso dos Batalhadores, prevalece não o conhecimento especializado do campo econômico anterior à inserção neste, mas o que Bourdieu (1977, p. 75-76) chamou de quase “sistematização afetiva” produzindo uma ordem unitária do mercado local. Uma ilustração disso se materializa no fato de que os empresários burgueses controlam as condições sociais e econômicas de sua inserção prévia do campo econômico. Assim, ele percebe esta questão através da análise das empresas dominantes, pois estas tomam a iniciativa no que tange a mudança de preços, introdução de novos produtos, de ações de distribuição e produção. Elas são capazes de impor o tempo de ação em diferentes domínios do campo econômico (Ibidem, p. 57). A oferta inflacionada e a demanda instável são a marca das empresas dominadas cujo caso mais simples se deixa representar pelos Batalhadores comerciantes e beneficiários do microcrédito. A dimensão administrativo-burocrática, que pressupõe a grande produção, é aqui importante empregando um corpo de trabalhadores qualificados e especializados pela administração dos recursos internos (ações visando à conservação imediata e futura do empreendimento), mas que também pode se engajar na área estratégica de um grande empreendimento, correspondente ao que poderíamos chamar de ações ativas de expansão e penetração do empreendimento em diferentes fatias e domínios do campo econômico¹⁹. Além disso, o empreendimento burguês exibe a possibilidade de se proteger na competição econômica, o que nem sempre se dá por acesso direto ao crédito, mas por meio de leis, reservas de mercado e protecionismos.

¹⁹ É o caso de empreendimentos que participam de licitações ou leilões de concessão, por exemplo.

2.2) Para uma sociologia de classes do campo econômico

No desenvolvimento dos estudos realizados na Argélia, o centro de uma teoria praxeológica da ação econômica é tomado pelo sub proletariado argelino (BOURDIEU, 1977). Por um lado, este grupo enfrenta uma através de um desenraizamento comunitário sua transformação em classe social. A entrada das hierarquias valorativas trazidas pelo cosmos econômico capitalismo moderno decorrente da colonização francesa impõe um novo modo de vida aos camponeses. Ele identifica deste modo, um novo fenômeno histórico cuja compreensão oferecida pelas teorias objetivistas ou da antropologia culturalista (o relativismo cultural) é insuficiente. Para ele tanto, o neo-marginalismo quanto o marxismo tendem a reduzir os agentes a meros reflexos das estruturas objetivas, não procurando pela gênese social das disposições e condições econômicas. Justamente por introduzir esta separação de primeira ordem, o objetivismo acabar por recair em uma concepção reificada da sociedade numa espécie de “fatalismo inexorável” das estruturas objetivas ou num mecanicismo que postula o desenvolvimento espontâneo da sociedade conforme arranjos institucionais pré-estabelecidos. Por outro lado, a antropologia culturalista não admite o impacto real das transformações culturais impostos pelo capitalismo moderno, apostando no princípio de combinação lógica compondo a base de toda e qualquer explicação “hibridista”. O ponto de partida é sempre o da “aculturação” ou de que há um “encaixe” entre a cultura local e a imposta.

Ainda que o sub proletariado argelino seja o efeito das mudanças sociais trazidas pela colonização francesa, suas disposições econômicas permanecem em grande parte pré-modernas, pois não passaram pelo aprendizado social necessário para tal, mas também porque eram frutos da história recente. A relação temporal com o crédito é um importante indício deste descompasso. O crédito era compreendido sob o molde pré-moderno, isto é, através de uma inversão de papéis entre credor e tomador. Bourdieu relata que uma vez havia ficado horas procurando decifrar como o credor poderia, contra toda “lógica econômica”, se sentir compromissado com o tomador (Ibidem, p. 82).

Esta “contra lógica” da razão econômica ortodoxa é, por vezes, também observada na nova classe trabalhadora brasileira, mesmo que esta não seja produto de um desenraizamento de uma sociedade pré-moderna. Seu *ethos* econômico é moderno,

mas particulares da posição desta classe social no campo econômico e da constelação explicativa singular que configura sua ação com o capital econômico. A caracterização das disposições e das práticas econômicas das classes populares almeja como intuito romper com uma explicação “negativa”, que desclassifica os aspectos destoantes de uma ação econômica burguesa como “desviantes”. Simultaneamente, a transformação das disposições econômicas são tributárias do contexto histórico no qual as classes sociais estão inseridas. Elas são, portanto, dinâmicas na medida em que uma forte tendência sempre é contraposta por um comportamento contrário, mesmo que em estado potencial ou realizado intermitentemente.

Porém, as disposições econômicas dos Batalhadores brasileiros não são nem pré-modernas e muito menos “irracionais”. Tanto a compreensão das relações modernas de crédito, o que também supõe a adimplência dos tomadores é o que permitiu a capitalização com sucesso destes pequenos comerciantes. Disposições incipientes de uma “poupança marginal” e “acidental” não refletem qualquer resquício pré-moderno. A presença de, em alguns casos, uma disposição para a poupança, mesmo que em estado fraco e descontínuo, comprova a incorporação de estruturas temporais modernas, orientadas para um futuro próximo e encurtado. Dito isto, escapados à ideia objetivista, segundo a qual estas classes sociais estariam “condenadas” à reprodução simples de si. Neste caso, o “fatalismo” da constante permanência do constatado é extremamente conservador.

A “irracionalidade” da ação econômica, já que os entrevistados são incapazes de “maximizar” o seu uso com o dinheiro não se explica por uma insuficiência, mas ela pela constelação social e histórica de uma classe social. Esta é a “positividade” epistemológica que queremos conferir às disposições econômicas desta parcela da nova classe trabalhadora brasileira. Assim, a poupança residual, isto é, aquela constituída quando “sobra algum” no final do mês, tem muitas vezes um caráter não acumulativo, pois está, na maioria das vezes, ameaçada por um uso no curto-médio prazo. Por sua vez, o fato de ter que dispor do dinheiro no curto ou médio prazo (semana ou mês) se articula com a inconstância da arrecadação mensal. Uma variação de 50% em nos setores mais baixos da distribuição de renda os torna muito mais sensíveis a disritmias temporais. Vale lembrar que os pequenos comerciantes não são assalariados, o que já pressupõe a constância nos rendimentos mensais. Todavia, ainda que sua renda varie e eles estejam localizados nas faixas mais baixas de renda, seus gastos mensais muitas

vezes não variam (Ibidem, p. 104) (aluguel, luz elétrica, vencimento das parcelas do microcrédito, comida e etc.), complicando a extensão de suas categorias temporais. Tendo este traço primordial em vista, suas condições de arrecadação permanecem inconstantes, enquanto seus gastos se fixam num intervalo temporal invariável. Objetivamente, instaura-se, aqui, uma hierarquia entre o período constante dos gastos e a adequação das condições econômicas inconstante, o que geralmente envolve uma boa dose de sacrifício. Esta circunstância é válida tanto para os pequenos comerciantes situados nas frações inferiores dos Batalhadores, quanto para os sub proletários argelinos.

No fundo, as condições econômicas dos Batalhadores impedem a constituição desta poupança sistemática comum às classes dominantes, e que se reconverte normalmente em investimento financeiro. Ela opera um efeito de resistência na constituição das condições sociais e econômicas para o florescimento de disposições de retaguarda financeira. Tal contradição entre condições econômicas inconstantes e a existência de algum cálculo econômico foi chamado por Bourdieu de necessidades contraditórias, pois:

“Os sub proletários estão submetidos a pressões contraditórias que suscitam atitudes ambíguas: é assim que as necessidades da economia podem desenvolver neles o espírito do cálculo que a necessidade econômica lhes impede de exercer em seu cotidiano. Mais precisamente, o espírito de cálculo que se introduz, nós o vimos, com o cálculo (isto é, concretamente, com a receita monetária) rui pouco a pouco as relações familiares do tipo antigo. Isto ocorre no momento em que as contradições econômicas e a crise imobiliária se impõem comumente a manutenção ou a reconstituição das grandes famílias (agora urbanizada e precarizada enquanto classe social subalterna)” (Ibidem, p. 64).

Tais necessidades contraditórias também são vividas, em alguma extensão, pelos pequenos comerciantes. Assim, suas expectativas, expressas em alguns casos mais desenvolvidos, futuras quase sempre se orientam em estabilizar a insegurança presente. Em sua situação, o investimento em imóveis adquire este sentido. A conexão entre a insegurança devinda de condições econômicas precárias e a incapacidade de incorporar disposições econômicas orientadas para uma ação previsível num futuro abstrato é direta e dinâmica. Sendo assim, a renda constante (assalariamento) e as chances de permanência no médio ou longo prazo num emprego se enraízam na maximização de um patamar de segurança no qual:

“O conjunto de atitudes econômicas se define com relação a dois pontos. O emprego permanente e a renda (ou salário) regular com todo conjunto de proteções sobre o futuro garantidas. Isto

permite o acesso ao que se pode chamar de patamar de segurança: o fim da atividade econômica comporta a satisfação das necessidades e o comportamento obedece ao princípio de maximização da segurança. O acesso ao limiar do cálculo (ou da empresa) que é marcado essencialmente pela posição de renda capaz de ultrapassar a preocupação com a subsistência, coincide com uma transformação profunda das disposições: a racionalização da conduta se estende à economia doméstica, lugar das últimas resistências, e as disposições compõem um sistema que se organiza em função de um futuro apreendido e dominado pelo cálculo e pela previsão” (Ibidem, p. 71).

Nesta passagem, é mencionado um ponto na argumentação que nos é caro: associação entre o “limiar do cálculo” e a ultrapassagem da preocupação imediata com a subsistência. Exatamente este questionamento nos estimulou a analisar como a rentabilidade presente e futura de um trabalho social pode contribuir para a transformação das disposições econômicas, ao passo que uma zona especulativa com o uso do dinheiro emerge e se torna em investimento financeiro. Esta “ultrapassagem da subsistência” tematizada por Bourdieu foi retrabalhada sob a perspectiva de uma teoria da diferenciação das práticas econômicas, enquanto subsistência e retaguarda financeira se tornam relativamente independentes. Para os pequenos comerciantes batalhadores, estes dois planos da ação econômica obedecem, no mais das vezes, a uma dinâmica conflituosa.

A indiferenciação entre orçamento familiar e empresarial é a marca do pequeno negócio não rentável (Ibidem, p.73) e pedra de toque fundamental para compreender o perfil do empreendimento batalhador. Sustentamos a hipótese de que esta diferenciação possa ocorrer nas frações superiores da classe batalhadora com a presença da pequena indústria e de um pequeno grupo de trabalhadores assalariados, garantindo as condições econômicas iniciais na constituição de uma poupança sistemática e da consequente função de capital da renda. Em nossa pesquisa empírica, vislumbramos casos nos quais o emprego do crédito se inverteia, sinalizando expressamente esta indiferenciação. Ela exprime uma dupla condição definida, de um lado, pela necessidade de ganhar dinheiro rapidamente e, por outro, suas limitações estruturais de inserção no mundo do trabalho.

Do mesmo modo, a incapacidade que a fração inferior dos pequenos comerciantes exhibe com relação à previsibilidade futura se dá menos por uma inadequação prévia de um cosmos econômico pré-capitalista com os imperativos categóricos e emocionais de uma sociedade capitalista, do que pela situação específica de classe na qual os entrevistados se encontram. Dois pontos parecem congregam a lacuna da sociologia de Bourdieu: a) A falta de uma perspectiva global da luta de

classes justamente pela falta de um ponto de vista comparativo – analisando as disposições econômicas dos sub proletariados com as de outras classes; b) A não percepção da dinâmica interna das disposições econômicas de classe. Em suma, a lacuna de uma sociologia em escala individual das disposições econômicas. Sem uma perspectiva comparativa, ele tende a obscurecer como os diferentes planos práticos do uso com o dinheiro se conserva num estado conflituoso e indiferenciado. Certamente, este é um dos resultados mais cruéis produzidos pelo descompasso entre condições econômicas instáveis e gastos fixos. Por outro lado, a coerção à privação ou necessidade econômica reflete não apenas um estado “real” afinado com estas trajetórias profissionais, mas a construção simbólica e cultural de formas de trabalho marginalizadas.

Reivindicamos, portanto, uma perspectiva global da sociologia de classes do campo econômico ao tomá-lo como campo diferenciado. Este é o ponto-guia de nossas intenções teóricas. Embora o campo econômico seja *um dos* campos sociais, ele permite uma universalidade parcial – enxergar a totalidade da luta de classes dentro dele - única e exclusivamente na medida em que o encaramos como um campo especializado. Ao apreender seus limites adentramos igualmente seus entrecruzamentos internos. Em coerência com esta argumentação, a reconstrução comparativa das disposições econômicas de classe não almeja uma compreensão “reificada” do campo econômico, reduzindo a análise ao seu “estado final”. Ao contrário, nos interessa adentrar os processos de socialização e inserção multidimensionais formadores do campo econômico. Uma sociologia disposicional do dinheiro permite a apreensão da globalidade de um campo especializado.

2.3) Um campo sem violência simbólica?

Em nosso projeto de um prolongamento crítico da sociologia simbólica da economia de Bourdieu, foram sendo construídos diversos modos de questionamento sobre o sentido social das necessidades econômicas. A dificuldade de pensar tal problemática para o campo econômico transparece na própria maneira como a economia encontra sua legitimação cultural: a partir de um “estado natural” da ordem social. Nela, a busca por uma “positividade científica” geral só pode ser compreendida em conjunto com a racionalização contínua e expansiva da produção industrial de mercadorias, mas

também em função da defesa de uma ordem dominante e de uma estrutura social das possibilidades de lucro econômico. Como é que se pode falar em uma violência simbólica do mais “materialista” dos campos sociais? Quais as fontes produtoras das necessidades materiais e econômicas, se elas não são mais, no capitalismo moderno, produzidas por imposições “naturais” imediatas nas quais os indivíduos se encontram? “Produtividade”, “eficiência” e “utilidade” são categorias puramente econômicas ou também formas de classificação e legitimação do trabalho? Nossa metodologia de análise procura muito menos uma categoria “fundamental” ou “ontológica” de trabalho (como transformação da natureza) do que a maneira pela qual este se legitima ou é deslegitimado no campo econômico, isto é, pela maneira como o fruto concreto de uma atividade cotidiana autoriza ou desautoriza, por exemplo, a previsão estruturada da existência social de um indivíduo. O trabalho e o seu produto como atividade social qualitativa estabelecem diferentes modos de trajetória individuais em sociedade, de acordo com a forma pela qual o trabalho é amparado pelas instituições e organizações sociais. Percebe-se, então, esta dimensão, psicológica, cultural, galvanizadora da posição social e da trajetória social tributária de uma trajetória profissional.

O vínculo ativo das disposições econômicas é o trabalho. Enxergamos este duplo condicionamento como uma unidade diferenciada. Eles estão em constante interação e se contrabalançam mutuamente. Foi extremamente importante na pesquisa empírica observar a dinâmica entre trabalho e disposições econômicas enquanto o primeiro abre espaço e acesso a determinadas ações e disposições sociais ou não. Ao aliar uma sociologia do trabalho a uma das disposições econômicas, busquei unimos uma explicação materialista com suas variáveis simbólicas. Parte-se, então, da premissa de que elo entre a perspectiva materialista e simbólica pode ser apreendido, no campo econômico, a partir da maneira pela qual este campo condiciona uma experiência estruturante da agência, a saber, a experiência temporal.

O assalariamento perde o seu caráter estritamente reprodutivo, podendo permite servir de reinvestimento da renda, mas também uma alçada alongada com esta, estabilizando as estruturas temporais. Esta é mais uma forte distinção entre os Batalhadores e as classes médias estabelecidas no Brasil: o fato de que o trabalho especializado exige um “tempo de preparo” (através do estudo) implica em uma trajetória profissional contínua, mesmo que o trabalhador tenha desempenhado atividades relativamente diversas. Assim, elas se inclinam à afinidade de sentido entre

si. No caso dos Batalhadores, o caso é o inverso: a trajetória profissional exhibe diferentes atividades sociais entre si, cuja dinâmica interna não se desdobra de modo minimamente integrado. Normalmente, ela exhibe um caráter fragmentário. Este elemento estrutural desconexo da trajetória profissional obriga o Batalhador a estar sempre a postos para reconstruir sua vida novamente. Eis sua “vulnerabilidade” devido ao posicionamento nos escalões inferiores no espaço social. Consequentemente, o trabalho no qual há uma reconversão social do estudo ou conhecimento especializado floresce a noção de “carreira” ou “vocação” – relativamente independente da empresa em que se trabalha no momento. A “carreira” já supõe uma estabilidade prévia mínima do trabalho no campo econômico, além de carregar consigo a mediação de um corpo de conhecimentos, muitas vezes incorporados nas instituições de ensino e legitimados pela qualificação formal. Esta unidade sucessiva de eventos na trajetória profissional das classes dominantes é decorrente da estabilidade econômica e temporal anterior, permitindo-as tomar as rédeas de seu próprio futuro. A identidade profissional, gerada pela concatenação planejada das fases de vida num trajetória, engendra a construção de uma “consciência profissional” (especializada e muitas vezes legitimada pelo sistema de ensino) como trabalhador especializado, ou seja, pressuposta na categoria weberiana de “vocação”.

*A violência simbólica do campo econômico é, sobretudo, uma violência sobre a legitimidade qualitativa do trabalho, ao passo que esta permite ou impede a abertura de um espaço para o desenvolvimento de disposições econômicas ligadas à previsibilidade futura. Esta condição social objetiva aflige, sobretudo, as formas de “trabalho forçado” ou “por necessidade” (BOURIDIEU, 2003, p. 291); rentes ao chicote da fome. O intuito de estender a categoria de violência simbólica para o trabalho arroga para si o esvaziamento de uma explicação economicista sobre o tema das necessidades materiais. Ou seja, estas últimas também dependem de acordos tácitos coletivamente compartilhados que associam certos tipos de trabalhos à condição de privação material*²⁰. Eles também penetram nas duas maiores instituições modernas: mercado e Estado. Quando imaginamos o campo econômico como um espaço não apenas de gostos, mas onde se desdobra a luta social pelo acesso a condutas com o dinheiro, podemos buscar pela organização relacional e objetiva das disposições. Esta dinâmica acontece distintamente tanto quando comparamos grupos de profissões diversas, mas também

²⁰ Basta atentar para os estudos de Fabrício Maciel, que relacionam trabalhos socialmente desqualificados com experiências de humilhação.

quando buscamos por matizes de classe dentro de um mesmo conjunto de profissões. Tendo em nosso escopo a noção de que o ideal de “produtividade” não espelha meramente o “estado natural” campo econômico, argumentamos complementarmente que a construção convencional do valor objetivo de um trabalho social está assentada na luta simbólica e cultural por reconhecimento (HONNETH, 2012). Sua fonte moral de reconhecimento (*Anerkennung*) é a dignidade (*Würde*), baseada no sujeito racional capaz de cálculo prospectivo, trabalho produtivo, autocontrole (SOUZA, 2006, p. 31). Esta noção de respeito coletivo expressa sua generalidade enquanto igualdade substancial básica, conferindo ao agente social a capacidade de diferenciar minimamente suas práticas, ao garantir, assim, alguma previsibilidade econômica. Este processo acessível às classes sociais incluídas no campo econômico, que constituem algum tipo de acumulação estendida, se acopla à dignidade do sujeito racional. Contudo, os trabalhos e as trajetórias profissionais vinculadas à imprevisibilidade econômica dificultam a extensão das categorias de percepção temporais. A meia-verdade básica do campo econômico é de que a racionalidade da ação econômica burguesa é acessível a todos, não importando qual dinâmica entre trabalho e disposições econômicas. Seu sucesso depende exclusivamente do esforço pessoal do agente, a despeito do fato de estar inserido num posto precário, no qual a incapacidade de a força de trabalho se empregar no longo prazo provoca a imprevisibilidade temporal e a instabilidade econômica de sua ação econômica de classe.

Por um lado, se aceita a noção segundo a qual trabalhos especializados exigem a incorporação de competências sociais especializadas complexas e, principalmente, um tempo de preparo na apropriação de instrumentos e conhecimentos culturais acumulados em gerações anteriores (SIMMEL, 1992a, p. 430). Porém, se corroboramos unicamente esta perspectiva, nos abstermos da compreensão mais aprofundada de como se constitui o *valor relacional* do trabalho enquanto função social. Então, a construção do reconhecimento social envolvendo um trabalho altamente qualificado (seu acesso a sistemas de bonificação, ações, seguro desemprego, chances de reinvestimento social nos estudos, poupança sistemática, previdência e etc.) está ligada à desclassificação de um conjunto de outros empregos considerados “desqualificados”, “improdutivos” ou de menor importância para a sociedade. Aqui, o sistema de ensino, por deter o monopólio da diplomação e ser, em muitos casos o principal contribuinte para a inflação dos

diplomas em algumas áreas do mercado de trabalho, desempenha um papel nada desprezível.

Há uma constante disputa política latente no campo econômico, definidora dos parâmetros de integração de formas de trabalho social, ao mesmo tempo em que são consideradas “importantes”, “úteis” e até “insubstituíveis” para sociedade como um todo. Uma das distinções que perpassam esta temática se encontra na oposição entre trabalho economicamente “produtivo” ou “improdutivo”, cuja demarcação não se exime da luta política e simbólica sobre sua definição. Nesta chave, nos parece mais adequado ter em mente genealogia destes consensos valorativos do que aceitar de imediato seu estado reificado e “acabado”. Objetivamente, este conflito separa duas subáreas importantes do campo econômico nas quais se verifica a distribuição das probabilidades de previsibilidade da ação econômica e a conseqüente diferenciação destas práticas. Nada destoaria mais destas circunstâncias do que, por exemplo, as categorias de trajetórias profissionais constantemente assoladas pelo desemprego ou pela precariedade. Tal desclassificação e a expurgação de um grupo de atividades sociais para áreas de vulnerabilidade social se espraia, e atinge sua trajetória social como um todo. A relativa desestruturação da trajetória profissional, provocada pela inserção nos setores dominados do campo econômico, desabilita o nascimento de uma esfera que envolva decisões pessoais prospectivas no uso com o dinheiro. Logo, a dinâmica perversa entre instabilidade na renda e gastos fixos impõe limites e barreiras iniciais no uso com o dinheiro. Elas se impõem objetivamente à agência social. As disposições econômicas dominadas se demarcam pela menor liberdade relativa no tocante à decisão pessoal no uso com o dinheiro, sobretudo, na constituição sólida e constante de uma retaguarda financeira. Sendo assim, ela não é somente uma depreciação momentânea, mas engloba igualmente a existência individual como um todo, condenando o trabalhador à precariedade de uma condução da vida imprevisível. A noção de precariedade visa:

“A desestruturação da existência privada dentre outras coisas: das estruturas temporais e a degradação de toda relação com o mundo, com o tempo, com o espaço que se segue. A precariedade afeta profundamente aquele ou aquela que a sofre; tornando todo por vir em incerto, ele interdita toda antecipação racional e em particular este mínimo de crença e esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável”. (BOURDIEU, 1998a, p. 96).

Esta condição de precariedade não engendra uma propriedade acidental do campo econômico, que desclassifica uma gama de ocupações, mas é parte fundamental de sua

construção histórica e da legitimação de sua competição. Em suma, ela é parte da ideologia do mérito. A existência do desemprego como forma de desclassificação momentânea ou permanente no campo econômico é análogo à seletividade do trabalho moderno. Ele se distingue da mera “ocupação” pré-moderna pelo seu caráter competitivo, já nesta valorizava-se a atividade em si a despeito de sua função econômica.

Não existe, neste jogo social, qualquer critério externo de necessidade (como o progresso tecnológico); ele é definindo no combate dentro do campo político e jurídico, na esfera pública e no próprio mercado. Este argumento nos remete novamente à propriedade convencional do valor do trabalho, pois a precarização, desvalorização de grupos de ocupações e sua conseqüente relegação aos setores inferiores do espaço social – nos quais a previsibilidade temporal da ação econômica se vê bastante reduzida – coadunam, por outro lado, a valorização de outros tipos de atividade laboral. Deste modo, é possível dizer que a previsibilidade atribuída pela educação financeira das classes dominantes retrata, na verdade, sua conformação e o seu acesso às condições e comportamentos que as permitem maximizar sua segurança, localizados nos setores superiores do campo econômico. O contrário acontece em empregos que permitem, no máximo, a constituição de uma poupança marginal, nos quais a dinâmica interna entre as práticas econômicas permanece num estado indiferenciado e conflituoso. Portanto, a segmentação estanque entre os aspectos econômicos e simbólicos, cristalizados na ideia simplista de que trabalho gera renda, impede compreender que alguns trabalhos facilitam o acesso à acumulação primitiva do excedente econômico.

A violência simbólica sobre o trabalho age para além das relações de produções na fábrica. Ela opera menos sobre o tempo de trabalho do que sobre o produto qualitativo do trabalho; sobre suas determinações específicas, firmando consensos valorativos sobre um tipo de trabalho. Assim, ela ajuda na construção de uma “representação” objetiva associada, à atividade, ao trabalhador e à sua rentabilidade, ou seja, as condições econômicas adjacentes à atividade laboral, Deste modo, a homologia cimentada entre um trabalho desqualificado e sua decorrente pobreza ou situação de privação econômica é, em parte, resultante da formulação de um consenso social compartilhado. Tal consenso assume o caráter de uma luta, ou seja, de uma relação a partir do momento em que se equipara o trabalho especializado e qualificado a circunstâncias econômicas previsíveis.

Sob este prisma, ela exerce um poder sobre a rentabilidade e a constância (sob forma de garantias sociais futuras) na medida em que o trabalhador tem uma margem de manobra mínima com a renda, inibindo o que estamos chamando de sua função de capital ou o desdobramento de uma zona especulativa com o dinheiro. São trabalhos que condenam o tempo envolvido na trajetória social à sua reprodução simples e circular, ou pior; podem levá-lo à delinquência ou ao desemprego em decorrência do seu baixo valor social no mercado. Portanto, a ideologia do mérito e a violência simbólica sobre o trabalho são duas faces da mesma moeda, porque universalizam sua própria construção social. O campo econômico não é apenas um espaço onde se distribuem mercadorias, mas onde se forja a hierarquia das chances de acumulação do excedente econômico e de planejamento de trajetórias sociais. Deste modo, ele envolve menos a luta direta por dinheiro do que a luta pelas chances de acumular capital econômico e lucrar com ele, enquanto classes sociais integradas gozam do privilégio de racionalizar sua conduta econômica. As formas de trabalho socialmente reconhecidas são aquelas que permitem o acesso objetivo à estabilização da conduta econômica.

Este aspecto convencional e consensual na construção do valor social do trabalho repousa no cerne dos mecanismos de classificação e desclassificação social. O mais primário deles, no caso do trabalho, transparece na marginalização operada pela condenação do trabalho atividade ilegal ou informal. Trata-se de atividades que nem sequer são minimamente contempladas pelo sistema jurídico ou são simplesmente excluídas dele e passíveis de punição. No que tange o trabalho informal, este carece de regulamentações jurídicas mínimas de seu exercício, que poderiam garantir algum tipo de proteção social. Se o campo econômico se constitui enquanto uma esfera global e ao mesmo tempo diferenciada, buscamos sua dinâmica profunda não apenas encarando-o sob a ótica de um campo organizado por gostos, consumo, políticas econômicas, produção de mercadorias ou empresas. Associado a isso, constrói-se um campo de forças, onde não somente diferentes tipos de práticas econômicas e estruturas temporais são incorporadas pelas classes sociais, mas igualmente *as chances de racionalização temporal da trajetória individual*. A análise bourdieusiana dos sub proletariados argelinos desenraizados galgou a compreensão de como práticas econômicas pré-capitalistas entravam em franca contradição através da expansão de um cosmos econômico capitalista trazido pela colonização francesa. De algum modo, a carência de um aprendizado prévio de disposições econômicas racionais e a interdição do cálculo

imposta pelas necessidades econômicas não são possíveis de serem analisadas corretamente sem entender a maneira pela qual a condenação às privações materiais primárias se correlaciona com objetivação e a definição social de uma condição generalizada de classe. A estruturação da pobreza ou abandono não se efetiva desconectada do desenvolvimento histórico do campo econômico; ela é inerente à legitimação de um estado do conflito social neste. O fato de as necessidades materiais emergirem numa economia monetária moderna, na qual a subsistência se realiza através do consumo de um grupo mercadorias básicas, confere legitimidade ao nosso argumento.

Em convergência com esta assertiva, delimitamos *grosso modo* duas grandes áreas do campo econômico nas quais disposições econômicas prosperam. Nas zonas mais elevadas destes espaço situam-se as classes dominantes, tanto a classe média estabelecida quanto a grande burguesia. Aqui, há a forte incidência disposições econômicas diferenciadas, ou seja, quando os diversos planos de ação com o dinheiro se tonam, num entremeio temporal, interdependentes e complementares. A chance de se enquadrar neste nicho do campo econômico depende por sua vez da *rentabilidade* presente e futura de um trabalho. Estas duas categorias compõem os alicerces que fomentam a racionalização e a extensão das estruturas temporais na trajetória individual. A rentabilidade presente diz respeito propriamente a soma da renda em dinheiro trocada pelo desempenho impessoal, contraposta à oferta de mercadorias localizadas nos escalões inferiores da produção: o consumo imediato. Em seguida, a rentabilidade futura concerne à permanência do trabalhador no posto ou suas chances de uma inserção estável e não precarizada no campo econômico. O telemarketing pode ser considerado um tipo de ocupação, cuja rentabilidade futura é fraquíssima, já que o atendente não permanece empregado por um período mais alongado. Em comparação com os pequenos comerciantes de Campina Grande, o emprego de atendente garante uma rentabilidade futura mínima, dado que o assalariamento evita a variação mensal da renda. Em compensação, o trabalhador qualificado e especializado, mais comum na classe média estabelecida, garante tanto a rentabilidade presente, conferida por um alto salário com relação à oferta de mercadorias mais baratas, quanto à futura, relativa às probabilidades de sua permanência no posto e à raridade de sua força de trabalho. São estes quesitos estruturais que concedem, às classes dominantes, a chance “fatiar” mensalmente parte de sua renda e transformá-la em investimentos financeiros.

Entretanto, os pequenos comerciantes e os atendentes de telemarketing encontram extrema dificuldade em operar com a rentabilidade no longo prazo de sua renda como as classes dominantes, que, em poder do tempo social e de suas condições de trabalho, conseguem estabelecer uma poupança sistemática capaz de ser reconvertida em investimento financeiro. Nos empregos pouco ou não rentáveis, há a primazia do estado indiferenciado das práticas econômicas. Eis, então, a dificuldade de desdobrar planos relativamente independentes do uso com o dinheiro, principalmente no que tange às disposições de retaguarda financeira. A convivência entre gastos fixos impostos pelo mercado e o alto grau de variação na renda tornam o decurso desta diferenciação primária bastante improvável. Somado a isso, é preciso reforçar que a presença constante desta oscilação é tão mais severa nas faixas mais baixas de renda. No caso dos pequenos comerciantes informais, a variação na renda provocada pela demanda instável se coloca, para aqueles que ganham menos, como um jogo de “vida ou morte”, transformando o futuro numa aposta. Estes tipos de trabalho correspondem a uma subárea particular do campo econômico, onde há uma afinidade eletiva entre classes sociais que os exercem e suas condições prévias frágeis.

Deste modo, o trabalho informal desqualificado se constrói por oposição direta e indireta ao trabalho especializado, requerendo um tempo social de preparo mediado pelo estudo ou pela incorporação de um conhecimento especializado. Bourdieu havia percebido como o trabalho informal se encaixa nas necessidades contraditórias do sub proletariado; reféns do retorno econômico imediato, com pouco ou sem qualquer capitalização inicial, e não tendo incorporado um capital cultural, possibilitando-a ser empregada como força de trabalho especializada. No sub proletariado (assim como os Batalhadores feirantes), o exercício de um trabalho que não envolve qualquer aprendizado de um conhecimento socialmente produtivo inibe a instituição de um critério impessoal de seleção. Como consequência, eles percebem a escolha (mas raramente seus critérios não escolhidos) ou a preferência de um trabalhador por outro como mero fruto de relações pessoais ou do acaso. O trabalho minimamente especializado, como o telemarketing, se posiciona entre estes dois, mas quase nunca se configura como uma estratégia de longo prazo. Em contraste com o trabalho desqualificado, o especializado é aquele que se adequa aos critérios de seletividade da divisão do trabalho. Ele se distingue do trabalho minimamente qualificado por sua

raridade social, escolarmente legitimada e economicamente reconhecida do conjunto de capitais culturais introjetados pelo trabalhador.

Aqui, tanto o produto do trabalho se torna diferencial e especializado quanto o conjunto de competências incorporadas pelo trabalhador. Em trabalhos especializados “expressivos” no ramo da arte, das ciências humanas, dos serviços sociais, mas também da venda de produtos com estilo de vida, concebe-se, acima de tudo, uma “marca individual”, um “estilo” ou uma “escola de pensamento”. O trabalho especializado expressivo se distingue do trabalho especializado rotinizado, podendo se distanciar de do processo de estranhamento, atomização e alienação social trazida por redução imediata ao dinheiro. Ele exhibe, às vezes, a introjeção de comportamentos e disposições éticas para além do seu compromisso produtivo e de sua redução como meio de se ganhar dinheiro.

O intuito principal foi, portanto, traçar suas grandes áreas do campo econômico onde se distribuem, de modo geral, os elos entre dois tipos distintos de disposições econômicas, as classes sociais e os trabalhos a elas atrelados. Dentro deste escopo relativamente mutável, desdobram-se as trajetórias individuais e suas chances na hierarquia de acumulação e reprodução do capital econômico.

Capítulo. 3. - Da tensão entre trabalho e estudo à conversão do estudo em trabalho: a conversão dos capitais culturais/escolares em trabalho especializado no campo econômico

3.1) Para uma categoria socialmente diferenciada de tempo: cultura escolar e ação estratégia na família

Podemos começar destacando que tanto dinheiro e tempo são categorias normalmente tratadas de maneira essencialista na medida em que se subsume as condições sociais prévias determinantes de sua experiência e de seu uso. A concepção essencialista do “tempo” (ELIAS, 1984) parece se representar na ideia de que ele é experimentado de maneira uniforme por todos os indivíduos na sociedade, sendo inerente aos fenômenos naturais. Deste modo, o tempo se torna um tipo de vivência inata e externa; totalmente autônoma e independente de processos de aprendizado social e individual. Por outro lado, a categoria economicista “classe de renda” (NERI, 2009) representa aquilo que poderíamos cunhar de uma visão essencialista. Seu pressuposto essencialista se deixa entrever no simples fato de que a estratificação de grupos sociais em faixas de renda não carrega consigo uma análise mais depurada do seus aspectos mais dinâmicos, como as disposições econômicas. Assim, apreende-se a variável econômica de modo “reificado” ou “coisificado”, sem atentar para seus traços qualitativos estruturais.

Esta noção uniforme, universal e constante do tempo foi primeiramente adotada pela física newtoniana e pela filosofia kantiana. Até então, ele nada mais era do que um meio de orientação e regulamentação da vida coletiva. Ora, se o conceito de tempo não se desdobra segundo condições variáveis e históricas de vida - ao passo que está ancorado em processos de aprendizado social - ele se realiza menos como “relação” ou “relatividade”²¹ do que uma “coisa”, um objeto, igualmente heterônimo aos aprendizados sociais. Na filosofia kantiana, o tempo é tratado como uma categoria *a priori*, isto é, como pré-condição de toda experiência, mas sem que se tematize como ele é calcado em aspectos convencionais da sociedade, sobretudo, no que tange sua linearidade progressiva. Assim como o espaço, ele é exterior ao sujeito e pré-condição

²¹ Norbert Elias faz, neste ponto, uma crítica acertada a Einstein, que por vezes tratava o tempo como categoria substancialista ao dizer que este pode se estender ou encolher, dependendo das condições físicas.

de todo conhecimento. Esta concepção pensada no século XVIII se enraizou na base das ciências humanas, principalmente na ciência econômica clássica, fundadora do *homo economicus*, uma concepção universal de agente econômico abstrato. Tal generalização se distancia do agente econômico tomado em meio às suas limitações e condições práticas de ação. Neste ponto, há uma importante mudança histórica. Ao tratar o tempo como categoria constante, eterna, invariável transforma-se a impossibilidade psicológica, social e econômica de alguns indivíduos de exercer uma ação calculada com o dinheiro em “irracionalidade (econômica)”. Ou seja, uma determinada interdição social vem a se tornar preconceito, sobretudo, ao pressupor que todos estão em condições iguais condições com relação ao tempo. A categoria transcendental e a-histórica de tempo constituem os alicerces de uma violência simbólica. As ciências naturais, notadamente a física newtoniana, foram responsáveis por livrar a experiência ocidental do tempo de sua homologia relativa à natureza e à reprodução simples, mas operaram outro tipo de naturalização essencializante à medida que: “(...) o tempo é uma espécie de forma de vivência inata, isto é, um dado imutável da natureza humana” (Ibidem, p. IX).

Elias atesta que o tempo nada mais é do que o meio de comparação, nos permitindo colocar eventos em relação uns com os outros. Há, no entanto, uma diferença relevante entre sociedades com baixo nível de diferenciação de funções e aqueles com alto grau de complementaridade. Aqui, o processo de racionalização das categorias temporais é correspondente à síntese em direção a categorias cada vez mais detalhadas, ínfimas e precisas de medição do tempo e acontecimento. Os pontos de referência das categorias deixam, assim, sua referência imediata à natureza (estações, ciclo solar, período de chuvas e etc.) e passam a ser marcados por categorias abstratas socialmente convencionadas. A alusão imediata aos fenômenos naturais exibia uma sucessão esparsa entre eventos: ela envolve um baixo nível sintético-abstrato.

Já em sociedades profundamente diferenciadas e competitivas, as categorias temporais se comprimem em intervalos cada vez menores entre si. Nelas, a experiência coletiva acarreta no aprendizado de um sistema preciso dos símbolos temporais, que se destaca por sua auto referência. A personalidade não cumpre mais um papel subordinado, mas emerge como lócus da auto coerção. Em suma, a moderna experiência temporal exige auto responsabilidade do agente com relação a compromissos estabelecidos. O fenômeno da divisão social do trabalho também cumpre um papel

importante, já que em sociedades simples, nas quais uma boa parcela do contingente da sociedade desempenha funções semelhantes entre si, o aspecto coordenador de atividades complementares num intervalo temporal é baixo. Sem uma categoria mundial e relacional de tempo que permite medir o tempo em diferentes partes do globo (o padrão de Greenwich), a circulação mundial de mercadorias e serviços esbarraria em imensas dificuldades para se realizar. Ou ainda: os bancos e as instituições financeiras seriam incapazes de controlar e prever o tempo de circulação e investimento do dinheiro sob a forma de capital econômico. Os juros representam nada mais são do que o preço do tempo de investimento sobre uma quantia do capital econômico. A dominação financeira da produção capitalista assume esta finalidade; exerce-se o poder temporal sobre o ciclo produtivo e a circulação de mercadorias.

Se a experiência coletiva com o tempo é, em economias monetárias maduras, regulamentada por um sistema de símbolos autônomo, podemos acrescentar a aceção de que os diferentes grupos e classes sociais percebem e fazem uso de seu tempo distintamente. Durante sua trajetória social, o agente encontra desafios, limites e possibilidades de acordo com sua posição de origem. À vista disso, consideramos a investigação sobre o capital econômico não apenas sob sua forma já realizada (a renda), mas nos processos de socialização diferenciais. Isto fica claro ao comparamos trajetórias das classes, sobretudo, no que tange a extensão das estruturas temporais e o enraizamento de uma cultura escolar. Seria, no entanto, um erro crasso reduzir um quesito ao outro, pois condições econômicas confortáveis não incorrem por si próprias na emergência de uma cultura escolar na família. O contrário também é verdadeiro. Assim, o sucesso escolar não é consequência exclusiva do capital econômico, mas também não é mero reflexo do esforço pessoal. Na família de classe, as chances de constituir uma conduta econômica estável no longo prazo e a presença de uma cultura escolar na geração predecessora alteram a percepção da trajetória escolar.

Portanto, ela age na hierarquia de prioridades, segundo a qual as práticas econômicas se orientam, guiando o uso cotidiano do tempo. Uma vez que a cultura escolar prévia ou a ascensão escolar influenciam a conduta prática, elas modificam a percepção familiar da trajetória escolar. São duas variáveis interdependentes e que exibem uma dinâmica própria. A experiência positiva com ambiente escolar contribui para a constituição, em nossos entrevistados, de uma visão estratégica da trajetória escolar. Os estudos perdem o seu caráter secundário e acidental para se tornarem uma

atividade primária. Enquanto prática social, ele se racionaliza no tempo, concretizando uma sucessão contínua de eventos na trajetória social de um indivíduo. Prevalece, aqui, seu estado incorporado em detrimento do seu estado já objetivado.

No campo econômico, a chance de constituir, através do trabalho rentável, uma retaguarda financeira robusta configura a chance real de racionalizar a própria trajetória social. Aqui, a experiência social e individual com o tempo passa a ser previsível e passível de ser concretamente planejado. Surge aí, de modo efetivo a racionalização prática do presente, abrindo espaço para o desdobramento de uma estratégia ou investimento social. Para parte das classes médias estabelecidas, isto significa a chance de gastar tempo na incorporação de capitais culturais em suas diversas formas. Futuramente, estes capitais culturais serão mobilizados no mercado sob forma de trabalho especializado, trocado por dinheiro. O sentido do estudo no estágio atual do capitalismo moderno adquire um significado particular. Ele corresponde à organização racional da trajetória profissional, almejando o aprendizado de competências sociais essenciais para um trabalho especializado, se reafirmando, portanto, como critério solidificador de destinos de classe. Este processo de preparo não é composto por ações que se esgotam no presente, mas são relativas ao futuro (*Zukunftbeziehung*). A ação presente não apenas se concatena com um devir, mas se conforma como preparo e antecipação. Simmel havia percebido como ações de cunho não imediatista e não contextualista tendem a exigir o fortalecimento de um aparato psíquico e psicológico mais complexo e diferenciado (em oposição à ação totalmente tópica ainda submissa às funções orgânicas e privações materiais imediatas). As ações complexas estendem seu encadeamento num espaço e tempo socialmente condicionados²², não se esgotando em um objeto ou em um “agir” pontual. Elas se projetam em metas abstratas. Sendo assim, ela envolve o controle do tempo e uma dedicação constante a uma determinada prática. O desejo, então, se diferencia da ação imediata e concreta e surge aí de modo sublimado, isto é, como metas prospectivamente abstratas (em oposição às concretas, curto-prazistas e de resultado limitado), que podem se desenvolver em diversas direções e objetos. A ideia é entender como o uso do capital econômico e a construção de vínculos afetivos familiares proporciona as condições de conversão de capitais culturais diferenciados e raros.

²² Neste mesmo ensaio, Simmel (1992b) advoga em favor da tese de que não existe separação estanque entre vontade, impulso, movimento e ação. O impulso já envolve o germe da ação.

Assim, o conceito bourdieusiano de investimento social pode ser refinado na medida em que procuramos avançar no entendimento do grupo de disposições sociais relativas a este processo coletivo. O próprio conceito de “investimento” ou “estratégia” já engloba uma noção alongada de futuro. Todavia, ele parece pressupor, sobretudo, em estudos sobre a distinção social, que todas as classes sociais são capazes de desenvolver uma condução estratégica de sua trajetória social. A ideia geral de que todas as classes agem com relação a fins, ou seja, segundo um tipo de ação instrumental, obscurece a investigação genealógica sobre as pré-condições sociais deste tipo de ação. É possível, no entanto, imaginar que esta assunção tinha como pano de fundo a mitigação de conflitos sociais primários e a inclusão da classe trabalhadora francesa nos campos sociais fundamentais. No contexto francês, a ruptura com a condição de precariedade e incerteza generalizada nas classes dominadas possibilitou a estruturação previsível e contínua das trajetórias num plano transclassista. É claro que alçada de previsibilidade não é igual para todas as classes e seus subgrupos. Já no contexto brasileiro, esta oportunidade ainda perdura como privilégio das classes dominantes. Nos estratos inferiores, ao invés do planejamento temporal das ações, há a existência de expectativas sem sua realização prática enquanto disposição forte. As categorias de “investimento” e “estratégia” pressupõem reconversão permanente entre expectativas subjetivas, condições objetivas e sua transformação em disposição contínua e estabilizada.

Quando comparamos a estruturação das trajetórias profissionais nas classes populares investigadas com as classes médias estabelecidas, verificamos algumas diferenças básicas. Ainda que devamos distinguir relativamente a trajetória profissional do posto ocupado num determinado momento da vida, podemos constatar que, para a classe média estabelecida, os ciclos são mais extensos e geralmente assumem um caráter sucessivo. Há uma continuidade endógena relativa. Nos pequenos comerciantes, os ciclos das trajetórias sociais se concatenam mais dificultosamente, pois a passagem de um para o outro expõe, muitas vezes, suas rupturas relativas. Ademais, a antecipação da mudança é, antes de tudo, um privilégio das classes dominantes. Deste modo, as trajetórias profissionais das classes populares se sobressaem, muitas vezes, por seu atributo acidental e desconexo, pois sua vulnerabilidade social os obriga a constantemente reconstruírem sua trajetória. Seu desenho geral congrega normalmente “altos e baixos”, sem contarem com um patamar de segurança temporal prévio.

Esta noção de continuidade se atém ao conceito de “carreira”, requerendo a adesão subjetiva mais organizada e concentrada do trabalhador. Nos trabalhos em que se exige a incorporação do conhecimento intelectual (assim como as categorias de percepção necessárias ao desempenho deste) entra em jogo o caráter sintético-abstrato típico do capital cultural, ou seja, do seu tempo de preparo, que equivale ao seu tempo de individuação e incorporação. Seria, portanto, um erro analisar o trabalho de um músico apenas por sua apresentação imediata no palco sem levar em consideração os anos que levou para o domínio das técnicas e interpretação do seu instrumento (Ibidem, p. 427). Este processo de individuação trazido pela apropriação de um passado social objetivado forma o que se poderia chamar de uma “identidade profissional” sedimentada. Deste modo, não apenas as mudanças são mais previsíveis e, portanto, passíveis de serem antecipadas, mas também as chances de reinvestimento no posto são maiores.

O trabalho informal desqualificado ou formal precário se distingue do trabalho especializado, pois abdicam da noção de “carreira” e, em decorrência disso, de uma continuidade e aprofundamento do trabalho social. A descontinuidade da trajetória profissional se reflete na ausência de qualquer conversão de capitais culturais (mediados pelo estudo) em trabalho (mais crônica no trabalho informal-desqualificado do que no formal precário). A fragmentação da trajetória profissional dos feirantes se deixa representar na vida de quem: “já negociou com tudo ou já fez de tudo um pouco”. Para este público, chamamos atenção para a tensão entre “trabalho e estudo”, ou seja, quando as expectativas com relação à trajetória escolar se tornam frustradas pela inserção prematura nos setores inferiores e precários do mercado de trabalho. Contudo, a existência de “trabalho” e estudo não figura necessariamente uma tensão, pois não determinam de antemão a frustração escolar. Ao contrário, ela opera como “resistência”, exigindo do agente social maior esforço e dedicação pessoal; ela dificulta as condições de investimento social numa estratégia. Além disso, quando inserção no mundo do trabalho acompanha as estratégias escolares, como em muitos casos encontrados na pesquisa alemã, não há exatamente uma tensão entre “trabalho e estudo”. Sendo assim, ela se apresenta de modo mais efetivo para classes sociais em situação desprotegida. Então, a referência a esta dicotomia, já implica nos tipos de trabalho socialmente desvalorizados. Por isso, a combinação analítica entre uma socialização temporal

familiar particular e a consolidação prática de uma cultura escolar no cotidiano atua em conjunto na definição das trajetórias profissionais.

3.2 Da tensão entre trabalho estudo à conversão do estudo em trabalho

Carlos tem 30 anos e trabalha como gerente financeiro em uma grande empresa. Esta empresa presta serviços de ancoragem de plataforma, mantimentos, óleos e etc. Ele teve uma infância e adolescência protegidas e recorda que jamais se viu na urgência de trabalhar e estudar. Já num cargo intermediário dentro da hierarquia empresarial, que é extremamente diferenciada, ele coordena grupos de assistentes. Quando observamos sua trajetória escolar percebemos que ele incorporou e aprendeu um conjunto de capitais culturais, não só técnicos, mas também linguísticos. O dado curioso, mas elementar, é que durante a entrevista a trajetória escolar é contada ao tocar na relação com o pai. Ao falar desta figura afetiva surge primeiramente a admiração com relação ao trabalho e em seguida ao fato de o pai ter lhe proporcionado as condições ideais para que pudesse estudar:

“(...) De trabalhar bastante. Eu vejo isso, admiro isso até certo ponto. Tudo que ele construiu. Outra coisa que eu admiro muito no meu pai é que meu nunca... Meu pai não tem faculdade, como eu te falei, ele fez curso profissionalizante... Ele nunca me disse um “Não” na vida pra qualquer curso na vida que eu pedi pra ele. Mesmo que tenham sido cursos... Sei lá no colégio em 93 eu pedi pro meu pai pra fazer espanhol ele falou: “vai lá fazer espanhol”. Pior a faculdade. Eu passei pra faculdade pública, mas botei na cabeça que eu também queria fazer FGV e pagou! Pagou pro meu irmão também e pagou pra minha irmã e eu nunca vi ele reclamar de pagar isso. Meu pai não era abastado de ter dinheiro pra cara..., não faltava, mas... Isso também é admirável, vindo de onde ele veio, ele nunca reclamou de nada sobre qualquer coisa de educação. Ele dava realmente muita importância pra isso. (Carlos, 30 anos, gerente financeiro).

O pai sabia “investir” no futuro dele e este vínculo afetivo se concretiza em tom de agradecimento por ter criado as condições positivas. Percebia, mesmo que de maneira intuitiva, a importância do conhecimento incorporado, que os cursos de língua estrangeira e a universidade dão, embora o pai de Carlos não tenha feito curso superior. Há a presença mais ou menos forte de uma cultura escolar de classe dentro do seio familiar. A primeira comparação com os batalhadores feirantes já pode ser introduzida: um dos entrevistados, Daniel (32), cujo trabalho (pequeno feirante de frutas) exige pouquíssimo conhecimento incorporado, é apenas capaz de perceber a importância dele

na medida em que eles se manifestam em seus objetos. Ao ser perguntado com relação ao futuro dos filhos:

“(…) É a obrigação “deles” fazer isso aí. É a obrigação deles todo ano passar. Eles só faz estudar, só estudam, só estudam. Tem que passar. Tem computador, tem isso, tem tudo”. (Daniel, feirante e comerciante de frutas, 32 anos).

O que parece estar em jogo nesta fala é o fato de que Daniel opera apenas com a percepção *já materializada* e objetivada do capital cultural, isto é, no computador. O reconhecimento (sob a forma de desconhecimento) se dá em seu estado objetivado; já cristalizado nos objetos. Prevalece o reconhecimento do estado objetivado do capital cultural. Não é arbitrário o uso do verbo “ter”. Ao contrário, na classe média, o vínculo do conhecimento exibe uma percepção deste em seu estado incorporado. Bourdieu (1979b) havia apontado para estas três dimensões do capital cultural. Esta diferença na percepção do estado do capital cultural influi igualmente nas estratégias de investimento social e econômico das classes populares e das burguesas dominantes. Seu estado incorporado é menos visível e não é passível de ser trazido à consciência de maneira imediata; sua eficácia age em estado latente. A percepção mesmo que pré-reflexiva do estado incorporado do capital cultural, marcando a diferença de classe, está presente na oposição dos termos “admiração” e “obrigação”. Psicologicamente, a primeira envolve um vínculo de identificação positiva entre aquele que aprende e o que é aprendido até. Ela configura um elo mais silencioso, mas também duradouro na medida em que até sentimentos e emoções negativas podem ser reconfiguradas dentro do panorama comportamental no que tange, por exemplo, futuras frustrações exigindo recomeço e insistência. De algum modo, a “admiração” já pressupõe a “obrigação” no sentido de uma autocorreção e auto coerção do comportamento. Sob esta circunstância, a “obrigação” em si não engloba necessariamente este vínculo positivo de identificação e é frágil no que concernem algumas tendências negativas devidas a frustrações, sendo mais difícil recanalizar a libido e as práticas. Em suma, a admiração pressupõe a adesão subjetiva daquele que aprende, é o dever internalizado, tornado vontade própria sem a interferência da autoridade familiar constante, como no caso da “obrigação”. Além disso, quando tomamos cuidadosamente a passagem de Daniel, verificamos que a “obrigação” é dos filhos, mas ele não se coloca como autoridade moral e simbólica do comportamento desejado. Eis, portanto, a fragilidade da projeção de um comportamento escolar durável, pois o florescimento deste depende exclusivamente de uma fonte “espontânea”, ou seja, fraca, para o seu surgimento: o interesse autônomo de seus filhos.

Ora, sociologicamente o interesse “autônomo” já pressupõe um habitus escolar um tanto forte em que a internalização do autocontrole e pela busca do conhecimento já aconteceu. Contudo, uma nuance deve ser introduzida, pois não há qualquer vínculo de admiração sem que em alguma medida uma obrigação esteja presente. Ela não é um dado “natural” ou “espontâneo” de sujeitos superiores, mas uma construção social geracional das classes sociais e um duro constrangimento cotidiano dentro do contexto familiar envolvendo a insistência sistemática. Apesar disso, um vínculo de obrigação depende fortemente da inserção de uma autoridade simbólica como fonte primária de coerção moral com vistas de introjeção de um comportamento em particular. Sociologicamente, a admiração é a sedimentação geracional da coerção em seu estado incorporado.

Outra passagem se refere à sua adolescência, marcada por cursos extracurriculares em línguas estrangeiras (inglês e espanhol). Sem dúvida, o processo de incorporação e preparo para o trabalho especializado não é, de modo algum, confortável, envolvendo uma alta dose de autocontrole em várias esferas da vida, inclusive a dedicada ao “tempo livre”. Algum tempo depois de ter começado o curso de inglês, ele o abandona. Já não ia há um bom tempo até que seu pai descobre:

“(…) Ele sempre investiu muito Até “vacilos” que eu já dei já como, por exemplo, já fugi do curso de inglês, abandonei. Ele nem sabia que eu não ia mais, tava pagando, mas depois me botou pra fazer o curso lá de novo. Isso aí sempre foi muito... Ele dava um suporte muito, muito grande” (Carlos, 30 anos, gerente financeiro).

O pai de Carlos o colocou no curso novamente, insistindo na importância do estado incorporado do capital cultural, o que requer uma nova reorganização do patrimônio de disposições sociais em direção da auto coerção (*Selbstzwang*)²³, tendo os estudos e a formação intelectual do filho como esforço exclusivo da energia corporal e intelectual. A este ponto, a injunção entre a percepção pré-consciente do estado incorporado do capital cultural e a cultura escolar incorrem no reforço, dada condições econômicas estáveis, de uma estratégia econômica que acompanha a cultural. A partir disso, duas questões parecem ser de suma importância para nossa análise: a primeira é a de a

²³ No mesmo livro Elias aponta para a ideia neo-evolucionista que distingue sociedades modernas e pré-modernas. Todavia, esta não se baseia na oposição simplista entre presença e ausência de autocontrole. Nas sociedades modernas, há uma conversão do autocontrole em absolutamente todas as esferas da vida, enquanto que em sociedades pré-modernas, ele é compensado por esferas nas quais se pode dar vazão aos impulsos agressivos e eróticos primários. Em contextos como tais, a diferenciação entre ação e desejo bem como o intervalo relativo à preparação realização no futuro é pequena.

liberdade relativa com relação às urgências econômicas imediatas, e a assim, do trabalho não especializado de pouco/nenhum expertise incorporada ocorre na reconversão do capital econômico familiar em tempo fora do mundo trabalho e assim, naquilo que Norbert Elias chama de determinação ativa do tempo (*aktive Zeitbestimmung*). É o que permite “vacilar” sem que isso incorra necessariamente numa desclassificação social de “vida ou morte”. Assim, há uma margem individual maior sobre o uso do tempo social. A gênese sociológica do tempo se dá na compreensão de este existe na medida em que coloca diferentes acontecimentos sociais e naturais em relação (*In-Beziehung-setzen*). Este é propriamente o caráter sintético da categoria de tempo, relacionando eventos e acontecimento na sociedade, ao não mais tomá-los de maneira isolada. A determinação ativa do tempo exige, portanto, um critério seletivo das atividades sociais, um princípio seletivo e hierarquizador por parte do indivíduo que a experimenta. Percebemos tal ambiente familiar propicia uma socialização temporal completamente diferente da experimentada por Daniel, evitando o ingresso prematuro em ocupações localizadas nos setores inferiores do mercado. O sentido efetivo desta “suspensão” em direção a uma socialização temporal escolástica corresponde ao fato de Carlos nunca ter precisado lidar com a potencial ou iminente desclassificação social em decorrência da inserção prematura no mundo do trabalho. Com isso, o estudo se torna *uma atividade primária e diferenciada* em sua trajetória individual.

Desta maneira, a segurança econômica familiar fomentada pela rentabilidade imediata e futura do trabalho do pai de Carlos, junto com a existência da cultura escolar mínima em estado incorporado, constitui um elo afetivo com o capital cultural. Como Simmel mesmo observou, o indivíduo autoconfiante, com amor próprio e seguro de si é como se fosse “Deus de si próprio”. O sentimento de paz, calma e segurança psicológica da posse do dinheiro é comparável, portanto, ao homem religioso que encontra seu Deus (SIMMEL, 1995, p. 12). No seio familiar das classes dominantes, o aprimoramento destas disposições culturais, assim como sua reconversão, pressupõe o rechaço do trabalho por necessidade, normalmente desqualificado ou precariamente qualificado, como trajetória provável ou até possível. Este ponto é crucial para entendermos as diferenças entre todas as classes sociais. Aliás, este é o cerne do que estamos tratando por tensão entre estudo e trabalho. A chance que as famílias das classes médias dominantes têm de simplesmente excluir o trabalho desqualificado ou minimamente qualificado como trajetória provável de classe corresponde a uma socialização

específica com relação ao tempo, que não mais se coloca sob a forma de pressão, de urgência de conseguir um emprego, aliado a uma experiência negativa na escola. É um dos casos do que Bourdieu (2003) chamou de experiência social da “skohlè”, ou seja, a experiência social privilegiada tempo livre; fora das necessidades e urgências econômicas e ideais imediatas. Contudo, tal definição que ele aplicou criticamente ao campo intelectual da filosofia, cujos conceitos muitas vezes se constituem como uma negação, um rechaço e uma sublimação de suas próprias condições sociais práticas de produção, podem se tornar reinterpretados à luz de nossa investigação. Constatamos que não há qualquer experiência possível da “skholè” sem que se articule a experiência particular de ação com o dinheiro, a qual chamamos de função de capital da renda. Neste âmbito, é crucial a capacidade de desenvolver disposições financeiras não limitadas ao contexto imediatista, seja na conversão de outros capitais culturais diferenciados, seja na própria reprodução do capital econômico transformando a retaguarda financeira em investimento financeiro, bens, patrimônios e etc. Este efeito individualizante do capital econômico está intimamente ligado ao conceito de determinação ativa do tempo. Existe, portanto, uma afinidade eletiva entre famílias das classes sociais dominantes em condições de estabilizar suas condições econômicas de modo a desenvolver uma poupança sistemática e o desenvolvimento de disposições duráveis dos estudos simultaneamente à transformação deste numa atividade primária e diferenciada. Por outro lado, a realização completa deste processo não acontece sem a presença prévia de uma cultura escolar familiar, mesmo que esta envolva um capital cultural raro, permitindo o surgimento desta visão estratégica da trajetória social.

Por sua vez, este uso particular do dinheiro só é possível quando o trabalho está assegurado pelo jogo de forças sociais envolvidos na manutenção deste. Não é o caso dos batalhadores que, com dificuldade de estabelecer uma relação equilibrada e constante entre oferta e demanda (por vezes “sazonal”) na sua região local do campo econômico e urbano, estão, em grande parte, impedidos de desenvolver planos secundários do habitus econômico. O princípio de determinação ativa do tempo é aquele em a autonomia individual relativa envolve a tomada de uma decisão. Este é o sentido do “vacilo” de Carlos. Aqui, a decisão foi tomada pelo pai ao insistir na importância do curso de inglês. Podemos dizer mesmo com relação às estratégias de reconversão social, mobilizadas pelas classes dominantes sem que haja maiores riscos de desclassificação

social, o que numa estratégia de ascensão social vertical, fatalmente é o caso. Não há, portanto, tempo para “redescobertas” ao longo da trajetória profissional.

Esta *hysteresis* no patrimônio de disposições, isto é, o descompasso entre expectativas subjetivas e vínculos afetivos na trajetória é passível de ser recanalizado, pois os indivíduos desta classe social dispõem dos meios econômico-afetivos para tanto, enquanto a cultura escolar familiar impregna a importância da insistência de uma socialização temporal fora do mundo do trabalho desqualificado ou precariamente qualificado. Em contrapartida, sem que tal persistência encontre pré-condições econômicas estáveis, a estruturação cotidiana das práticas encontra um terreno infértil. O princípio seletivo-hierarquizador de atividades envolvendo a determinação ativa do tempo é aquele que permite, em tempos de incerteza, uma reorganização afetiva das disposições para uma finalidade social particular. Se o *habitus* é a presença do passado no presente (Ibidem, p. 304), a análise genética de sua formação é a possibilidade de indicar uma futura provável dada a presença ou a ausência de práticas atuais.

Apesar de desejar (como uma disposição para crer) o estudo para os filhos, este esbarra numa tensão: o trabalho. Enquanto Carlos está se dedicando a atividades extracurriculares que envolvem a incorporação do conhecimento raro (o aprendizado de línguas estrangeiras), o filho de Daniel ajuda nos negócios da família:

P- Então você pretende chamar um funcionário, colocar alguém para trabalhar aqui com você?

Daniel – Meus filhos mesmo. Então é isso. (...) Meu filho de 13 anos tá entendendo? Aí no tempo dele ele começar a estudar mais e se movimentar para o trabalho. Quero que eles trabalhem e estudem. (...) Pensar que ele não me dá trabalho; mas só que eu tenho que botar ele pra fazer alguma atividade. Quando tiver alguma coisa, alguma prova ele vai. Pago o curso (de informática e montagem), entendeu? (...) Mas só por que eu to investindo não dá a ele o direito de ficar em casa parado não. Tem que tá aqui me ajudando também, né? Você cria um menino sem atividade, sem... tem que movimentar, pelo menos deixar ocupado.

(...) Esse ano agora é que eles vão vir pra “aqui”. Vão estudar de manhã e a tarde vai ta aqui. Enquanto eles não arrumam um emprego lá; eles tão ganhando o dinheiro deles aqui. (Daniel, 31 anos, feirante e vendedor de frutas)²⁴.

Ainda que ele pague o curso para o filho a tensão com o trabalho é inevitável, não produzindo uma canalização afetiva dos comportamentos sociais relativos ao estudo. A indiferenciação entre empreendimento como unidade econômica independente e família

²⁴ Um detalhe fundamental que não pode ser esquecido: no momento em que ele concedia a entrevista o filho dele tomava conta do negócio, vendendo frutas para os clientes.

é justamente o fator que motiva esta tensão entre trabalho e estudo²⁵. Este é um fator preponderante que impede a unidade familiar também de facultar um contexto mais confortável no desenvolvimento dos pressupostos econômico-afetivos necessários na incorporação de disposição relativa aos estudos. Aliado a isso, a fraca incorporação da cultura escolar confirmada pela percepção objetivada do capital cultural, intrinca o aparecimento de um comportamento sistemático visando o sucesso escolar dos filhos.

Nesta indiferenciação social prevalece o que estamos chamando de *socialização disciplinar do trabalho* extremamente comum nos batalhadores feirantes entrevistados. O trabalho desqualificado ou precariamente desqualificado assume, para esta classe, uma forma de fugir de trajetórias sociais envolvendo uma desclassificação social mais radical, como a delinquência. O tema familiar do trabalho compõe a forma e o conteúdo da socialização familiar e pública. A preocupação de Daniel com a trajetória desviante dos filhos, contato inevitável do batalhador com a ralé estrutural delinquente²⁶, toma corpo numa prática disciplinar efetiva, controlando com quem os filhos “andam” e com quem eles devem estabelecer contato social. A socialização disciplinar do trabalho é uma categoria que visa dar conta, então, das fontes afetivas primárias a partir das quais se incorporam comportamentos essenciais do capitalismo moderno, como autocontrole e auto responsabilidade. No entanto, tais hierarquias sociais entre valores nunca são transmitidas de modo consciente sob forma de lei ou simples proibição, mas através de atividades concretas, mas que também são responsáveis pela introjeção de tais hierarquias de mundo. Nas classes médias burguesas a socialização disciplinar é perpassada pela trajetória escolar, fonte de constituição de disposições sociais primárias de classe. Outro ponto se confirma na acepção de que o vínculo afetivo com a figura paterna se dá pelo desempenho do trabalho e em seguida pelo estudo, pois cumprem expectativas simbólicas de gênero.

Ainda que “pague” o curso, ou seja, que talvez disponha do recurso material imediato, Daniel não introjetou os pressupostos emocionais mais básicos que viabilizam

²⁵ Em uma conversa informal com um engenheiro civil de origem húngara, nos é chamada atenção para uma possível tensão entre trabalho e estudo no caso europeu. Ele conta que durante seus anos de faculdade trabalhou e estudou. Trabalhou como jardineiro e em uma padaria não denotando qualquer conversão do estudo em trabalho. É uma espécie de “bico” (*Minijob*). Ao ser perguntado mais adiante, ele revela dois aspectos que confirmam nossa tese: não se trata de um trabalho diário (como o do filho de Daniel), já que apenas trabalhava às sextas feiras e aos sábados. Seu expediente durava em média 4 horas. Isso permitia sua dedicação exclusiva aos estudos nos outros dias. Sua dedicação à sua trajetória universitária é priorizada.

²⁶ Isto acontece seja na sociabilidade do bairro ou na escola pública dos bairros de periferia onde o contato se dá não mais diante da autoridade familiar, mas da autoridade disciplinar da escola.

encarar a trajetória escolar como um projeto no longo prazo. Isto posto, há uma baixa reconversão ou influência destas expectativas em seu comportamento. Seu *efeito prático* é lábil. A diferenciação entre empreendimento, como unidade econômica autônoma, e família é o que permite o florescimento da empresa verdadeiramente capitalista (WEBER, 2002, p. 564). Além disso, o vínculo impessoal do dinheiro não significa apenas a recompensa, mas uma socialização uma conversão efetiva do patrimônio de disposições para o mundo do trabalho. Simmel havia percebido como a troca de dinheiro por trabalho especializado opera uma separação entre a atividade desempenhada e a personalidade, livrando-a de variações emocionais efêmeras. Aqui, o dinheiro simboliza um compromisso bilateral. Quem desempenha um trabalho cotidiano por dinheiro já se sente trabalhador. Em contextos familiares em nos quais esta diferenciação existe de modo confortável, o “trabalho” doméstico se metamorfoseia numa tarefa totalmente intermitente e descontínua. Nestes setores da classe média estabelecida, a trajetória profissional é acompanhada pelo relativo sucesso escolar. Na história de vida de Carlos observamos o seguinte: seu pai também é comerciante e foi representante comercial, mas ele jamais trabalhou um dia sequer ajudando o pai. Este já está aposentado e quem tomou o controle dos negócios foi sua irmã, mas *após* ter cursado a faculdade de administração. O primeiro caso é confirmado por um entrevistado alemão, cujos pais são donos de um hotel e de um restaurante. Aqui, um aspecto central permite já destarte a diferenciação entre empreendimento e seio familiar: a presença de um capital econômico inicial herdado. A expansão exponencial do empreendimento começou com um posto de gasolina com quartos improvisados, em seguida com a reforma e a construção de um hotel. Tempos depois se tornaram donos de dois hotéis. Passaram até por uma insolvência, mas isto nunca foi fator preponderante para uma socialização familiar do trabalho tão recorrente da condição de classe batalhadores brasileiros, e principalmente em suas frações de baixo. Ele conta:

„Wenn andere Kinder nach Hause gegangen zum Abendessen, bin ich ins Hotel gegangen. (...) Ich kam grundsätzlich zu spät und wir hatten die Vereinbarung, dass wir Kinder vor dem Abendessen der Gäste Abendessen sollen, weil da noch ruhiger ist. (...) Dann bin ich bei Freunden rumgehängen, irgendwann nach Hause vielleicht meinen Eltern ein bisschen aus dem Weg gegangen, damit ich nicht irgendwo noch helfen muss, in die Küche rein, mir bisschen was aus dem Kühlraum rausgeholt (...) mit den Hunden spaziergegangen, oft hingen auch die Mitarbeiter bei mir rum und haben Zeit verbracht“.

„Enquanto as outras crianças iam para casa jantar, eu ia para o hotel. Eu chegava basicamente atrasado. Além disso, tínhamos um acordo de que as crianças (ele e os irmãos) jantassem antes que os hóspedes chegassem para o jantar, porque era mais calmo. (...) Então, sempre “fiquei de boeira” e em algum ponto eu voltava para casa e

talvez para escapar dos meus pais e assim não tivesse que ajudar em algum lugar. Ia pra cozinha, pegava alguma coisa pra comer, ia passear com os cachorros e também ficava sempre de “bobeira” com os empregados e passava o tempo com eles”. (Jonas, 25 anos, mestrando em ciências sociais) (tradução minha).

Outro dado elementar corresponde ao tamanho do negócio e à possibilidade de expansão deste: a mãe do entrevistado, já tinha experiência e formação acadêmica especializada no nicho por ela ocupado, o que corrobora a incorporação de um capital cultural estratégico de seu nicho (“know-how”). A diferenciação pronunciada entre empreendimento e núcleo familiar não conduz ao ingresso forçado para o mundo do trabalho por necessidade. Todos os irmãos de Jonas estudam. Sendo assim, a influência da família aparece intermediada pelos estudos através do tema que escolheu: ecoturismo. O hotel de seus pais conta com funcionários próprios, indicando a ruptura com o equilíbrio precário entre demanda instável e oferta inflacionada, sobre o qual os pequenos comerciantes relatam. Ademais, o assalariamento de funcionários internos necessita anteriormente da manutenção prolongada da unidade econômica. O processo de autonomização do negócio e a gestão estratégica de seus recursos financeiros da empresa alteram o caráter das incumbências domésticas: ela se torna em “ajuda”. Elas perdem, portanto, sua função propriamente econômica.

O capital cultural técnico estratégico aprendido por Carlos na universidade de economia alia a maestria de diferentes ramos da matemática, como álgebra linear e cálculo, aplicados abstratamente ao campo econômico. São conhecimentos sem os quais o grande capital não sobrevive, e não desenvolve uma dimensão administrativo-burocrática. Na grande burocracia capitalista, este complexo de conhecimentos especializados é posto em prática, não apenas na dimensão estratégica da empresa, mas também no governo e controle dos meios de produção. Este ponto, já é mais bem desenvolvido por Max Weber (1980) no seu texto sobre a dominação burocrática. Deste modo, o capital industrial se torna crescentemente dependente de uma parte administrativa relativamente autônoma, uma que possui um poder de governo sobre a produção. O conceito weberiano de burocracia não se limita ao Estado, ele também se estende à dominação do empreendimento privado capitalista. A dominação burocrática teria como base não apenas a:

“A moderna estrutura do Estado e da comunidade, mas igualmente a relação de dominação nos empreendimentos privados capitalistas. (...) Ele (o negócio capitalista)

é autocéfalo em sua crescente organização burocrática da administração” (ibidem, p. 330).

Uma junção sintética do conceito de meio de produção e burocracia nunca foi tão atual para entender o capitalismo contemporâneo e os planos da luta de classes. Assim, o conceito de modo de produção em Marx apreende apenas uma dimensão da produção do capital econômico sem atentar para a dimensão intelectual-administrativa da empresa capitalista (burocracia econômica). Weber constatava este processo como uma forte tendência no capitalismo moderno tardio, no qual o contrato corresponderia no campo econômico, o que a lei, como expressão máxima da dominação impessoal (como regra universal e generalizada), representa no campo político e jurídico. Portanto, se na análise do Estado, as leis funcionam como imperativos impessoais aos quais todos devem se submeter, no mercado, os contratos assumem uma finalidade análoga.

Historicamente, o processo de autonomização da dimensão burocrático-intelectual foi acompanhado pela emergência da classe média assalariada, que, ao contrário da classe trabalhadora, se organiza individualmente no trabalho. Como Siegfried Kracauer havia revelado, no nível burocrático da empresa, os contratos tendem a se individualizar (FRISBY, 1986, p. 168). Por outro lado o sistema de ensino superior contribuiu para a formação de trabalhadores especializados que dominam tal conhecimento técnico-científico. A organização administrativa é um dos desenvolvimentos do capitalismo financeiro que, ao transformar a pequena empresa em conglomerados imensos e monstruosos, estabelecem verdadeiras redes em alguns subcampos econômicos. Neste âmbito do capitalismo financeiro, as empresas menores são compradas por sociedades de ações mais poderosas bem como conglomerados de poderio financeiro de grosso calibre. O mercado financeiro opera deste modo especulando com os lucros prováveis que uma fusão ou aquisição pode trazer aos grandes acionistas, organizados em sociedade de ações e “assets”²⁷. A diferenciação das possibilidades de aplicação financeira é tão imensa nos dias de hoje que é preciso uma força de trabalho especializada e intelectualmente para isso. Ao mesmo tempo, o poder

²⁷ São corretoras de investimentos, que empregam uma força de trabalho com formação similar à de Carlos que controlam e governam os investimentos financeiros de outros investidores individuais. Os corretores têm uma margem de manobra relativa ao seu conhecimento intelectual abstrato-intelectual e matemático do mercado financeiro para manobrar esta “cesta” de investimentos. Em suma, um trabalhador especializado na administração abstrato-intelectual do capital econômico se vale de seus conhecimentos formais para sondar possibilidades de lucro e ganhos de capitais mais proveitosos.

de mercado relativo de empresas menores de se impor como força concorrente mingua, já que as rede de empreendimento controlam vários ramos, sobretudo, os de inovação tecnológica e produtiva.

Para além do domínio técnico, estratégico e intelectual tanto do campo econômico quanto do empreendimento através do cálculo, surge outro tipo de capital mencionado acima. Este está basicamente ligado ao domínio da língua estrangeira. A correção de seu “vacilo” pelo seu pai não foi em vão. Desta maneira, este grupo de capitais culturais não é secundário, operando junto ao capital social na construção de uma rede de relações pessoais. Carlos domina o espanhol e o inglês e, vale lembrar que ele é um profissional liberal posicionado no setor intermediário superior do espaço social. Menos do que a simples introjeção bem realizada deste capital cultural “linguístico”, a forma pela qual ele pode ser explorado como trabalho aponta para o cerne da investigação. Ao ser perguntado sobre a importância da língua estrangeira ele responde:

“É essencial! Pelo menos no meu trabalho. Existe um diferencial muito grande no meu trabalho de quem não fala inglês e de quem fala inglês. Porque eu vejo muita gente que não sabe tecnicamente bem, mas fala bem inglês e consegue a politicagem que precisa talvez. Pessoas que são contratadas porque têm um inglês muito bom porque o teu chefe é gringo” (Carlos, 30 anos, gerente financeiro).

A primeira questão a ser levantada é: o elo entre o domínio da língua estrangeira o capital de relações pessoais; o assim chamado capital social. Assim, ele se torna “capitalizável”. Em outras palavras: o domínio incorporado da língua estrangeira significa a possibilidade de ter acesso a relações pessoais privilegiadas, o que ele chama de “politicagem”. No entanto, a competência da língua estrangeira só é “pessoal” em sua forma de aparição, materializado diretamente no indivíduo que a desempenha. O posto numa grande empresa congrega mais de uma competência social e a língua - por ser uma competência e um capital explicitamente “social” (principalmente na dimensão oral da língua) - não esconde este elemento naquele que consegue exercê-lo com dominância. Há também o equívoco em considerar a competência ou uma expertise técnica como desengajadas da sociedade na medida em que o indivíduo muitas vezes o exerce através de máquinas ou da linguagem escrita, cujo meio de expressão (livros, relatórios e etc.) é relativamente independente da “pessoa”. Isso transmite a falsa sensação de independência completa diante das interações sociais. Ele mesmo pratica o

inglês e o espanhol no trabalho predominantemente em situações orais em reuniões, para conversar com outros estrangeiros em altos cargos na empresa e também para falar com outras filiais espalhadas pelo mundo. A distinção social da língua estrangeira em aliança aos outros capitais culturais lhe rendeu, por exemplo, uma estadia alongada no Chile. Aqui, analisamos como ela funciona no ambiente de trabalho. Este aprendizado não se limita ao conhecimento da estrutura linguística, mas se desdobra numa verdadeira socialização cosmopolita, algo ainda fora do horizonte social dos Batalhadores Brasileiros feirantes, para os quais tais competências sociais quase nunca entram em jogo no seu desempenho. Nos entrevistados do telemarketing, existe uma divisão interna. Aqueles que exibiam o domínio da língua inglesa ou espanhola tinham mais chances de ascender na hierarquia empresarial, ao passo em que o trabalho desempenhado acarretava no atendimento sucessivo de vários clientes e na resolução de problemas ligados aos serviços oferecidos pelas empresas de telefonia. Em suma, o capital “linguístico” cristalizado no aprendizado da língua estrangeira faculta uma distinção interna, inculcando um critério produtivo impessoal que aumenta o valor social do trabalho.

A comparação com o telemarketing nos parece inevitável e o próprio Carlos a faz durante a sua entrevista. Ela está na esteira da nova configuração do campo econômico e do trabalho imposta pela dominação financeira. Nos trabalhos altamente especializados, a exigência cada vez mais precoce de um tempo de preparo correspondente à incorporação e ao aprendizado de competências sócio intelectuais obriga uma conversão da atitude corporal no ambiente de trabalho. O advento deste elemento “intelectualista” e “cognitivo” é estruturante de qualquer tipo de capital cultural, ensejando a constituição de categorias de percepção e pensamento. Entretanto, muitas abordagens escondem ou omitem o processo de socialização atrelado a tais competências sociais intelectuais, primeiramente pré-condicionado pela organização e pela compreensão prática do corpo individual na formação de disposições sociais. Quando chamamos atenção e usamos este conceito, não procuramos a separação sujeito e objeto, mas afinar a dimensão pré-reflexiva do habitus com a consciente, considerando o aprendizado de conhecimentos intelectuais no ambiente familiar, através do estudo, da formação escolar, universitária e etc.

A forte e poderosa solidificação entre os capitais, seus campos se desenrola em um processo de “intelectualização” (concomitante à objetivação da cultura, de sua

institucionalização e padrões estabelecidos de aprendizado), simultânea à incorporação das disposições dominantes em um campo é rigorosamente dependente da aquisição de um conhecimento especializado efetivo e legitimado neste. Eles se cristalizam, por conseguinte no campo econômico e no trabalho como desempenho diferencial recompensado por dinheiro. Podemos ilustrar empiricamente esta afinidade ao tematizar como, por exemplo, um trabalho que exige a incorporação de um conhecimento minimamente especializado já exhibe uma atitude corporal completamente distinta de um tipo particular de trabalho em que o conjunto de capitais “intelectuais” incorporados é baixo. A direção e a canalização dos impulsos afetivos e intelectuais em trabalhos que exigem a incorporação de capitais culturais são, em certo aspecto, contrárias aos dos trabalhos em que prevalece a força bruta do corpo.

Fabrizio Maciel e André Grillo (2009) cunharam o termo trabalho socialmente desqualificado para designar tais ocupações como lavadores, guardadores de carro, pedreiros, carregadores e etc., nas quais a aquisição de competências intelectuais não carrega consigo uma especialização mínima. Em tais categorias de atividades laborais, constatamos que a direção dos movimentos corporais é normalmente centrífuga e multicêntrica: um carregador levanta, empurra ou puxa um objeto em direções diversas. O pedreiro por sua vez mistura a massa que vai formar o cimento, aprofundando uma postura corporal particular. Não à toa, são atividades que se valem do constante e intenso uso de força física. A mediação da máquina no trabalho fabril resultou na padronização dos movimentos, limitando as ações do trabalhador. Com o taylorismo, tal cadência do trabalho foi instrumentalizada para medir o tempo de trabalho, para, então, maximizar e aperfeiçoar a produção de mercadorias.

O contrário o ocorre quando verificamos trabalhos que circunscrevem a incorporação tanto algum tipo de capital competência social intelectual quanto o auxílio da máquina. A atitude corporal exigida visa à *contenção focada* do corpo. Este tipo de atitude *corporal introduz outra forma de exploração do corpo do trabalhador*. Aliás, esta capacidade é aquilo que todo e qualquer trabalho envolvendo algum nível mais elevado de concentração intelectual obriga. Não que os outros trabalhos não exijam alguma dose de autocontrole e auto coerção, mas a direção da canalização dos afetos e da energia corporal é distinta. Georg Simmel e Karl Marx observavam este processo como a transferência ou mediação da energia e das competências subjetivas para a mercadoria e, deste modo, sua materialização. A máquina é, ela própria, a forma

objetivamente materializada do conhecimento técnico-científico, fora do controle total do trabalhador. Ela representa sua forma objetivada, conduzindo a mercadoria à sua totalidade. O conceito de estranhamento em Marx (2004) parte da não-identidade entre sujeito produtor e objeto produzido, pois a máquina se interpõe entre o trabalho desempenhado e a construção final da mercadoria. Isto posto, o trabalhador não domina, portanto, a totalidade do ciclo produtivo do qual faz parte: ele é apenas uma peça na engrenagem produtiva. Este postulado leva Marx criticar a filosofia hegeliana da identidade, homologando apenas o lado positivo do trabalho, que reenvia seu produto ao seu produtor. Com isso, Hegel contempla exclusivamente tipos de trabalho intelectual no topo da hierarquia da divisão do trabalho, pois: “*O trabalho é o vir-a-ser-para-si (Fürsichwerden) do homem no interior da exteriorização ou como homem exteriorizado*” (Ibidem, p. 124). O grande equívoco, na visão marxiana, é tomar esta forma de trabalho como se fosse sua essência. Como manifestação do conhecimento técnico-científico objetivado, a máquina rompe este ciclo, ao fazer com que o produto do trabalho permaneça alheio ao trabalhador. Ele fica impossibilitado de tomar consciência de si e de suas potencialidades. Ao final do processo produtivo, o trabalhador não encontra a si próprio, mas o produto estranhado de seu desempenho em função da desagregação do trabalho de seus meios de produção. O fruto de seu trabalho, comprado como qualquer outra mercadoria é apropriado por um agente externo: o capital. Assim:

“(...) este fato não exprime senão o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz o seu produto, se lhe defronta com um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*) é a *objetivação* do trabalho (*Vergegenständlichung*). A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação (ou realização) aparece ao estado da economia-nacional como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*)” (MARX, 2004, p. 80).

Portanto, dominação sobre a força de trabalho se realiza na apropriação final do estado objetivado e materializado de seu labor.

No entanto, tal perspectiva se apoia na associação entre o trabalho fabril como transformação produtiva da natureza. Se, por um lado, as competências intelectuais, com avanço do progresso tecnológico, se tornam maquinais, fazendo do trabalhador um adendo da máquina, por outro, elas podem, numa gama de outras categorias profissionais produtivas, exibir um caráter dominante. Certamente, consideramos um

conjunto de empregos, cujo desenvolvimento à época de Marx, era incipiente. Todavia, tais atividades (designer, escritores, jornalistas, publicitários e etc.) não podem ser simplesmente reduzidas à máquina, embora possam englobar um uso instrumental de suas competências intelectuais. Atualmente, o próprio trabalhador incorpora conhecimento, seja o formal, com a chancela do sistema de ensino, (com níveis de qualificação técnica), no qual progresso aos seus níveis superiores incorre em sua crescente raridade, e por isso economicamente mais bem recompensado, seja de modo “intuitivo” e “contextual”, sem a mediação legitimadora do sistema de ensino. Este é mais comum nos Batalhadores do mercado informal, mesmo que estes exibam algum nível escolarização, podendo operar cálculos simples ou em algum domínio da língua escrita, ou até introduzindo pequenas inovações em seu empreendimento. Em contraste, nas áreas superiores do campo econômico, o empregador demanda do trabalhador a capacidade incorporar os conhecimentos, oficializados pelo sistema de ensino. Tão relevante quanto tematizar os processos objetivados e racionalizados do trabalho, a análise dos “capitais intelectuais” mobilizados surge como dimensão central do trabalho. Para além da consideração *in situ* do trabalhador, é preciso galgar o entendimento sobre o processo de formação da trajetória profissional.

O trabalho que envolve a presença de algum capital cultural-escolar, mesmo socialmente desvalorizado impõe, assim, uma atitude corporal distinta. Ainda assim é um trabalho minimamente especializado. A máquina exige o poder de disciplinar o corpo em poucos pontos focais durante horas a fio. Os movimentos ganham um contorno contido e retido. A atividade laboral de um atendente de telemarketing como “trabalho de escritório” pode ser considerado como minimamente qualificado ou especializado por depender de um capital cultural específico, como o domínio maior ou menor da língua escrita. Esta é a raiz de praticamente todos os problemas físicos e psíquicos desenvolvidos pelos atendentes, como a tendinite. Não são aspectos adicionais, mas relacionais do trabalho. Sem articular este aspecto essencial, incorremos na fragmentação da análise típica das teorias “intelectualistas” do trabalho (info-taylorismo, taylorização do trabalho intelectual) (RUY BRAGA, 2009) ou então, das teses do advento de uma sociedade “imaterial” ou do “conhecimento”. O grande problema destas abordagens se concretiza no erro teórico em não atentar para a maneira pela qual o conhecimento se torna objetivado em indivíduos (através do aprendizado de disposições e categorias de percepção) e em objetos, isto é, através de máquinas. O

próprio termo “virtual” ou “informativo” já incide no exagero unilateral do que é “imaterial” ou “invisível”. Separa-se, portanto, o aspecto fundamental de uma sociologia crítica que visa sintetizar os atributos “espirituais”, “culturais” e os “materiais”, “concretos”. Por fim, interesses ideais e materiais acabam por ser isolados. Outro aspecto que estas teorias simplesmente ignoram é a transformação do papel do sistema de ensino em escala mundial bem como as condições socioeconômicas e afetivas (como disposições de estudo) necessárias ao ingresso de seus níveis mais altos.

Carlos se compara aos atendentes de telemarketing. Seu vínculo de identificação aparece aí através do trabalho de escritório e que exige a incorporação de algum tipo de capital cultural-escolar. Ele se compara ao gerente de telemarketing. No entanto, ele coordena 11 trabalhadores dos quais sete tem curso superior na área de economia e dois estão cursando (ao todo nove). Os outros dois trabalhadores são terceirizados e têm uma função subordinada: eles são responsáveis pelos arquivos. Mais uma vez surge a relação entre trabalhos de menor grau de especialização e a terceirização. A incorporação do capital escolar altamente especializado opera um verdadeiro enxugamento da equipe, explicado pelo processo de aprendizado de um conjunto de conhecimentos raros. A incorporação deste conjunto de capitais culturais é um processo que carrega em seu bojo um efeito de síntese:

“Num call Center, você é gerente de mais ou menos 60 pessoas, mas num diferente nível e os procedimentos são muito amarrados, você tem uma estrutura bem definida, de como as pessoas devem agir como elas devem se portar, sabe? E se saí fora daquilo ali, a rotatividade é muito alta, a pessoa realmente leva uma reclamação ou algo do tipo ela é trocada ou que seja. No meu caso, eu acho que é uma equipe um pouco mais técnica e não é tão fácil mudar as pessoas internamente porque cada um tem o seu conhecimento e são desenvolvidos para ter aquele conhecimento, então o negócio fica um pouco mais engessado também, ainda que você tenha “back up”(…) (Carlos, 30 anos, gerente financeiro).

Seus assistentes já incorporaram (ou estão incorporando) o capital cultural técnico necessário ao trabalho especializado na burocracia econômica do grande capital através da formação universitária, eliminando o exército de reserva associado ao emprego de telemarketing. Três variáveis afinadas produzem esta situação que depreda a oferta da força de trabalho e joga o poder nas mãos do empregador: a) A inflação de títulos escolares de nível secundário; b) O aprisionamento numa condição prévia mais rente às necessidades econômicas, obrigando-os a entrarem nestes setores do mercado de trabalho; c) O refreamento das expectativas escolares operada pelo sistema de ensino.

Este exército de reserva provoca a alta rotatividade de um emprego como o telemarketing, em razão de o capital cultural-escolar necessário para desempenhar tal trabalho ser de baixo nível de especialização e refinamento. Seu tempo de preparo é de curta duração. O dado que comprova isso é a íntima relação do telemarketing com o “gargalo” do segundo grau. Em alguns setores do campo econômico, as chances de acesso aos estratos superiores do sistema de ensino se conectam com a consolidação de mecanismos de seleção nos quais a oferta de uma força de trabalho já se encontra restrita. Isto se reflete não apenas na qualificação formal, mas especialmente no conjunto de capitais culturais a serem introjetados no patrimônio de disposições do trabalhador. A inversão positiva no balanço entre oferta e demanda da força de trabalho, em função de seu constrangimento prévio e da raridade de seu título escolar, aponta igualmente para o prolongamento da idade economicamente ativa do trabalhador. Este efeito de extensão é apenas possível porque a exploração direta do corpo não é a mais unidade primária condicionante do valor social do trabalho. É o caso do pai de Denise, cuja formação de engenheiro permite-lhe a escolha dos projetos nos quais irá trabalhar. O trabalho não mais escolhe o trabalhador, mas é o trabalhador que escolhe o trabalho. A ausência de um exército de reserva impondo uma alta rotatividade do trabalhador, já confirma que esta classe social incorpora um capital cultural-escolar muito mais raro e de maior valor do que os batalhadores precarizados. Ele se tornou um dado estrutural dos nichos inferiores na divisão do trabalho social. Em vista disso, quando o trabalhador é afligido pela inflação de títulos escolares, ele detém pouco ou nenhum controle sobre os caminhos de sua trajetória profissional.

Sem dúvida, este aspecto se reflete nas disposições educacionais. Tão logo tomamos o exemplo dos atendentes, constatamos a curta alçada deste comportamento. O aprendizado de algo envolve um fim claro. Senão vejamos:

“Sinceramente, assim, eu sempre estudei em escola pública normal e tipo assim, desde moleque eu nunca fui adepto a me esforçar pra aprender uma coisa que eu não gosto ou que eu acho que eu não vou utilizar” (Rodolfo, 21 anos, Atendente de Telemarketing).

Ou ainda:

“Até a oitava série eu era um ótimo aluno, mas depois chegou no primeiro ano, assim, eu comecei a “avacalhar” mais. Deixar mais... Ficar mais... Tocava o fo...-se mesmo. Não tava nem aí pra nada. Eu nunca tomei pau nem nada não, mas depois do primeiro ano eu fiquei bem relaxado, eu só fazia o básico. Eu estudava só pra passar mesmo”. (Roger, 20 anos, Atendente de Telemarketing).

O ponto delicado que queremos tocar não tange à impossibilidade total de estudar, mas uma forma particular do desenvolvimento das disposições dos estudos. Rodolfo tem, por exemplo, o curso técnico na área de meio ambiente. Conquanto, ao tempo da entrevista, ele não parecia conseguir reconverter esta qualificação num trabalho envolvendo a área. Esse é um dado crucial da nossa análise. Esboça-se então, o que poderíamos chamar de disposições fracas para o estudo: elas se refletem um nível curto-médio de dedicação ao aprendizado do conhecimento escolar, já que está quase sempre atrelado à inserção mais ou menos imediata no mercado de trabalho. Em seguida, o elemento que se destaca se elenca a uma posição de classe, cuja inserção no mundo do trabalho deve acontecer mais cedo, sem o tempo de preparo das classes médias dominantes. Sob esta perspectiva, o desenvolvimento das disposições dos estudos opera como um meio com um fim determinado. Elas são disposições menos duráveis igualmente no que tange o reinvestimento futuro, encontrando pouca autonomia e sustentação para além de sua aplicação profissional imediata.

Por sua vez, Carlos, “sem razão aparente”, pediu ao pai para fazer um curso de espanhol. É claro que todo conhecimento é passível de “capitalização” ou utilização e exploração no mundo do trabalho, mas a forma pela qual se incorpora muda quase tudo. Aos 30 anos ele ainda estuda. Em distinção a Roger e Rodolfo, suas disposições de estudo contêm uma nuance fundamental: elas não se limitam em vista de um uso pré-estabelecido. Esta margem “escolástica”, típica de um ambiente familiar em condições de fecundar as condições afetivo-econômicas positivas, estrutura a formação desta disposição sem um fim social concreto configurado de antemão. Ela contribui fortemente para o nascimento do efeito de “suspensão” com relação à inserção imediata no mundo do trabalho desqualificado ou de capital escolar socialmente desvalorizado. Agregado a ela, encontra-se a cultura escolar bem constituída no seio familiar, trazendo consigo a insistência longeva na socialização cultural sem que esta apresente uma finalidade explícita:

Carlos- Outra língua vai de reboque também um pouco de outra cultura. Inglês um pouco de outra cultura fica muito vazio porque a gente é muito enxurrado de cultura americana, mas aprender um espanhol às vezes não, você aprende sobre a América latina, nós estamos no mesmo continente, mas brasileiros e América Latina vivem mundos aparte ou mesmo da cultura espanhola. Eu tenho muita vontade de aprender outra língua. Eu tenho muita vontade de aprender outra língua. Eu queria aprender francês.

P- Por razões profissionais?

Carlos- Não, aliás nenhuma dessas línguas. Se fosse profissional eu ia aprender chinês. Eu nem sei se eu concordo com isso, mas... Outras línguas como o francês... A não ser que você vá trabalhar numa empresa francesa e pode ser que ajude, mas mais pela cultura mesmo. Eu acho interessante... É interesse... Interesse pessoal mesmo. Eu acho que o nível de cultura das pessoas influencia muito nessa politicagem, influencia muito nos seus contatos... (Carlos, 30 anos, gerente financeiro).

Colocamos em relevo outra forma de incorporação do capital cultural: aquela que não visa sua aplicação imediata no ambiente de trabalho, mesmo que venha a ser o caso num futuro abstrato. Partimos da tese que o desenvolvimento de tal “interesse” sem um fim social pré-determinado constitui o núcleo das disposições dominantes do estudo. Estas são, no entanto, pré-condicionadas por este uso particular do dinheiro sob a forma de capital econômico, pois não põem em xeque outros níveis mais essenciais da existência social. A possibilidade de agir de tal modo com o capital econômico, evitando a colocação prematura no mundo do trabalho, é aberta apenas quando a unidade familiar, no caso o pai de Carlos, está em condições de diferenciar suas disposições econômicas no ambiente familiar ao assegurar o uso do dinheiro num futuro médio-longo prazista. Este aspecto da família de classe média, que consegue manter seus filhos e filhas fora do mundo do trabalho por necessidade, está ligado à libertação da reprodução material simples e imediata como condição de possibilidade da conversão dos estudos em trabalho especializado. Esta capacidade socialmente objetivada de criar, o que poderíamos chamar de um contexto de atualização econômico mínimo, é certamente aspecto condicionante do desenvolvimento das disposições de estudo dominantes, cujo fim abstrato alarga o seu campo de aplicabilidades futuras. Lembremo-nos da tipologia simmeliana, que postula as ações mais longo-prazistas como aquelas em que o futuro não se concretiza em uma finalidade visível, mas em desejos abstratos. O campo de aplicabilidade destes conhecimentos incorporados é, por conseguinte, mais largo e indefinido, porquanto a conversão dos capitais culturais no mundo do trabalho não assume um caráter imediatamente instrumental, além de ser peça absolutamente fundamental em uma reconversão ainda mais rara: a do trabalho novamente em estudo. Por outro lado, não estamos afirmando que estes conhecimentos incorporados não sejam “capitalizáveis”, mas simplesmente apontando para a tendência de que a raridade destes se elenca ao seu tempo de incorporação e que este, quando limitada por um fim social pré-determinado, é geralmente mais curto. A vantagem de Carlos na competição social desenha o seu contorno neste aspecto determinante. Portanto, a ruptura da privação material imediata e a presença de uma cultura escolar

familiar mínima também carregam efeitos psicológicos de médio/longo prazo. Nos atendentes, por exemplo, um dado chama atenção: quase todos que ainda moram com os pais dão o ticket refeição que ganham para sua família usar em compras:

P – Então você ajuda em casa?

Rodolfo – Ajudo. O meu ticket geralmente é pra casa. São por volta cem reais, né? Aí eu dou geralmente mais da metade pra casa, entendeu? Compro uma coisa ou outra pra mim, uma geladinha e o resto eu ajudo em casa. (...) Eu e meu pai que seguramos as pontas (Rodolfo, 21 anos, Atendente de telemarketing).

O fato de ter que “segurar as pontas” não é apenas um fator adicional e nem o constrangimento de ter que dividir o ticket refeição com a família, mas corresponde mesmo ao fato de que estas classes sociais ainda lidam com a resistência social relacionada às necessidades materiais imediatas. A família batalhadora tem neste caso, raras chances de introdução neste contexto de atualização econômico, este efeito escolástico, inculcado por este uso particular do capital econômico, pois o habitus econômico familiar não está estabilizado o bastante para facilitar o uso confortável com o capital econômico. De algum modo, a família batalhadora espera que seus “filhos” se tornem trabalhadores num ponto anterior da trajetória social. Em alguma medida, a unidade econômica e moral da família depende disso. Contraposto a isso, a família de classe média consegue criar condições favoráveis para o desenvolvimento de disposições ligadas ao estudo, já que seus herdeiros não estão nem realmente e nem potencialmente (sob a forma de medo do futuro) numa posição social de urgência, obrigando-os, assim, a se inserirem prematuramente nas posições mais desvalorizadas no mundo do trabalho. O cruzamento entre família e capital econômico ainda é, nos batalhadores brasileiros, perpassado por uma instabilidade estrutural, agindo como uma espécie de resistência social. Isto dificulta de fato o uso do dinheiro como contexto de atualização, mantendo o indivíduo fora do mundo do trabalho ligado à subsistência econômica no curto-prazo.

Apresentamos então nossa tipologia de básica na formação das disposições do estudo: as disposições instrumentais do estudo e as relativamente escolásticas. Estas últimas também cumprem um papel importante inclusive na incorporação do conhecimento técnico de alto nível de complexidade cuja aplicabilidade imediata também não é ditada de antemão, mas depende da mobilização de recursos relativos a

um contexto específico²⁸. As disposições “instrumentais” do estudo não significam em si a desclassificação do trabalho especializado, mas dependem de suas chances de reconversão direta no mercado de trabalho. No Brasil, o acolhimento das qualificações mais baixas encontra sérias dificuldades em comparação com a Alemanha, cuja divisão do trabalho interna absorve com trabalhadores de formação não universitária com maior facilidade. Isto é confirmado na maneira pela qual se estabelece a tensão entre estudo e trabalho, encontrada nos batalhadores e que, praticamente não existe em um país onde se integrou a grande maioria da população no trabalho especializado de conhecimento incorporado. A conversão de estudo em trabalho é mais suave e estável na medida em que se encontram menos casos de indivíduos que: A) simplesmente nunca trabalharam na área de sua formação escolar; B) simplesmente não a tem; C) ou ainda procuram de algum modo reconvertê-las.

Ao explorar o caso feminino, descobrimos variáveis semelhantes. Denise (32) é engenheira de produção com mestrado. Não só ela, mas absolutamente toda a família dela é composta por engenheiros. No entanto, para termos a perspectiva correta de seu caso precisamos recorrer a uma análise geracional. Denise é uma alta funcionária pública, empregada numa agência de fomento de pesquisa no desenvolvimento na área de petróleo e gás. Ela avalia projetos de empresas nacionais e estrangeiras (majoritariamente) que visam desenvolver tecnologias de inovação. Como o instituto de desenvolvimento para o qual trabalha empresta dinheiro a empresas, sua função se assemelha bastante a de um banco, ainda que as taxas de juros baixas. É um trabalho delicado e que envolve bastante perícia, pois como avaliadora ela tem que aconselhar sobre as direções nas quais o projeto deve ou pode ser desenvolvido. Neste sentido, já podemos avaliar que o tipo de mercadoria que ela ajuda a desenvolver envolve alto conhecimento especializado. Ela acompanha a concepção e a viabilidade econômica de mercadorias que exigem um processo produtivo industrial complexo e de alta tecnologia composto por vários estágios. Normalmente, os projetos contêm algum tipo de inovação tecnológica.

É uma área dominada por homens e um por um conflito geracional, já que o seu departamento tomou uma injeção de uma força de trabalho jovem e altamente qualificada de formação universitária. Geralmente, os antigos conseguiram o cargo por

²⁸ Carlos relatou que uma vez permaneceu oito horas estudando para uma prova difícil de cálculo na universidade.

indicação pessoal e têm um nível escolar em geral menor do que os novos, concursados. Este processo de impessoalização dos mecanismos de seleção institucionais é acompanhado, portanto, pela introdução de uma força de trabalho jovem que aprendeu um capital cultural técnico-científico. Isto aponta sem dúvida de modo bastante inicial para uma renovação dos mecanismos de transmissão da herança social, fortemente mediadas pelas chances de acesso aos capitais culturais institucionalizados mais raros.

Quando adentramos o ambiente familiar de Denise uma característica singular nos salta aos olhos:

Tinha uma pressão muito forte para ser muito bom no colégio. Tinha essa pressão sim. Se eu tirasse uma nota sete era considerada ruim, no caso. Acima de oito pelo menos. A não ser que a nota que foi sete fosse uma das melhores da turma porque tudo mundo se ferrou muito. Aí tudo bem!

Ou ainda sobre a relação com o irmão:

A minha mãe sempre teve uma visão assim.. é... a mulher tem que ser capaz de se sustentar, por que ela não pode depender do homem, e se der errado a relação? Então minha mãe nunca quis que eu me tornasse uma dona de casa. Minha mãe sempre quis que eu trabalhasse. Então sempre foi igual. Neste ponto de estudo, eu e meu irmão sempre fomos igualmente demandados. Você poderia talvez ter uma diferença aí, que num primeiro momento meu irmão era muito imaturo, então ele estudava menos, minha mãe teve que tomar mais dele sim, num segundo momento, no segundo grau, no “high school”, o meu irmão começou a se desenvolver muito. Meu irmão era muito bom em matemática, etc.. E eu sempre tive um pouquinho mais de dificuldade. Ainda acho que eu teria sido uma boa economista. Por que eu acho que tenho um lado mais de humanas do que de exatas, então meu irmão se encontrou fácil ali na carreira dele de engenharia, tecnológicas, etc.. ele se saía muito bem assim... eu não, tive que me esforçar muito mais para tirar boas notas. E aí se inverteu. Minha mãe passou a se preocupar muito mais comigo do que com o K. (Denise, 32, engenheira de produção).

A forma mesma pela qual se estabelece os elos afetivos familiares acontece por uma socialização dos estudos. Se nos batalhadores temos a socialização disciplinar através do trabalho, aqui vemos a socialização disciplinar através dos estudos. Ele se torna por meio da autoridade familiar uma atividade primária e diferenciada. A socialização dos estudos acontece de maneira a se tornar a ser introjetada sem sequer mais questionada pelo agente. Ela passa a ser naturalizada através da conduta individual de modo que aquele que a incorpora não mais pensa nas razões e motivações profundas da incorporação de tal comportamento. O autocontrole e a disciplina necessários aos estudos se tornam, então, incorporados:

“Quando eu entrei no segundo grau a minha mãe aliviou um pouco. Assim, aí não era mais pressão porque no segundo grau você já era mais adulta... Mais culta... Mas assim... No primário era assim nesse nível”. (Denise, 32, engenheira de produção).

Vale à pena compreender a motivação de um *ethos* dos estudos tão pronunciado. Ao contrário da maioria dos entrevistados de classe média privilegiada, Denise estudou em colégio público, mas cujo processo seletivo é consideravelmente difícil, sendo frequentado em sua maioria por filhos de professores universitários. Também pode ser considerado como um colégio de elite voltado para o bom desempenho no vestibular. Neste caso, também está pressuposto o princípio de determinação ativa do tempo que ocorreu em Carlos, mesmo que de maneira potencial. “Se tornar mais adulta” envolve justamente a incorporação do princípio hierarquizador-seletivo de atividades sem que a tutela materna ou paterna intervenha sob a forma de correção disciplinar. A afinidade eletiva entre o controle (por vezes excessivo) da mãe nos estudos, a manutenção da posição de classe por meio de um trabalho privilegiado, mas que também forma a identidade familiar (todos os membros de sua família nuclear são engenheiros) e o fato de o processo seletivo de um curso como engenharia numa boa faculdade ser concorrido parece patente. Ao olharmos mais de perto socialização familiar de Márcia, nos deparamos com a circunstância oposta. A trajetória escolar interrompida se vê logo abocanhada por uma socialização familiar através do trabalho:

Pergunta – Eu queria saber um pouco a sua escolaridade, você estudou até que série?

Márcia – “Eu terminei o segundo grau, né? Fiz vestibular e não passei, aí me acomodei né? Fui logo pro comércio, aí deixei... Mas ela (a mãe) não. Olha a gente já negociou com tanta coisa, tanto que ela e sempre ela me coloca porque eu e ela “dá” muito pro comércio”. (Márcia, 43 anos, comerciante de vestuário feminino).

Defrontamo-nos, aqui, com um insucesso escolar acompanhado por uma inserção imediata no mundo do trabalho por necessidade, localizado nos setores mais desprotegidos do campo econômico. O resultado desta mudança na trajetória nos informa sobre maneira pela qual uma socialização temporal familiar, pautada por condições econômicas instáveis, funciona juntamente com a existência de uma cultura escolar pouco arraigada na relação parental, o que talvez a conduzisse a insistir na ascensão pelos estudos, mesmo que se encontrasse em situação dificultosa. Em contraste, o fracasso escolar não surgiu sequer como algo a ser problematizado na relação de Márcia com sua mãe. Com base nesta passagem e na de Rodolfo, podemos afirmar que afinidade eletiva entre família e capital econômico não autonomizada fortalece a primazia uma “solidariedade mecânica” familiar, em razão de seus vínculos

afetivo-econômicos permanecem indistintos. É um princípio baseado na similaridade entre as partes e que se explicita com extrema clareza em seu José: “*Ela (uma de suas filhas) fez a casinha no meu quintal. Então é tudo junto. Tudo é um*”. Em contraste, o uso autônomo e previsível do capital econômico e nas classes dominantes dá a impressão de que seus herdeiros “escolhem” suas trajetórias profissionais. Isto é parcialmente verdadeiro porque famílias que operam com a função de capital da renda abrem igualmente o espaço para futuras reconversões de capitais pressupostas em trajetórias alternativas. Ademais, as famílias de classes populares menos favorecidas lutam incessantemente para manterem sua unidade moral e econômica, sendo estes laços primários aquilo que evita sua desagregação e seu abandono.

Na família de Denise há, no entanto, um caso contrário, mas que acaba por confirmar nosso argumento. Podemos aqui nos valer de uma abordagem em escala de três gerações. O pai de Denise ascendeu pelos estudos: em terna idade já demonstrava “aptidão” para os estudos. Hipoteticamente, podemos considerar que uma professora em especial parece constituir o elo afetivo com o sistema de ensino. Não é um caso isolado, pois ela representa a autoridade incorporada do Estado através escola, que igualmente classifica e desclassifica os indivíduos de acordo com categorias de pensamento e hierarquias de valor. Para o pai de Denise, houve uma classificação positiva, um “incentivo”²⁹:

“E ai, meu pai, ele fazia colégio público, que também era, antigamente era um bom colégio, e a professora dele virou para ele e disse: Olha, esse menino tem potencial avançado. E assim, conseguiu convencer o meu pai a estudar para o Colégio Pedro II que é um colégio público, porém um colégio público diferenciado. Onde estuda melhores alunos assim... e ai meu pai estudou lá... e quando ele foi fazer faculdade meu avô não acreditava no potencial do meu pai. Meu avô dizia: Você vai se arrepender! Você não vai passar... Ele queria que meu pai não sofresse então ele queria que meu pai não fizesse. E ai, quando ele passou para uma universidade muito boa. E foi fazer engenharia, que também não é trivial, engenharia elétrica. E ai meu pai foi só indo bem lá”. (Denise, 32 anos, engenheira de produção)

Na adolescência o pai de Denise já estava estudando num colégio público de alto nível, mas seu avô não acreditava no potencial dele. O que diferencia o caso do pai de Denise é o fato de que a construção da relação afetiva com o conhecimento escolar não ter

²⁹ Este fenômeno de classificação positiva operada pela escola pode ser tomado como caso contrário ao da má-fé institucional na escola analisada no livro *A Ralé Brasileira* (2009). A autora analisou como a má-fé opera justamente como desclassificação do aluno através de hierarquias simbólicas fixadas pelo sistema de ensino e assim propagadas para outras esferas da vida social, principalmente na família e nos círculos de amizade sob a forma de juízo social práticos da inteligência.

acontecido diretamente através da família, bem mais comum em famílias já estabelecidas, mas através de um efeito de classificação positiva do sistema escolar, que claro era correspondente às suas disposições aguçadas para o estudo. É uma trajetória de ascensão escolar. Sob este prisma, ela reproduz e ao mesmo tempo toma distância das classificações e hierarquias simbólicas de valor. O berço da constituição de um passado escolar em famílias ascendentes depende destes efeitos chamados por Bourdieu (1970, p. 114) de “sobre seleção”, tendendo à absorção marginal de alunos advindos das classes populares. Ironicamente, este processo ajuda a manter o “véu meritocrático” da escola, servindo ao propósito de uma ruptura relativa e simultaneamente integrada aos mecanismos sociais de consagração e reprodução da cultura dominante.

A comum narrativa familiar nas frações inferiores dos batalhadores, associada ao trabalho infantil, não vem à tona mais com tanto vigor. Apesar de ter ajudado o pai, que era pequeno comerciante, sua atividade se caracterizou por sua intermitência (mais próxima ao caso de Jonas) e jamais passou, como no caso de Daniel, pelo vínculo impessoal do dinheiro. O “trabalho” adquire neste contexto um caráter intermitente e descontínuo sem uma racionalização cotidiana e independente de sua responsabilidade econômica. Esta rara classificação positiva e seu decorrente reconhecimento pelas instituições de ensino compensaram a ausência de uma relação afetiva com o conhecimento que ele não tinha em casa e, que o permitiu avançar para o nível superior de ensino mesmo a contragosto do pai. Portanto, as disposições do estudo exibem uma “clausula parcial de exclusividade” em seu desenvolvimento, ou seja, pressupõem, como qualquer prática social, sua continuidade, mesmo em meio a possíveis tensões. Logo, elas apenas operam de modo a organizar racionalmente a trajetória profissional na medida em que um contexto de atualização, fora do mundo do trabalho ligado às necessidades imediatas, pode ser estimulado.

Denise conta que na juventude o seu pai trabalhava enquanto estudava na universidade. Seu primeiro emprego foi como concursado do Banco Central, mas logo pediu demissão para ir trabalhar na empresa de um dos seus professores na universidade de engenharia. À época trabalhava nesta empresa e na universidade e quando se formou, permaneceu nesta empresa e se tornou professor universitário. Nesta pequena narrativa sobre seu pai, Denise deixa claro que a inserção deste no mundo do trabalho não passou pela tensão entre trabalho precário e “estudo”, mas por uma *conversão* social da incorporação do conhecimento produtivo – do capital escolar – em trabalho

especializado. As disposições do estudo dependem tanto da possibilidade de comprar tempo social fora do mercado de trabalho imediato quanto na transformação do estudo como atividade primária e relativamente autônoma detrimento de outras, que num momento posterior poderá ser reconvertido no mundo do trabalho através da qualificação. A presença ou ausência da tensão entre formas de trabalho inferiores e o esforço de uma ascensão escolar contorna e marca a forma pela qual as classes sociais desenham tanto sua inserção na divisão do trabalho quanto suas estratégias de ascensão. Assim, a reconversão de um capital escolar-cultural raro no mundo do trabalho já em trabalho especializado (a qualificação) permite ao trabalhador adentrar noutro reino das relações de trabalho, influenciando decisivamente as constelações sociais que corroboram sua trajetória de classe. O sistema de ensino não produziu em seu caso um efeito de interdição social (como no caso de Márcia) cuja consequência é exatamente a desistência e o refreamento das estratégias escolares. É possível inclusive supor que a cobrança pelo desempenho escolar, isto é, pelo desempenho de excelência nas instituições escolares no ambiente familiar de Denise forme um elo afetivo com essa classificação escolar positiva, permitindo com que as hierarquias simbólicas valorativas do sistema de ensino “invadam” o seio familiar, formando um *ethos* particular baseado na cultura escolar. Esta influência é tão forte que uma vez se tornou critério para que Denise namorasse um menino. Como este não tinha grau universitário, o namoro minguou.

O caso de sua mãe é um pouco diferente, mas acaba por confirmar nosso argumento. Na família de lado materna o estudo sempre foi prioridade, o que reforça a tese da presença de uma cultura escolar prévia igualmente como elemento que também realça um tipo de estratégia econômica. A ênfase era tão poderosa que isto incorreu na suspensão da divisão doméstica do trabalho desempenhada pelas mulheres:

“Diferente da família do meu pai, a minha mãe foi sempre incentivada a estudar. Eles eram muito rígidos com a educação da minha mãe. Então a minha mãe não fazia nada em casa. A minha avó entendia, eu acho, que o trabalho de casa era uma coisa menor, que minha mãe deveria se dedicar aos estudos. A minha mãe não fazia nada. A minha mãe quando casou não sabia fazer nada. Era só... tipo assim... Só um sanduichinho (...)”
(Denise, 32 anos, engenheira de produção)

Vemos aí que a socialização de gênero toma um caminho completamente diferente, rompendo com a divisão tradicional do trabalho doméstico. O que na verdade está em jogo é o fato de que a mãe de Denise não apostou no casamento como estratégia social

de manutenção ou ascensão de classe, mas reconversão do estudo em trabalho especializado. Este mesmo vínculo afetivo materno, que pode ser reconstruído, parece se cristalizar desde sua avó. Denise mora com o namorado e também não cozinha. Outro elemento essencial merecedor de destaque é que sua “mãe” não fazia “nada” em casa, isto é, um contexto familiar oposto ao de Daniel e ao de Rodolfo que segura junto com o pai “as pontas em casa”. “Não fazer nada em casa” significa exatamente a possibilidade de não ser reduzida imediatamente ao mundo do trabalho precário e assim poder se dedicar à introjeção de competências intelectuais socialmente valorizadas. Na época em que dava aula como professora primária, a mãe de Denise pagava o curso de engenharia à noite com seu salário. Não precisava, entretanto, ajudar, pois o seu dinheiro podia server a outras finalidades.

A aliança social entre a poupança sistemática, resultante da constituição robusta de uma retaguarda financeira, e trajetórias ligadas ao trabalho infantil ou na adolescência pode ser notado em outra entrevista alemã. O entrevistado de 66 anos vem de uma família de artesãos ligados ao ramo de alfaiataria. Com a entrada da empresa C&A com custos de produção mais baixos e, assim, mercadorias mais baratas, a família se vê diante de um problema financeiro efetivo: a máquina destrói o trabalho manual e o pequeno empreendimento familiar se vê seriamente ameaçado diante do empreendimento industrial capitalista. Trata-se de uma mudança estrutural no ramo do campo econômico na qual sua família se encontrava e, por conseguinte em sua relação interna de forças. O elo estável entre o contexto familiar e habitus econômico, garantindo assim um uso minimamente diferenciado deste, é colocado em risco. Não por acaso ao narrar essa desestabilização é logo seguida pelo investimento nos estudos:

„(...) Weil eben das ein Elternhaus war, also ein Schneiderhandwerk, was also immer stärker in Probleme rein kam, denn das Schneiderhandwerk musste sehr stark konkurrieren mit solchen Konfektionengeschäften, C&A und so weiter was da, was es da gab und die Leute haben eben ihre Anzüge in ganz normalen Großhandelsgeschäften dort eben gekauft. Das war ein großes Problem eben (...) für meine Familie. (...) Meine Mutter hat mich sehr unterstützt, war also relativ stark auf die Mutter bezogen, der Vater, das hatte natürlich auch Existenzgründe, der dann sagte „musst du noch weiter in die Schule, also in die Uni hinterher, wie sollen wir das alle finanzieren?“ Das war ja alles nicht so unproblematisch damals, aber ich habe mich mit Hilfe meiner Mutter durchgesetzt (...)“ (Hermann, 66 Jahre alt, Berufsschullehrer).

„Em razão de eu estar na casa de meus pais que eram alfaiates e que entravam cada vez mais em apuros, pois a alfaiataria tinha que concorrer fortemente com as grandes casas de confecção como a C&A e as pessoas compravam seus ternos em grandes comércios. Isso foi um grande problema justamente para minha família. Minha mãe me apoiou... Eu era bastante ligado a minha mãe... Meu pai, por motivos existenciais é claro, então disse: “você precisa ainda seguir adiante na escola e depois pra Universidade? “Como é que pagamos por isso tudo?” “Nada foi muito confortável naquela época, mas com a

ajuda de minha mãe eu consegui me impor (...)” (Hermann, 66 anos, professor escolar/instrutor orientador profissional).

Ter podido “convencer” ou se “impor” frente à família é também uma indicação de que ele dispunha das condições objetivas para tal. O que me parece central é que a mesma tensão aparece quando se observa uma possível trajetória de queda. Com uma consciência política aguçada, ele se define sua origem como pequeno-burguesa decadente e que poderia, ao momento da entrada do grande empreendimento burguês, ter sido proletarizado. Seu destino social teria sido provavelmente bem diferente. Outro fator fundamental é: ele recebeu uma bolsa do Bafög³⁰. Já estudando pedagogia em Berlin, ele começa a receber esta bolsa que o permitiu se dedicar por completo aos estudos. Hermann é hoje aposentado, mas chegou à época dos estudos fazer doutorado em economia nacional (*Volkswirtschaft*). Tinha que se dividir entre o estudo e dirigir o táxi para financiar seu doutorado. Eis, aqui, a tensão entre não dispor amparo familiar e ter que financiar os estudos através do trabalho não especializado, ou seja, mais uma vez nos vemos na problemática da conversão do estudo em trabalho. Não por acaso, ainda que possamos apenas apontar hipoteticamente nesta direção, ele não foi capaz de transformar o seu doutorado em um emprego na universidade. Hoje em dia, aposentado, ele escreve pequenos ensaios e artigos sobre economia política para revistas de partidos de esquerda. A não conversão do estudo em trabalho rentável transformou esta atividade posteriormente em passatempo.

Dentro do mesmo tópico, nos deparamos com o caso de Virginia, que trabalha como comerciante em uma feira popular em Campina Grande. No caso dela, vislumbramos o modo avassalador pelo qual o mundo do trabalho por subsistência entra derrotando as disposições ligadas aos estudos:

“Por conta de horário. Porque a gente tinha que sair... Eu tinha horário... Eu tinha que estudar de manhã, trabalhar de... Pegava no horário de 12, meio dia a 8 da noite. Não tinha hora descanso né? Oito da noite. Tinha dia que eu chegava em casa era 11 hora, meia noite. Isso sem jantar, sem nada e com sono e cansada, pra sai no outro dia 6 da manhã. Não é fácil né?” (Virginia, 48 anos, comerciante)

Ou Rodolfo:

“Eu fico um pouco mais agressivo. Fico mais nervoso. Uma coisa que me deixa muito estressado que é aquela coisa que fica batendo na sua cabeça direto. Aí eu fico bem

³⁰ A abreviação significa: *Bundesausbildungsförderungsgesetz*, ou seja, lei federal de incentivo à formação. Ela é direcionada à especialização técnica. O programa se define por dois módulos básicos: bolsas integrais concedidos a alunos sem e com restituição.

nervoso mesmo. (...) Mas o lance que pega mais é o estresse do somatório das funções, que desgasta a vista, desgasta o seu intelecto porque “cê” fica ali, tentando ouvir e resolver...” (Rodolfo, 23 anos, atendente de telemarketing).

Percebemos que padrões sociais de classe se reproduzem de maneira internacional. Rodolfo destaca bem como o desgaste físico incorre no desgaste intelectual, pois o cansaço do corpo impede o desenvolvimento de faculdades intelectuais básicas para estudar: interesse e concentração. As dificuldades com as quais as famílias batalhadoras se deparam no robustecimento de tais pressupostos afetivos e intelectuais básicos para um contato mais aproximado com o capital escolar encontram o seu correlato na incapacidade de constituir condições e disposições econômicas de modo a desempenhar com o dinheiro de modo prospectivo, exercendo um controle positivo do capital econômico sobre o tempo social.

Quando voltamos ao caso de Denise e analisamos entre espaço familiar e capital econômico, achamos outro cenário:

(...) A gente já tinha apartamento próprio. Eu tinha amiguinhos que enfrentavam problemas de aluguel e etc... Eu nunca tive esse problema financeiro na minha casa. A gente viajou para a Disney. Eu viajei com 19 para Disney (...). A gente não viajava direto pra fora, mas Brasil e América Latina a gente viajou muito”. (Denise 32 anos, engenheira de produção).

Nesta passagem, compreendemos como as “preocupações” familiares mudam completamente em função do contexto familiar. A viagem aqui não tem apenas um efeito secundário, mas é um artifício central na proximidade afetiva com capital cultural. Dois motivos parecem estar aí: a) uma socialização cosmopolita e; b) o fato de que a família constitui na viagem uma memória afetiva com o estrangeiro assim como laços de identidade com uma língua estrangeira podem ser construídos através deste contato. Ela mesma relata que as dificuldades financeiras que passou no contexto familiar não foram fatais no sentido de colocar sua trajetória escolar em risco.

Parece-nos, aqui, que intersecção entre disposições econômicas familiares e a constituição de suas condições estáveis libertam as trajetórias sociais destas classes dos constrangimentos imediatos do mundo do trabalho, evitando assim a inserção prematura neste. Este tempo de preparo para o mundo do trabalho especializado surge como tônica e como condição de possibilidade na conversão do estudo em trabalho especializado.

3.3) Da reconversão do trabalho novamente em estudo especializado

Gostaria de averiguar um tipo de conversão mais rara. Analisamos, por exemplo, que Rodolfo tinha dificuldades em conseguir com sua formação técnica um tipo de emprego correspondente àquelas qualificações. O próprio Hermann transformou seu doutorado em passatempo. O que analisamos agora é o seu caso contrário: a reconversão do trabalho especializado em estudo. Alguns de nossos entrevistados conseguiram retraduzir suas formações escolares, assim como outros capitais culturais incorporados, em trabalho especializado. Abrir-se-ia outro caminho social: a reconversão do trabalho especializado na continuação dos estudos. O emprego em que estão proporciona esta reconversão mais comum nas classes dominantes. O trabalho especializado engloba a incorporação de um capital cultural técnico e científico fortemente baseado no domínio de diversas áreas e aplicações do cálculo matemático, da administração produtiva e empresarial³¹. Ele garante certa segurança ao trabalhador e, mais do que isso, a chance de reverter o desempenho de seu trabalho especializado no avanço em níveis cada vez mais altos de especialização. Nos pequenos comerciantes encontramos, portanto, diante de um ciclo virtuoso ou um cenário no qual o trabalho especializado impulsiona a aquisição de tipos de qualificação, o que incorre na troca ou por maior segurança e empregabilidade ou por maiores salários. É o caso de Denise e Carlos. Este tipo de trabalho especializado que exige este tipo de capital cultural técnico do cálculo um tempo de preparo cujas disposições necessárias são adquiridas no contexto familiar. É o que define a trajetória social destes indivíduos.

O Estado, como observamos no caso de Denise, também não está fora deste campo social, já que toma muitas vezes o papel de banco emprestando dinheiro para grandes empresas. Tal forma de trabalho altamente especializado abrange tanto o setor público quanto o privado, uma vez que ambos não prescindem da moderna organização burocrática e da administração racional de seus recursos. Portanto, para além dos aspectos formais que regem as condições de trabalho, é preciso atentar para como se apresentam as possibilidades de futuras oferecidas por elas. A título de comparação, podemos nos valer do telemarketing, emprego, cujas chances de reinvestimento são

³¹ Outros tipos de capitais e de disposições são igualmente relevantes como disposições de certo modo carismática de liderança e/ou capital simbólico do trabalhador dentro da organização empresarial, isto é, a capacidade de “se fazer crer”. Esta se torna cada vez mais crucial para o trabalhador quanto mais se sobe na hierarquia empresarial e se adentra nos níveis estratégicos e executores da grande empresa capitalista, ao passo que se ganha maior poder de decisão em vista de estratégias empresariais futuras na subárea correspondente do campo econômico.

baixíssimas. O atendente, quando permanece no posto e exibe um desempenho fora do normal, pode ascender à gerência. Contudo, a alta rotatividade, provocada pelo exército de reserva e pelas competências sociais inflacionadas, exclui grande parte dos aspirantes. Assim, as probabilidades de reinvestimento no local de trabalho são proporcionais às chances de permanência alongada e de seu significado para uma estabilidade e previsibilidade mínima da trajetória profissional. Nos setores superiores, a oferta de reinvestimento ocorre de modo individualizado, sugerindo claramente o enfraquecimento da organização coletiva do trabalho. Neste sentido, se para a classe trabalhadora fordista, a formação de um elo intersubjetivo fazia parte da construção de sua identidade de classe em contraposição ao patrão, para o “manager”, este vínculo se constitui através da consciência burguesa individualista. A empresa e a redução à sua função perpassam suas interações dentro do ambiente do trabalho. Parte disso se deixa esclarecer na dimensão política da economia ortodoxa, vertente a qual Carlos pertence, contendo uma filosofia social prática. Tal plano qualitativo, ancorado em avaliações morais fortes, oculta, no entanto, os processos de socialização condicionantes da vida individual, recaindo sobre uma teoria “purista” e “essencialista” do sujeito racional. Na abordagem liberal, o indivíduo desengajado e anônimo precede coletividade. Dito isto, a dificuldade de se entender enquanto parte de uma categoria se redobra.

Carlos terminou há pouco tempo o seu MBA executivo. É um curso originalmente pensado pela universidade de Harvard³² e que se espalhou como franquia mundial. Nestas ocasiões, vemos a conexão entre a reprodução do conjunto de capitais culturais necessários no desempenho do seu trabalho e o seguimento nos estudos, mas principalmente de aumentar o valor simbólico-econômico do seu trabalho seja: a) sob a forma de maior rentabilidade imediata (salário mais alto); b) por meio de maior segurança temporal no exercício do trabalho, isto é, sua rentabilidade prospectiva; c) através de promoções dentro da hierarquia empresarial. É não só uma forma de adquirir uma qualificação mais alta, mas também um ambiente acadêmico, onde novos contatos profissionais ocorrem. Em suma, trata-se do capital social de relações pessoais. O MBA constitui deste modo, um verdadeiro milieu. Este curso de especialização de Carlos não

³²No romance de Scott Fitzgerald *The Beautiful and the Damned*, Harvard já é citada como uma universidade que funciona na verdade como grande milieu (ambiente) social da burguesia Americana. Ela é descrita como uma universidade cuja “marca” social de alto valor simbólico e econômico é também a porta de entrada em vários mercados através de contatos pessoais. É onde a alta burguesia americana mantém sua solidariedade de classe através do capital social de relações pessoais, reproduzindo o capital cultural universitário.

é exatamente pago pela empresa, mas ele conseguiu negociar com esta. Esta então lhe deu um aumento salarial que ajuda a pagar o curso: uma espécie de bônus em dinheiro. A recompensa monetária ajuda a compreender o tipo particular de trabalho que estamos tratando. As recompensas do telemarketing eram geralmente dadas em mercadorias cuja finalidade do uso é limitada por seu valor de uso. Na sua turma, ele conhece outras pessoas que trabalham em outras empresas em uma turma e que posteriormente se tornarem contatos. É o que ele chama de “Networking”.

Mais uma vez, quando é exigido dele a realização e a ativação como de suas disposições do estudo elas surgem aos olhos:

“(...) Voltar a estudar não naquela burocracia que tem a ver diretamente com o seu trabalho ou que vá ser uma aplicação direta, mas pelo menos algo na margem do meu trabalho, mas que seja algo mais que eu me interesse acima de tudo... Pra me aprofundar. É algo pra mim também, entendeu? Porque não adianta fazer pros outros”.
(Carlos, 30 anos, gerente financeiro).

Destaca-se, aqui, o contraste radical com as fracas disposições dos estudos de Rodolfo, que é incapaz de aprender algo que será imediatamente por ele utilizado, ou seja, simplesmente “de estudar para passar”. É justamente esta disposição durável que garante a extensão do campo ou da área de aplicabilidade aos conhecimentos que Carlos incorpora: o objeto do aprendizado aparece como um fim relativamente autônomo com relação aos meios. Percebemos que este é igualmente o mesmo sentido da palavra empregado pela palavra “cultura” durante a entrevista. Isto não significa que os capitais culturais incorporados por Carlos não sejam “capitalizáveis” ou “instrumentalizáveis”; ao contrário. No entanto, seu nível de complexidade e abstração permite um campo de aplicabilidades mais extenso. Além disso, o fato de não ter sido reivindicando dele a inserção prematura no mundo do trabalho o possibilitou a incorporação de disposições duráveis para o estudo. Esta seara durável e de fôlego na qual ele incorpora o habitus escolar, transforma estruturalmente sua relação com a cultura legítima do sistema de ensino, não diretamente condicionada por uma finalidade visível no curto prazo.

Denise ainda não fez o doutorado, mas tem mestrado em engenharia de produção por uma renomada faculdade particular no Rio de Janeiro. Como concursada, sua saída não incorreu na perda do emprego. Além disso, em seu trabalho há chances claras e concretas de fazer um doutorado. A possibilidade de tirar uma licença remunerada (ou não) corresponde ao compromisso social juridicamente garantido de que esta estratégia

social não incorre no perigo de perder o emprego. A estratégia de alongar o estudo através de uma qualificação posterior é uma forma de transformar o tempo de trabalho desempenhado em uma mercadoria cada vez mais rara. Ter o emprego assegurado é a marca de quem já se estabeleceu no mundo social e de quem pode planejar o futuro de modo razoável. A carreira pode assim adquirir uma trajetória previsível mesmo que não linear, transformando seu trabalho no “capital” mais precioso (BOURDIEU, 2003a, p. 324; 2003b). Contudo, não é bem o trabalho que se torna um capital, mas ele permite ou autoriza a ação econômica com o dinheiro de modo a transformá-lo em capital econômico. Esta garantia social e temporal é uma das pré-condições da função de capital da renda, pois o desemprego não é um fantasma no curto-médio prazo. Em suma, esta característica do trabalho social se deixa resumir em sua *rentabilidade prospectiva* ou futura, traço dominante para as classes inteiramente integradas no mundo do trabalho.

É exatamente este aspecto que falta aos Batalhadores e que se materializa e se deixa representar em suas trajetórias profissionais fracionadas e quebradiças. Este é um sintoma claro de indivíduos que lutam nas bordas precarizadas do campo econômico nas quais a divisão do trabalho não produz o efeito de reconhecimento da solidariedade orgânica como assim procede para o trabalho qualificado e especializado. Esta forma descontínua e fracionada da trajetória profissional é a marca de quem tem que se reconstruir no mundo do trabalho a cada momento. O sistema de ensino opera normalmente uma espécie de freio das estratégias sociais nos Batalhadores, relegando-os a este tipo de trabalho dificultando o desenvolvimento de vários aspectos de suas disposições econômicas, principalmente os ligados à retaguarda financeira da poupança sistemática.

3.4) Para uma tipologia diferencial do capital cultural

O conceito de capital cultural foi originalmente concebido a fim de dar conta de uma nova dimensão da luta de classes, da distinção social e sua forma institucionalizada pelo sistema de ensino, que de capital escolar. No entanto, seu conceito de capital cultural não nutre qualquer conexão explícita com a divisão social do trabalho. Tal conceito geral nos é de valia apenas na medida em que ele aponta para uma forma geral do conhecimento materializado na mercadoria e, assim, “capitalizável” nos campos

sociais, isto é, passível de ser trocado por poder ou dinheiro. Esta “mercadoria” depende necessariamente de comportamentos particulares, decorrentes de sua incorporação ou aquisição, objetivada em títulos escolares. Sua forma mais rara é introjetada no sistema de superior de ensino. Denise, Carlos e Fábio (a ser analisado no próximo capítulo) incorporaram um tipo de capital cultural técnico-científico central na dominação financeira do capitalismo. Ele é aprendido nas escolas de economia, administração e engenharia, exigindo forte presença e noções de campos diferenciados da matemática como cálculo, álgebra linear e etc., aplicados em diferentes áreas do mercado, na montagem interna ou externa da estratégia empresarial no campo econômico, na produção de mercadorias e no controle de custos internos. Trata-se de um capital cultural, que se valendo da matemática, permite o conhecimento abstrato do campo econômico capitalista. Ele também opera no conjunto de expertises administrativas exigidos na montagem de uma médio-grande empresa. À medida que a burocracia empresarial se diferencia suas funções internas (seus empregados em diferentes áreas) e externas, se estendendo em vários planos do campo econômico, o conhecimento envolvido no domínio e no controle das diversas atividades se torna cada vez mais complexo. Ele congrega uma noção espacial do mercado, ao poder articular este de modo mais ou menos reflexivo como um campo de investimentos e lucros prováveis.

Sem dúvida, a função acumulada administrativa do trabalho e do capital (ais) interno (os) do empreendimento capitalista individual necessita, em um tipo de capitalismo cada vez mais regido pelas grandes corporações, primeiro se diferenciar e segundo de uma força de trabalho especializada engajada na administração racional-intelectual destes recursos, ou seja, no sentido da maior eficiência e rendimento com o menor custo. Não à toa, a função empresarial administrativa é aquela que mais se desenvolve e diferencia internamente suas funções. Ela toma a forma de burocracia econômica, como percebe Max Weber. Este capital cultural-técnico e estratégico é fruto desta transformação interna do capitalismo, contando com o constante progresso técnico dos meios de produção, que é correspondente ao aumento do capital fixo e constante necessários para o funcionamento do empreendimento capitalista. Por outro lado, a partir da diferenciação entre capital e empreendimento, a classe capitalista investidora passa a ser organizar coletivamente (sociedades anônimas).

O sentido do progresso tecnológico e o aumento do capital fixo formam uma aliança importante, pois o empreendimento capitalista é cada vez mais dependente da

máquina. Por um lado isto significa o elo estreito entre o capital econômico sobre a forma de dinheiro, cujo resultado corresponde à sua metamorfose em meios de produção através da nova função social do crédito de capital. Em vista disso, o aumento do capital fixo necessita de uma diferenciação interna do empreendimento para que se possa estabilizar e estender a relação entre oferta e demanda. Em suma, estruturar sua dominação relativa no campo econômico, estabelecendo um vínculo minimamente previsível entre oferta, demanda e seu público alvo. A relação entre oferta, demanda e a posição empresarial no campo econômico é também mediada por este capital cultural técnico, que por sua vez faz uso do conhecimento espacialmente abstrato e intelectual do campo econômico para tomar posições estratégicas e na administração de seus recursos internos. Em suma, trata-se de seu poder de mercado relativo.

O aumento do capital fixo, redutível ao valor monetário, lança um novo desafio técnico-administrativo. Eis aí a necessidade de uma força de trabalho especializada e de alto domínio matemático aplicado na administração do capital fixo e variável (força de trabalho), próprio de empreendimentos capitalistas com alto grau de diferenciação interna. Aliás, não por acaso isto se assemelha ao trabalho que Carlos desempenha. Aí repousa a gênese desta posição social dentro do empreendimento capitalista e do campo econômico: esta força de trabalho precisa ter o domínio racional e abstrato dos capitais internos do empreendimento; sempre paralelo aos interesses estratégicos pelo lucro da burocracia econômica. O aumento e diferenciação dos níveis da produção capitalista se encaixam neste processo social mais abrangente. As universidades de economia “ortodoxas” desempenham exatamente este papel. O verdadeiro lucro capitalista é dependente do conhecimento especializado sobre as condições de lucro com o capital econômico, uma verdadeira “ciência do dinheiro”, pautando as posições estratégicas das grandes redes, cartéis e oligopólios de empreendimentos capitalistas.

O crédito de capital, isto é, o capital portador de juros opera como verdadeiro motor e matriz diferenciadora da divisão social do trabalho na medida em que a taxa de lucro tende a se estabilizar segundo o princípio de ganho marginal (de uma minimização e estabilização da taxa de lucro em um intervalo de tempo), racionalizando o ganho de capital para manter a renovação e, por conseguinte, a retomada ascendente da taxa de lucro. Isto acontece por dois motivos: a) a exploração de novos mercados por meio da criação de novas mercadorias - vanguardas produtivas tematizadas por Mangabeira Unger (2008) - e serviços; b) através de crises financeiras, mas que não se deixam se

tornar em crises estruturais, não colocando o próprio capitalismo em xeque, mas que permitem uma retomada crescente da taxa de lucro. É preciso acoplar o conceito de divisão social do trabalho ao de produção capitalista na medida em que o crédito de capital opera diferenciações internas na mesma, buscando novas fontes de lucro, criando e, sobretudo, definindo novas formas de trabalho produtivo.

Outro tipo de capital cultural ativo no campo econômico se direciona diretamente no desenvolvimento de mercadorias estilizadas: ele condiz à materialização de algum tipo de “gosto” legítimo na mercadoria ou então envolve a objetivação de algum tipo de conhecimento incorporado. Transpõe-se o estado incorporado do capital cultural/escolar em estado objetivado, produzindo assim um valor econômico-simbólico da mercadoria. Que esta investigação tenha um caráter de esboço; há, mesmo assim, a tentativa de análise empírico-teórica. Poderíamos chamá-lo de *capital cultural técnico-estético*. Ele corresponde igualmente a um desenvolvimento do capitalismo na medida em que as mercadorias dependem cada vez mais de um valor de uso simbólico, relativamente desvinculado de sua utilidade imediata. Esta opera na percepção e apreciação, nos elementos psíquicos e também físicos da experiência com a mercadoria. A propaganda foi o campo inicial em que esta dimensão simbólica e estilizada da mercadoria apareceu depois se diferenciou em vários outros sub-campos como o design de comunicação visual, decoração, design de produtos, gastronomia e etc. A mercadoria depende cada vez mais desta dimensão estética que também produz valor econômico, aumentando seu valor unitário.

Nosso entrevistado chama-se Dieter (30), tendo crescido no bairro de Kreuzberg na Berlin. Seu pai era professor universitário e sua mãe camponesa. Nele, a tensão entre trabalho precário e a chance de avançar nos estudos não aparece. Além disso, provou de uma educação que ele chama de “anti-autoritária” e “experimental”. O laço de identificação familiar paterno é o estudo, relatando que sofreu pressão do pai para ter algum sucesso escolar. Dieter não tem grau universitário, mas fez um curso de especialização técnica em pedagogia da mídia (*Medienpädagogik*). São cursos que misturam um treinamento teórico da profissão, mas com um direcionamento mais especializado, o que lhes empresta o caráter formação mais aplicados. Sobre as competências aprendidas no curso ele conta:

“Ja, ähm der Umgang mit Photoshop. Das Verständnis allein für Bilder und auch das Auge dafür. Das Auge für... graphische Elemente, in Bezug auf die Wirtschaft, also

Medienwirtschaft (...) ja ab dem Moment startet sozusagen ähm sich n' Bewusstsein dafür zu schaffen“ (Dieter, 30 Jahre alt, Designer).

„Sim, lidar com o Photoshop. A compreensão de imagens e também ter um “olho” pra isso. Um “olho” para... os elementos gráficos com relação à economia, isto é, economia da mídia. (...) Sim, a partir do momento em que se cria uma consciência disso para si”. (Dieter, 30 anos, Designer gráfico).

Dieter dispõe de uma rede social abrangente razão pela qual conseguiu seu atual emprego em numa loja onde faz a administração dos conteúdos (*content management*), decidindo a forma como são dispostos online. Trata-se de uma consciência estética da mercadoria, permitindo-lhe manipular sua aparência e a função. Esta “consciência do gosto” implica em sua exploração econômica e compõe os atributos do capital cultural que adquiriu. Mesmo se queixando da rotina, ele afirma que em seu trabalho são aprimoradas diferentes competências, como o design de lojas online, o design de panfletos, convites e o desenvolvimento de softwares. Ela exige tanto um domínio técnico da programação quanto de códigos e linguagens, além de uma competência estética ou como diz o nosso entrevistado, aperfeiçoar, sobretudo, um “olho” para mercadoria. Este capital cultural técnico-estético contempla tanto a aparência da mercadoria quanto as funções que ela desempenha, isto é, ela também se materializa em seu valor de uso. Ademais, esta consciência estética abrange a definição do gosto real e provável do público consumidor. O mesmo fenômeno é analisado por Bourdieu (2002) no caso da “casa individual” (*maison individuelle*) ou pela aproximação da propaganda da linguagem poética no sentido de criar uma “vivência” e uma “experiência”, isto é, um modo particular e estilizado de suprir as próprias necessidades. Na mesma obra, ele propõe uma tipologia entre dois tipos básicos de mercadorias: a) as que exigem um investimento simbólico de alto grau, como gastronomia, alta costura e decoração; b) e os produtos em que o ganho econômico se dá em sua grande escala, na sua aplicabilidade em outras áreas do campo econômico e na possibilidade de se sofisticar (de se metamorfosear em outras mercadorias mais finas e estilizadas), como o óleo, a grande produção agrícola, o gás e o petróleo, ou seja, “commodities”.

Seu plano futuro é abrir seu próprio negócio de e-comércio e se tornar um empresário autônomo com uma livraria online. Bertolt (53), formado em nível técnico em psicologia e informática; já é um empresário. Sua renda mensal é de 10.000 euros líquidos; renda consideravelmente alta para o padrão europeu. (Dieter ganha 1.500 euros líquidos, um salário médio). Bertolt tem uma empresa que desenvolve e

comercializa softwares para crianças com diversos tipos deficiências. Nela, ele tem 20 empregados. Ele domina ou já estudou diversas línguas estrangeiras, inclusive algumas, como o grego antigo e o latim, cujo acesso é tão raro, que fica restrito aos meios acadêmicos. Somado a isso, ele já teve contato com diversas áreas do conhecimento como psicologia, psicologia da linguagem, teoria da ciência, filosofia e cultura judaica (*Judaistik*). Isto aconteceu em sua juventude entre os 18-19 anos, quando passou por uma fase religiosa. Para ele, a formação religiosa cumpre o papel de canalizar desenvolvimento de disposições dos estudos, principalmente ligadas ao domínio das línguas e culturas estrangeiras. Isto se confirma através de um contato marcante com um professor de religião que teve nele uma influência positiva, promovendo discussões e debates instigantes dos quais ele se lembra até hoje. Estes eventos estimularam seu interesse por assuntos variados.

Os produtos por ele desenvolvidos denotam a projeção dos capitais intelectuais que incorporou. O software é um tipo de mercadoria diferente das outras, pois é dependente do PC. Assim, ele se aproxima do livro ou de um jogo, pois seu uso demanda uma boa parcela de capitais culturais intelectuais desigualmente distribuídos na sociedade, mas também do filme, pois envolve imagens em movimento e sons. A especificidade do “valor de uso” de uma mercadoria cultural se sujeita às competências intelectuais de seu público destinatário. Comprar um livro não implica necessariamente nem em lê-lo e muito menos em compreendê-lo: o tempo à disposição e o aprendizado prévio de categorias de pensamento que permitem sua compreensão são fatores primordial nesta espécie de consumo. Instalar um programa como o Photoshop no computador não significa ter o “olho” para desenvolver a identidade visual de um produto. Este tipo de mercadoria, que exige competências prévias de uso, se opõe completamente ao tipo de mercadoria comercializada pelos Batalhadores feirantes: frutas e roupas. Isso altera a percepção da própria mercadoria:

“Ich mache viel Forschung [lacht], beschäftige mich mit Themen, entwickle Konzepte, diskutiere die Konzepte, ich engagiere mich in internationaler Normung, ich engagiere mich in verschiedenen Branchenverbänden...” (Bertolt, 53 Jahre alt, Unternehmer und Softwareentwickler).

„Eu faço muita pesquisa (risos), eu me ocupo com temas, desenvolvo conceitos, discuto conceitos. Eu me engajo em normatizações internacionais, eu me engajo em diversas associações em diversos ramos...” (Bertolt, 53 anos, Empresário e elaborador de softwares).

Um tema se destaca nesta passagem: as mercadorias e serviços com alto grau de capital cultural técnico-estético requerem igualmente um trabalho de reinvestimento simbólico por parte do produtor; é a mercadoria que se deixa desenvolver e cuja finalidade desta permanece relativamente em aberto. Este é o sentido por trás de sua “pesquisa”. Todavia, ele desenvolve os “conceitos”, ou seja, a unidade geral das mercadorias, podendo distinguir entre o que pertence a esta e o que não. O que o aparta dos demais é sua dominação *dos meios intelectuais de produção da mercadoria*, podendo transformá-la ou renová-la. O controle dos meios intelectuais de produção permite aos dois mobilizar diferentes áreas do conhecimento para constantemente agregar valor nas mercadorias.

Em contraste com estes dois, José (55) estudou até a oitava série e tem uma pequena loja em na cidade de Campina Grande, agreste paraibano. Com a ajuda do microcrédito pelo Banco do Nordeste ele conseguiu se capitalizar minimamente. Seu empreendimento consiste de pequenos serviços de plastificação, Xerox e artesanato. O sentido social do artesanato é justamente o de poder agregar algum tipo e valor econômico-simbólico numa mercadoria. Foi uma das raras vezes em que se observou em meio aos entrevistados deste público, a tentativa de transformar uma mercadoria. No caso das frutas, isso é impossível. No caso das vendedoras de moda feminina, a maioria delas fretava um ônibus coletivo, fazia o “sacolão”, ou seja, a compra nas feiras de Caruaru e comercializavam em Campina Grande. Entretanto, não havia qualquer intenção de intervir ou fabricar a própria mercadoria. Embora tenhamos que respeitar as diferenças de origem e de país, a comparação entre estes casos mais ou menos extremos ilumina a questão. O artesanato de José se destaca pela grande variação de preço entre as peças:

“Eu tenho essas peças aqui que eu trabalho com origami, que eu faço. Aí se você chegar e pedir pra ver essa pela, “amostrar”: “qual é o preço dessa grande?”. Aí eu digo: “essa grande é 300 reais”. Se você não se agrada dessa aí eu tenho outras menores de 5, 10... Aí o cliente... Chega uma hora que ele se agrada e aí vai levar (...).Eu não digo hipnotizar... Cê tem que botar na mente dele que é daquilo que ele necessita. Tem mostrar a utilidade do produto, de aquilo vai servir a ele (...)”. (José, 55 anos, comerciante e feirante no ramo de plastificação, Xerox e artesanato).

No entanto, o artesanato (origami) de José parece representar um tipo de mercadoria que não está em condições nem de ser reduzida a sua função imediata e muito menos produzir um valor por sua forma estética. Os origamis são objetos sem forma e função

economicamente rentáveis. Por isso, ele precisa “hipnotizar” o possível cliente, inventar uma “utilidade” e uma “finalidade” do uso. Para mercadorias em que o valor simbólico-econômico é mais elevado esta relação se inverte, já que o consumidor não precisa ser convencido de nada; ele já deseja a mercadoria antes de comprá-la. Na verdade, não poderíamos dizer que se trata de uma mercadoria, pois forma e função, ou seja, a possibilidade de poder objetivar uma forma estética distinta na mercadoria também produz um efeito simbólico de distinção em que a usa³³. Todo valor de uso de uma mercadoria agrega estas duas dimensões e não apenas a função utilitária imediata como pensava Karl Marx. A joia, bem como a moda, é o exemplo mais acabado deste aspecto, dado que é uma mercadoria cujo valor se reduz a sua pura forma; puro adorno. Ela objetiva este capital cultural técnico-estético.

Walter Benjamin (1974; 2010) havia apontado para a crescente necessidade de se constituir um “mundo simbólico” das mercadorias. Mercadorias necessitam cada vez mais de uma forma, “significado estético” e de uma “narrativa”. A propaganda se ocupou deste aspecto criando as “marcas” na medida em que uma mercadoria podia ser associada imediatamente com sua empresa. A marca, ou melhor, as “grandes marcas” têm no campo econômico a função de estabelecer um capital simbólico da empresa e do produto – a “credibilidade”, “confiabilidade” ou “qualidade”. Basta observar que quase todo empreendimento burguês com pretensões à criação de uma marca coloca sua data de fundação conjuntamente com seu slogan.

Um de seus temas centrais visa o entendimento de como se dá e quais as consequências psíquicas da experiência estética no capitalismo moderno. Dois aspectos fundamentais: a) Não há experiência estético-perceptiva sem a presença da máquina e b) Nem sem a presença da mercadoria. Toda e qualquer experiência dos objetos e com a obra de arte ocorre pela mediação destas duas. Esta impõe outro modo perceptivo da obra de arte. O cinema representa o exemplo mais bem acabado deste processo. Em oposição ao teatro, ele extermina e rompe com o que ele chama de “Aura”, ou seja, o

³³ Esta é uma questão central no conto *Der Schmuck* de Guy de Maupassant (2006). Trata-se de um casal de baixos funcionários públicos convidados para uma festa de salão, onde circula a alta burguesia. Ao anunciar o convite à esposa, esta fica transtornada, pois não possui um vestido ou joia “à altura”, ou seja, que corresponda aos códigos e padrões estéticos das classes dominantes. Ela, então, recorre a uma amiga rica que a empresta um colar de uma beleza incomparável. Na festa todos os homens se aproximam dela querem dançar com ela e cortejá-la, pois a joia significa justamente o acesso à forma estética distinta, mas que não se reduz simplesmente ao seu uso imediato uma vez que no colar se materializa uma forma estética distinta, reconhecida em um meio social específico. Este juízo estético está no cerne de distinções como “belo”/”feio” ou melhor “chique”/”brega”, “bom gosto”/”mau gosto”.

elemento propriamente “humano” e “vivo” que emprestava a esta a sua singularidade/ “unicidade” (*Einzigkeit*) e genuinidade (*Echtheit*) presencial. A Aura da obra de arte era preservada pelo culto, enquanto este trazia consigo um contexto de fundo mediador da tradição:

“Esta forma original de enraizamento da obra de arte na moldura tradicional achava sua expressão no culto. (...) Surgida a serviço do ritual, primeiramente de um mágico e posteriormente de um religioso. Isto contém um significado decisivo, já que o modo ontológico (*Daseinsweise*) da obra de arte nunca se decola absolutamente de sua função de ritual. Com outras palavras, o único valor da obra de arte genuína tem sua fundação no ritual, no qual tinha seu valor de uso originário e primário.

(...) Na medida em que seu „valor de culto” (*Kultwert*) se seculariza, as imagens dos substratos de sua imediatez se tornam crescentemente indeterminados. (Ibidem, p. 22).

A decadência deste traço contingente da obra de arte é morte do seu “aqui e agora”, de sua vitalidade performativa. De algum modo, esta ruptura possui duas consequências básicas: primeiramente a autonomia de sua forma estética e aparição, não estando mais aprisionada numa esfera particular, principalmente na religião. Como consequência, ela se torna passível de ser manipulada. O ritual religioso impunha o sentido expressivo da obra de arte. Na Europa pré-moderna era comum, concertos serem tocados apenas em determinadas épocas do ano, pois do contrário poderia se atrair a ira dos Deuses, incorrendo na quebra de uma proibição social. Na modernidade, a experiência com a obra de arte rompe com esta limitação. Por outro lado, é justamente esta emancipação da forma estética, como entende Benjamin, que outorga sua apropriação pela economia, tornando-a uma mercadoria através de sua reprodutibilidade:

„A técnica de reprodução, assim ela se deixa geralmente formular; o “reproduzido” se desconectar da esfera da tradição. Na medida em que ela (técnica de reprodução) replica a reprodução, ela coloca, no lugar do acontecimento único, seu caráter massificado”. Na medida em que ela permite à reprodução vir ao encontro do receptor, ela atualiza o reproduzido (Ibidem, p. 16).

No cinema, a máquina media todo o processo produtivo do filme e o espectador é apenas capaz de sentir empatia pelo ator na medida em que o seu foco é reduzido ao foco da câmera. O palco do teatro é assim substituído pelo aparato tecnológico; pelas máquinas que guiam a percepção estética do público. Este traço instrumental da forma estética emancipada do ritual autoriza sua aplicação em outros domínios da vida social, cujos efeitos podem ser perversos, nefastos, mas também libertadores. Assim, ele vislumbrava a estetização da política incorporada pelo nazifascismo como

desdobramento máximo e aberrante deste processo. É como se a partir de então, as relações se invertessem e a própria obra de arte como forma totalmente autônoma, passível de manipulação instrumental pela máquina, pudesse ser usada a fim de fabricar uma experiência religiosa e estética da política:

„As massas têm o direito à transformação das relações de propriedade; o fascismo procura conferir uma expressão a elas em sua conservação. O fascismo culmina logicamente na estetização da vida política.

(...) Todos os esforços pela estetização da política se encontram neste ponto. Este ponto é a guerra”. (Ibidem, p. 74).

A influência tecnológica na produção estética não é mais somente periférica, pré-condicionando as maneiras de sentir, pensar e perceber. À sua época, Benjamin compreendia esta modificação através do assalto da esfera política pela ascensão do nazifascismo. Sob este prisma, a estetização da política tinha como objetivo criar oposições fáceis e inimigos comuns, seguidos pela exigência de ação irrefletida em detrimento do esclarecimento.

Dieter é membro de um grupo de graffiti. O passatempo preferido de Carlos é a fotografia. Rodolfo e Roger são membros de uma banda de rock n’ roll. Bourdieu chamou estas expressões artísticas de *Art Moyen*, pois não se enquadrava nos padrões canônicos da produção artística. A maior diferença desta constitui a ruptura com o mesmo aspecto da “Aura”, colocado por Benjamin. O graffiti como forma de expressão artística urbana rompe com dois aspectos das artes representativas modernas: seu lugar canônico de expressão – a saber – o museu e seus limites físicos padronizados da expressão da forma: a moldura. Aliás, para Simmel (2009, p. 731) era precisamente este elemento que distinguia a mercadoria da obra de arte: a segunda é uma unidade autônoma, uma totalidade autossuficiente e autorreferente de forma e sentido. Para que nos livremos de confusões possíveis sobre este argumento simmeliano, seria necessário complementar ao dizer que seu intuito é menos afirmar a autonomia a social absoluta do sujeito produtor sobre a obra produzida do que investigar as condições socioculturais da produção de um objeto particular. O espaço de expressão do graffiti se dá na cidade e principalmente nos espaços exteriores, não há mais um lugar pré-determinado por um único cânone, seja acadêmico, seja o religioso mediado pelo ritual. A expressão representativa adquire sentidos diversos, livres do espaço diretamente acadêmico, obrigando o diálogo formal crítico com outras escolas, cujo entendimento prévio se

transforma em atributo essencial da participação neste jogo de distinção. Atualmente, a arte moderna e contemporânea são cânones acadêmicos. Desta forma, a ruptura com a expressão gráfica representativa (com a imagem figurativa), que remetia à arte como produto da consciência e da razão, foi o alvo das vanguardas estéticas do século XX³⁴. É claro que o graffiti depende da legitimação acadêmica, o que necessariamente o conecta ao campo da arte, mas é preciso igualmente compreender os espectros que inauguram uma nova dinâmica no campo da produção artística e literária. Em contraste com a pintura, o graffiti é uma forma de expressão artística, cuja realização é coletiva: pinta-se em conjunto. O pintor pinta em seu estúdio ou ao ar livre, mas sozinho, mesmo que participe de uma “escola”. A arte em vias de legitimação possui também outro espaço de luta: não mais o museu, ambiente onde não ocorre exatamente a luta de classes a não ser em estado de exceção, pois já há em sua frequência uma interdição social. O espaço do graffiti e da moda, por exemplo, são espaços por si do conflito social: o espaço urbano aberto. A rua, o shopping, o café e o bar são seus espaços de conflito.

As grandes cidades impõem ao indivíduo uma atitude perceptiva muito diferente da presente na vida comunitária local, se caracterizando pela constante inervação de imagens e sons. A categoria de elevação da vida nervosa congrega dois níveis comumente separados: o simbólico e o incorporado, ao passo que vida cultural e “espiritual” não é isolada de seus suportes materiais. O intuito simmeliano aponta na direção contrária, unindo, em sua análise da vida urbana, o físico ao simbólico, o social

³⁴ Isso leva Simmel a afirmar que a arte moderna também rompeu com o conceito de beleza, assim como com o de representação do mundo exterior (da natureza), originado pelo neoclassicismo renascentista. Para ele as expressões artísticas modernas, principalmente o impressionismo e o expressionismo, tinham como meta dar vazão a correntes de impulsos “vitais” e emocionais. Aqui, entra em cena a ideia de que a expressão artística não mais se limita à expressão racional do mundo exterior. É introduzido um critério social (des) classificador inédito: a arte deve ser a expressão da originalidade estritamente pessoal do artista, tomada como fluxo de seus impulsos vitais. Este é o sentido da arte como expressão do conceito de vida (*Lebensbegriff*) nietzschiano, apropriado por Simmel para entender as transformações culturais no capitalismo moderno. Ainda que no passado a associação entre autor e obra artística fosse corrente, este aspecto não havia se tornado o fio condutor da produção artística. Ele ainda se encontrava em estado subordinado. No classicismo holandês, era frequente discípulos e aprendizes de Rembrandt darem o acabamento final em seus quadros sem que isso fosse considerado falsificação. Ela só é passível de ser imaginada como crime contra propriedade artística com o surgimento da arte moderna. No entanto, o traço principal que escolas modernas como surrealismo, expressionismo e impressionismo trazem em sua esteira repousa menos na ruptura do conceito de belo e de forma do que a introdução de uma distinção e diferenciação neste mesmo conceito, sobretudo, do conceito helênico de beleza como imitação do mundo objetivo externo (a natureza) ou o conceito de “sublime” do século XVIII. A fonte de sentido artística não está mais no mundo externo, mas no próprio sujeito produtor que procura obstinadamente a originalidade e o “novo”. Baudelaire (FRISBY, 1986, p. 17-19) foi um dos primeiros a caracterizá-la como procura pelo “novo” e pela “originalidade”. São como expressões máximas da tentativa do sujeito produtor (o artista) impregnar no objeto produzido (a obra de arte) os traços inimitáveis que compõem sua personalidade: eis o conteúdo e o sentido mesmo da ideia de “estilo”.

aos seus aspectos psíquicos e somáticos. A provocação de sensações e impressões é a marca da vida urbana em contraste com a calma e a vida pacata no campo. Diante destas “irritações” nervosas, o indivíduo desenvolve uma espécie de mecanismo psíquico auto protetor, uma comportamento “blasé” ante as diferenças sensíveis. Por outro lado, a relação entre dinheiro e cidade pressupõe o desenvolvimento desta postura anestesiada porque as trocas monetárias não são um mero acidente; elas moldam a base de quase todas as interações sociais urbanas. A trocas monetárias coordenam os interesses conflitantes entre indivíduos, isto é, o seu antagonismo ao mesmo tempo em que instaura uma região estritamente individual do interesse. Tal interesse se constitui na competição direta ou indireta com outros interesses. O uso do dinheiro incute, sob esta ótica, uma boa dose de sublimação dos impulsos agressivos primários, pois as emoções particulares e idiossincráticas não encontram mais lugar nas trocas monetárias. Isto posto, as relações intersubjetivas se tornam reduzidas a sua concretude imediata (*Sachlichekeit*) e sua “objetividade” (no sentido pragmático-utilitarista do termo), expressa, por exemplo, na relação patrão/empregado, cliente/vendedor ou fornecedor. Assim, sua dureza acompanha sua estreiteza até mesmo na vazão dos sentimentos mais íntimos. A fabricação de uma mercadoria se tornou um procedimento meramente técnico, cuja concepção total é alienada do trabalhador, ocorrendo o mesmo na esfera da circulação. A cidade é, então, o espaço de uma luta por reconhecimento silenciosa, um tipo de palco, onde os indivíduos lutam para se distinguir uns dos outros ao exhibir e portar mercadorias.

A moda é expressão estética das classes dominantes, que impõem os critérios legítimos de participação. Ela era, para Simmel (1995), um dos principais aspectos desta luta, cuja dinâmica produzia o conflito relacional entre assimilação, imitação e distinção. As classes dominantes têm a vantagem nesta luta estética justamente porque são produtores de seus critérios classificatórios. A luta social possui duas diretrizes básicas: a) A interna, ou seja, em que o indivíduo procura se destacar ao mesmo tempo em que busca o pertencimento a um grupo social; um nivelamento social; b) A externa, isto é, interclasses na qual a luta estético-simbólica se desenrola entre diferentes camadas sociais; entre quem produz os códigos estéticos válidos, isto é, as “regras do jogo” e quem as assimilam. A vantagem de tomar a moda como objeto central da análise ao invés da arte clássica parece ser a de conseguir abrir mais o escopo da investigação, apreendendo a luta simbólica de classes em um plano mais abrangente. A

moda, o graffiti, a fotografia, rock n' roll e o cinema são expressões artísticas que têm seu berço na indústria cultural. Entretanto, a feitura das regras de distinção e assimilação não jaz nem plano consciente, nem em ações acidentais, mas segue uma dinâmica de particularização e generalização, sendo a última permeada pela imitação. Através dela, a vida social objetivadas num passado social se transfere para o indivíduo

O conflito distintivo operado por estas expressões artísticas ocorre num plano bem diferente. A preocupação de Simmel com a moda não é arbitrária, dado que o enquadramento como fenômeno social de cunho estético e simbólico só é possível ao considerarmos a moderna economia monetária. O dinheiro é aí um elemento fundamental, fazendo a exterioridade (*Äußerlichkeit*) da vida seu objeto principal: este é o seu plano psicológico de individualização:

“(...) pois o objeto da moda, enquanto exterioridade da vida é acessível à pura posse de dinheiro, e, por isso, nela a igualdade com as camadas dominantes é mais fácil de ser fabricada do que em todas outras áreas que exigem uma preservação individual não comprável pelo dinheiro”. (Ibidem, p. 14).

Aparentar e “fazer-se aparecer como” são o seu traço fundamental, de modo que seus conteúdos culturais se autonomizam em relação à intenção subjetiva imediata. Aliás, a moda, como expressão da exterioridade, procura recriar na mercadoria uma aparente qualidade genuína, já que toda mercadoria pode ser quantificada pelo seu preço e comprada pelo dinheiro. Desta perspectiva, a moda busca criar uma espécie de sensação de eterno efêmero. Tal ímpeto de estilização constante transforma principalmente para o cliente, um desejo supérfluo em necessidade da qual ele não pode abrir mão.

A moda estabiliza oferta e demanda: ela permite torna palpável seu planejamento, seu ordenamento e sua racionalização, autorizando igualmente impor uma concepção geral da própria demanda a partir da qual variações individuais se tornam possíveis (Ibidem, p. 33). Este elemento indissociável do “gosto” foi assinalado por Benjamin como o “charme” da mercadoria em Baudelaire. Nesta obra, sua questão principal é compreender as transformações na experiência estética, psíquica e perceptiva dos indivíduos com o nascimento das grandes cidades, especificamente da Belle Époque parisiense do século XIX. Trata-se de uma pré-história da moderna experiência urbana (FRISBY, 1986). Se a fábrica é o lócus da produção de mercadorias, a cidade conforma seu espaço da circulação e onde estas irão exalar seu “charme fetichista” (BENJAMIN,

1974, p. 13-14). A mercadoria, a propaganda e o dinheiro são aspectos centrais. O nascimento do “charme da mercadoria” é o traço marcante de nossa época, forçando-nos a uma relação totalmente diferente com os objetos e com os indivíduos que nos circundam. Esta falsa qualidade singular da mercadoria tocada por Simmel, se desdobra em dois temas na ótica benjamiana: a) Seu aspecto entorpecente; b) Seu caráter passageiro, assim como a prostituição. Estes tópicos configuram as duas de suas características sociais e psicológicas principais. O elemento entorpecente das mercadorias se deixa representar na “experiência”, na “sensação” para o qual são projetadas. O desejo se torna aí cada vez mais orientado pela mercadoria, mas também dominado por ela. Ela conforma não apenas a prostituição do corpo, como no caso da prostituta, mas também uma verdadeira “prostituição santa da alma”. Com isso, Benjamin quer afirmar que não só a experiência se orienta pela mercadoria, mas, sobretudo, nossos desejos, anseios e fantasias. Sua letargia consiste:

“(…) No charme, atualizado diariamente pelos viciados sob a influência da droga. A seu modo, a mercadoria consegue o mesmo efeito, pois tira proveito da massa entorpecida. A massificação dos clientes que formam o mercado, que, por sua vez, faz de uma mercadoria uma mercadoria, aumenta seu charme para o comprador médio. Quando Baudelaire fala de um estado de entorpecimento religioso da cidade grande, assim deveria a mercadoria ser o sujeito não mencionado desta circunstância”. (Ibidem, p. 55).

A constituição de um mundo simbólico e fantasioso das mercadorias no qual os compradores de diferentes classes competiriam pelo seu charme, traz consigo apenas a ideia de retomada constante das taxas de lucro, mas igualmente a modificação dos parâmetros produtivos e comerciais. Se Marx (1989) identificava na progressiva queda da taxa de lucro a tendência monopolista e pauperizadora do capitalismo, culminando, assim, em sua derrocada final, esta propensão contrária reverteria a situação em favor de sua vigência.

Não por acaso a eleição do *Flaneur* como figura tipológica da passagem, seu espaço e habitat, onde a experiência temporal não está subordinada ao mundo produtivo trabalho, caracterizado pela pressa. A passagem é o seu espaço social que se assemelha ao labirinto, onde estão dispostas as mercadorias luxuosas. O *Flaneur* é o oposto complementar do trabalhador cuja pressa é o reflexo de níveis cada vez mais altos produtividade em intervalos de tempo cada vez mais curtos. Ele é a figura própria de uma sociedade em que o consumo institui o inverso especular do trabalho, cumpridor de um papel de importância crescente à medida que este último, principalmente o especializado, exige níveis de autocontrole e auto coerção ainda mais radicais do que no

passado. O hedonismo pode então, se despir de seus aspectos destrutivos e agressivos, tornando-se passível de normalização, disciplinarização, sublimação e controle. Assim, ele pode ser explorado de modo produtivo, lucrativo e racional pelas grandes corporações. Deste modo, se o *Flaneur* zomba do trabalhador por sua pressa, ele não deixa de refletir o isolamento dos indivíduos particulares em seus interesses privados, pois:

“Tão logo o Homem, enquanto força de trabalho, for uma mercadoria, não é-lhe, no entanto, necessário que a mercadoria penetre especificamente em seu âmago. Quanto mais esta modalidade ôntica de si próprio se impõe como ordenamento da produção e surge para ele enquanto consciência, mais ele se proletariza, mais penetra nele a brisa gelada da economia das mercadorias na medida em que ele tem cada vez menos chances de sentir empatia na mercadoria”. (Ibidem, p. 57).

Ao procurar pela salvação espiritual na mercadoria, endereçamo-nos ao eterno vazio existencial. Do mesmo modo como Marx havia tematizado em sua teoria do trabalho estranhado, os indivíduos se tornam dominados pelas coisas, por processos objetivos por eles criados, mas sobre os quais já não têm mais controle.

O advento das cidades modernas indica, sobretudo, o surgimento de uma nova forma de comunicação não apenas verbal, mas também estética. Este ponto é crucial para compreendermos o capital cultural técnico-estético. Benjamin percebe no surgimento dos jornais e da propaganda a gênese de uma nova maneira de produção simbólica e cultural: a informação jornalística. Ela constitui uma abstração artificial³⁵,

³⁵ O mesmo significado tem o conceito de Ornamento da massa em Siegfried Kracauer (1963). Enquanto tal, ele exibe duas características interconectadas: ele é uma forma estética impessoal e anônima. Ele ganha muitas vezes o contorno de uma colagem imagética na qual a unidade interna de sentido não tem mais lugar: é a “forma estética estranhada”. O ornamento se conforma como um fim em si e não um meio de expressão da personalidade artística e de um sujeito produtor único, pois a expressão de sua forma se tornou totalmente racional e submetida à produção capitalista de mercadorias. Em decorrência disso, ele é o reflexo estético da economia capitalista moderna em que as partes se tornam alienadas e fragmentadas de um todo significativo – padrões repetidos, cujas formas não se diferenciam e se relacionam esteticamente entre si representam este tipo de arte decorativa (como mero adorno). A repetição incessante da forma ou do movimento reprodutivo como Kracauer via no *cancan* ou nas *tiller girls* estendia o estranhamento individual do trabalho moderno na indústria do entretenimento. Os indivíduos são objetivados como partes de um sistema em que eles próprios não conseguem vislumbrar em sua completude. A máquina, a mercadoria, a propaganda e a tabela estatística (na qual os indivíduos são categorizados ao preço da subsunção fragmentadora do conflito social, ou seja, do seu elemento propriamente relacional) são exemplos paradigmáticos. Nela a forma estética perde qualquer referência a uma personalidade individual, a um sujeito produtor da expressão estética. O ornamento é a forma vazia de todo sentido expressado (Ibidem, p. 61). Ele se configura como a expressão estética racional-impessoal, tendendo apenas à representação puramente formal e aparente em seu objeto. Seu caráter transitório, assim como na moda, se alia ao seu caráter mimético na medida em que a produção de um novo “design” se torna em uma espécie de eterno retorno da mesma mercadoria modificada. O ornamento da massa é um conceito que busca captar a dimensão estético-perceptiva, cultural e simbólica da produção capitalista de mercadorias e serviços. No objeto pré-moderno a personalidade de seu portador

em função de não poder ser assimilada pela experiência do leitor. Não há como se vincular afetivamente o que é lido. A forma pela a informação jornalística é disposta não contém qualquer conexão entre os acontecimentos, fragmentando a experiência em pedaços ao mesmo tempo em que atrofia a sensibilidade. Um destes indícios se deixa entrever na maneira como a leitura de um jornal se mescla com a necessidade de criar uma “sensação coletiva”. Para Benjamin, a sensação dá vazão a impulsos passageiros como pura indignação, sendo própria de uma turbulência coletiva, sem que esta seja mediada pela reflexão. A ascensão da sensação corresponde ao empobrecimento da experiência mediada pela reflexão. O reclame e o anúncio são formas similares de informação que tomavam pouco espaço, em contraste com o artigo político. A narrativa (literária) é a grande antagonista da informação jornalística, ao passo que leitor e escritor podem criar laços de identificação ou aversão, já que os acontecimentos mantêm entre si sua correlação interna, ou seja, um laço significativo contínuo.

Benjamin e Simmel buscaram cada um ao seu modo, uma genealogia da experiência individual e coletiva na cidade. A eleição do plano urbano não é, de modo algum, arbitrária, pois os dois autores influenciados por Karl Marx, imaginavam a cidade como uma espécie de plano social complementar à fábrica, onde a circulação de mercadorias e signos culturais se realiza. Tal empresa não se deixa reduzir a um mero mapeamento do espaço, mas constitui a perspectiva adotada para compreender as profundas transformações promovidas pelo capitalismo moderno. Portanto, as possibilidades inéditas trazidas por elas são permanentemente contrapostas às contradições de seus desdobramentos posteriores.

era transmitida e representada imediatamente por sua forma (uma coroa ou uma carruagem real é associada ao rei). A forma austera da mercadoria representa sua impessoalidade e sua origem na produção em massa. Ela expressa apenas em parte e em alguns casos o pertencimento social de seu portador. Aqui entra em jogo o próprio uso feito pelas classes sociais. O valor de uso de uma mercadoria é também a maneira como se inova a forma e a função desta, exibindo-a de maneira diversa “elegantemente” ou “vulgarmente”.

Um dos sentidos emprestados ao conceito de alegoria em Benjamin também aponta esta direção. A alegoria moderna constitui a forma do pensamento fragmentado e incapaz de reconciliá-lo a um sistema de inter-relações conceituais totalizante. Há nesta metodologia de pensamento um problema e uma vantagem. O problema é transmitir às ideias o próprio caráter fragmentado e alienado da experiência moderna. Não é por acaso que o correlato da alegoria moderna é o “escombros” e o “colecionador”. Se os indivíduos não são mais capazes de reconstituir os laços afetivos de sentido que os unem na sociedade, os conceitos devem então refletir este estado. O máximo a que se pode ambicionar é a uma coleção de ideias. A vantagem é reconduzir a ideia e o conceito ao seu conteúdo empírico e sensível. A alegoria se aproxima de uma imagem de pensamento. Ela busca uma síntese teórico-empírica da realidade e não como na filosofia ontológica ou do sistema uma sublimação do sensível em categorias demasiado abstratas (p.ex., o conceito de “ser” ou de “essência”). A alegoria deve dar conta justamente do caráter transitório e passageiro da vida moderna em sua aparição imediata, sensível e imagética. Esta ideia correspondia à própria concepção de investigação em Benjamin: uma atividade que se sintetiza na figura do pesquisador e do artista. Ver também o texto: *zu den Schriften Walter Benjamins* no mesmo volume.

Capítulo. 4: A diferenciação das práticas econômicas e racionalização temporal da conduta econômica

*“Duas coisas que você precisa entender: o valor do dinheiro e que ele não aceita desaforo”
Fábio 59 anos*

*“Viver custa simplesmente dinheiro. Tudo custa dinheiro”.
Friedrich 32 anos*

O dinheiro é pra suprir as necessidades. Hoje eu cresci e tenho o que comer! Daniel 32 anos

*“Deus dá-me o dinheiro!”
Imigrante romeno e vendedor do jornal dos sem-teto, 52 anos*

Alguns casos sob a pressão da necessidade econômica permanecem sempre dependentes das condições econômicas. (...) encerrados na existência do dia-a-dia e na inquietude crônica do amanhã, os sub-proletários, desempregados, jornalheiros ocasionais, pequenos comerciantes, artesãos, são mantidos na impossibilidade absoluta de calcular e prever por um sistema econômico que exige a previsão, o cálculo e a racionalização da conduta econômica. Pierre Bourdieu

4.1) Disposições econômicas sob perspectiva da teoria da diferenciação social

O desenvolvimento das disposições econômicas depende de fatores muito mais complexos do que simplesmente a posse de dinheiro. Por outro lado, as condições sociais constantes fundamentam as bases para o florescimento de disposições econômicas das classes dominantes. Este questionamento formará o espectro de uma série de comparações que introduziremos a partir do trabalho empírico. Gostaríamos de introduzir três categorias fundamentais para compreensão do que será analisado. A primeira deles compõe na verdade um par: partimos da ideia de que disposições, mais

do que plurais, como analisou Bernard Lahire, se diferenciam internamente. O conceito de diferenciação social corresponde a um tipo de relação especial entre as partes e o todo, e assim, podemos escapar do potencial fragmentador de um argumento que simplesmente afirma a variação intra-individual das disposições. Esta pluralidade multi-lateral das disposições acontece precisamente porque estas já se diferenciaram, sendo capazes de se desdobrarem em direções diversas. Elas formam como uma teia ou uma “trama” de ações interdependentes. De fato, disposições variam em seus contextos de atualização, e nem sempre são reafirmadas por um princípio universal de transferência. Todavia, disposições sociais também seguem um forte princípio seletivo e hierarquizador diante de contextos de atualização, que por vezes, se impõem de modo brutal. Deste modo, com o conceito de diferenciação social não postulamos um “primado” lógico-formal das sociedades modernas, mas um desdobramento prático. Portanto, ela sedimenta, sobretudo, uma experiência estendida com o tempo social. Isto contribui para avançar uma sociologia disposicional e psicológica que não recaia sobre os problemas do objetivismo (a teoria finalista e total) e muito menos sobre a concepção atomista do subjetivismo liberal. O conceito de diferenciação social apresenta um tipo de encadeamento particular do “todo”, isto é, uma unidade relativa do comportamento e as partes e/ou tendências prováveis de trajetórias sociais. Em Durkheim, esta categoria pode ser mais bem tematizada nas relações nas quais reina a solidariedade orgânica, estruturada pela complementaridade entre as partes. Na solidariedade mecânica domina em contraste, a similaridade enquanto aumentam as chances de conflito real entre estas. Simmel entendia a diferenciação social como uma solução para a competição social direta entre os indivíduos. Estas desempenham funções e cumprem papéis semelhantes entre si.

A este ponto, não podemos esquecer que classes sociais dispõem desigualmente de recursos para diferenciar suas disposições. Elas nos servem aqui de exemplo concreto deste conceito mais geral. *As disposições econômicas das classes dominantes se inclinam à diferenciação porque as ações com o dinheiro se tornam - através da conversão da poupança sistemática em investimento financeiro – relativamente interdependentes entre si.* Esta repartição complementar entre os planos de ação econômicos confere a abertura do uso mais raro do dinheiro sem que isto incorra necessariamente no cancelamento ou no conflito direto com outras estratégias econômicas. Em decorrência disso, a ação econômica dominante empresta ao dinheiro o

contorno de um objeto independente passível de ser utilizado em diversas direções. Abre-se, quando tais condições econômicas florescem, uma região cognitiva e decisória mais abrangente com o capital econômico. Em suma, é possível poupar, consumir bens de luxo, viagens e investir na educação dos filhos. Uma esfera convive ao lado da outra, estabelecendo assim uma rede de ações interdependentes. Isto caracteriza, de modo geral, o *habitus* econômico dominante. Na raiz deste processo identificamos a emergência de uma esfera cognitiva de decisão com o capital econômico que não se limita a um horizonte temporal mais ou menos restrito, antecedida pela extensão das categorias de percepção temporais. Com efeito, a formação de uma retaguarda financeira sólida através da poupança sistemática é justamente o fator preponderante na autonomia relativa das práticas financeiras em inúmeras áreas da vida social. Isto explica o motivo pelo qual a poupança burguesa quase nunca está ligada ao rigorismo ou à interdição total de disposições hedonistas ou do consumo: ela pode tornar a ação econômica do consumo relativamente independente das urgências materiais mais imediatas. Por este motivo, são classes sociais que podem “se dar ao luxo”. Deste modo, o consumo pode se tornar igualmente uma esfera relativamente independente da poupança e da retaguarda financeira imediata. Isto esclarece outra questão: por qual razão as classes burguesas desenvolvem uma relação estética e estilizada do consumo. O sentido do gasto com viagens, fortemente presente nele e em entrevistados na Alemanha, assume este contorno. Um quesito fundamental parece comprovar isso: o consumo da viagem como estratégia de reconversão do capital econômico em cultural impõe geralmente um uso não imediato do dinheiro, seja através do crédito, seja exigindo com que o consumidor gaste sua reserva financeira.

Quando as disposições econômicas ainda estão em seu estágio primário e indiferenciado, o desdobramento progressivo de esferas financeiras encontra diversos obstáculos mordazes, seja na presença potencial ou real das urgências econômicas mais imediatas como a fome, seja por motivos diversos ligados a outras estratégias. Em decorrência disso, o uso prospectivo do dinheiro típico das classes dominantes permanece atrofiado, se engessando muitas vezes numa poupança “residual”. A função de capital da renda corresponde a um uso prospectivo do dinheiro. Este é o nosso segundo conceito que carrega em seu bojo duas direções: a) o uso do capital econômico na conversão de outros capitais (como vimos no capítulo 3) através da constituição de um contexto de atualização positivo no desenvolvimento de disposições do estudo,

escapando e rechaçando do mundo do trabalho socialmente desqualificado; b) na reprodução direta ou indireta do capital econômico. Este é o principal sentido de estratégias econômicas que estendem poupança em investimento financeiro ou da abertura da própria empresa. O que nos interessa aqui não exatamente postular uma oposição mecanicista entre o uso puramente “intelectual” do dinheiro e seu uso “intuitivo” ou “não calculado” ou então, “immediatista”. Este reducionismo estéril não leva em consideração a série de socializações e de introjeções de comportamentos que dão luz às disposições sociais econômicas. O aspecto incorporado, inarticulado e inculcado do passado social é o que nos interessa para compreender sua relação com categorias de pensamento e juízo relativas a estas disposições. Deste modo, não nos apoiamos sobre falsas oposições como “pulsão”/”pensamento” ou “consciente”/”inconsciente”. Toda forma de pensamento e juízo articulado traz consigo a construção de encadeamentos sócio- e psíquico-afetivos. Na formulação de Simmel sobre a moral kantiana: todo dever (ser) já envolve, em algum nível, a presença de um “querer”. A ação econômica dos Batalhadores também exige certa dose cálculo, mas quase nunca é mediada por um conhecimento especializado, abstrato e legitimado pelas instituições de ensino. Ademais, falta a extensão do cálculo a todas as esferas do uso e não em apenas, enfatizando, assim, seu caráter intermitente e ocasional. De igual modo: não que os Batalhadores feirantes não percebam a sua posição relativa no mercado local, ou seja, da tríade: oferta, demanda e posição relativa. Entretanto, a percepção da demanda não acontece anteriormente à inserção no campo econômico. Nem sempre esta ação depende de um conhecimento prévio e racional. Este aparece de maneira mais pronunciada quando a função de capital da renda tem como direção o acúmulo de mais capital econômico.

O aprendizado do cálculo permite aos entrevistados das classes médias estabelecidas uma vantagem: a dominação abstrata e geral do campo econômico mediada por um conhecimento formal e, sobretudo, estratégico de oferta, demanda e da burocracia empresarial. Ele é mais comum nas frações nas quais se observa maior incidência de profissões liberais. Sem dúvida há a presença do capital de relações pessoais, mas que apenas podem ser efetivados se estas pessoas detêm um conhecimento privilegiado do mercado. Este é espectro central na compreensão deste “capital cultural do campo e do capital econômico”, cuja relevância se torna cada vez mais determinante no capitalismo financeiro. As universidades de economia ortodoxas e

“Business Schools” canonizam o “espírito do cálculo” e o transformam em capital escolar. É, aliás, isto que caracteriza seu ‘espírito corporativo’ (*esprit de corps*), como dizia Bourdieu, já que o acesso ao curso superior de engenharia, economia ou administração não concerne apenas à incorporação de disposições garantidoras de um conhecimento raro abstrato-espacial da relação entre oferta e demanda, tanto do campo econômico quanto o conhecimento técnico do empreendimento econômico, mas é também aquisição de uma visão de mundo sobre a sociedade de modo a cunhar uma consagração social. O domínio deste conhecimento raro sobre o dinheiro e, sobretudo, de seus usos privilegiados no campo econômico é um ponto fundamental para compreender as chances de reprodução e de acumulação do capital econômico. Elas envolvem uma hierarquização no espaço de estratégias econômicas possíveis e prováveis. É claro que aquisição deste capital cultural técnico do campo econômico não teria o poder de orientar qualquer ação econômica se os indivíduos não predispuessem de condições prévias e de um trabalho que permitisse a acumulação sistemática de capital econômico. Desta forma, é preciso distinguir entre condições sociais e econômicas, ou seja, a posse de uma quantia em dinheiro (ou em patrimônio) das disposições econômicas, que autorizam ou impedem ações específicas. Assim, esclarecemos por que, em contextos particulares, a posse de dinheiro, de uma renda aliada e uma experiência traumática pode desencadear disposições econômicas patológicas, como o vício em jogos de azar.

Nossa terceira categoria também se inspira na diferenciação social. A *diferenciação empresarial* corresponde a uma relação fundamental das classes sociais no campo econômico. É um conceito que permite unir modo de produção e burocracia econômica, isto é, o surgimento de uma dimensão administrativo-intelectual da empresa. Isto confirma o nosso argumento de que a inserção das classes burguesas no campo econômico carrega em sua esteira o domínio intelectual-racional de seu empreendimento e de sua posição relativa no espaço de possibilidades do campo econômico. De certo modo, os empreendimentos populares que encontramos em Campina Grande, cidade do agreste paraibano, compõem o caso mais simples de empreendimentos econômicos, já que todas as funções econômicas deste estão concentradas num indivíduo social. É isto que transmite esta ilusão aos próprios, como se estivessem isolados e assim, independentes de qualquer laço de dominação. Tudo se passa como se esta indiferenciação social promulgasse a impressão solipsista de que os

empreendedores populares são “donos de si”, permanecendo atomizados. Nada mais fantasioso. O grande e o médio empreendimento burguês transformam sua estrutura empresarial num verdadeiro campo social. Este é o resultado de um processo específico dentro do desenvolvimento do capitalismo moderno. A diferenciação empresarial corresponde, portanto, à divisão do trabalho social da burocracia econômica. Deste modo, o empreendimento capitalista se distingue do popular por contar com uma dimensão técnico-administrativa capaz de racionalizar todas as suas ações econômicas no campo e em suas subáreas mediante ao conhecimento intelectual e *estratégico* do campo econômico. Tal modo de ação é somente passível de se refinar a partir do momento em que uma organização empresarial internamente diferenciada adquire a estabilidade relativa ao seu poder de mercado relativo, ou seja, sua margem de manobra dentro da concorrência imediata.

As grandes empresas são tão diferenciadas internamente que empregados não se conhecem pessoalmente. Este corpo, que desempenha o trabalho especializado e formado pelo sistema de ensino superior, compõe a dimensão administrativa e burocrática dos grandes empreendimentos. Entretanto, o exemplo de negócio burguês que vamos utilizar não operou a diferenciação última da empresa burguesa no capitalismo financeiro: a entre empreendimento e capital. É precisamente esta diferenciação interna, particular a um imenso grupo de empreendimentos formando verdadeiros cartéis e oligopólios privados, que compõe a solidificação do mercado financeiro. O lucro individual do capitalista burguês se torna dividendo e ganho de capital, partilhado entre os acionistas. Hilferding havia nos mostrado como o capitalismo financeiro é dependente do grande empreendimento burguês³⁶ cuja extensão penetra nos três níveis do campo econômico: na produção de mercadorias, na circulação e no mercado financeiro se tornando objeto de especulações diversas. Com esta delimitação conceitual conseguimos escapar ao economicismo marxista, liberal e à ilusão do empreendedor isolado e atomizado no campo econômico. A máquina e o capital fixo, que representam a constituição de um modo de produção, não são apenas tributários de um uso alongado do capital econômico, mas influem na capacidade de

³⁶ O empreendimento burguês conta com monopólios, holdings e trustes, mas nem sempre devido ao real controle e regulação. Contudo, isso não é tão relevante quando levamos a diferenciação entre capital e empreendimento em conta: o capital permanece circulando entre os grandes grupos e fundos de investimento enquanto as empresas são mantidas enquanto tais, mas agora fracionadas em sociedades de ações.

intervir na mercadoria. Sendo assim, elas também logram obter ganhos de escala ou agregação de valor econômico-simbólico.

4.2) O empreendedor popular e o empresário burguês

Podemos iniciar compreendendo como funciona o empreendimento popular. Os que iremos analisar se distribuem basicamente em vendedores de frutas (Daniel e Lindomar), vestuário feminino (Márcia) e um empreendimento de artesanato e plastificação (José). Para investigar como se desenham as disposições econômicas do empreendedor popular não partimos da acepção bourdieusiana original aplicada aos argelinos: prevalece a incorporação de disposições pré-capitalistas em crescente tensão com um cosmos simbólico-econômico capitalista moderno que impõe seus imperativos categóricos através de suas hierarquias valorativas. Sua concepção é de que a economia capitalista moderna exigia uma reconversão das disposições econômicas.

Entretanto, nossos entrevistados já incorporam disposições econômicas modernas primárias. Um simples exemplo comprova isso: absolutamente todos compreendem a relação econômica moderna exigida pelo empréstimo³⁷. Entretanto, se algumas das disposições que iremos narrar parecem “irracionais” aos olhos do economista ortodoxo e do sociólogo conservador; isto não acontece em razão de estes comportamentos terem como causa explicativa o pertencimento a uma sociedade pré-moderna. *Ao contrário, estas conformam justamente as disposições econômicas de uma classe social específica.* Queremos conferir uma positividade epistemológica própria às disposições econômicas das classes populares, sobretudo, em suas camadas inferiores, nas quais o conflito entre as dimensões das práticas econômicas se apresenta de modo mais acirrado. Outro aspecto analisado no capítulo 2, cujo retrospecto nos é de valia, procura aliar dois pontos secundarizados por Pierre Bourdieu: o primeiro é uma análise comparativa entre habitus econômicos entre diferentes classes sociais e segundo é enxergar na própria composição do campo econômico a presença de uma luta de classes

³⁷ Em um caso até burlesco, Bourdieu conta ter ficado horas a fio procurando compreender, em uma situação de entrevista, como um argelino, ao tomar uma vaca emprestada, podia se sentir ao mesmo tempo credor. Esta inversão das relações econômicas modernas ocorria porque o tomador assumia como responsabilidade a alimentação do animal em questão. Esta narrativa é, então, trazida à tona para mostrar como as relações econômicas capitalistas exigem um aprendizado prático e histórico, apesar de totalmente naturalizadas, como se fossem qualidades intrínsecas da natureza humana. *Ver. La fabrique de l'habitus économique.*

e não apenas uma “sociologia das empresas”. Nossa investigação, então, se completa ao enxergar a classe social no empreendimento mesmo que se trate de um trabalho assalariado. Como percebemos o salário pode assumir no capitalismo financeiro avançado uma função de capital e não apenas reprodutiva, como pensou Karl Marx, além de se constituir como base universal da recompensa econômica e social do trabalho.

Sendo assim, absolutamente todos os empreendimentos populares averiguados encontram dificuldades de estabilizar o tripé entre posição relativa no mercado local e a proporção entre oferta inflacionada e demanda instável. O crédito ajudou aos comerciantes feirantes neste sentido, já que, ao capitalizá-los, eles obtiveram um pouco mais de estabilidade. O efeito contrário teria tomado lugar se o crédito tivesse sido canalizado para os grandes empreendimentos burgueses, redes de supermercados, por exemplo, o que fatalmente incorreria na “proletarização” dos comerciantes ao passo que sua relativa “independência” no campo econômico seria completamente arruinada³⁸. Isto caracterizaria uma política econômica conservadora privilegiando os grandes empresas diferenciadas e organizados em grandes cadeias. É por este motivo que, quando perguntamos como é que se faz o controle do empreendimento, recebemos a seguinte resposta:

“Aí investi (o crédito em mercadorias) pra dar *o retorno rápido*. Porque todo mundo que tem comércio passa aperto né? Tem altos e baixos. (...). A gente começa o início da semana com “X”, entendeu? Quando chegar no final da semana que é o Sábado, a gente tem que ta com o “X” que começou, ter pagas todas as mercadorias e ver o lucro. (...)” (Daniel, feirante, 32 anos, comerciante de frutas)

Ou ainda Márcia:

“*Aqui “vareia”* (varia) demais né? Tem semana aqui que do giro que a gente coloca, fica mercadoria. Tem semana que sempre a gente vende mais, na hora que está chegando o período já de final de ano, sempre a gente tá vendendo melhorzinho. Ai a gente vende assim, na faixa, tu tá dizendo é por dia ou por mês? (...) Por mês aqui tira numa faixa quase de 1000 conto. Agora no período do final do ano, quando antes do final do ano, mês assim, janeiro e fevereiro que é mais fraco, ai é sempre menos. Quatrocentos e pouco, quinhentos e pouco. Sempre cai a venda. (Márcia, 43 anos, comerciante de vestuário feminino).

³⁸ Daniel afirma com tom explícito de orgulho ter recebido e recusado a proposta para trabalhar na rede de hipermercados local. José havia trabalhado na indústria como montador, mas se tornou comerciante e também narra com orgulho sua “relativa independência”. Não obstante, esta independência relativa à unidade econômica básica do negócio não deve ser confundida com liberdade atomizada e “espontânea” de ser “dono de si”.

O empreendimento é perpassado por uma inconstância estrutural, principalmente no que tange o balanço inconstante e instável entre oferta, demanda e sua posição relativa no mercado local (na subárea do campo econômico). Este arranjo é tributário de uma constelação sociológica e econômica. Um deles se deixa investigar na oferta inflacionada, já que as mercadorias de um feirante são igualmente vendidas por outro feirante a poucos metros de distância e até na mesma feira. Então, o lucro capitalista do ganho de escala, devido tanto à produção elevada quanto ao lucro pela raridade simbólico-econômica de mercadorias estilizadas também se torna excluído. Não é por acaso existirem poucos atributos produtivos e comerciais que distinguem um vendedor dos outros. Esta inconstância proíbe quase sempre um uso mais alongado e prospectivo do capital econômico. Por isso, a necessidade do ciclo rápido do dinheiro, o que se afina tanto com a ausência de uma unidade produtiva quanto com a autonomia econômica do empreendimento; a unidade temporal do empreendedor popular é semanal ou no máximo mensal. O *equilíbrio precário* entre oferta (inflacionada)/demanda (instável) e posição relativa do empreendimento no campo econômico faz com que a renda caia abaixo da metade em meses de baixa.

Estas “falas” são encontradas em absolutamente todos os entrevistados em Campina Grande e também em outras cidades como Caruaru³⁹. A presença de uma letra ao invés de um número confirma uma variação na renda e no fluxo do dinheiro dentro do empreendimento, atribuído à instabilidade entre oferta da mercadoria e a demanda composta pelo público alvo. A teoria da classe de renda, para auferir uma categoria quantitativa, acaba por arredondar esta variação, sendo ela própria fator nodal para se compreender a formação das disposições econômicas da fração inferior dos Batalhadores. A ausência do cálculo no controle interno do negócio pode ser explicada tanto pelo balanço instável entre oferta e demanda em relação à posição no mercado local urbano quanto pela relativa indiferenciação interna dos capitais econômicos e das funções do empreendimento. Além disso, o controle rígido, racional e mediado pelo cálculo exige uma série de aprendizados referentes às disposições econômicas sobre as quais a maioria dos Batalhadores não dispõe.

Quando Fábio (59), o empresário burguês, monta o seu segundo negócio passando de uma loja de material de desenho para uma gráfica, um empreendimento

³⁹ Agradeço a Fabrício Maciel pelo acesso às entrevistas.

muito maior e complexo. Ele possui formação de engenheiro⁴⁰. e afirma que um de seus talentos na escola era a matemática. Na sua formação profissional encontramos a mesma reconversão do capital escolar adquirido na universidade. Contudo, apesar de ter atuado na área burocrático-administrativa de uma grande empresa de cigarros, ele decide abrir uma loja de material de desenho. Após esta etapa, ele inaugura uma gráfica, um empreendimento de maior porte:

“Eu comecei com 5x6 (metros) que era aqui na loja de material de desenho. Só que no primeiro mês a gráfica vendeu 30% do faturamento da loja de material de desenho, no segundo mês vendeu 70%, no terceiro mês vendeu o dobro do faturamento da loja de material de desenho”.

Ao contar da expansão anual de sua gráfica ele relata:

“(…) A minha expansão era de um milhão de Euros por ano. Era o que eu vinha fazendo nos últimos 10 anos, entre 600 (mil) e 1 milhão de euros por ano”. (Fábio, 59 anos, engenheiro e empresário aposentado).

Três questões⁴¹ se destacam quando nos pomos a analisar o empreendedor popular e o burguês: a) a presença do cálculo preciso a partir de números e não letras, que indicam a variação dos valores. Fábio é engenheiro A possibilidade de transformar sua posição social e produtiva no campo econômico ao quantificar a relação prospectiva de seu empreendimento, demonstra que sua entrada no campo econômico foi marcada por uma estabilidade entre oferta e demanda. Mais do que isso, a presença do cálculo dominando todos os aspectos do empreendimento, sobretudo, o excedente econômico representa o lucro verdadeiramente capitalista; ele é contínuo e exponencial, como verificou Max Weber (2002), mas também *prospectivo ou provável*. Não é nem o fato de auferirem lucro e muito menos o de lidarem em alguma medida com o capital econômico, que transforma nossos as classes dominadas em classes genuinamente burguesas. Para além disso, o que parece ser sociologicamente mais relevante é a relação do excedente econômico com a dinâmica interna das práticas econômicas, fixando-as numa trajetória de classe específica. A visão do futuro não quantificável em dinheiro de Daniel,

⁴⁰ Ao conduzir a entrevista Fábio se refere a números praticamente o tempo inteiro. Quando o entrevistado era forçado a dar uma opinião pessoal sobre algum assunto, ele geralmente se valia de um ato performativo particular, citando um dado estatístico como critério de verdade impessoal externo e constatável. Este ato de fala visava um efeito de neutralização. O número permite transmitir a falsa sensação de distanciamento quando este próprio já pressupõe a adesão a hierarquias de valores socialmente arraigadas.

⁴¹ A possibilidade de constituir um seguro da empresa aponta nesta mesma direção. O seguro da empresa de Bertolt significa não só a estabilidade da existência imediata do empreendimento, mas, sobretudo futura. Seu valor monetário pode se converter em capital econômico inicial na reconstrução do empreendimento (capital fixo ou variável) em caso de qualquer infelicidade futura

marcada por planos indefinidos, representa a limitação de seu horizonte social, enquanto as condições de possibilidade em acumular o lucro exponencial alongado no tempo diminuem. B) O cálculo em moeda estrangeira não é mero detalhe, mas significa todo um conjunto de relações no campo econômico, principalmente do capital fixo e permanente, isto é, o maquinário. Suas máquinas de impressão eram todas importadas da Alemanha. Isto já marca uma distinção fundamental entre a posição das classes populares e das classes dominantes no campo econômico: o acesso ao mercado internacional enquanto os empreendedores de pequeno porte são limitados ao espaço urbano local. C) O intervalo temporal a partir do qual o ciclo do capital se reverte em lucro monetário (o que Marx chamada de $M-D^1$) ocorre semanalmente para Daniel; anualmente para Fábio. Bourdieu havia intuído sobre isto, já que a presença do maquinário envolve o ciclo produtivo. A unidade econômica industrial introduz um intervalo mais extenso entre investimento inicial e reinvestimento. A máquina pode adquirir ainda outro significado: ela autoriza a intervenção ou a fabricação da própria mercadoria; atividade que raramente se encontra nos Batalhadores, pois estão muito mais limitados por suas fronteiras de classe – a saber – o comércio de retorno econômico mais ou menos imediato e extremamente variável. Por conseguinte, a maioria deles está alocada na circulação de mercadorias, isto é, no comércio (local de Campina Grande ou Caruaru). A questão por trás aqui parece incluir dois pontos distinguíveis: a) o aprendizado de um comportamento racionalizado com o dinheiro aprendido nas universidades de economia ortodoxa e nos “Business Schools” (escolas de negócio); b) condições econômicas que deem luz à acumulação sistemática de capital econômico por meio de um trabalho simbolicamente reconhecido.

Entretanto, encontramos dentre os Batalhadores um caso em que há a presença do capital fixo: seu José. Ele investiu parte do crédito em uma máquina copiadora. Todavia alguns pontos distanciam José de Fábio. O primeiro corresponde à total indiferenciação entre o trabalho executado na máquina e o desempenho de outras funções do empreendimento como controle e compra de material e etc. Fábio cuida apenas da parte administrativo-intelectual de seu negócio. Ele não opera máquina alguma. O ciclo rápido do capital econômico comprova a proximidade social das urgências econômicas imediatas, impedindo o uso mais alongado do dinheiro no tempo. Além disso, ele simplesmente não dispõe desta soma. No caso de José, podemos enxergar isso no volume de dinheiro circulante em seu negócio, cujo lucro unitário de

um serviço raramente passa dos 10 reais. O perfil dos clientes de cada um é totalmente diferente: José faz cópia para pessoas privadas no varejo, Fábio tem uma gráfica que presta serviços em atacado para editoras. O capital cultural técnico mediado pelo cálculo permite a racionalização de todos os aspectos e estágios do empreendimento burguês, visando o lucro individual e distinguindo as duas classes sociais. Muitos pequenos comerciantes simplesmente não têm o controle escrito - o famoso “caderninho”.

A diferenciação entre ambiente familiar e empreendimento como unidade econômica relativamente autônoma cumpre aqui um papel fundamental. Ela evita tanto o destino da socialização familiar através do trabalho por necessidade quanto faculta o investimento direto do capital econômico no empreendimento. Este se torna o fim independente do dinheiro, o que incorre no distanciamento entre capital, o empreendimento e indivíduo. Daniel aprendeu seu ofício com o pai; Fábio na universidade. Aqui, vale a pena nos determos na relação entre capital econômico e autonomia da unidade produtiva. Isto fica mais claro no caso de seu José, que em muitas ocasiões relata ter aplicado o crédito primeiramente para fins domésticos. A ordem do uso do dinheiro indica sua posição de classe, já que primeiramente ele subordina o uso ao suprimento de suas necessidades materiais imediatas e depois reinveste em sua loja:

“Eu não faço o controle no caderninho porque eu já tenho tudo na mente. (...) Aí, ela sempre coloca “algum” (se referindo ao dinheiro) dentro de casa e eu vou botando... Quando falta alguma coisa em casa eu vou completando. O resto do dinheiro eu vou investindo aqui na loja. Se eu arrumar num dia 50 reais e não tiver nada pra “mim” comprar para casa, aí eu invisto aqui” (José, 55 anos, comerciante no ramo de plastificações e Xerox).

Senão vejamos Fábio:

“Eu posso te falar que nessa época se eu parasse de vender eu conseguiria manter o meu custo durante quatro anos, só com o capital de giro que a minha empresa tinha. Não era o meu capital era tudo da empresa entendeu?” (Fábio, 59 anos, engenheiro e empresário aposentado).

A autonomização completa e a estabilidade da unidade produtiva autorizam o distanciamento completo do uso do capital econômico. Em uma conversa informal com um dono de uma concessionária de automóveis, ele contou que pagou um preço mais barato pela revisão de seu carro em sua própria concessionária. Há, aqui, a impessoalização e distanciamento total entre o dinheiro sob a forma de capital e o agente. A diferenciação total da unidade econômica surge como linha de corte entre

aquilo que separa o empreendimento popular e o burguês. O fato de usar uma linguagem econômica como “custo” e saber exatamente o “capital de giro” de sua empresa nos leva ao nosso argumento principal: o uso dominante do capital econômico depende, sobretudo, de um capital cultural estratégico particular e aplicado ao campo econômico. A independência completa do empreendimento burguês com relação às necessidades e urgências materiais mais imediatas é a pedra de toque na extensão das estruturas temporais econômicas num intervalo de tempo tão alongado. Em consequência deste processo, o dinheiro penetra em absolutamente todas as esferas de ação social, inclusive nas mais “pessoais” e “íntimas”. Por exemplo, quando comparamos a relação dos dois entrevistados com a figura materna. Ao ser inquirido sobre a relação com a mãe, Daniel afirma: *“Todo final de semana eu mando a mercadoria dela daqui”*. Enquanto a relação materna de Fábio é mediada pelo dinheiro:

“Minha mãe sempre reclamou do meu pai até o dia em que eu ganhei dinheiro. Aí disse pra: “Acabou! To te pegando amanhã, pega tuas roupas que eu vou te botar num aparthotel ao lado meu, vou te arrumar um motorista, vou te arrumar uma empregada. Você é minha responsabilidade (...). Eu ainda ia resolver a vida dela: ia dar um carro, um motorista e uma empregada, um salário por mês e vou resolver sua separação”. (Fábio, 59 anos, engenheiro e empresário).

A mãe é nos casos de entrevistados masculinos geralmente objeto de cuidado enquanto o pai estrutura o vínculo com o desempenho no mundo do trabalho. Não obstante, este argumento apenas faz sentido se compreendemos a dinâmica relacional entre a incorporação de modos de ação. O que interessa são mais as consequências emocionais e os vínculos de identificação ou repulsão que ganham significado em contextos particulares. Quando analisamos a relação de Fábio com a figura paterna desvela-se algo que aparentemente nos parece estranho. Ele foi um grande comerciante e tinha um frigorífico nos anos 30. A identificação afetiva com seu pai, o vínculo de admiração máxima apesar de ele ter rompido com este aos 17 anos, é o dinheiro: *“Meu pai foi um cara muito inteligente... Ele olhava as coisas e o que ele tocava dava dinheiro!”* (Fábio, Engenheiro e aposentado). Eis aqui como o dinheiro desenvolve toda sua potência simbólica e mantém uma afinidade estrutural com suas disposições econômicas pronunciadas, ele forma o elo afetivo que penetra de fio a pavio nos valores culturais masculinos, conferindo à ação social, às pulsões e ao pensamento sua tonalidade afetiva. Não está em jogo aqui compreender o capital econômico em si ou como posse, mas a gênese das práticas econômicas. Ademais, quanto mais o dinheiro se torna uma forma,

impondo seus imperativos afetivos e intelectuais através de suas instituições ao penetrar em todas as relações sociais cotidianas; menos as razões de sua existência e os valores qualitativos que estruturam suas hierarquias morais são capazes de serem articulados ou questionados claramente pelos indivíduos. Doravante, em famílias nas quais predomina o capital econômico, respeito e reconhecimento tendem a ser definidos em termos sucesso econômico. Aqui reside seu caráter “mágico” de sua autoridade, sua autojustificação primeira, que como vemos no entrevistado, se concretiza na figura do pai como uma espécie de superego (a autoridade), mas que molda sua “economia libidinal” mais profunda. A forma de capital do dinheiro é também a instituição da força simbólica a tal ponto que as razões de sua existência não são mais questionadas, isto é, se tornam naturalizadas e normalizadas.

4.3) As urgências econômicas como violência simbólica primária sobre o trabalho

Se nas classes dominantes há distanciamento completo das urgências econômicas mais imediatas, qual é o significado prático da miséria material? E mais: quais os acordos simbólicos inarticulados que as perpetuam? O materialismo unilateral do economicismo as interpreta como autoexplicativas, simplesmente porque não se dispõe de capital econômico. Por outro lado, como vimos, toda posse e propriedade privada carrega consigo a penetração de certos comportamentos. Em suma, o materialismo economicista unilateral não investiga como condições e a posse de capital econômico supõem destarte uma relação social com este. Nas sociedades pré-modernas (SIMMEL, 1992a), a pobreza e sua miséria material não era um assunto tratado pela economia, mas pela religião. O sentido pré-moderno da pobreza impunha em face de uma ordem cosmológica metafísica englobadora de qualquer apetite puramente individual, um compromisso social e um direito do pobre. O esvaziamento do sentido religioso da pobreza é o fim deste direito, desta responsabilidade coletiva integradora e igualmente do vínculo ativo da pobreza. Em meios aos antigos semitas, os pobres tinham podiam dispor do direito de sentarem-se à mesa com os outros integrantes da sociedade durante uma refeição. Assim, a prosperidade não era percebida como fruto do trabalho individual, mas era coletivamente ancorada na graça divina. Isto ocorria porquanto a prosperidade coletiva dependia ativamente da sociedade como um todo e

não apenas do sucesso individual. Aliás, a quebra deste ordenamento metafísico poderia atribuir algum desastre natural futuro ao descumprimento destas obrigações. Se o pobre se encontrava na periferia da sociedade, as elites tinham interesse em evitar que ele se tornasse um possível inimigo externo. Ele era um fim último na ordem social e não um meio, entregue à própria sorte. A rigor, ainda que existisse pobreza, sem a instauração de uma ordem social competitiva, na qual o sucesso ou o fracasso social de alguns grupos não recaem como responsabilidade ou ameaça ao bem estar coletivo, não há um vínculo direto - em sociedades pré-modernas - entre pobreza, abandono e exclusão social total. Em tais circunstâncias, nas quais o destino social e sua miséria não acarretavam diretamente em culpa individual, o mendigo matinha, ainda que de modo mais ou menos ingênuo, a reivindicação socialmente respaldada à benevolência alheia.

Ao contrário, na acepção moderna da pobreza, o pobre perde seu lugar no encadeamento teleológico-metafísico da sociedade. Ele deixa de ter um estatuto de sujeito participante. Este princípio de interação se perde quando o pobre se torna símbolo da desintegração social. Concomitante à transformação desta posição social em símbolo da exclusão, constrói-se uma narrativa socialmente negativa e desclassificadora de sorte que o Estado se torna o administrador ativo dos pobres. Não é acidental o cuidado com estes passa a ser encarado como gasto público. A pobreza toma o estatuto simbólico de estranheza e o pobre se contrapõe ao resto da coletividade. Ele está simultaneamente dentro e fora da sociedade (Ibidem, p. 547). O caráter não competitivo das sociedades pré-modernas fazia de cada posição social um fim em si. O advento das sociedades calcadas na competição individual corresponde ao esvaziamento do sentido religioso da pobreza e, assim, se torna objeto de uma construção cultural-simbólica contraposta ao mérito, ao desempenho e ao esforço individual através do trabalho.

Deste modo, é possível argumentar que o campo econômico produz violência simbólica, uma interdição silenciosa e silenciadora. Qual é o tipo de socialização imposta pelas necessidades materiais e quais comportamentos futuros que ela impinge às classes sociais sob a égide de sua espada impiedosa? Um dos equívocos do materialismo economicista, seja o liberal ou o marxista consiste na incompreensão na forma pela qual as urgências econômicas imediatas estruturam disposições longoprazistas. Bourdieu havia analisado este aspecto fundamental em seus estudos sobre a Argélia. O sub proletariado sofre uma dupla dominação: condições econômicas instáveis frente à constância dos gastos fixos e o constrangimento gerado limitação na

compreensão intelectual, racional e espacial do campo econômico. É uma classe social que incorporou um *habitus* econômico pré-capitalista em uma economia capitalista moderna cujos imperativos sociais exigem disposições sociais contrárias. Ele ignora, no entanto, que as disposições econômicas mais raras não são exatamente aprendidas na família, mas no sistema de ensino. O que se aprende na família pode ser considerado com um elo afetivo primordial. A família burguesa garante condições prévias do aprendizado a partir da função de capital da renda, concedendo abertura para a conversão das disposições para os estudos e, assim, para os capitais culturais.

O segundo quesito não se confirma em nosso público, ou seja, não passaram por um processo de colonização e de “desenraizamento” social. Contudo, vale à pena chamar atenção para como as necessidades materiais estruturam efeitos psíquicos e psicológicos. Se a poupança sistemática está intimamente ligada à diferenciação das disposições econômicas na medida em que as ações com o capital econômico se tornam relativamente independentes em várias esferas, as necessidades materiais – ou a permanência mais ou menos rente - mantêm uma homologia com a indiferenciação interna das disposições econômicas. O uso do dinheiro limitado às necessidades imediatas perpetua comportamentos que impedem igualmente a função de capital da renda, seja na acumulação de mais capital econômico seja na conversão de outras espécies de capitais, como o cultural e até o social. Assim, o caráter indiferenciado das disposições econômicas das classes populares, sobretudo, em suas camadas inferiores é complementado pela introjeção de comportamentos econômicos primários, como a relação social exigida pelo crédito e até o uso comedido do dinheiro, no qual há a percepção de que poupar é melhor do que gastar. No entanto, a impossibilidade de constituir uma poupança sistemática e uma retaguarda financeira robusta, devida a baixa rentabilidade imediata e futura do seu trabalho, impede o florescimento de uso diferenciado do dinheiro, dando nascimento a um campo de aplicabilidade interdependente, “plural” e em rede do capital econômico. Ao permanecer em seu estágio indiferenciado, a ação econômica das classes populares *orbita em um conjunto limitado, concêntrico e repetitivo de gastos*. A despeito da quantidade de renda em si, uma trajetória social vivida em meio às privações materiais básica geralmente acarreta no estado indiferenciado das práticas econômicas. Os planos de ação referentes à retaguarda financeira sistemática se tornam notadamente prejudicados. Sob esta

perspectiva comportamental, o poder decisório a margem de manejo pessoal com o dinheiro se encontra apequenado frente aos eventos que se impõem objetivamente.

Bourdieu adota primeiramente a ideia de que as necessidades materiais impedem o cálculo econômico, que isto apenas é possível a partir do momento em que as classes sociais já gozam de segurança econômica no médio, longo prazo, alongando suas categorias temporais com relação a um futuro abstrato. Num esforço de aprofundamento deste argumento, gostaria de analisar os aspectos sócio psicológicos deste contexto social, que implicam num profundo sofrimento na medida em que ele penetra e confere uma tonalidade particular aos afetos individuais ou ainda ao “estado afetivo” (*Gefühlzustand*) (SIMMEL, 2009). Sendo assim, a violência simbólica sobre o trabalho desqualificado ou precariamente qualificado consubstancia uma condição social primária de classe sobre a égide das urgências materiais e economicamente codificadas, já que estas estruturam duas formas básicas de comportamento: o realismo (moralista) e o medo do futuro. Em sua trajetória, analisamos como a frustração sistemática de seus desejos de ascensão social desencadeia uma “hysteresis”, isto é, um desencaixe ou um descompasso quase total entre expectativas subjetivas e chances objetivas de realização.

Este é o elo explicativo entre “falas” deste tipo presentes em Daniel, Lindomar e José:

“(…) Tem uma renda pouca (se referindo aos seus cunhados em dificuldades econômicas). Aí o que que acontece: chega um certo mês que estoura a conta de um negócio ou de outro, aí “empresa”, aí vai aprontando um com o outro e vai virando aquela “bola de neve”. Aí quando a gente pode um socorre o outro, entendeu? Tem que ir lá dar uma força. Tem que orientar pra ver se não entra mais numa cilada dessas. Por que sempre isso aí é cilada: é querer e não pode, ta me entendendo? Não adianta você não ter condições de comprar uma goiaba e vai comprar duas”. Aí eu penso... Agora não! Agora ta uma maravilha, mas e o amanhã?! Você ta bem, ta com saúde, mas e o amanhã? E meus que tão vindo? A escolaridade porque pai nenhum quer que o filho passe o que ele passou, ele quer uma vida melhor. (...) A gente tem que ser o que é!” (Daniel, 32 anos, feirante e comerciante de frutas).

Ou ainda quando se refere ao futuro dos filhos:

Eu quero é que eles estudem. Estudar, fazer concurso... Tentar passar em concurso bom.

Lindomar:

P. Qual foram os problemas iniciais que vocês tiveram aqui?

R. Não, é que logo no começo o pessoal não sabia, não sabia vir pra aqui. O pessoal era da gente, logo no começo era uma dificuldade assim não era por mercadoria, não, mercadoria a gente tinha na época, tinha mercadoria... Era assim, um pouco, não vinha

comprar tudo, a gente tinha semana que a gente tinha lucro, tinha semana que a gente não tinha. Era assim.

R. Era, no início era. A gente “fomos” aumentando, muita gente não se aguentou e foram se embora, saiu daqui e foi pra outro canto, botou outro tipo de negócio e a gente continuou ainda. Graças a Deus “tamos” aqui até hoje.

P. E nessa época o que o senhor fazia quando o senhor não fazia lucro?

R. Passava com aquilo que tinha! Era com que a gente arrumava passava. As próprias mercadorias a gente comia e levava pra casa pra comer, para a família comer. A gente vendia assim e comprava outras e arrumava o dinheiro e dava pra comprar outras coisas e comprava outro tipo de alimento pra comer e assim “foi” levando, levando. (Lindomar, 47 anos, feirante e comerciante de frutas).

José:

“(…) Mas eu quero lhe dizer o seguinte: que esse meu sofrimento aí eu passei e a minha filha falou: “pai, hoje o que tem eu botei no fogo. Mistura não tem... Tristemente tinha um pouquinho de feijão e um pouquinho cuscuz. Mas aí zerou geral mesmo!” (José, 55 anos, comerciante no ramo de plastificações e Xerox).

Ao contar sobre seus cunhados, Daniel narra como passou por privações materiais primárias. Ele já passou fome. O primeiro ponto que se destaca é a relação com o futuro imediato. Isto não significa propriamente um cálculo prospectivo “capitalista”, mas a vontade e a esperança de galgar algum tipo de patamar de segurança social médio longo prazo. A extrema insegurança social trazida pelas necessidades econômicas mais urgentes confere o caráter incerto do amanhã, se convertendo na incapacidade de dominar o tempo social e assim tomar distância deste. É a mesma questão que tange a projeção do futuro dos filhos. O significado do concurso público corresponde ao emprego cuja determinação particular exhibe uma liberdade relativa às exigências particulares de produtividade da economia capitalista, isto é, seu poder estatutário independente das flutuações do mercado de trabalho.

Bourdieu (1997) mesmo afirmava que o funcionário público na Argélia só era comparável ao “rei”. Seu emprego é o seu “capital”. É uma projeção futura que representa o inverso da condição presente. O que importa é compreender como se legitima o trabalho em diferentes áreas do campo econômico e no senso comum. Contudo, um emprego de gerente financeiro como o de Carlos e Fábio, cuja segurança social é embasada não apenas pelo contrato, mas também pela raridade do título escolar, mas, sobretudo, pelo capital cultural técnico especializado, se assemelha posição social do emprego público. Tanto os grandes empreendimentos quanto o Estado se tornaram grandes organizações com estruturas burocráticas extremamente diferenciadas. Um

trabalho como este envolve dois quesitos essenciais e que autorizam a função de capital da renda: um salário que permita criar condições econômicas confortáveis de modo a constituir uma poupança sistemática e contínua, permitindo-o suprir todas as necessidades e urgências materiais imediatas bem como sua extensão invariável (a despeito de crises econômicas conjunturais) num intervalo de tempo de médio ao longo prazo. Outro aspecto fundamental é como as urgências econômicas, alimentadas pela oferta inflacionada e a demanda instável, impede os pequenos comerciantes de transformarem a mercadoria num objeto autônomo, sendo esta pré-condição absolutamente central do lucro capitalista constante e progressivo, como percebeu Max Weber. Ou então como percebeu Karl Marx quando postulou que toda produção capitalista subordina o valor de uso das mercadorias ao seu valor de troca, ou seja, visando não o consumo próprio, mas sua venda e circulação no mercado, preconizando seu valor em dinheiro. Este deve ser sua finalidade principal e não residual.

O elo entre a instabilidade das condições e a privação econômica regulam o uso prospectivo do dinheiro. Este é o sentido do investimento presente ou futuro em imóveis. É uma intenção encontrada em vários entrevistados:

“A área melhor de investir é em imóvel. Terreno, casa. Você compra uma casa hoje... Ela tá lá, ela não desvaloriza de maneira nenhuma. Ou você aluga ela pra ter um rendimento. É pouco, mas o teu dinheiro tá seguro”. (Daniel, 32 anos, feirante e comerciante de frutas)

Ou:

“Então, ter o meu próprio trabalho, trabalhar, ganhar dinheiro, poupar pra chegar a ter a minha casa própria e melhorar financeiramente. (...) Essas casas ia me render entre mil e mil e duzentos reais. Ajuntado outras... trezentos reais, eu ia ficar com uma renda mensal de R\$1.500, 00 da pra viver tranquilo, não dependo de aluguel entendeu? Não tenho débito...”. (Vera, 45 anos, comerciante).

O investimento em imóvel corresponde exatamente à condição passada ou presente de instabilidade econômica. Suas estratégias almejam escapar à insegurança econômica encadeada à incerteza do futuro, provocada pela violência simbólica sobre o trabalho social. Em outras palavras, o investimento econômico em imóveis; mais recorrente em frações superiores de Batalhadores que conseguem em alguma medida acumular algum capital econômico tem como finalidade instaurar um princípio de previsibilidade mais alongada do futuro. Em vista disso, ela arrola para si o princípio de maximização da segurança econômica imediata como expectativa subjetiva. Para evitar a confusão com

que estamos chamando de função de capital da renda, precisamos introduzir uma nuance: o lucro acumulativo em dinheiro não é, aqui, o fim último e autônomo desta ação social e econômica. Neste caso, o princípio de previsibilidade e racionalidade do futuro não tem a ver com o lucro burguês contínuo, exponencial e provável, mas com um uso do capital econômico que almeja muito mais proporcionar a si um retorno econômico estável que jamais tiveram. Resumindo: “viver tranquilo” sem as preocupações num esforço de domar minimamente o futuro de seu próprio destino social.

A condenação à vida pautada por privações materiais é a forma escondida da violência simbólica praticada cotidianamente sobre o trabalho no campo econômico. Ela é tão mais forte quanto mais se subsume as condições prévias de competição social na esfera pública (meritocracia), ao forjar decisivamente os parâmetros constitutivos do mercado de trabalho moderno. Ao romper o economicismo, que reifica os processos diferenciais de socialização e aprendizado, invertemos outro postulado fundamental acerca necessidades econômicas: de que sua base se encontra meramente em condições biológicas precárias. A última tese leva interpretar a fome não como produzida pela desclassificação social sobre trabalho, operada sistematicamente pelo campo social da economia, mas como tendo sua causalidade num princípio biológico. Em última análise, é o que está por trás da ideia de que “se passa fome simplesmente porque não se tem o que comer”. Prosperidade, riqueza e necessidades ou urgências econômicas são elas mesmas produtos de um modo de classificação prática referente ao campo econômico. Levando isso em conta, compreendemos que a hierarquia moral do trabalho não trata as diferentes formas de labor isoladamente, já que o valor socialmente construído de cada um se constitui por oposição ou complementação. Assim, o reconhecimento simbólico e material de trabalhos qualificados e especializados, capazes de gerar inovações tecnológicas, serviços ou administrar a grande organização burocrática econômica, se aprofunda em oposição aos desqualificados e aos precariamente qualificados atrelados a um regime de trabalho que oferece poucas recompensas.

As urgências econômicas correspondem à estrutura primária violência simbólica do campo econômico moderno e competitivo, já que a condenação do destino de um indivíduo à fome e à precariedade social também é uma desclassificação moral e simbólica do trabalho social. A partir deste princípio, invertemos sinteticamente a teste materialista no cerne do economicismo, isto é, de que as necessidades materiais em si

fundam a economia; ao contrário: é a forma de organização social subjacente à economia moderna a fundadora do que se pode chamar de necessidades materiais, decorrência direta da ideia de que o campo econômico se organiza em torno da escassez natural de recursos. Por isso, tratamos trabalho e disposições econômicas como unidades disposicionais diferenciadas, pois as duas dimensões possuem validade compreensiva não podendo ser uma reduzida à outra. Ao afirmar que a violência simbólica sobre a legitimidade qualitativa do trabalho social se realiza na e pela condenação de classes sociais às necessidades materiais imediatas, ou como diria Weber, ao “chicote da fome” retomamos o aspecto central que falta à sociologia bourdieusiana da economia: disposições financeiras de classe se harmonizam com posições e trajetórias no campo econômico. Deste modo, podemos chamar atenção para uma sociologia política do campo econômico e como este contribuir de maneira absolutamente central na reprodução da desigualdade de classes. Esta lacuna em Bourdieu é visível em razão de sua preocupação com uma sociologia do campo econômico ter permanecido fragmentada. Ainda que enxergue as classes sociais – categoria tão central em vários outros livros - esta não ocupa em sua sociologia econômica um lugar privilegiado para recuperar uma teoria totalizante do espaço social. É preciso enfatizar que a luta entre as classes se deixa apenas esclarecer se levarmos em conta que tendências para ação se dispõem num espaço de destinos sociais possíveis.

A função de capital da renda é, sobretudo, um exercício de controle sobre o tempo social. Ao exercê-lo, as classes dominantes conseguem instaurar condições sociais ou contextos de atualização favoráveis, modelando suas disposições. Condições da posse envolvem necessariamente numa inclinação disposicional, resultando ou não em “poder dispor” de recursos sociais. O que está em jogo é o sentimento de poder sublimado ao dispor do dinheiro no tempo (SIMMEL, 1899, p. 2-3). Isto inspirou dois tipos sociais simmelianos: o “avarento” e o “perdulário”. O “avarento” se realiza exatamente na acumulação do capital econômico e não no gozo com as infinitas possibilidades de gasto com o dinheiro. Ao enxergarmos o problema desta perspectiva, não se opõem mais o “avarento” - para o qual o dinheiro está no centro da constituição de sua libido, já que o interesse pelo valor de uso das mercadorias permanece na periferia de seu “eu” – e o perdulário, para quem o prazer está no gasto, ou seja, no ato da compra e não na posse de uma mercadoria. Para o avarento, as coisas lhe são indiferentes porque valor monetário surrupiou seu caráter final, isto é, seu valor

qualitativo. Em certa medida, o dinheiro se ajusta à modulação social da vontade, das pulsões e das categorias de pensamento, tendo como direção o exercício do poder coletivamente legitimado através de instituições historicamente estabelecidas.

Poderíamos complementar a acepção simmeliana original com o tipo do “jogador”. Procuramos contribuir para uma sociologia das experiências traumáticas que desencadeiam disposições e comportamentos patológicos. Deniro (52) é imigrante turco na Alemanha onde reside há 18 anos. Sua resignação diante da vida e de sua trajetória é tão forte que é apenas compensado por sua experiência traumática ligada à imigração. Em contraste com Daniel e com outros entrevistados, não constatamos nele disposições realistas fortes, impondo-se, como afirmava Freud, enquanto um “princípio de realidade” produtor da adequação entre expectativas subjetivas e condições objetivas. Todavia, não entendemos que o constrangimento trazido pelo realismo dos limiares de classe seja uma categoria restritiva, ao contrário, ela inclui uma conversão das disposições sociais. Sua infância na Turquia foi marcada por privações econômicas imediatas, o que se impingiu de tal modo que o forçou a trabalhar desde os nove anos de idade. Tal condição social se constrói, tal qual nas camadas inferiores dos Batalhadores brasileiros, através da afinidade eletiva entre privação material direta e uma socialização disciplinar do trabalho:

“Meine Mutter war in der Türkei mit 6 „Kinder“ zuhause. Es war eine schwere Zeit... Ohne Geld, die Schule war eine Scheisse (in der Türkei)“. (...) Als ich 9 Jahre alt war, habe ich angefangen mit Gastronomie. Mein Vater hatte ein Gasthaus in Deutschland, ich habe ihn besucht und bei der Arbeit „geholfen““ (Deniro, 52 Jahre alt, Mitarbeiter bei einem Imbiss).

“Minha mãe estava na Turquia com seis filhos em casa. Foi um tempo difícil (na Turquia)... Sem dinheiro e na escola era uma merda! Quando eu fiz nove anos comecei a trabalhar com gastronomia. Meu pai tinha um pequeno restaurante na Alemanha, vim visitá-lo e ajudá-lo no trabalho” (Deniro, 52 anos, empregado de uma pequena lanchonete turca).

Ainda que afirme ter feito um curso de instrução formal no ramo gastronômico, a verdade é que seu trabalho não é decorrente de qualquer reconversão de estudo. Após trabalhar com o pai, foi aprendendo no cotidiano do ofício em diferentes restaurantes como garçom e vendedor. Mesmo trabalhando e ganhando um salário fixo, a relação entre presente e futuro aparece marcada por uma extrema resignação diante de uma vida conduzida diante de incertezas sociais:

„F- Wie sieht deine Zukunft aus?

A - Ich sehe gar keine meine Zukunft (resigniert)... Ich überhaupt keine Zukunft. Vorbei! Ich bin 52 Jahre alt. Ich habe keine Zukunft... nur hier. Ich arbeite hier, bis ich krank... bis was passiert. Was ich verdiene, ich esse in diesem Monat... „nächste“ Monat ich denke nicht“. (Deniro, 52 Jahre alt, Mitarbeiter bei einem Imbiss)

P- Como você vê o seu futuro?

R- Eu não vejo o meu futuro (resignado)... Eu não tenho futuro. Já era! Eu tenho 52 anos. Não tenho futuro... Apenas aqui. Eu trabalho aqui até eu ficar doente... Ou algo acontecer. O que eu ganho neste mês, eu uso pra comer... no mês seguinte eu não penso” (Deniro, 52 anos, empregado em uma pequena lanchonete turca)

O significado da imigração ganha, neste contexto, o contorno de uma nova vida, de um recomeço. O futuro como incerteza se mostra como eterno retorno de urgências primárias do presente. Este caráter inconstante das disposições econômicas e das estruturas temporais é um critério nodal para compreender não apenas a razão pela qual ele imigra da Turquia para a Alemanha, mas igualmente, porque a frustração sistemática de suas expectativas desencadeia o que poderíamos chamar de disposições econômicas anômicas. Elas são provocadas não apenas pela imprevisibilidade econômica, mas também pelo fato de que a imigração, que antes era como um sonho no qual todos os problemas, iam se resolver acaba por se tornar em pesadelo, trazendo de volta o que ele mais temia. Neste caso, a ideologia nacional desempenha um papel preponderante em suas disposições para crer. Assim como o sonho Americano, da “terra prometida” do “país da liberdade e das oportunidades”, a Alemanha era vista como país “sólido” e “seguro”, onde sua condição social original na Turquia não existia ou era pelo menos atenuada:

F- Sie haben keinen Plan, in die Türkei zurückzufliegen?

A- Ich bin hier gekommen und ich habe gedacht „das ist nicht so Deutschland“ Ich habe gedacht „ich gehe Deutschland meine „Mutti“, meine Geschwister, alles hier. Ich finde sofort eine Arbeit und ich verdiene gute Geld, ich rauche nicht, ich gehe nicht Kneipe, ich gehe nicht Disko und so, aber ich komme hier und alles anders“ (Deniro, 52 Jahre alt, Mitarbeiter bei einem Imbiss)

P- O Sr. Tem algum plano de voltar para Turquia?

R- Eu vim para cá e pensei “não é assim na Alemanha”, eu pensei “eu vou pra Alemanha onde está a mamãe e meus irmãos, tudo aqui. Eu acho imediatamente um trabalho e ganho dinheiro, eu não vou fumar, não vou sair e tal, mas vim pra cá e foi tudo diferente. (Deniro, 52 anos, empregado em uma pequena lanchonete turca)

Eis a contradição em sua vida marcada pela procura incessante de fugir de sua herança social na tentativa de encontrar um patamar. A hysteresis se torna vivenciada aos poucos através da frustração sistemática de suas expectativas de mobilidade social,

desencadeando - através desta resignação ao presente - disposições econômicas anômicas. Deniro é viciado em jogos de azar. Além desta constelação de fatores contraditórios ainda há outro, que lhe é consciente: a de que o jogo não é exatamente pura e simplesmente uma forma de diversão ou sede por mais dinheiro. Esta prática está afinada principalmente com suas estruturas temporais de classe: se ele mesmo afirma que não tem futuro planejável, não há como também desenvolver qualquer ação social previsível com o dinheiro:

F - Hast du Freizeit? A- Nein, ich habe überhaupt keine Zeit, ich habe ein Enkelkind, ich spiele mit meinem Enkelkind und Internet... Oder diese „Automatenspiele“, so „Glückspiele“.

F- Wie oft spielen Sie? A- Ich bin krank, ich spiele immer. Was ich verdiene, ich mache alles da! Krankheit... spielsüchtig.

F- Können Sie über den Grund der Krankheit sprechen? A- Ja, ich will ein bisschen mehr Geld haben. Das, was ich verdiene, reicht mir nicht. Ich will ein bisschen mehr Geld haben, aber ich verliere alles.

F- Alles, was Sie verdienen, spielen Sie? A- Alles kann man nicht sagen, aber fast alles F- Internet benutzt du auch? Ja, „bei“ Internet spiele ich Poker... Oder Pornoseite ich gucke. (Deniro, 52 Jahre alt, Mitarbeiter bei einem Imbiss)

P- Você tem tempo livre? R- Não, eu não tenho tempo livre, eu tenho um neto e eu brinco com ele... E a internet... Estas máquinas de caça-níquel, jogos de azar.

P- Com que frequência o Sr. Joga? R- Eu sou doente, eu jogo sempre. O que eu ganho eu jogo! Doença... viciado em jogos de azar.

P- O sr. poderia falar sobre a razão desta doença?

R- Sim, eu quero ganhar mais dinheiro. O que eu ganho não me é suficiente. Eu quero ter mais dinheiro, mas eu sempre perco tudo. Na internet eu jogo sempre pôquer ou fico olhando sites pornô”. (Deniro, 52 anos, empregado em uma pequena lanchonete turca).

O jogo de azar tem uma particularidade especial no capitalismo moderno porquanto, em contraste com quase todas as outras formas de se ganhar dinheiro, ele não depende do esforço individual exigido pelo trabalho cotidiano e racional. O conceito de desempenho pode ser interpretado desta forma, pois corresponde justamente ao elo e à recompensa impessoal em dinheiro pelo trabalho social.

A grande ilusão, no entanto, é imputar no dinheiro e no salário um caráter estritamente materialista ou mecanicista em função de a recompensa em dinheiro ser não apenas material, mas igualmente simbólica. Toda forma de recompensa salarial ou monetária do trabalho carrega consigo em seu “pano de fundo moral”, o reconhecimento ou violência simbólica do campo econômico, exercida através da condenação às urgências materiais primárias. O conceito mecanicista, escondendo sua

verdadeira visão de mundo, a meritocracia, se baseia na ideia de que existe uma proporção “economicamente racional” entre o salário e trabalho desempenhado⁴². O jogo de azar rompe com esta forma de legitimação social do trabalho produtivo, fazendo com que o ganho do dinheiro exclua a contrapartida da labuta diária e do esforço individual. Este é o seu efeito prático em expectativas subjetivas, em disposições para crer que jamais podem se separar do processo de legitimação do mundo social. Doravante, o sonho de ganhar uma quantidade exacerbada de dinheiro em um curto intervalo de tempo, como num “passe de mágica” é apenas compensada por sua perda brutal e repentina. Nas classes sociais dominantes, a recompensa monetária racionalizada pela constância, a seguridade no trabalho em médio/longo prazo bem como construção de uma retaguarda financeira produzem a sensação de autoconfiança e poder (*Machtgefühl*) quase como um Deus (SIMMEL, 1995). Neste âmbito, os agentes exibem o relaxamento atitudinal prévio frente ao presente imediato o qual é conferido por condições econômicas estáveis. Em seu caso contrário, o dinheiro toma um contorno diabólico, pois é o domínio do imponderável e do improvável temporal.

A condenação de boa parte das classes populares brasileiras às necessidades materiais primárias não pode ser compreendida se não investigarmos o modo pelo qual o campo econômico opera a desclassificação simbólica sobre a legitimidade qualitativa do trabalho. Para tanto, a gênese social do significado da miséria material nos autoriza desnaturalizar este tema ao tomá-lo como uma arbitrariedade cultural do próprio do mercado. Deste modo, um arranjo histórico do mercado tende a ser tratado como se fosse seu estado “essencial”. Para conferir expressão, buscamos penetrar na ideia de que o campo econômico não prescinde de uma visão de mundo inerente, de uma hierarquia de valores morais que agrupa as classes e suas camadas de acordo com a adequação de seu modo de vida aos preceitos estabelecidos. Na esteira desta assertiva, a afinidade eletiva entre a violência simbólica do campo econômico e a precariedade social rompe com o preceito de uma organização essencial do mercado na medida em que a inclusão ou exclusão de classes sociais do sistema produtivo depende de consensos valorativos intersubjetivamente compartilhados. Tal categoria anseia compreender o elo cultural e o

⁴² Como percebe Michel Foucault (1993) surge juntamente com o poder disciplinar a ideia de uma economia punitiva, isto é, de que existe uma proporção “racional” entre penas e crimes, podendo ser, por exemplo, racionalmente codificada pela burocracia jurídica, uma vez que a estigmatização do preso e sua caracterização subjetiva se referem a este esquema relacional. Assim, as instituições de controle são responsáveis, sobretudo, por corroborar um tipo de juízo social tacitamente consentido e aceito sobre os que nelas transitam. A prisão fabrica, acima de tudo, a subjetividade criminosa.

sentido do capital econômico segundo a posição relativa das classes sociais na hierarquia de reprodução, nas chances de acumulação e estabelecimento condições estáveis. Portanto, dentro desta chave conceitual, assumimos que o reconhecimento econômico e moral do trabalho, refletido na regulamentação jurídica e em suas garantias sociais, depende da construção simbólico-política de seu valor na esfera pública. Não por acaso, a experiência de humilhação atrelada ao trabalho indigno (MACIEL, 2014) é geralmente acompanhada por sua instabilidade econômica. Este é o elo entre trabalho e disposições econômicas: *há um liame entre o desenvolvimento de disposições econômicas indiferenciadas e a violência simbólica sobre o trabalho praticada no campo econômico*. O esforço de integrar a classe trabalhadora europeia na esfera do consumo, mas também aumentando os níveis de poupança nacional, o que certamente permitiu a “democratização” do sistema de ensino, foi igualmente um processo de integração como um todo desta assim como uma forma de classificação positiva do trabalho social através da luta política. Além disso, a família da classe trabalhadora não encarava mais o dilema do trabalho infantil, como condição brutal que marcava sua realidade (HORKHEIMER, 1987). A renda ou o salário podem tanto, como via Karl Marx, contribuir na reprodução da condição de classe trabalhadora, ou seja, de modo tanto a excluí-la da acumulação do capital, mas também reforçando a reprodução cíclica como força de trabalho, obrigando-a a vendê-lo como mercadoria à medida que tais classes padecem em constante luta contra as necessidades econômicas.

Não obstante, o balanço entre renda e condições sociais objetivas de existência não segue uma lei ou uma necessidade social do campo econômico, mas corresponde a um estado social- e historicamente construído deste. Em suma, o conceito de violência simbólica do campo econômico nos ajuda a explicitar a raiz tanto simbólico-cultural quanto material da desclassificação social. O trabalho socialmente desclassificado como o desqualificado ou o formal precário são dois exemplos deste fenômeno. O telemarketing sofre explicitamente com o tempo de permanência no posto, ocorrendo em vista de condições de trabalho maximizadoras da exploração no curto. A rigor, a violência simbólica no campo econômico é menos uma exploração do tempo médio de trabalho do que uma desclassificação sobre a qualidade e o produto do trabalho como atividade social responsável por constituir circunstâncias primárias da existência social.

4.4) Um caso da função de capital da renda

A dominação financeira do capitalismo empresta ao dinheiro uma nova função. Se em Marx a lógica de expropriação do capital dependia diretamente da propriedade privada dos meios de produção, no capitalismo financeiro isto não é mais essencial para explorar a mais valia. O dividendo, ou seja, o lucro coletivo de sociedades anônimas e grupos financeiros de acionistas fracionou a empresa capitalista em ações ao representar o capital econômico portador de juros. Assim, uma nova gama de disposições entra em jogo. O que Hilferding narrou como processo caracterizador da totalidade das relações sociais no capitalismo moderno é hoje introjetado pelos indivíduos sob forma de disposições sociais e econômicas, pois a dominação financeira aumenta o poder operacional do dinheiro à distância. Ou seja, com o advento dos produtos financeiros é possível acumular lucro sem ser necessariamente um empreendedor individual. O processo acumulação do capital não acontece mais exclusivamente a partir de seus encadeamentos produtivos no sistema, mas igualmente segundo a forma pela qual se desenvolve o patrimônio de disposições econômicas das classes sociais. Entretanto, isto não quer dizer que a indústria perdeu a centralidade, pois o mercado financeiro se complementa a ela e, de certa forma, depende da esfera produtiva.

Fábio, assim como, Carlos era gerente financeiro em uma grande companhia de cigarros. Nele se concentram as três tipologias da classe capitalista atual: o manager em posições administrativas ou de execução (quando faz carreira na empresa) nos grandes conglomerados e monopólios, o capitalista de médio-grande porte e o investidor financeiro. Na época em que era gerente financeiro, ele decide se tornar empresário por conta própria. Em contraste com pequenos comerciantes, ele não tomou crédito para capitalizar a empresa, mas acumulou o capital inicial com o salário que ganhava, abrindo posteriormente uma pequena loja de material de desenho:

“Nunca fui a banco, nunca mexi. Nunca conheci o que é uma agência bancária. (...) eu sempre juntei pra depois comprar. Aprende outra coisa: não há produto mais caro do que o dinheiro quando você é tomador. A única coisa que não aceita desaforo é o dinheiro”. (Fábio, 59 anos, engenheiro e empresário aposentado)

Neste caso em particular, o que estamos chamando de função de capital da renda é a metamorfose do salário acumulado em capital inicial. Apesar disso não ser um caráter propriamente de classe na entrada no campo econômico, já que os grandes financistas

também tomam empréstimos, este evento não constitui um ato isolado. A intenção de se capitalizar anteriormente ao começo do empreendimento aponta para uma distinção importante com os pequenos comerciantes, que necessitam do crédito para sequer para empreender. Em função de sua posição rente à subsistência, há uma margem temporal muito menor no planejamento da ação econômica. A transformação de Fábio em empresário individual não implica que se torne um tomador de crédito, o que pressupõe sua liberdade relativa. À vista disso, observamos como ele poupa sistematicamente o seu salário para, assim, se valer dele como capital inicial, sem que isto ponha em risco sua sobrevivência imediata e muito menos seu pertencimento de classe. Aliás, a existência do capital inicial traz em seu bojo o capital fixo, o que pressupõe uma oferta alargada pela produção industrial. Já para os pequenos comerciantes, o banco exerce, sem dúvida, uma tutela, pois exploração do trabalho acontece assim de modo indireto através dos juros sem que muitos constituam uma poupança sistemática. Aliada à função de capital do seu salário como gerente financeiro, seu conhecimento prévio do nicho que viria a ocupar no campo econômico garante o risco minimamente calculado de seu investimento inicial.

Ao chamar atenção na maneira pela qual o salário pode ser usado de modo a funcionar verdadeiramente como capital econômico, apontamos para uma mutação relevante em seu significado. Assim, não podemos mais nos valer exclusivamente da oposição simples entre salário e capital como critério essencial para compreender as verdadeiras chances de reprodução do dinheiro sob a forma de lucro; é preciso entender a maneira como a ação econômica se dá. Deste modo, o que caracteriza a classe burguesa assalariada é a sua possibilidade justamente de transformar de modo mais suave sua posição no campo econômico e não ser diretamente definido por este. No bojo desta pré-condição, quando falamos de função de capital da renda indicamos seu tratamento assim de maneira formal, ou seja, porque envolve a recompensa monetária pelo desempenho produtivo. O grande empreendimento tende a assalariar todas as classes, o que embaça esta oposição clássica. Simmel percebia o salário como forma tendencialmente universal de recompensa monetária pelo labor. Para compreender o significado do capital econômico na luta de classes é preciso pensar muito mais em como condições econômicas que permitem ou proíbem um tipo desempenho próprio com o dinheiro. Igualmente, a chance de poder entesourar parte da renda no banco convertendo-o em investimento financeiro e em capital me parece questão nodal do

capitalismo financeiro. Bourdieu e Simmel haviam percebido intuitivamente esta questão: as condições econômicas das classes dominadas impedem planos indefinidos da ação social com dinheiro, forçando-a orbitar exclusivamente na supressão das necessidades materiais urgentes:

“Isto é pelo menos o caso em meio ao pobre: pois a renda em dinheiro deste é, em função de suprir apenas as necessidades da vida, desde o princípio determinado e deixa à seleção das possibilidades de aplicação apenas um pequeno espaço de mobilidade. (...), pois elas (os meios financeiros) já se encontram imediatamente canalizada em fins determinados”. (tradução minha) (SIMMEL, 2009, p. 317)

E Bourdieu:

“Ainda que o contraste se encontre atenuado pelo fato de que as famílias com renda mais fraca venham a comprimir estas categorias de despesas (as despesas de conforto como aquecimento, luz elétrica e etc.); a soma consagrada às despesas não varia como a renda e é nas categorias de renda mais baixas que a parte deste posto na despesa global é a mais forte. (...) a consentir sacrifícios em outros domínios, alimentação (...)”. (tradução minha) (BOURDIEU, 1977, p. 104).

Deste modo, podemos livrar o conceito de renda e salário de sua raiz economicista, já que esta concepção oculta toda ação social relativa ao dinheiro. É precisamente esse elemento que impede as classes populares de exercer o desempenho de capital, a ação econômica resultante da constituição de uma retaguarda financeira sólida. Nas classes populares, sobretudo, nas frações inferiores, a composição interna da renda geralmente é tomada por gastos fixos, restando quase ou nenhum espaço substancial para agir prospectivamente com o capital econômico. O espaço bastante reduzido desta margem de manobra decisória e relativamente livre, principalmente quando esta não é acompanhada da constância temporal, obstrui o florescimento de práticas financeiras acumulativas. Isto se agrava quando a instabilidade econômica atinge faixas de renda inferiores. Como consequência, a presença do excedente econômico em si não assegura a constituição longo prazista da retaguarda financeira. Neste caso particular da função de capital da renda, a poupança sistemática se liga com outra finalidade futura: a transição entre o assalariado para o empreendedor individual através da sua conversão em capital inicial. Sua ação econômica estratégica com o dinheiro teve como consequência seu uso produtivo futuro e sua materialização em meios de produção.

Em decorrência disso, ao mesmo tempo em que Fábio usa o seu salário acumulado como capital inicial para abrir sua primeira loja de material de desenho, ele compra uma asa delta, sem que isto incorra em um conflito ou interdição entre as duas

ações econômicas. Uma tem um sentido completamente diferente da outra, ainda que não entrem em atrito direto. Por isso, ele opera com a função de capital de sua renda (salário), podendo dispor de parte do seu salário no tempo e que se tornou posteriormente em capital inicial. Assim, em direto contraste com os pequenos comerciantes, as condições financeiras de Fábio abrem uma margem especulativa e ao simultaneamente prospectiva com o capital econômico relativamente desimpedida de qualquer finalidade ou gasto no curto prazo. A confluência de condições econômicas rentáveis junto a disposições econômicas consolidadoras de uma poupança sistemática permite a diferenciação dos planos de ação com o dinheiro, viabilizando a distinção, por exemplo, entre gastos não prospectivos do consumo, da acumulação de capital econômico ou de um consumo prospectivo como o investimento em um patrimônio (uma casa, uma lancha e etc.). O uso do dinheiro ganha o contorno de uma rede diferenciada, operando em planos interdependentes entre si. Uma hipótese bastante plausível é de que a distinção entre classes altas e médias ocorra diante da diferenciação interna do investimento financeiro. É possível compor investimentos de risco, mas de alta rentabilidade imediata com os aqueles mais seguros cuja rentabilidade se desenrola num intervalo temporal mais extenso.

Por conta disso, os usos do dinheiro das classes dominadas incidem uma espécie de “todo em um” em que usos do dinheiro orbitam em pequenos círculos de ação repetitivos como os, por exemplo, citados por Bourdieu (comida, gás, vestuário, luz elétrica, consumo do lar, ajuda a familiares e etc.), mas, sobretudo, com fracas práticas financeiras para a poupança. Outra marca das disposições indiferenciadas é que uma ação incorre frequentemente na cessão de outra, exigindo sacrifícios. Assim, as estratégias econômicas mais raras e que envolvem uma aplicação prospectiva - seja para reproduzir o capital econômico, seja criar condições favoráveis de reconversão - do dinheiro transformado em capital econômico se torna privilégio de classes sociais capazes de libertar o seu desempenho do dinheiro de seu campo de aplicabilidades imediatas.

4.5) O capital cultural do campo econômico: percepção dedutiva e a indutiva do campo econômico

Nesta secção procuraremos investigar como o empresário burguês não empreende mais, como na fase nascente do capitalismo ou então, como as classes populares, se baseando na aventura. A aventura e a inventividade como modos de empreendedorismo em que improviso, risco e visão intuitiva do campo econômico são exclusividade das classes populares (MACIEL, 2014). A pergunta é: se as classes populares empregam este conhecimento intuitivo muitas vezes baseado no “face-a-face” cotidiano com a clientela local, o que caracteriza, portanto, o empresário burguês? O empreendedor das classes dominantes não se vale mais de uma percepção intuitivo-contextual cotidiana do campo econômico, mas de um conhecimento formal-abstrato do mercado capitalista! O conhecimento intelectualista e dedutivo do campo econômico bem com de seus nichos caracteriza não apenas o empresário burguês, mas o alto empregado burguês, que pode, dependendo de sua trajetória (como ficou patente no caso de Fábio) se tornar empresário individual. Estas metamorfoses na trajetória dependem tendencialmente da fase de vida em que se está. O conceito de função de capital do salário apreende tais mudanças na morfologia da trajetória social no campo econômico.

Daniel é o entrevistado com a visão mais abrangente no que tange a percepção do micro-cosmos do campo econômico local e de seu nicho:

“Quem trabalha com isso aqui não pode trabalhar com quantidade, mas com variedade. O cliente chega aqui e pergunta: “Tem manga?” E você diz que não tem, ele vai no vizinho e compra. Tem que ter variedade. (...) Tem que saber quantidade de mercadoria que tem e a quantidade de mercadoria na cidade, você tem que ter uma visão muito geral. É uma visão muito geral”. (Daniel 32 anos, feirante e comerciante de frutas).

Agora Fábio:

“Tinha dois anos depois de formado (curso de engenharia) e eu já conhecia e sabia que tinha falta deste material no mercado”. (Fábio, 59 anos, engenheiro e empresário aposentado).

Dois aspectos saltam aos olhos no caso de Fábio: ele empreende a partir do conhecimento prévio do nicho do campo econômico onde há a demanda (a “falta”). O investimento econômico é primeiramente informado por um conhecimento estratégico-abstrato prévio do mercado e suas chances de lucro. É o que diferencia “conhecer” e ter

uma “visão geral” em que a finalidade do investimento já está dada de antemão. Os dois desenvolvem, em certo sentido, uma visão espacial do campo econômico, mas Fábio incorporou um capital cultural do campo econômico que o equipa com uma visão do mercado para além da subárea local. Além disso, o capital inicial fruto da poupança sistemática da época em que era alto assalariado lhe confere a liberdade relativa de sua inserção como empresário individual, ou seja, onde vai investir o dinheiro. Para o pequeno comerciante sem capital inicial, resta a luta com os recursos limitados sobre os quais dispõe. A entrada de Fábio no campo econômico como empreendedor já pressupõe o conhecimento formal-abstrato dos espaços mais lucrativos do campo econômico. É uma das razões pelas quais seu trabalho não aparece nem como legitimação hereditária, como em Daniel.

A visão espacial e estratégica do campo econômico configura a possibilidade de previsão mais ou menos estável de um lucro provável. Ele parte de uma visão abstrata e dedutiva de oferta, demanda e empreendimento. O mercado financeiro (ARNOLDI, 2009) é o lugar, onde este conhecimento abstrato do mercado é generalizado para todos os produtos financeiros a fim de calcular o risco e transformar o lucro numa acumulação estável, previsível e exponencial. Ela depende de projeções matemáticas de taxas crescentes de lucro, compromissos sociais protegidos legalmente (dívidas e crédito) e, sobretudo, a canalização da energia humana para o trabalho. Segundo Arnoldi, este conhecimento técnico do mercado trazido pela ciência econômica não implica necessariamente em um maior grau de estabilidade do próprio mercado financeiro. Ele define modelos de previsão matemática galgando o controle e a racionalização do risco para que se possa inclusive precificá-lo. Tal papel é desempenhado pelas agências financeira mundiais.

Ainda que não sejam empresários, Denise e Carlos incorporaram um conhecimento similar ao de Fábio e que, dependendo de contextos de atualização ou do ponto na trajetória individual podem ser aplicados em outras finalidades. As duas profissões envolvem em alguma medida um conhecimento especializado sobre o campo econômico, seja internamente ao empreendimento, seja externamente na medida em que viabilidade do investimento em inovações tecnológicas se torna avaliado:

“(...) não é um banco, mas seria um banco. (...) o seu projeto, vamos dizer, é um projeto de inovação de empresa, é um projeto arriscado e que pode dar errado. Eu como um órgão do Estado que quero fomentar a inovação, vou entrar junto contigo no projeto, oferecendo um juro muito baixo, que é inclusive inferior a inflação. Ou seja, um juro

negativo pra apoiar esse projeto. (...) A gente vai avaliar o projeto, a gente visita o projeto, a gente acompanha o projeto... A gente vai traçando o projeto (...) a gente tem toda uma metodologia pra avaliar. (...) Eu tenho uma preocupação que esse produto chegue ao mercado. É uma área estratégica. (Denise, 31 anos, engenheira de produção).

Ou Carlos:

Eu trabalho numa empresa de apoio marítimo. Como se fossem embarcações de menor porte que prestam serviço pra plataformas de petróleo, ou seja, fazendo ancoragem das plataformas e toda logística de mantimentos e de óleos, dos navios que podem levar estes materiais até as plataformas e também trazer resíduos. (...) Já trabalhei muito com controle de custos, com relatórios, de fazer controle de orçamento. (Carlos, 30 anos, gerente financeiro).

O empregado assalariado de classe média mantém uma relação direção direta ou indireta com os grandes empreendimentos controlados por sociedades anônimas de ações, seja trabalhando em ocupações no campo burocrático da empresa, seja desenvolvendo e avaliando mercadorias em vanguardas produtivas. O trabalho de Denise envolve a viabilidade da fabricação mercadorias que condensam conhecimento tecnológico, já o de Carlos o controle financeiro e de logística do grande empreendimento. O grande capital constituiu empreendimentos tão diferenciados e com uma dimensão burocrático-administrativa contendo funções tão diferenciadas entre si, que é preciso empregar trabalhadores altamente especializados para fazer o controle dos capitais internos, envolvendo cálculo, aplicativos e a língua escrita. Isto posto, é possível dizer que tanto o Estado quanto grandes empresas se tornam grandes organizações burocráticas. O Batalhador pequeno comerciante faz o controle de seu negócio na maioria das vezes de mentalmente ou com um caderno, o que representa a indiferenciação de seu pequeno empreendimento.

A incorporação desta atitude “intelectualista” no campo econômico baseada no conhecimento especializado se assemelha à comparação que Lévi-Strauss (1962) havia feito entre o “artesão” (*bricoleur*) e, não por acaso, o engenheiro: não que o *bricoleur* não classifique e não tenha produza um conhecimento sobre o mundo social e natural circundante, mas a diferença está na ordem do conhecimento e do pensamento. Ele se define somente por sua instrumentalidade, pois os elementos são recolhidos ou conservados em vista do princípio de que estes podem “sempre ser de serventia” O *bricoleur* permanece limitado à história de cada instrumento e ao poder de utilidade pré-determinado por cada um deles. Neste sentido, o instrumento se configura como um dado e ele está fadado às possibilidades já contidas no utensílio e em seus usos: seu

universo instrumental é fechado. Portanto, a regra de seu jogo é se arranjar ou executar suas tarefas com um número finito de utensílios e de materiais heteróclitos, pois seu objetivo e a composição de seu trabalho não estão relacionados a um projeto particular, mas é o resultado contingente de todas as ocasiões que permitem renovar e enriquecer o estoque. A ciência do concreto segue à lógica das correspondências ao colecionar os eventos e fenômenos particulares. Sob esta ótica, ela sobrepõe a parte ao todo porque o evento ou o fenômeno detém a primazia sobre o princípio abstrato. Ela elabora explicações ao agenciar elementos (adaptando o diferente), se organizando em torno do evento e não da estrutura, isto é, de uma concatenação de causas e efeitos. O que distancia Fábio dos empreendedores populares é o seu conhecimento mais ou menos consciente da estrutura espacial do campo econômico de modo mais abrangente e não engessado ao mercado local. Ele sabe exatamente o lugar que sua empresa ocuparia no seu ramo do mercado. Sua gráfica era a 5ª maior do Brasil. Isto se confirma, por exemplo, na escolha do ramo do mercado *previamente* à inserção neste. A ciência do concreto arranja e rearranja os fragmentos uns aos outros, mas não busca um plano abstrato coordenador. A estrutura encadeia estes eventos particulares num intervalo espacial e temporal. Ela confere ordem à percepção imediata e espontânea do mundo e de seu cosmos, que no caso dos Batalhadores é o mercado urbano local (a feira).

O capital cultural estratégico no campo econômico se conforma no caso contrário do improviso Batalhador, inserido em ciclos econômicos de intervalos mais curtos como o diário ou o semanal. Elas formam o alcance das categorias temporais e econômicas dos Batalhadores feirantes. Muito diferente do salário fixo constante mensal ou anual das classes médias estabelecidas. A teoria da classe de renda ignora solenemente esta distinção fundamental, que é ela mesma a forma pela qual as classes sociais agem com o dinheiro no tempo. Sendo assim, o improviso, em função do balanço lábil entre oferta inflacionada e demanda estável, trabalho e posição de classe no campo econômico, se afinam com o conhecimento intuitivo curto-prazista do “artesão do campo econômico”:

“Assim, eu sugiro (pra dona da lojinha) assim, por exemplo, eu to aqui, ai eu digo: olhe o pessoal tá procurando muito isso. A procura, você tem que né? Devido ao que tá procurando né? O que que eles tão procurando? Tá procurando isso. Eu anoto e digo a ela que tá procurando”. (Virgínia, 58 anos, colaboradora numa loja de vestuário feminino).

“É que eu fico analisando os produtos que as pessoas tão procurando. Chegou uma pessoa, vamos supor assim: “o senhor tem um pente, uma tiara, um lenço...”. Aí aquele que for mais frequente, que as pessoas tiver mais procurando. Aí como eu to com aquele dinheiro de reserva eu vou lá e compro” (José, 55, comerciante no ramo de artesanato, plastificação e Xerox).

A percepção da intuitivo-espontânea da demanda no sub nicho do campo econômico local é a característica marcante nas disposições econômicas das camadas inferiores da nova classe trabalhadora brasileira e está submetida a uma série de fatores como a ausência de uma unidade produtiva industrial ou estoque; condições essenciais para uma estabilização do equilíbrio entre oferta/demanda e posição relativa no campo econômico. Esta racionalização temporal relativa ao lucro e ao fluxo interno de capitais é própria dos médios e dos grandes empreendimentos. Tais burocracias econômicas já exibem uma diferenciação mínima de suas funções internas, empregando o trabalho especializado e intelectual. Ao subirmos na hierarquia dos empreendimentos e da acumulação do capital econômico, percebemos que a presença deste conhecimento indutivo do campo e do capital econômico se distingue do abstrato-dedutivo. Trata-se de um capital cultural especializado conferindo ao agente social uma visão estratégica do campo econômico. Seja para se tornar um alto funcionário do grande empreendimento burguês interligado no mercado financeiro, seja para realmente empreender no campo econômico, este capital cultural técnico prospectivo é condição de acesso ao verdadeiro lucro. Traço similar se reflete na relação com o cliente: o Batalhador lida com o cliente pessoalmente, o empresário burguês, cujo empreendimento já se tornou uma unidade internamente diferenciada e autônoma, impessoaliza a relação com o cliente. Fábio se refere aos seus clientes como “negócios” a serem fechados. Por conseguinte, a interação face-a-face com a clientela se transforma no evento a partir do qual o pequeno comerciante batalhador pode inferir quais posições “estratégicas” tomar em seu sub nicho local, considerando o que “a clientela tá pedindo mais” ou “o que tá vendendo mais”. Esta forma muito comum de percepção do espaço econômico local também se limita, pois impede o desenvolvimento de uma forma de controlar e se impor minimamente como “oferta” temporal- ou espacialmente à demanda. Com isso, a capacidade de se impor num nicho do campo econômico pressupõe o poder relativo de uma empresa, sobretudo, frente aos concorrentes e suas chances de impor condições jurídicas vantajosas no Estado.

O funcionamento de sua empresa inclui tanto máquinas caras bem como a formação desta dimensão burocrático-estratégica composta por 30 trabalhadores especializados. Um andar do prédio que comprou era ocupado por esta equipe. Os meios de produção e a unidade burocrática são responsáveis pelo distanciamento impessoal do cliente. Esta dimensão burocrática opera tanto na logística interna do negócio capitalista burguês quanto na sua posição estratégica (no sentido de uma aceção intelectualizada e racional em vista dos concorrentes ou parceiros). Ela desempenha deste modo, uma dupla função, tanto na racionalização das funções dos capitais internos, ou seja, aplicando a razão instrumental do cálculo internamente ao empreendimento quanto externamente; enquanto pretensão de se estabelecer como empreendimento dominante no campo econômico. Este último corresponde à concorrência. De acordo com Simmel (1992, p. 306-307), a concorrência economia moderna exhibe a destituição de todo e qualquer traço associação pessoal, como ódio direto do concorrente. Entretanto, ele tinha em mente o médio ou grande empreendimento econômico, não o pequeno comércio informal. A legitimação das instituições do campo econômico – as empresas privadas e o Estado moderno – transforma a concorrência, que não é de modo algum espontaneamente livre, em uma luta formal por recursos escassos e o lucro econômico sob a forma de (mais) dinheiro. O papel do Estado moderno e principalmente na esfera jurídica, através da imposição legal através de leis regulamentadoras, procura não apenas regular passivamente, mas é, por um lado, o que constitui propriamente o campo de possibilidades de toda e qualquer ação econômica. Ele pauta a validade social da ação econômica. Um das atribuições mais importantes do Estado moderno na constituição do campo econômico capitalista e na impessoalização da luta de classes (no sentido de canalizar todas as energias intelectuais e corporais dos indivíduos) é legitimar, estabelecer, impor, normalizar o lucro como fim impessoal último do trabalho e da ação econômica. Se pudéssemos complementar a ideia simmeliana inicial do valor de função do dinheiro, diríamos que seu suporte institucional depende da legitimação psicológica, social, jurídica e simbólica do lucro individual e do dinheiro estado final do capital econômico. Assim, a legitimação simbólica do lucro como fim último do campo econômico é apenas passível de compreensão quando se considera que este não é acessível a todos. A concorrência repousa num princípio social individualista enraizado coletivamente. Sua violência simbólica sobre o trabalho social infligindo as necessidades econômicas primárias às classes sociais dominadas na hierarquia do campo consubstancia seu inverso especular.

Portanto, a acepção de concorrência no campo econômico, cuja legitimação social reflete a sua impessoalidade, compõe o núcleo desta estabilização do conflito nas sociedades competitivas.

4.6) A poupança sistemática como condição de possibilidade da diferenciação interna das disposições econômicas

Até aqui, analisamos como as classes dominantes conseguem exercer e desenvolver um tipo de ação econômica rara e que garante uma série de vantagens sociais. Chamamos este tipo de ação econômica de função de capital da renda. Queremos aprofundar esta noção introduzindo mais um argumento: a função de capital do dinheiro, ou seja, o uso prospectivo da renda como capital econômico pressupõe a diferenciação interna das disposições econômicas. Por conseguinte, o investimento financeiro como decorrência da poupança sistemática desenvolve planos interdependentes da ação econômico no patrimônio de disposições individuais.

Em nossa pesquisa, a poupança sistemática das classes médias burguesas se contrapõe à poupança marginal e residual das classes populares. Desta maneira, a ação econômica pode assumir um caráter relativamente autônomo diante de uma aplicação ou um gasto imediato. As condições muitas vezes inconstantes e instáveis dos Batalhadores contribuem negativamente nas chances de poder agir “dispor” do dinheiro desta forma. A poupança no longo-prazo assume uma função preponderante da racionalização das estruturas temporais, autorizando o alongamento e a extensão das mesmas num futuro abstrato, de modo que desencadeiam um processo de diferenciação interna. Tem-se aí, a configuração de elos de interdependência entre as ações econômicas particulares.

Simmel (1992b, p. 215) analisou como o dinheiro muda a percepção temporal dos indivíduos no capitalismo moderno, mantendo uma afinidade eletiva com expectativas subjetivas e imaginativas. Queremos argumentar aqui que a diferenciação das disposições econômicas contribui positivamente na expansão das possibilidades e camadas simultâneas de ação com o dinheiro. Deste modo, o simples aumento salarial não corresponde necessariamente à ascensão econômica das classes subordinadas, já que por outro lado os custos para manutenção da vida diária também sofrem um

aumento. Os potenciais usos do dinheiro permanecem conseqüentemente atrofiados (Ibidem p. 216). Se na última década os Batalhadores brasileiros tiveram acesso ao crédito produtivo e de consumo, estes ainda estão excluídos de constituir uma retaguarda financeira, alongadora das estruturas temporais atreladas às categorias de pensamento. A ação primária das classes sociais com o capital econômico é postulada em função do poder de compra de produtos básicos para sua sobrevivência. No caso das classes dominantes, em todas as suas camadas este ponto se torna ainda mais embasado em decorrência de seus produtos de sobrevivência imediata já serem em grande medida estilizados, mas cujo preço só pode ser medido em contraposição aos correlatos mais baratos⁴³. Este aspecto simbólico da renda e do “poder de mercado” das classes sociais jamais é tematizado pelas teorias economicistas. Ainda mais obscuro nesta corrente é como condições econômicas dão ensejo ao desenvolvimento a ações diferenciadas com o capital econômico, aquilo que Simmel chamou da influência do dinheiro sobre os processos da vida psíquica (Ibidem, p. 224), matizando todo o comportamento econômico na sociedade tanto com as mercadorias quanto com as pessoas. Como pano de fundo, o dinheiro tende a se infiltrar na ação social, objetivando os conteúdos psíquicos e as formas sociais de atribuição de valor. O preço é simultaneamente uma atribuição psicológica e social, pois ao reduzir tudo a um denominador quantitativo, permite a comparação de objetos que pelo seu valor qualitativo seriam incomparáveis. Contudo, outro aspecto simbólico se estende, no campo econômico, para além de sua redução quantitativa, já que uma das formas de classificação simbólica e cultural das classes ocorre se alguém é capaz de adquirir produtos “caros”, “estilizados” em contraste com os “baratos” e “vulgares” (ou ainda: o “barato, mas de bom gosto”, mais frequente nas frações de maior capital cultural e menor poder aquisitivo). A moda exhibe uma dinâmica similar, composta pela dialética entre assimilação e distinção; se, as

⁴³ A propaganda e sua relação com as classes sociais não é aqui de modo algum acidental: os produtos diferenciados são direcionados às classes sociais que já livraram o uso do dinheiro, mesmo no que tange sua sobrevivência imediata, das urgências materiais. Não à toa a narrativa da agregação do estilo se constrói em oposição radical a da redução da mercadoria ao seu preço, visando recuperar uma dimensão qualitativa, mas ao mesmo tempo fetichizada da mercadoria. Fetichizada, pois toda mercadoria pode ser reduzida ao seu preço. O capital cultural técnico-estético e as frações que se apropriam deste é responsável tanto na esfera produtiva quanto no consumo, operando não apenas na dimensão formal da mercadoria, mas também em sua função: como a mercadoria será utilizada. O relato de Steve Jobs nos é particularmente caro para compreender o tema tratado: “*Design is a funny word. Some people think design means how it looks. But of course, if you dig deeper it’s really how it works. The design of the Mac wasn’t what it looked like, although that was a part of it. Primarily, it was how it worked*”. Ver. I, Steve: *Steve Jobs in his own words*, 2011.

classes dominantes controlam os meios de produção das formas estéticas dominantes, as populares as assimilam enquanto o poder distintivo de uma tendência míngua.

A função de capital da renda está diretamente conectada com a ação econômica racional, com o poder de exercê-lo de modo a torna-lo, pelo menos em algum plano estendido, um “fim em si”, seja na acumulação de mais capital econômico, seja proporcionando contextos positivos na conversão de outras espécies de capitais, diferenciando, portanto, sua estrutura. Chamamo-las disposições econômicas secundárias ou diferenciadas correspondentes a esta positividade da ação com o capital econômico. Foi precisamente neste sentido que Simmel seguiu Karl Marx: a contradição das relações de produção, as relações de dominação e a divisão do trabalho, tematizada por Marx, correspondem em um dado momento, às necessidades bem como as forças condensadas nas disposições individuais. Por oposição à poupança contínua - condição de possibilidade da percepção objetivada e relativamente autônoma do dinheiro surja - prevalece um caráter fragmentado e descontínuo na retaguarda financeira dos batalhadores. Por conseguinte, *a poupança residual ou marginal* confirma uma tendência geral em nossos entrevistados da nova classe trabalhadora brasileira:

P- O senhor controla a reserva ou sua poupança?

R- Não... *Quer dizer, controlar mesmo... Quando eu preciso, eu tiro. É que é de acordo com a necessidade.* Se eu tiver precisando agora de 50 reais aí eu vou lá tiro os 50 e deixo o que tiver lá. *Também se for o caso de necessitar tirar tudo eu vou lá e tiro, depois...* Por sinal ontem eu tirei. Tava precisando de 60 reais e tinha lá os 60 reais. Eu fui lá e tirei tudo. Aí quando for segunda feira eu já vou repor os 60 ou mais. (José, 55 anos, comerciante no ramo de plastificações e Xerox).

P - A senhora tem alguma reserva assim pra uma eventual instabilidade?

R- Não. A gente aqui... Não, temos não. Nós é apurando e comprando. (...) Pra não faltar mercadoria porque aqui também não temos nem estrutura, mesmo que... A gente apura, bota deixo em casa algumas coisas porque na época, há três anos atrás até, a gente foi arrombado, deixaram nós no zero, e se eu não tivesse uma mercadoria em casa, a gente tinha ficado... Não tinha nem pra trabalhar né? (Josefa, 53, anos, comerciante de vestuário feminino).

P- Como é que você fazia pra juntar? Como assim, cada mês, por feira?

R- A cada final de mês, *o dinheiro que dava...* Eu passei um ano e “dois mês” trabalhando numa firma depois. Aí depois de um ano e dois meses meu pai repassou a barraca dele pra mim. Aí foi onde eu, foi onde o período eu era solteiro, foi um dos períodos que eu mais me dei bem. Porque tudo que eu ganhava *eu não gastava nem com refrigerante.* (David, 37 anos, comerciante).

P- A senhora junta dinheiro sempre né, guarda dinheiro sempre? Faz economia?

R- Procuo fazer minha economia pra poupar, *o que me sobra aqui eu faço minha poupancinha.* Eu tenho uma caixinha lá... (Lucia, 45 anos, comerciante).

A poupança quase inexistente ou intermitente do Batalhador comerciante marca o seu habitus econômico de classe. Tal formação marginal de disposições de retaguarda financeira corrobora seu estado relativamente indiferenciado, permanecendo incapazes de constituir planos interdependentes do uso do dinheiro. Como efeito disso, toda forma de poupança e disposição ascética com o dinheiro é acompanhada de um rigorismo, como vemos na “fala” de David. Este estado indiferenciado é o que impede a constituição, para uma parcela considerável dos Batalhadores, de uma ação ou função de capital do dinheiro. A incapacidade de encadear planos relativamente interdependentes do uso do dinheiro na medida em que uma ação específica impede ou dificulta o desdobramento de outras, principalmente das prospectivas, fortalece a instabilidade social com relação ao futuro. A ideia de cálculo prospectivo é fortemente dependente do surgimento destes traços no patrimônio de disposições individuais. No entanto, hipoteticamente é possível afirmar que as frações superiores dos Batalhadores possam ter começado a constituir uma retaguarda financeira de modo mais sistemático, mas este traço essencial das disposições econômicas é estruturalmente dependente da constância e da continuidade temporal da renda em dinheiro. São classes sociais cuja posição na hierarquia da divisão do trabalho não permite o desencadeamento de um processo de acumulação primitiva do capital econômico. Dentro desta temática, dois elementos se articulam entre si: a extensão da experiência temporal com o dinheiro, a probabilidade de firmar um processo de acumulação primitiva do capital econômico.

A forma quantitativa pela qual o valor moral e relacional do trabalho é recompensado monetariamente e, cujo salário fixo junto à garantia legal e prática da permanência no emprego, são exemplos fundamentais. O trabalho especializado, no qual agente produtor incorpora o capital cultural produtivo para o campo econômico, é aquele que consegue se estabelecer e impor um balanço positivo de sua oferta no mercado de trabalho. É neste ponto que outros aspectos da função de capital sobre dinheiro ou o salário podem se desenvolver, como a contribuição sistemática para uma previdência privada, seguro ou para uma aposentadoria podendo o trabalhador gozar de “tempo livre” no final da vida. Nos Batalhadores isso raramente é observável em razão de a função de capital sobre a renda estar em grande parte interdita, o que os obriga a trabalhar até o final de suas vidas. O estado indiferenciado das disposições econômicas batalhadoras representa uma das causas da socialização disciplinar do trabalho. O

indivíduo socializado nos setores inferiores desta classe desempenha o trabalho como uma atividade social constante já na terna infância ou adolescência. Por outro lado, esta disciplinarização familiar do trabalho é fruto de uma cultura de classe relativamente autônoma. A poupança marginal se esboça pela inconstância de sua prática e a não garantia de sua continuidade enquanto atividade acumulativa de dinheiro num intervalo temporal alongado. Assim, a ação com o dinheiro gira em um conjunto limitado de necessidades, impostos pelo cosmos econômico objetivo. No patrimônio de disposições econômicas batalhadoras uma ação mais custosa com o dinheiro fatalmente entra em conflito com outras, se interditando mutuamente.

Nas classes médias e altas brasileiras, a lógica se inverte. O acúmulo de capital econômico não segue mais uma lógica “residual” ou “marginal”, mas sistemática e compulsória:

“Por exemplo, eu poupo dinheiro pra comprar um apartamento ao mesmo tempo eu poupo dinheiro pra ter uma reserva pras eventualidades ou pra um momento em que eu não tenha um emprego. Eu poupo um pedaço do dinheiro, aliás, eu to tentando implementar aqui em casa uma cota mensal que tem que guardar e a diferença faz o que quiser. (...) Mas eu penso em juntar dinheiro pra pelo menos pra que eu tenho um dinheiro investido pra que eu possa pagar o meu aluguel”. (Carlos, 30 anos, gerente financeiro).

Eis a ilustração empírica de nosso conceito de função de capital da renda. A constituição da retaguarda financeira se inverte, pois o fato de poupar de acordo com uma cota mensal ou pelo menos de poder se impor tal cota mensal sobre o salário fixo confirma nossa hipótese da poupança sistemática como estratégia econômica das classes médias burguesas. A alíquota mensal representa a racionalização da ação social com o dinheiro, já que a continuidade, estabilização e a padronização de uma estratégia de retaguarda econômica se faz aqui presente. Observamos o caso diametralmente contrário na poupança residual do batalhador, ou seja, de a poupança compor o “que sobra”. Nasce aqui uma condição de possibilidade positiva, autorizando a constituição de uma retaguarda financeira preceda um gasto imediato. Esta é a pré-condição da diferenciação das disposições econômicas, sedimentando a retaguarda financeira do capital econômico na qual se desenrolam planos coordenados e interdependentes de ação. Logo, a poupança sistemática, corolário da função de capital da renda, contribui fortemente para o processo de alongamento, estabilização e racionalização das estruturas temporais do habitus econômico. Em consequência disso, resumimos nosso

argumento ao chamar atenção para a ideia de que as classes estabelecidas conseguem desenvolver disposições econômicas secundárias por meio da constituição de uma poupança sistemática. Normalmente, esta retaguarda financeira se transforma em investimento financeiro sistemático. A diferenciação das disposições econômicas entretém uma espécie de solidariedade orgânica entre si, se desenlaça de seu rigorismo e desdobra simultaneamente dimensões diversas de ação. *Consumo e poupança podem, portanto, se tornar planos diferenciados da ação econômica.* Eles surgem sob a forma de dois registros ou *domínios práticos* relativamente autônomos da ação econômica, entretendo uma afinidade eletiva direta com a capacidade de poupança sistemática das classes sociais. Isto nos autoriza a afirmar que, por exemplo, a contração de uma dívida assume um significado muito diverso se uma classe constitui reservas monetárias ou não. A diferenciação básica entre estes dois planos da ação econômica marca o habitus econômico dominante no qual os domínios práticos com o dinheiro podem atuar sem atrito direto entre si.

Nos Batalhadores, ao contrário, estes dois planos das disposições econômicas estão em constante tensão. Consumo e poupança logram conviver como dimensões relativamente autônomas da ação econômica. Por conta disso, são as classes que se “permitirem”, de “ser darem ao luxo”, pois o consumo de um bem não coloca em risco nem a retaguarda financeira como estratégia social de classe no campo econômico e nem o consumo de bens mais essenciais. Ora, se o desdobramento dos planos secundários das disposições econômicas das classes dominantes outorga a chance de agirem em planos multilaterais com o dinheiro, este apenas se confirma como resultante do desencadeamento ocasionado pela poupança sistemática reconvertida em investimento financeiro. Este aspecto nodal das disposições econômicas de classe acaba por alongar as estruturas temporais com o dinheiro incutindo a imaginação de um futuro abstrato. Apenas com o processo de acumulação constante e sistemático é que as disposições econômicas dominantes podem obedecer ao “princípio de poupança de forças”, como percebeu Simmel (1989), em que o uso do dinheiro se liberta das privações imediatas e funciona de modo descentralizados. As classes dominantes estão, portanto, em condições de agir “em rede” com o capital econômico na medida em que os usos particulares não entram em conflito entre si. Como consequência da poupança sistemática convertida em investimento financeiro, as classes médias burguesas conseguem, então, racionalizar seu habitus econômico enquanto a ação econômica

segue uma direção centrífuga, descentralizada e multifacetada, ou seja, não mais limitada finalidades pré-estabelecidas. Como fruto disso, a característica temporalmente sequencial e conflituosa das ações econômicas se veem enfraquecidas, já que deixam orbitar *exclusivamente* em torno de uma hierarquia de necessidades objetivamente impostas. A função de capital da renda opera justamente neste nível da diferenciação das disposições econômicas, incutindo um uso prospectivo do capital. Em suma, a função de capital da renda corresponde, por meio da poupança sistemática, ao exercício de uma prática financeira, fazendo florescer a diferenciação interna das disposições. Logo, a ação econômica não se limita mais previamente, abrindo um leque mais abrangente e relativamente de usos, interdependentes entre si. A função de capital da renda, afinada à rentabilidade imediata e futura (segurança e estabilidade do emprego) do trabalho social, autoriza: a) a reconversão de uma fração da renda em investimento financeiro; b) a estabilização, o alongamento das estruturas temporais dos agentes sociais no futuro abstrato (cálculo prospectivo); c) a diferenciação primária entre consumo e poupança; d) o desenvolvimento paulatino de esferas *relativamente* independentes de uso do capital econômico; e) um consumo prospectivo como viagens e mercadorias que envolvem algum tipo de acumulação (dada a trajetória de classe) prévia do capital econômico, como um apartamento.

A partir deste ponto, o dinheiro se torna passível de ser utilizado como objeto de uma ação pensada estrategicamente, ou seja, a movimentação financeira. O caso de Fábio ilustra bem o nosso ponto. Acompanhamos as duas primeiras fases de sua vida: a de gerente financeiro em uma grande empresa de cigarros e a de dono de uma gráfica. A terceira fase coroa sua metamorfose social final: a de aposentado rentista. Ele não administra mais ou seu “modo de produção”, mas seu capital. Esta é a passagem do capitalista industrial para o “financeiro” também introduz uma alteração em seu patrimônio de disposições:

“A minha empresa é que importava as máquinas. Foi muito fácil acabar com a empresa, porque eu não devia nada pra ninguém... Meu amigo, aí vem a outra parte: quando você se aposenta. (...) Você não sabe de nada. Você é muito bom cuidando de gráfica, mas é muito mais difícil tomar conta do seu dinheiro. (...) Bicho, o meu dinheiro sempre ficou na poupança. Eu sempre fui um “zero”... Em movimentar dinheiro, mas chega uma hora que você vai precisar. Aí, se você não aprender eles te botam no teu “&%\$” e você fica quebrado, zerado”. (Fábio, 59 anos, engenheiro e empresário aposentado).

A intuição simmeliana original de que os indivíduos das classes estabelecidas experimentam a sensação um “poder” com o dinheiro ganha aqui uma inflexão sociológica. Portanto, a acumulação sistemática ligada à função de capital da renda proporciona esta “margem de manobra” com o dinheiro à medida que este adquire uma independência relativa de ações mais básicas da sobrevivência e das necessidades materiais econômicas mais primárias. Isto posto, a ação acumulativa do capital econômico perde igualmente sua propriedade “marginal” e “residual” ainda dependente. A diferenciação das disposições econômicas e o desenvolvimento decorrente de suas camadas secundárias ocorrem na medida em que a ação social relativa ao capital econômico se torna cada vez mais *centrífuga*, alargando o seu campo de aplicabilidades. Sua penetração pode acontecer em vários ramos da vida social sem que um coloque xeque o outro, sem que um ramo entre em atrito com o outro. *Trata-se da constituição de planos e camadas complementares de ação dentro do patrimônio de disposições individuais*. O desempenho de capital sobre o dinheiro um balanço positivo com a experiência temporal. Em decorrência deste aspecto diferencial orgânico, que se dá primariamente entre gasto imediato e poupança, a função de capital da renda confere ao agente um controle prospectivo sobre os eventos de sua trajetória.

Como aposentado Fábio começou a “tomar conta do seu dinheiro”. Entretanto, para isso ele teve que aprender o “capital cultural” do campo econômico financeiro:

“Eu leio hoje 4 jornais: Wall Street, Folha de São Paulo, Valor (Valor Econômico) e O Globo. Eu “filtro” muito! Eu leio todas as análises financeiras. Espanhóis, americanos, uma porrada de coisa, todos os dias de manhã. Eu vejo uma porrada de papéis, eu olho os bancos de uma forma geral. Que pra você investir em alguma coisa tem os 3 “Cs”. Caráter, credibilidade e cash-flow”. (Fábio, 59 anos, engenheiro e empresário aposentado).

Novamente, o capital cultural abstrato e estratégico do espaço econômico por vezes combinado ao acesso a informações privilegiadas se mostra como quesito fundamental na acumulação do capital econômico. Sua visão do campo econômico é mediada pela linguagem escrita e não por uma visão intuitivo-conjuntural “geral” do mercado local como a de Daniel. Para além disso, o acesso a este conhecimento especializado e estratégico do campo econômico, baseado na ciência econômica, forma o capital cultural raro do campo financeiro. Mais estrutural ainda é a incorporação de disposições para aprendizados futuros, que concedem poder de adaptação e antecipação a novas formas de ações econômicas e maneiras de investir. A mediação da ação

econômica pelo conhecimento intelectual especializado marca a forma pela qual as classes dominantes agem no campo econômico. Outro aspecto fundamental é a capacidade de desenvolver disposições preventivas com o dinheiro. Desta forma, as chances de acesso ao capital cultural privilegiado e abstrato-espacial do campo econômico informam sobre como as classes dominantes - principalmente naquelas em que prevalece fortemente o capital econômico como fim último de sua existência social - desenvolvem um sentido de posicionamento dentro do campo econômico. Esta ação econômica e social se destaca veementemente da encontrada frequentemente nos Batalhadores: a do investimento em imóveis como promessa de estabilização da renda descontínua, algo interdito para a grande parcela das trajetórias sociais nesta classe.

Na dominação financeira do capitalismo moderno, os bancos tomam um papel fundamental no que estamos chamando de função de capital da renda: eles são responsáveis pela acumulação do excedente salarial das classes sociais em condições constituir uma retaguarda financeira sistemática. No Estado de bem estar social europeu, mas também nos EUA, este processo incluiu a classe trabalhadora e a pequena burguesia jogando luz a uma boa parte do que se pode chamar classe média. Não à toa: a constituição da poupança longoprazista e o investimento social na trajetória escolar refletem duas estratégias ligadas ao capital econômico e ao cultural. Nesta metamorfose na luta de classes opera na medida em que o excedente salarial das classes médias é posto à disposição dos especuladores capitalistas através dos bancos. Este se transforma assim em crédito de capital ou capital portador de juros, investido produtivamente, mas também especulativamente, explorando novas camadas do campo econômico. Este processo constrói, com efeito, distorções, mas também novos modos de solidariedade orgânica na divisão social do trabalho. De qualquer modo, a constituição de uma retaguarda financeira (apenas possível com a chance de diferenciar minimamente a dinâmica interna das disposições econômicas) constituiu o pressuposto para que as classes dominadas europeias pudessem ser integradas inicialmente em outros campos sociais, como no sistema de ensino. O salário, cuja função era meramente reprodutiva pode, na dominação financeira do capitalismo, desempenhar uma função acumulativa. Onde as condições econômicas estáveis autorizam a função de capital da renda por meio da conversão da poupança sistemática em investimento financeiro, o processo de diferenciação interno das disposições econômicas é impulsionado avante.

No que concerne função de capital da renda, o sistema bancário e as corretoras de investimento desempenham um papel especial: elas são como percebeu Rudolf Hilferding, responsáveis pelo acúmulo e pela coleta do dinheiro de todas as outras classes, a saber, das classes sociais que conseguem instituir uma retaguarda financeira contínua como estratégia social contínua. O papel privilegiado dos bancos e das corretoras se realiza em vista de serem mediadores entre o investidor individual e o empreendimento tomador do crédito de capital. Sua tarefa consiste em precificar o uso do dinheiro no tempo social, impondo a dinâmica pela qual os juros irá se tornar ganho de capital. Deste modo, eles se tornam partes ativas na dominação financeira do capital ao passo que a indústria e a produção industrial de mercadorias é paulatinamente subordinada ao crédito de capital⁴⁴.

Friedrich (32) é consultor financeiro e ilustra bem o nosso caso. Nascido na Berlin oriental, ele estudou consultoria financeira à distância na Universidade de St Gallen, na Suíça. Ele trabalha para uma empresa maior, mas tem liberdade relativa. Esta não tem produtos próprios, mas sugere “cestas” de investimento como seguros e sociedades de investidores. Seus clientes são quase exclusivamente pequenos investidores e poupadores. Seu salário é baseado em comissões que ganha em cima de transferências de clientes. Eis aqui um traço central, pois isso combina com a representação de si em seu trabalho: não a do investidor ou do agregador de poucos investimentos de alto risco, mas ao contrário: é mais importante ter uma carteira extensa de clientes menores e de investimentos seguros. É um emprego de formação universitária e a incorporação do capital cultural do campo econômico:

“ (...)man viel falsch machen kann in der Beratung... es ist das Geld anderer Leute und es geht auch die Leute zu helfen.... Weniger darauf zu achten, dass man selber verdient, sondern dass der Kunde einen Vorteil davon hat, ist wichtig. Ich denke halt eine gute Moral. Und eine bestimmtes Fachwissen, klar! sollte man auch haben. Wobei man nicht alles wissen kann, denke ich, aber man sollte zumindest, wo die Information her bekommt“ (Friedrich, 32 Jahre alt, Finanzberater).

⁴⁴ Roberto Grün (Ibidem, p. 17) percebeu um ponto interessante sobre este tema no Brasil: o spread bancário neste país é um dos mais altos do mundo. O spread significa que o ganho de alguém que investe de dinheiro no banco, quando este capta recursos, é bem menor do que a taxa de empréstimo (incluindo impostos) dos bancos a juros altíssimos. Isso significa um lucro enorme para os bancos. Dois motivos para tal: a) o sistema bancário do Brasil é configurado por poucos bancos interligados que concentram a circulação e as condições de tomada de empréstimo; b) o racismo culturalista, que de modo algum fica preso à esfera da ciência, mas se espalha na construção simbólica do campo econômico, como analisou Jessé Souza (2010). Ele tem como base a desclassificação sobre o capital simbólico do campo econômico, isto é, sobre a credibilidade. Boa parte do temor de economistas e sociólogos conservadores sobre os programas de microcrédito, poderiam quebrar o país é infundado. Estudos do economista Marcelo Neri (2009) mostram o contrário. O nível de inadimplência é mínimo.

„(...) se pode errar muito ao dar uma consultoria... É o dinheiro de outras pessoas e trata-se também de ajudar outras pessoas... É considerar menos o quanto você mesmo ganha do que o cliente tirar uma vantagem disso... Isto é importante. Eu penso que uma boa moral é essencial e um conhecimento especializado, claro! “Não se pode saber tudo, mas deve-se ao menos saber de onde vem a informação” (Friedrich, 32 anos, Consultor financeiro).

O que salta aos olhos nesta passagem é que ele combina a defesa de uma ortodoxia financeira com o ideal de uma superioridade moral. Este perfil de investidor se constrói em oposição à vanguarda financeira (GRÜN, 2010), isto é, preconizando a vida econômica regrada, previsível em oposição à especulação sem freios. Estamos, então, autorizados a dizer que existem duas concepções sobre o próprio lucro econômico: a) a ortodoxa, como aquela em que lucro e ganho de capital deve ser concebidos em uma constância longo-prazista, mas sem ganhos abruptos; b) a vanguardista em que o ganho de capital pode ser imaginado em alto risco e no curto intervalo de tempo. O caso de Friedrich também nos mostra também como o capitalismo financeiro impõe o seu regime de trabalho, que simplesmente não encontra mais barreiras com a vida pessoal: boa parte da sua carteira de clientes foi angariada em seu meio pessoal. Além disso, ele relata que não há exatamente uma hora para trabalhar, mas isso não significa que ele tenha a liberdade total sobre o seu tempo, ao contrário, ele tem que estar o tempo inteiro disponível. O caso de Bertolt, o empresário no ramo de softwares é também sintomático: ele instalou uma cozinha no próprio escritório para comer ao mesmo tempo em que trabalha. Friedrich é um verdadeiro “engenheiro do lucro” e possui uma “metodologia” particular de trabalho, aplicando questionários nos clientes e analisando as aspirações financeiras destes. Ele é responsável pela montagem de uma estratégia financeira racionalizada, aliada ao seu conhecimento estratégico e especializado sobre o mercado de investimentos. Um detalhe importante fundamental sobre a especificidade do seu trabalho dele é que ele próprio não administra diretamente o capital econômico de seus clientes, mas ele sugere possíveis investimentos, que em sua grossa maioria são conservadores, baixo risco e sem altas taxas de lucro.

Concluimos ao chamar atenção para como o desdobramento das camadas secundárias das disposições econômicas contemplam um processo de diferenciação da ação econômica. Este questionamento nodal permite o desenvolvimento da ação acumulativa desencadeando uma experiência alongada com o tempo social. Em face de sua segurança profissional no longo prazo, isto é, da rentabilidade futura e da imediata

do seu salário, as classes médias averiguadas conseguem - tendo como ponto de partida um salário fixo muitas vezes uma renda variável (composto por bônus e participação em lucros) - no mínimo seccionar e distinguir um uso do dinheiro caracterizado por um fim prospectivo. Assim, este uso do dinheiro pode ganhar validade numa esfera que lhe é própria, ainda que se projete no futuro. O elo dinâmico entre a função de capital da renda e a diferenciação interna das disposições econômicas se delinea na ação prospectiva com o capital econômico, ao ganhar nestas classes sociais, uma esfera de ação relativamente autônoma. Por isso, seu caráter “centrífugo” e não monista, estabelecendo planos e camadas interdependentes da ação econômica (num intervalo temporal) sem que uma entre em constante conflito, cancele, se tencione ou entre em atrito com a outra.

4.7) A percepção estética do consumo

“Die Embleme kommen als Waren wieder” (Os emblemas retornam como mercadorias) Walter Benjamin

A questão que gostaria de investigar nesta secção refere-se à percepção do consumo segundo a estruturação de disposições econômicas de classe. O pressuposto principal é de que o consumo ganha uma tendência “estetizante” em classes sociais capazes de diferenciar internamente suas disposições econômicas. A diferenciação entre consumo e poupança sistemática é a condição de possibilidade da experiência estética do consumo. Quando este último se torna uma esfera relativamente autônoma, um alvo relativamente independente do capital econômico, ele pode ser percebido a partir de sua finalidade estética. Um caso ilustrativo ocorre em uma conversa informal com uma empregada doméstica, que já se estabelecendo em uma rede familiar, consegue poupar algum dinheiro. No entanto, ela conta que sacrificou parte deste na festa de debutante de sua filha e não irá visitar seus familiares no final do ano. O caso contrário se deixa representar em um casal de classe média burguesa que viajou para o exterior e irá, poucos meses depois, se casar (incluindo a festa). Os dois casos se distanciam porque o casal de classe média alta desempenha uma ação descentralizada com o dinheiro. O que

explica, por exemplo, a percepção de Carlos de que o consumo é uma espécie de “experiência”? :

“Até porque o carro que eu comprei é pra viajar pra lugares que eu não tenho acesso com um carro... No meu caso, por exemplo, eu comprei um carro 4x4. Comprei o 4x4 porque é a experiência que eu quero ter, ainda que eu não consiga por “N” razões eu ainda não consegui usa o carro como eu queria até hoje. Nunca “lamiei” o carro, já “lamiei” algumas vezes, já fui pra uns lugares meio bizarros, mas nada no nível que eu gostaria de ir, até pela falta de pessoas que topam participar das aventuras, então falta um pouco... E ir sozinho também é um pouco complicado. Mas um pouco do consumo do meu carro foi pensando na experiência (...).” (Carlos, 32 anos, gerente financeiro).

Como podemos então, pensar no uso da palavra “experiência” e seu significado neste contexto prático? Por que o consumo vem aliado a ela? O consumo estético como prática cultural se baseia no desprendimento das necessidades primárias como simplesmente comer, dormir e vestir; intimamente sedimentado aos efeitos psicológicos e psíquicos da constituição de uma esfera relativamente separada da ação econômica. Contudo, este consumo se refere às mercadorias que igualmente agregam algum tipo de capital cultural técnico-estético, alterando a forma e a função das mercadorias.

O caráter fetichista da mercadoria, não mais encerrado na esfera produtiva, mas também na esfera da circulação conta com uma área diferenciada para exalar seu “charme”, alterando o seu valor de uso primeiramente, aumentando, em seguida o seu valor de troca. A propaganda introduziu esta narrativa, mas o design corou este processo ao alterar a própria mercadoria e suas formas de uso. É preciso fantasiar e imaginar sobre novas formas de uso. Por exemplo, o carro de Carlos não é apenas um meio de transporte, mas deve transportá-lo para um ambiente de aventura, mesmo que a “aventura” de fato nunca ocorra. Se algumas mercadorias estilizadas, que condensam em si uma forte dose tanto do capital cultural técnico como técnico-estético (como um carro 4x4, um Smartphone ou um Ipad) os limites de sua fantasia e de sua imaginação permanecem dados de antemão pela própria mercadoria. Em muitos casos a promessa de liberdade, se realiza apenas conformado às fronteiras intelectuais e simbólicas autorizadas pela própria. A curiosidade incitada pela máquina se deixa incitar única e exclusivamente dentro dos limites dela própria. Um dos efeitos psicológicos que nos saltam aos olhos se cristaliza em seu constante esforço individualizante como negação do consumo de massa. Ele se destaca como fim próprio com o capital econômico ao não se misturar mais com outros gastos.

Se o carro 4x4 ilustra bem não ser apenas um mero meio de transporte, mas deve carregar consigo um modo específico de seu uso, a viagem ganha um contorno especial em nosso quadro analítico. Ela é talvez o consumo estético mais importante, pois sua visibilidade não é imediata. A viagem é um bem cultural particular. O sentido, da viagem como estamos procurando analisar aqui não se representa como um meio, mas como um fim em si – como uma prática em especial. Ela se conforma com tempo social gasto fora do mundo do trabalho. Ela se rompe com o cotidiano, com o esforço produtivo do trabalho e com a rotina. Por conta disso, a viagem é composta por uma combinação de mercadorias e serviços: passagem, hospedagem, passeios (museus, turismo ecológico) e etc. Como Eva Illouz (1997) percebeu, a viagem (principalmente a romântica) eleva ao máximo uma espécie de experiência metafísica do consumo, pois a distância entre sujeito e objeto, entre o sujeito consumidor e o objeto consumido se dilui quase que completamente. Como consumo estético, ela não implica necessariamente em “ter” um objeto (por oposição ao sujeito que o possui), mas “estar” ou “vivenciar um momento”. Aqui, a propaganda é a promessa de vivência da própria mercadoria e não mais uma representação desta. Ela cria, como percebeu Carlos, sua própria “experiência”. A mercadoria estilizada é aquela cuja sua dimensão simbólico-alegórica vira parte integrante de seu valor de troca e uso, como percebeu Walter Benjamin. Ela carrega consigo uma forte inervação psicológica, dos sentidos, mas também da imaginação. A propaganda e o design do consumo estético encontram uma recepção nas classes médias burguesas que almejam dominar a representação e a percepção social de sua personalidade. Elas instauram uma tensão entre o que se “é” e a personalidade “pretendida”. Se, por um lado, a demanda é produzida pelos grandes empreendimentos, ela também depende da construção da imagem de um potencial consumidor. Tal construção social do consumidor é o reflexo do jogo entre o que a imagem que a empresa impõe, mas também de investigações e experimentos com o público consumidor real e potencial.

Para Carlos e Hermann⁴⁵, a viagem toma um contorno especial quando adentramos seu aspecto econômico: ela não é uma simples compra, mas também abarca

⁴⁵ Uma comparação com José é bastante esclarecedora no entendimento da viagem expressivista. José viajou uma vez para o Rio de Janeiro, mas, no entanto, a viagem primeiramente não conta com a ruptura com o mundo do trabalho. Lá, ele trabalhava em uma fábrica de montagem de ar condicionados. Ao retornar para Campina Grande não quis mais sair da cidade. Para as classes privilegiadas, o significado da viagem jamais se esgota, pois ela não está diretamente inserida no mundo do trabalho: viajar uma vez incorre na vontade de viajar novamente.

em certa medida o uso de capital da renda. Um quesito confirma isso: a viagem não é simplesmente uma compra cotidiana qualquer, mas exige o acúmulo de capital econômico. O efeito prático e psicológico da aquisição de uma viagem se distingue parcialmente da compra de uma mercadoria cotidiana, produzindo uma expectativa e uma antecipação, o que requer a espera e o uso prospectivo do dinheiro por parte do consumidor:

“Eu junto parte do meu dinheiro sempre para viajar” (Carlos, 32 anos, gerente financeiro).

Ou Hermann:

„(...) Wir haben also kein Vermögen, von dem wir leben könnten. Das Einkommen war ebenso gut, dass man da zwar kein Vermögen ansammeln konnte, aber doch ganz gut leben konnte und was bei uns eben wichtig war, war eben, dass wir relativ viel Geld dann auch in Reisen und so weiter auch mit den Kindern gesteckt haben, so dass also wir im Grunde, keine Reichtümer erworben haben, im Gegenteil, wir sind (lacht) arm geblieben, aber mit Erfahrung gesegnet worden. (...) Und da ist eben dann auch der grösste Teil unserer Ersparnisse dann rein geflossen in diese Reisen, die wir dann mit den Kindern gemacht haben (...). Weil wir nicht also irgendwelche Schulden hatten, wie es z.B. andere Familien hatten, die haben Häuser gebaut und so weiter und waren dann eben durch Schulden belastet und konnten sich kaum was erlauben (...) wir haben eben dann mehr Freiheiten gehabt in unserem Leben, um dann so etwas wie Urlaub und Reisen eben dann zu machen. (Hermann, 66 Jahre alt, Berufsschullehrer)

“(…) Não temos patrimônio do qual pudéssemos viver. A renda era boa, mas não acumulamos patrimônio algum, mas pudemos viver bem, o que para nós era importante, já que gastamos boa parte do dinheiro com viagens e também com crianças. Não adquirimos riqueza, permanecemos pobres (risos), mas adquirimos experiências (...). E também uma boa parte de nossa poupança foi gasta com viagens que fizemos com as crianças (...). Pois não tínhamos dívidas como era o caso de outras famílias que construíram casas e foram, assim, sobrecarregadas e não podiam se permitir (...) nós tivemos mais liberdades em nossa vida para tirar férias e fazer viagens”. (Hermann, 66 anos, professor escolar/ instrutor orientador profissional).

Podemos assim apontar para uma conversão do capital econômico em capital cultural através da viagem. Esta é também uma estratégia econômica, mas cuja direção não é o acúmulo de mais dinheiro, mas a conversão em outras espécies de capitais. Na passagem de Hermann examinamos a maneira pela qual ele agiu com o dinheiro teve como objetivo a conversão do capital econômico em cultural. Um indício disto se materializa nos filhos: todos três estudam ou estudaram no nível mais alto do sistema de ensino alemão: o Gymnasium. No sistema de ensino alemão existe uma conexão direta entre o estudo em um colégio de nível Gymnasium, o ingresso na universidade e nos cursos mais concorridos. A estratégia de reconversão do capital econômico em capital cultural ou mais precisamente, nos pressupostos disposicionais positivos na incorporação deste desempenha um papel essencial em algumas camadas inferiores da

classe média. No caso de Hermann, o contato na juventude com o movimento estudantil e sua profissão diretamente ligada ao sistema de ensino parecem ser um quesito especial. Na passagem de Hermann a viagem se contrapõe à casa própria, o que denota o investimento econômico em propriedades e patrimônio físico, objetivado e estático. Ela opera uma socialização cosmopolita que não se encerra em si, como a localista, inculcando uma socialização de disposições em diversas, que por vezes impulsiona o aprendizado da cultura legítima. Ela uma função fundamental na expansão do horizonte perceptivo, afetivo e intelectual agente, alcançando a ruptura dos limites da vida urbana local. A vida da cidade pequena ou do campo é normalmente percebida como sendo marcada pela reprodução e pelo engessamento das interações em pequenos e circunscritos círculos sociais.

Esta propriedade da viagem a passeio integra uma socialização oculta com relação às disposições dos estudos, criando um contexto de atualização positivo na manutenção ou no despertar indireto de disposições sociais ligadas ao aprendizado escolar. Isto chega ao seu cume na viagem ao estrangeiro. A socialização cosmopolita pode suscitar o interesse indireto por atividades relacionadas ao estudo e pela cultura legitimada nas instituições de ensino. Ela estabelece, então, laços de familiaridade com capital cultural legítimo, legando vantagens às classes médias burguesas a partir do elo positivo com desenvolvimento de disposições ligadas ao aprendizado escolar. Ela implica na formação de uma memória social e individual, na construção de uma narrativa sobre a própria viagem, tanto dentro do seio familiar quanto em outros círculos sociais, como nos de amizade, sedimentando um conjunto de experiências conjuntas.

A diferenciação interna das disposições econômicas promove o nascimento de uma esfera de ação própria do consumo. Neste sentido, a própria percepção deste se modifica, podendo ser assim associado propriamente a um “gosto”. Desta maneira, disposições econômicas austeras, que atrelam a si a contenção de gastos em direção ao acúmulo de capital econômico, como a formação contínua e sistemática da retaguarda financeira podem coexistir de um modo interdependente, como esfera de uso do dinheiro objetivada no consumo. A própria ideia de que o “consumo” ser problematizado como uma atividade monetária parcialmente independente já implica esta diferenciação interna. Doravante, a construção desta esfera da ação com o capital econômico também cumpre um papel preponderante na manutenção dos signos distintivos de classe através das mercadorias.

Desta forma, a experiência estética do consumo é fortemente dependente da construção de uma esfera singular da ação econômica. Caso ela ainda permaneça subordinada a outros campos das disposições econômicas, este componente encontrará obstáculos para se tornar propriamente um “gosto”, pois a própria ideia de que o indivíduo social pode modelar o seu “gosto” pressupõe a ruptura com a necessidade. Esta era uma das razões pela qual Bourdieu reconstruiu a dinâmica da distinção das classes sociais tomando como ponto de partida a oposição entre a “escolha do necessário”, o da classe trabalhadora, ou seja, prevalecendo a ideia de que o gosto imposto pela necessidade econômica e social que pelo seu princípio realista numa renúncia completa a qualquer ganho simbólico e o gosto distanciado burguês, cuja marca é a renúncia às necessidades econômicas. A afinidade entre disposições econômicas e estéticas é coordenada por esta diferenciação interna da ação econômica. Este processo social costura camadas e teias interdependentes de ação, fracionando o uso do dinheiro, sem que o consumo de um bem estilizado coloque em risco a sobrevivência imediata. As disposições econômicas anexam tendências aparentemente contrárias como consumo e poupança podendo estas coexistir num mesmo patrimônio atitudinal. A diferenciação das disposições acontece quando a aquisição de um conjunto de mercadorias não inibe a compra de outro: um grupo limitado de mercadorias não ocupa mais o centro da ação econômica. A aliança subterrânea entre a diferenciação interna das disposições econômicas e o desenvolvimento de uma experiência estética do consumo corresponde a um fator primordial igualmente importante na formação e incorporação do capital cultural ao mesmo tempo em que livramos a análise das disposições econômicas do economicismo.

Tendo averiguado os constrangimentos estruturais em parte das classes populares, adentramos na maneira pela qual uma postura estratégica diante da trajetória social se torna passível de ser adotada. Para tanto, esta categoria não se resume em sua dimensão consciente. Quando chamamos atenção para a ideia de estratégia, fazemos referência menos a uma ação instrumental consciente do que a uma socialização ou experiência temporal específica. Sem dúvida, há, em alguns casos, o nascimento de um planejamento consciente, principalmente nas trajetórias ligadas aos cursos universitários mais concorridos, mas estes não materializam a totalidade do espaço social. Agir de modo prospectivo com o capital econômico, ou pelo menos gozar de tais circunstâncias,

é absolutamente fundamental na constituição desta experiência temporal fora do mundo do trabalho por necessidade.

Conclusão

A intenção principal deste trabalho foi mostrar a gênese das disposições econômicas das classes sociais ressaltando-as como práticas sociais. Deste modo, podemos recuperar os componentes qualitativos de uma sociologia das disposições econômicas. Em contraposição à teoria da classe de renda, que quantifica e assim neutraliza as bases sociais das práticas econômicas, chamamos atenção de como condições econômicas determinam comportamentos sociais ao mesmo tempo em que disposições econômicas potencialmente disciplinadas permanecem intermitentes e irregulares sem se desabrocharem plenamente. Esta assertiva aponta para o caso dos Batalhadores brasileiros entrevistados. Analisamos em seu patrimônio de disposições econômicas o germe de um comportamento disciplinado e previsível com o dinheiro, mas sem gozar de condições socioeconômicas para se expandir, se diferenciar e se estabilizar. Contudo, o que nos é mais caro não é exatamente dizer o público entrevistado tem uma “baixa renda”, mas compreender como esta estrutura toda uma gama de comportamentos com o dinheiro no tempo social. Por outro lado, as frações inferiores dos Batalhadores à qual pertencem nossos entrevistados são beneficiários dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste, o CrediAmigo. Sem dúvida, a integração visível destes Batalhadores no mercado de consumo foi positiva dando-lhes a chance de remediar necessidades materiais imediatas como consequência do aumento na renda. Certamente, não nos cabe criticar de modo simplista as intenções de inserir parte dos Batalhadores no mercado de consumo, o que faz parte tanto produção do orgulho e de um valor de si, até porque este é uma das principais formas de distinção social.

Todavia, os limites de uma política social se tornam transparentes nas fronteiras comportamentais da classe que visa “produzir”. A restrição das políticas de microcrédito corresponde à sua incapacidade de fortalecer e estabilizar as disposições econômicas de retaguarda permitindo a conversão de poupança sistemática em investimento financeiro em longo prazo. Assim, muitos beneficiários não foram capazes de desenvolver um comportamento inteiramente racional com capital econômico, alongando a temporalidade de suas categorias de percepção. As classes populares

brasileiras raramente entram neste “jogo social” absolutamente fundamental, a nosso ver, na sedimentação de condições primeiras de uma ascensão pelo capital cultural e pelo sistema de ensino, rompendo com a pedagogia familiar do trabalho. Separar o aspecto econômico do cultural neste caso, apenas aprofundaria a incompreensão da problemática. As chances de controle do tempo social através do dinheiro e da função de capital da renda encontram seus correlatos nas chances e possibilidades de tirar as gerações futuras do mercado de trabalho desqualificado ou precariamente qualificado. Por outro lado, o sistema de ensino, junto ao campo econômico, deveria desdobrar seus níveis intermediários de modo a criar qualificações e cursos de instrução para trabalhos normalmente aprendidos na família, o que poderia envolver, para além da mera formalização, o estabelecimento de compromissos sociais e jurídicos na garantia da estabilidade do trabalho. É o que, por exemplo, o conceito de solidariedade orgânica pressupõe, podendo ser apreendido em postos de trabalho resistentes às instabilidades contingentes do mercado e fora de sua periferia, onde o desemprego é uma ameaça social concreta. Tal conceito engendra o entendimento e o respeito abstrato pressuposto na função social desempenhada através do trabalho social. A rentabilidade socioeconômica do trabalho imediatamente invisível a nós é aquela que concerne à estabilidade simbólico-material duradoura da existência social. Isto ainda é, no Brasil, um dos privilégios basais das classes dominantes. Uma reconstrução das misérias do presente serve de base para a imaginação de alternativas futuras.

Bibliografia:

- ADORNO, W, T. Zum Verhältnis von Soziologie und Psychologie. In ADORNO, **Theodor. Soziologische Schriften I.** Suhrkamp, Band I, 2003.
- ADORNO, W, T. Reflexionen zur Klassentheorie. In: ADORNO, **Theodor Soziologische Schriften I.** Suhrkamp, Band 8, 1980
- ARNOLDI, J. **Alles Geld verdampft:** Finanzkrise in der Weltrisikogesellschaft. Erste Auflage. Frankfurt am Main. Suhrkamp, 2009.
- BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire:** ein lyriker im Zeitalter des Hochkapitalismus. Erste Auflage. Frankfurt am Main. Suhrkamp, 1974.
- BENJAMIN, W. **Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit.** Erste Auflage, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 2010
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **The new spirit of capitalism.** 2. Ed. New York, Verso, 2005.
- BOURDIEU, P. **Algérie 60:** structures économiques et structures temporelles. Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.
- BOURDIEU, P. **Contre-feux:** propos pour servir à la résistance contre l'invasion néolibérale. 1. ed. Paris, Raisons d' Agir, 1998a.
- BOURDIEU, P. Épreuve scolaire et consécration sociale [les classes préparatoires aux Grands Écoles] In : **actes de la recherche en sciences sociales** Année 1981, Volume 39, Numéro 39 pp. 3 – 70.
- BOURDIEU, P. La fabrique de l' habitus économique In : **actes de la recherche en sciences Sociales**, Année 2003, Volume 150, Numéro 1, p. 79 – 90
- BOURDIEU, P. Le champ économique In: **actes de la recherche en sciences sociales.** Vol. 119, septembre 1997. pp. 48-66.
- BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie.** 1. ed. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P. Les trois états du capital culturel In : **actes de la recherche en sciences sociales**, Année 1979, Volume 30, Numéro 1, p. 3 - 6
- BOURDIEU, P. **La Distinction:** critique social du jugement. 1.ed. Paris : Minuit, 1979a.
- BOURDIEU, P; J-C, PASSERON. **La reproduction** : éléments pour une théorie du système d'enseignement. 1.ed. Paris, Éditions de Minuit, 1970
- BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes.** 2. ed. Paris, Éditions du Seuil, 2003.
- BRAGA, R. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários:** a degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** 3ª Ed., São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

- ELIAS, N. **Über die Zeit**. Erste Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Verlag, 1984.
- ELIAS, N; SCOTSON, J. **Etablierte und Außenseiter**. Erste Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Verlag, 1993.
- FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**. 1. Ed. Paris: Gallimard (collection Tel), 1993.
- FITZGERALD, S. **The Beautiful and Damned**, 1.Ed. Penguin Classics, 2004
- DOSTOJEWSKIJ, F. **Aufzeichnungen aus dem Kellerloch**. deutsch von Swetlana Geier. Reclam, Stuttgart 2013
- DOSTOJEWSKIJ, F. **Der Spieler. Aus den Aufzeichnungen eines jungen Mannes** (Übersetzt von Swetlana Geier). Fischer Taschenbuch Verlag, Frankfurt am Main 2011
- FREITAS, L. A instituição do fracasso: a educação na ralé. In: SOUZA, Jessé (Org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.
- FRISBY, D. **Fragments of modernity: theories of modernity in the work of Simmel, Kracauer and Benjamin**. 1. Ed. Massachusetts, MIT Press, Cambridge, 1986.
- FRISBY, D. Georg Simmels Theorie der Moderne. In: Hans-Jürgen Dahme und Otthein Rammstedt (Hrsg.) **Georg Simmel und die Moderne: neue Interpretationen und Materialien**. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1984.
- FROMM, E. Sozialpsychologischer Teil. In: Max Horkheimer (Hrsg.) **Studien über Autorität und Familie**. Zweite Auflage, Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen Verlag, 1987.
- GORZ, A. **Misérias del presente e riquezas de lo posible**. Disponível em: <http://www.oei.org.ar/edumedia/pdfs/T10_Docu5_Miseriasedelpresente_Gorz.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2010.
- GRÜN, R. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiro em 2009, In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 255 a 297.
- HILFERDING, R. **Das Finanzkapital**. eine Studie über die jüngste Entwicklung des Kapitalismus: Nachdruck der Neuauflage von 1947, unveränderte Wiedergabe der letzten vom Autor herausgegebenen Ausgabe, Wien 1923. Berlin: Dietz Verlag; 1955.
- HONNETH, A. **Kampf um Anerkennung**, 7 Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2012.
- HORKHEIMER, M. Allgemeiner Teil. In: Max Horkheimer (Hrsg.) **Studien über Autorität und Familie**. Zweite Auflage, Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen Verlag, 1987.
- ILLOUZ, E. **Consuming the romantic utopia**. 1 Ed: California, University of California Press, 1997.
- JOBS. S. I, **Steve: Steve Jobs in his own words**. 1.ed: Chicago, Agate B2, 2011.
- KRACAUER, S. **Das Ornament der Masse**. Erste Auflage. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1977.

- LAHIRE, B. De la Théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. In: LAHIRE, Bernard (Org.) **Le Travail Sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques**. 2 ed. Paris, La Découverte, 2001.
- LÖWITH, K. Max Weber und Karl Marx (Einleitung). In: **Hegel und die Aufhebung der Philosophie im 19. Jahrhundert**. Sämtliche Schriften J.B. Stuttgart: Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1988
- MACIEL, F; GRILLO, A. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (Org.) **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.
- MACIEL, F. **A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?** 1.ed. São Paulo: Annablume, 2014.
- MAUPASSANT, G. **Der Schmuck, Der Teufel und Der Horla**. Erste Auflage, Stuttgart, Reclam Verlag, 2006.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. **O capital: crítica a economia política**. 13. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.
- MILLER, H. **Black Spring**. 1. Ed: Alma Classics, 2009.
- NERI, M. Microcrédito, Bolsa Família e as Portas de Entrada para os Mercados. In: Revista **Valor Econômico**: p.12-14. 2009 b.
- RAMMSTEDT, O. Georg Simmels Philosophie des Geldes. In: (Hrsg.) Jeff Kintzelé und Peter Schneider **Georg Simmels Philosophie des Geldes**, Frankfurt am Main, Verlag Anton Hain, 1993; S.13-47.
- RILKE, R, M. **Das Studienbuch**. Erste Auflage, Köln: Anaconda Verlag, 2007.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- SIMMEL, G. **Philosophie des Geldes**. Erste Auflage, Köln: Anaconda Verlag, 2009.
- SIMMEL, G. **Über die soziale Differenzierung**. Gesamte Ausgabe (Aufsätze 1887 bis 1890), Hrsg. von Otthein Rammstedt, Band II Hrsg. von Heinz – Jürgen Dahme, Erste Auflage, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1989.
- SIMMEL, G. Geld und Nahrung, **Der Tag**, Nr. 74, 28., Ausgabe A, Illustrierter Teil (Berlin), März 1915.
- SIMMEL, G. Ästhetik der Schwere. In: **Der Zeitgeist. Beiblatt zum Berliner Tageblatt**, (Berlin) 10. Juni 1901.
- SIMMEL, G. Philosophie der Geschlechter (Fragmente). In: **Die Zeit**, N° 1265, Morgenblatt 3. April 1906, Feuilleton-Teil, S. 1-3 (Wien).
- SIMMEL, G. Zur Psychologie des Geldes. In: Gustav Schmoller (Hrsg.) **Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im deutschen Reich**, 13; Leipzig, Jg. 1900. S. 1251-1264.
- SIMMEL, G. **Die Größstädte und das Geistsleben**. Erste Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2006.

- SIMMEL, G. Weibliche Kultur. In: **Philosophische Kultur**. (Zweite Auflage) Leipzig, Alfred Kröner Verlag, 1919.
- SIMMEL, G. Zur Psychologie der Frauen. In: M. Lazarus und H. Steinthal (Hrsg.) **Zeitschrift für Volkspsychologie und Sprachwissenschaft**. 20 Bd. 1890; S. 6-46; Leipzig.
- SIMMEL, G. Zur Theorie des Pessimismus. In: **Die Zeit. Wiener Wochenschrift für Politik, Volkswirtschaft, Wissenschaft und Kunst**. 22. Bd. 1900, Nr. 277 vom 20. 1., S. 38-40.
- SIMMEL, G. Über das Wesen der Sozialpsychologie. In: Edgar Jaffé, Werner Sombart und Max Weber (Hrsg.) **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, 26 Jg. 2. Heft, ausgegeben am 25. März 1908, S. 285-291 (Tübingen).
- SIMMEL, G. Psychologie der Diskretion. In: Ferdinand Kemsies und Leo Hirschclaff (Hrsg.) **Zeitschrift für Pädagogische Psychologie**, 8. Jg., Heft 3/4 (August 1906), S. 274-277 (Berlin).
- SIMMEL, G. Das Geheimnis: eine sozialpsychologische Skizze. In: **Der Tag**, N. 626 vom 10. Dezember 1907, Erster Teil: Illustrierte Zeitung (Berlin).
- SIMMEL, G. Soziologische Ästhetik. In: Maximilian Harden (Hrsg.) **Die Zukunft**. 17. Bd. 1896, N. 5 vom 31 Oktober. S. 204-216.
- SIMMEL, G. **Der Konflikt der modernen Kultur**: ein Vortrag. Erste Auflage. München und Leipzig: Dunker & Humboldt, 1918.
- SIMMEL, G. Skizze einer Willenstheorie. In: Hermann Ebbinghaus und Artur König (Hrsg.) **Zeitschrift für Psychologie und Physiologie der Sinneorgane**. Bd 9. 1896, S. 206-220.
- SIMMEL, G. **Philosophie der Mode, Die Religion, Kant und Goethe**. Erste Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1995.
- SIMMEL, G. **Schopenhauer und Nietzsche/ Tendenzen im deutschen Leben und Denken seit 1870**. Erste Auflage. Hamburg: Junius Verlag, 1990.
- SIMMEL, G. **Soziologie**: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Otthein Rammstedt (Hrsg.). Erste Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992a
- SIMMEL, G. **Aufsätze und Abhandlungen von 1894 bis 1900**. (Hrsg.) Otthein Rammstedt. Band 5, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992b.
- SIMMEL, G. **Aufsätze und Abhandlungen 1909 bis 1918**. Gesamtausgabe. (Hrsg.) Rüdiger Kramme und Otthein Rammstedt. Band 12, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992c
- SOUZA, J. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 1ª. Ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, J et., al. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 1ª Ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

UNGER, R. M. **O que a esquerda deve propor.** 1ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

VESTER, M; et Al. **Soziale Milieus im gesellschaftlichen Strukturwandel: zwischen Integration und Ausgrenzung.** 1. Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2001

VOSWINKEL, S. **Anerkennung und Identität im Wandel der Arbeitswelt.** In: Solidarität in der Krise (Hrsg.) Held J. Billmann, 2013, Wiesbaden, Springer Verlag.

TAYLOR, C. **Sources of The Self: the making of the modern identity.** 1.ed. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

WEBER, M. **Wirtschaft und Gesellschaft: Grundrisse der verstehenden Soziologie** besorgt von Johannes Winckelmann. Fünfte Auflage, Tübingen: Mohr, 1980.

WEBER, M. **Schriften 1894-1922** (Hrsg.) Dirk Kässler. Erste Auflage, Stuttgart: Alfred Kröner Verlag, 2002